

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

O EXÉRCITO COMO FAMÍLIA:
etnografia sobre as vilas militares na fronteira

CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

SÃO CARLOS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

O EXÉRCITO COMO FAMÍLIA:
etnografia sobre as vilas militares na fronteira

CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner

SÃO CARLOS

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e Silva, Cristina Rodrigues da
O exército como família : etnografia sobre as vilas militares na fronteira / Cristina Rodrigues da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
214 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Família. 2. Vila militar. 3. Fronteira. 4. Parentesco. 5. Etnografia. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

Cristina Rodrigues da Silva

12/05/2016

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Liliana Lopes Sanjurjo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Fundação Getulio Vargas / FGV

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 12/05/2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Profa. Dra. Liliana Lopes Sanjurjo
Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida
Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ____/____/____.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS

Dedico esta tese aos meus pais,
Judite Hermínia e Lindauro Rodrigues da Silva

AGRADECIMENTOS

Embora a tese seja um trabalho autoral, ela também foi constituída por muitos encontros, aprendizados, conversas, compartilhamento de ideias e afetos. Direta ou indiretamente, este trabalho deve muito a algumas pessoas e instituições.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador de longa data, Piero Leirner. Meu professor desde a graduação, responsável pelas primeiras aulas que me instigaram a ser antropóloga, ele esteve presente em toda a minha formação acadêmica. Sou imensamente grata pelo aprendizado constante, esforço conjunto, pela generosidade, confiança e liberdade conferidas na condução desse trabalho. Sou grata pela amizade, compreensão e paciência durante os anos desse doutoramento, principalmente diante das dificuldades que a vida inevitavelmente nos coloca.

Também agradeço a FAPESP e a CAPES pela concessão das bolsas de estudo que foram fundamentais para a realização do projeto.

Sou grata aos meus interlocutores de pesquisa, em particular a todas as esposas dos militares que me acolheram durante a pesquisa de campo, abriram suas casas e compartilharam o intenso e complexo cotidiano das vilas militares. Dedico também este agradecimento, ao General José Luiz Jaborandy Júnior, em memória, pela autorização concedida para a realização da pesquisa. A viabilidade do campo só foi possível pelo seu interesse, disposição e apoio prestados na Brigada de Infantaria de Selva.

Agradeço à professora e coorientadora estrangeira, Helena Carreiras, pelo aprendizado e conversas inspiradoras sobre a temática dos estudos militares. Sou grata pela sua generosidade, recepção e amizade que permearam toda a minha estada em Lisboa durante o período de estágio sanduíche deste doutoramento. Também agradeço pela experiência acadêmica, contato e colaboração com docentes e funcionários do ISCTE-IUL em Lisboa.

Sou grata ao professor Celso Castro que vem acompanhando minhas pesquisas desde a graduação e cuja referência é fundamental em meu trabalho. Agradeço o diálogo intelectual, o apoio generoso, os comentários precisos e o interesse que sempre manifestou pela minha pesquisa.

Sou grata aos professores Igor Machado e Luiz Henrique de Toledo pelo diálogo produtivo, interesse e leitura atenta do meu trabalho, assim como na generosidade de

suas críticas e sugestões. Também gostaria de agradecer ao professor Ronaldo Almeida e à professora Liliana Sanjurjo pelas sugestões preciosas e comentários atentos fornecidos para este trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar, aos docentes que dele fazem parte, aos colegas de doutoramento com os quais tive a possibilidade de dialogar, e ao funcionário Fábio Alessandro Urban pelo profissionalismo e disposição no apoio prestado na secretaria.

Sou grata às novas amigas que minha estada em Lisboa me presenteou: aos queridos safos Isis Martins e André Rodrigues, Hélcio Pacheco, Socorro do Vale e Marília do Vale, meu agradecimento pela interlocução intelectual e pela convivência alegre que tornaram a jornada lusitana muito mais amiga.

Gostaria de agradecer à minha querida amiga Mariana Siena, pelo seu apoio incondicional, carinho, conversas e risadas durante esse período que muitas vezes não foi fácil para mim. Sempre presente (mesmo que às vezes à distância), sua amizade é um grande incentivo para a vida. Sou grata também à Jordana Santos, amiga querida com a qual compartilho os anseios e alegrias pessoais e profissionais desde o colegial.

Sou grata às mulheres da minha família, grandes exemplos de força e motivação, e que sempre tiveram palavras de amparo e carinho para os momentos mais diversos da vida. Agradeço minhas tias e primas e, em particular, Priscila Lopes, que também me auxiliou com as traduções para o idioma inglês na pesquisa.

Deixo meu agradecimento final, aos meus pais, Judite e Lindauro, que sempre me proporcionaram todo o apoio (afetivo e material) para viabilizar minha formação. Todo o esforço dispendido, o carinho e a compreensão cotidianos foram fundamentais para o meu crescimento nesta jornada e eles sempre foram o meu porto-seguro. É *coisa* de família, mas devo muito do que sou hoje, pelo cuidado, afeto e responsabilidade que eles me cercaram e me ensinaram. Estendo o agradecimento aos meus irmãos, em especial pelo companheirismo de Pedro e por poder ter esperança nas segundas chances que a vida nos confia, e com as quais Felipe foi agraciado, para nossa imensa alegria familiar.

*isso de querer
ser exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além*

(Paulo Leminski, incenso fosse música)

*nem toda hora
é obra
nem toda obra
é prima
algumas são mães
outras irmãs
algumas
clima*

(Paulo Leminski)

RESUMO

Esta tese baseia-se em uma pesquisa etnográfica sobre as dinâmicas familiares em vilas militares situadas na região de fronteira no noroeste amazônico do Brasil. Nosso ponto de partida traduz-se na ideia de que o Exército brasileiro apreende a “família” enquanto categoria nativa que expressa o coletivo da organização (a *Família Militar*), prescrevendo relações que devem ser calcadas em solidariedade e respeito entre seus membros (afetos e deveres morais que os militares compreendem como condutas “naturais” da família), e que também se estendem às relações entre seus cônjuges e filhos/as com outras famílias de militares, que se percebem como “parentes” nesse universo (a proximidade física dessas pessoas dentro de vilas – espaços militares – e o compartilhamento de relações do cotidiano permitiria uma experiência familiar para além das relações consanguíneas). Por este caminho, observa-se que a família é alvo de um cuidado constante e busca-se pensar o Exército, por um lado, fazendo e desfazendo familiarizações através de um sistema de normas e condutas prescritivas (um modelo ideal) que intervêm nas relações cotidianas das pessoas que fazem parte deste coletivo, e que visam garantir o funcionamento da comunidade militar como uma família ordenada por princípios de hierarquia e disciplina (dimensões estruturantes da instituição). Por outro lado, exploramos, frente a essa aparente uniformidade da vida no quartel, como os familiares (em particular, as esposas de oficiais e sargentos) se pensam nesse sistema e também fazem e desfazem *família*, dinamizando uma série de relações dentro de um convívio nas vilas militares, se envolvendo em conflitos, fofocas e alianças. Ao longo da tese, portanto, descrevemos como ambos (instituição e sujeitos) flexibilizam a(s) família(s), de forma a produzir outras configurações específicas de um parentesco militar.

Palavras-Chave: Família, vila militar, parentesco, fronteira, Exército brasileiro

ABSTRACT

This thesis is based on an ethnographic research on family dynamics in military villages located in the border region in the northwestern Amazon of Brazil. Our starting point considers the idea that the Brazilian Army seizes the "family" while native category which expresses the collective of the organization (the *Military Family*), prescribing relations to be modeled on solidarity and respect among its members (affections and moral duties that the military regard as "natural" behaviors of the family), which also extend to relations between their spouses/children and other military families, who perceive themselves as "relatives" in this universe (the physical proximity of these people within the villages - military sites - and the daily relations sharing would allow a family experience beyond consanguineous relationships). Through this, it is observed that the family is the object of constant care and it is sought to think the Army, on the one hand, doing and undoing familiarization through a system of standards and prescriptive behaviors (ideal model) which intervene in everyday relations of people who are part of this collective, and which aim to ensure the functioning of the military community as a family ruled by principles of hierarchy and discipline (structuring dimensions of the institution). On the other hand, the study explores, faced with this apparent uniformity of life in the barracks, how family members (especially the wives of officers and sergeants) think themselves in this system and also make and break *family*, stimulating a series of relationships within a conviviality in military towns, engaging in conflicts, gossiping and alliances. Throughout the thesis, therefore, we describe how both (institutions and individuals) flexibilize the family(ies), in order to produce other specific configurations of a military kinship.

Keywords: Family, military village, kinship, border, Brazilian Army

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - VillaGran Cabrita (casas de capitães e tenentes)	77
Figura 2 - Vila Ararigbóia. Foto da parte de cima: casa do general. Fotos da parte de baixo: casas de oficiais superiores	79
Figura 3 - Vila Poupex (casas de sargentos).....	80
Figura 4 - Edifício militar em SGC para famílias de subtenentes e sargentos. Fachada do prédio e um dormitório	84
Figura 5 - Edifício da Praia Vermelha, morada para famílias de oficiais, localizado no Rio de Janeiro/RJ	85
Figura 6 - Interior da casa de um subtenente. Na foto superior, a sala (que conta com duas cadeiras e um rack para a televisão); abaixo à esquerda, a cozinha e do lado direito um dos cômodos da casa que se encontra praticamente vazio, com uma mesa e cadeira para uso de computador	90
Figura 7 - Interior da casa de um sargento. Na foto superior, um cômodo da casa utilizado para guardar pertences da família. Abaixo, à esquerda, um segundo cômodo e à direita, a cozinha.....	91
Figura 8 - Interior da casa de um major. Na foto superior a área da cozinha; na foto inferior, um dos espaços da sala, que é dividido em dois ambientes	92
Figura 9 - Interior da casa de um major. Do lado esquerdo: parte da decoração e objetos em um dos ambientes da sala; do lado direito: quarto de uma criança.....	92
Figura 10 - Objetos dispostos na casa de um tenente-coronel.....	94
Figura 11 - Anúncios de atividades oferecidas para membros/dependentes da <i>Família Militar</i>	95
Figura 12 - Dependências do CIMARNE (clube dos oficiais). Em sentido horário: fachada do salão principal; dormitórios do hotel de trânsito; piscina e restaurante ao fundo; quiosque noturno.....	99
Figura 13 - Dependências do GRESSARNE (clube dos sargentos). Em sentido horário: fachada do clube; área das piscinas; salão principal e parque para as crianças.....	100
Figura 14 - Evento do Dia da Infantaria no Batalhão. Coquetel no salão dos oficiais. Acima, homens reunidos e foto abaixo, mulheres reunidas.....	107
Figura 15 - Dois eventos no GRESSARNE. Acima: vista da mesa do comando da guarnição de SGC em evento do Dia das Mães, 2011. Abaixo: crianças brincando pelo clube no evento do Dia dos Pais, 2012	108
Figura 16 - Dois eventos no GRESSARNE e a hora dos discursos oficiais. Acima: discurso do general em comemoração ao Dia das Mães de 2011. Abaixo: discurso do presidente do clube em comemoração ao Dia dos Pais de 2012.....	110

Figura 17 - Acima: Almoço de domingo com famílias de oficiais superiores de determinada vila. Abaixo: festa de aniversário de criança em um espaço alugado (um dos salões do clube dos sargentos).....	111
Figura 18 - Filhas de militares brincando na PNR de um major.....	115
Figura 19 - Pelotão da Venezuela (trincheira).....	125
Figura 20 - Pelotão da Venezuela.....	126
Figura 21 - Vista do Pelotão brasileiro (PEF Alvenaria).....	126
Figura 22 - PEF Madeira. Acima: disposição das casas. Abaixo: sala de uma residência.....	128
Figura 23 - Atividade das <i>Jovens Guerreiras</i> em uma comunidade indígena. Acima: militares coordenando o transporte e segurança do grupo. Abaixo: militares carregando os equipamentos de trabalho do grupo.....	163
Figura 24 - Atividades de brechó das <i>Jovens Guerreiras</i> em dia de Aciso em bairro na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Segundo ano do grupo.....	164
Figura 25 - Atividade das <i>Jovens Guerreiras</i> na festa junina no clube dos sargentos. Segundo ano do grupo.....	165
Figura 26 - Posição de destaque da esposa do general em duas reuniões das <i>Jovens Guerreiras</i> no clube dos sargentos. Acima: no primeiro ano do grupo. Abaixo: no segundo ano do grupo.....	166
Figura 27 - Encerramento de atividade social realizada em uma comunidade indígena. Posição de destaque da esposa do general agradecendo a participação das esposas colaboradoras. Segundo ano do grupo.....	167
Figura 28 - Preparação do material para atividade em comunidade indígena. Casa do general.....	170
Figura 29 - Separação de roupas para brechó em Aciso.....	171
Figura 30 - Atividades de filantropia das <i>Jovens Guerreiras</i> em comunidade indígena. Acima: corte de cabelo. Abaixo: entrega de doces.....	172
Figura 31 - Receita retirada do livro de receitas culinárias das <i>Jovens Guerreiras</i> , 2011, p.57.....	174
Figura 32 - Logotipo das <i>Jovens Guerreiras</i> sob a coordenação de Helena.....	178
Figura 33 - Novo logotipo das <i>Jovens Guerreiras</i> , sob a coordenação de Aline....	179
Figura 34 - Esposa de sargento trabalhando no evento da Páscoa oferecido pelo clube dos sargentos.....	182
Figura 35 - Arrumação para o evento de Dia das Mães no clube dos sargentos. Acima: esposas de sargentos trabalhando na decoração. Abaixo: maridos militares trabalhando no preparo da carne.....	182

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Disposição das vilas e número de PNRs na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, de acordo com posto/graduação militar	75
QUADRO 2 - Relação entre posto/graduação e porcentagem de taxa de aluguel paga para uso de PNR em São Gabriel da Cachoeira/AM	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa
ACISO – Ação Cívico-Social
AFA – Academia da Força Aérea
Aman – Academia Militar das Agulhas Negras
BEC - Batalhão de Engenharia de Construção
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIMARNE – Círculo Militar do Alto Rio Negro
DCEM – Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações
Eb – Exército brasileiro
ECEMAR – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EPV – Edifício da Praia Vermelha
ERGOMAS - European Research Group on Military and Society
EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea brasileira
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FHE – Fundação Habitacional do Exército
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GRESSARNE – Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do Alto Rio Negro
IME – Instituto Militar de Engenharia
ISCTE – IUL – Instituto Universitário de Lisboa
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
IUS – Inter-University Seminar on Armed Forces and Society
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSOMM – Organization of Spouses of Military Members
PCN – Projeto Calha Norte
PEF – Pelotão Especial de Fronteira

PNR – Próprio Nacional Residencial

POUPEX – Associação de Poupança e Empréstimo

SGC – São Gabriel da Cachoeira

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNEMFA – União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xi
SUMÁRIO.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
Objetivos e questões do trabalho	3
O lugar da Amazônia para os militares brasileiros.	7
Percurso da investigação: sobre universo militar e mulheres, estratégias, efeitos e incursão etnográfica.	12
Uma pesquisadora na fronteira: em campo com mulheres, esposas e militares.	22
Um episódio-teste: a pesquisadora-capitão.....	28
Organização dos capítulos	34
CAPÍTULO I: A RETÓRICA DA FAMÍLIA MILITAR NOS ESTUDOS SOBRE MILITARES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	36
Famílias e os desdobramentos pós-II Guerra Mundial: políticas de apoio e cooptação.	41
Famílias e os desdobramentos pós-Guerra Fria: convergindo com o mundo civil....	50
Mulheres guerreiras e a tradicional divisão de papéis sexuais.	53
Pesquisar o Exército brasileiro: sobre famílias e mulheres militarizadas.....	57
Sendo família no Exército brasileiro	58
A mulher militar brasileira e a dinâmica nas relações de gênero	66
CAPÍTULO II: AS VILAS MILITARES NA FRONTEIRA: DINÂMICA DAS CASAS E FAMÍLIAS	74
Da hierarquização das vilas	75
Do controle das casas, parte I: cuidado e manutenção da PNR.....	81
Das casas hierarquizadas e sua arrumação em um lar	88
De uma vila autossuficiente	95
Do controle das casas parte II: vigilância, circulação e cotidiano	104

O cotidiano de festas	105
Das crianças não controladas	113
Do controle das casas, parte III: as ordens do general e às ordens do general	116
Do controle das casas, parte IV: vigiando o comandante	120
CAPÍTULO III: O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA, A FAMÍLIA E O ESTADO DE “PAZ APARENTE”	123
Quando a casa não tem hierarquia	131
... Mas o comandante tem “pequenos poderes”	132
Circuitos de reciprocidade	133
Da não convivência ao ciúme generalizado: dois efeitos da fofoca	134
Relação com os indígenas	138
CAPÍTULO IV: DAS FORMAS DE FAMÍLIA.....	141
Oficiais X Sargentos	142
Casamentos e filhos	144
Visita de parentes.....	147
Casar com o Exército, acompanhar e cuidar do marido	148
O mercado de trabalho para as esposas e o consumo da beleza	152
Da(s) (as)simetria(s) familiar(es).....	154
CAPÍTULO V: DAS ESPOSAS-FAMÍLIA: O GRUPO DAS JOVENS GUERREIRAS	159
Esposa de general e seus sapatos de salto alto	160
O mecanismo militar das Jovens Guerreiras.....	162
Das atividades compartilhadas nas Jovens Guerreiras	169
A discórdia semeada entre as esposas.....	173
Sob nova direção.....	176
Medindo o salto alto entre as esposas de generais.....	177
Das outras associações de esposas de militares	181
CONCLUSÕES	185
REFERÊNCIAS	194
ANEXO 1	207
ANEXO 2	208
ANEXO 3	210

INTRODUÇÃO

Início este trabalho com uma situação dramática vivida pelos meus interlocutores (famílias de militares do Exército brasileiro) e que ocorreu na altura de minha terceira estada da pesquisa de campo numa cidade de fronteira amazônica no Brasil¹: o caso do sumiço dos fuzis.

Em posse de um soldado em serviço noturno na organização militar da região, duas armas de fogo (fuzis) do Exército brasileiro foram entregues a um desconhecido (supostamente um traficante de drogas), como pagamento de uma dívida que o militar tinha com ele. O militar foi detido no quartel e questionado por seus superiores, mas suas informações eram imprecisas e os fuzis permaneciam perdidos.

O desaparecimento dos fuzis, pelos olhos dos militares, comprometia uma das grandes justificativas da presença militar na Amazônia: a “soberania e defesa nacional”. E evidenciava, portanto, uma possível fragilidade nas operações que o Exército mantinha na região, configurando esta situação como alarmante e grave para meus interlocutores.

De um lado, instaurou-se uma vigilância extrema no local: *blitz* e *infiltração* dos militares em vários pontos da cidade e nas áreas fronteiriças da região (havia rumores de que as armas já não estavam em território nacional) e uma grande tensão do comandante geral da Brigada militar (um oficial general) com o comandante da organização em que houve o furto dos fuzis (um oficial tenente-coronel). Destaca-se, nesse contexto, que o segundo é subordinado ao primeiro, mas que os dois comandantes eram as figuras centrais de comando no meio militar (o general administrava toda a unidade militar sob

¹ A trajetória e o tempo de etnografia realizados para a produção desta pesquisa serão discutidos em tópico posterior nesta Introdução (ver, *Percursos da investigação: sobre universo militar e mulheres, estratégias, efeitos e incursão etnográfica*).

o comando da Brigada ali instalada e o tenente-coronel comandava o Batalhão, unidade tática da Brigada)², e um possível desentendimento entre ambos poderia comprometer a ideia de grande solidariedade e união da organização. Além de colocar sob suspeita a *competência* da função de comando exercida pelo tenente-coronel, que, naquela altura, já era alvo de fofocas nos bastidores do convívio social das pessoas daquele grupo; esta situação também parecia comprometer sua *reputação* naquele universo.

De outro lado, as esposas dos militares fizeram, secretamente, um voto religioso: orações e jejum de uma de suas refeições diárias em troca do aparecimento dos fuzis no quartel. Na ocasião, eu, enquanto pesquisadora, só obtive a confirmação do jejum depois que o caso foi solucionado; mas havia notado que pairava algum *segredo* entre as minhas interlocutoras, que se mostravam preocupadas com a situação do roubo dos fuzis e, ao mesmo tempo, entre elas, brincavam com conversas sobre quais refeições gostariam de saborear ao longo do dia. Esta, aliás, parecia ser uma situação que despertava uma dupla leitura para o problema: de um lado, certamente havia a preocupação com o problema concreto de uma lacuna na segurança; mas, de outro lado, conectado a isso, era possível perceber que esse problema respingava em um desgaste das relações pessoais entre os oficiais e seus familiares. Ou seja, tudo apontava aqui para o fato de que o problema externo, digamos assim, potencialmente acionava um problema interno.

As medidas que seus maridos militares tomavam com relação ao problema, portanto, também eram geradoras de apreensão e fofoca entre as mulheres. Mais que isso, elas também estavam enfrentando a situação junto com eles, mas de uma maneira singular (o jejum religioso). Em menos de dois meses, os fuzis foram encontrados pelos militares e pude perceber um alívio geral (tanto dos homens quanto na roda de conversa das mulheres), com a ideia de um “restabelecimento da ordem” sendo aplicada naquele contexto. Houve uma ação conjunta entre militares e famílias (esposas), em que a ação feminina do *jejum* operou como um complemento da bem-sucedida investida militar

² A Brigada em questão (corpo militar comandado por um general-de-brigada, composto de batalhões ou equivalente) é responsável pela segurança e soberania da região do noroeste amazônico (Alto Rio Negro). Ela atua como uma unidade administrativa e de inteligência, planejando as operações na região e obtendo recursos para abastecer o seu contingente (com mantimentos, armamentos, combustível, etc.). E tem no Batalhão (comandado por um tenente-coronel, e que se subdivide em Companhias) a sua unidade guerreira: militares treinados para atuar na fiscalização e guarda das fronteiras. O Batalhão da região, portanto, apesar de subordinado à Brigada, comanda e coordena Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs) nessa localidade. Cada PEF (a menor unidade militar, composta de 20 a 50 soldados e geralmente comandada por um tenente) localiza-se ao longo da extensão da fronteira dessa região.

sobre o caso, e que nos mostra como as mulheres fazem (e se sentem) parte desse universo também. Havia, para apontar desde já, uma noção de sacrifício implícita em toda esta trama.

A situação relatada acima ainda se desdobra em uma série de questões: a atuação do Exército na região e seus ideais militares, inclusive pelo fato de que o soldado causador do furto era nativo da região amazônica; a tensão entre os comandantes e os desdobramentos dessa apreensão; as percepções da pesquisadora que estava em reunião com o comandante geral quando os fuzis foram encontrados e levados até ele; a lógica sacrificial presente nas práticas e discursos tanto dos militares quanto das famílias; entre outras possíveis considerações que serão retomadas ao longo da tese, mas com ênfase na repercussão e no olhar das famílias sobre tais questões. Ou seja, o destaque central remete à relação entre *Exército e família*, especificamente no cotidiano e participação feminina (das esposas) nos contextos do quartel e das vilas militares.

Objetivos e questões do trabalho

Esta tese trata de uma investigação etnográfica sobre as dinâmicas de socialidade nas vilas militares que se localizam em região de fronteira amazônica no Brasil: as relações de família, parentesco e amizade, conversas e narrativas cotidianas, o controle, julgamentos morais, alianças e inimizades na vida de famílias de militares, e, em particular, de um grupo de esposas de militares que acompanhei durante a pesquisa de campo.

Através da descrição e análise das formas de organização e aspectos do dia a dia de militares, cônjuges e filhos/as, o objetivo deste trabalho é problematizar e refletir *o que é militar* nessa família; bem como, *o que é familiar* para o Exército. Mais especificamente, propõe-se pensar o modelo e práticas nativas, buscando entender como os processos de intensa mobilidade territorial e as prerrogativas de hierarquia, disciplina e a associação com uma ideia de nação no universo militar produzem formas de parentesco e (des) familiarizações³ nas pessoas envolvidas nessas relações.

³ A ideia de uma (des)familiarização tem suporte no uso que Comerford faz do termo ao indicar que “familiarizar-se significa assim de algum modo passar a relacionar-se nos moldes desses eixos: passando a ser como um filho, como um irmão, como um pai, como uma mãe, há uma inflexão no modo de interpretar as ações dos outros que é ao mesmo tempo um reconhecimento coletivo e público do valor social, da dignidade e de algum grau de solidariedade e co-responsabilidade de uma unidade mais ampla vista ‘como uma família’ (...). Mas se dentro do círculo ‘familiarizado’ surgirem ações, e interpretações dessas ações, que consolidem uma percepção pública de que houve falta de respeito, haverá uma

Ao procurar relacionar conceitos e categorias analíticas e nativas, resalto que *família militar, movimentação/transferência, hierarquia e disciplina* constituem parte fundamental do vocabulário discursado pelos militares e familiares. Nessa direção, além de serem examinados enquanto categorias de análise, tomo o cuidado de tratá-los aqui como conceitos êmicos, apropriados pelos atores sociais. O esforço de compreender suas instrumentalizações e ressignificações na vida cotidiana e familiar, portanto, encontra-se presente na análise da tese. O mesmo tratamento será dado para categorias como *civil, militar, dentro e fora*, entre outras que são estabelecidas pela cosmologia nativa.

Destaca-se que a etnografia centralizou-se nas perspectivas das mulheres no universo estudado, porém, de forma geral, os interlocutores da pesquisa são militares do Exército brasileiro (Eb) e suas esposas e filhos/as que residiam em vilas militares no noroeste amazônico. Partindo da ideia de que o registro central na vida militar é operado pela hierarquia, em que “olhar para a hierarquia significa olhar para um fenômeno capaz de traduzir um mapa desse mundo [militar], entender uma conexão entre a fala e a conduta, entre o indivíduo e o grupo” (Leirner, 1997, p.111), cabe como esclarecimento e recurso fundamental para apreensão e entendimento de como as relações são construídas no cotidiano dessas pessoas, apresentar o quadro hierárquico do Exército brasileiro.

Assim, em ordem decrescente, o quadro apresenta a seguinte disposição: Oficiais – Oficiais gerais (general-de-exército, general-de-divisão, general-de-brigada); Oficiais superiores (coronel, tenente-coronel, major); Oficiais subalternos (capitão, 1º tenente, 2º tenente, aspirante-a-oficial). Praças – subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo, soldado. E opera numa cadeia de *comando-obediência* na qual o general-de-exército é o superior comandante e o soldado é o diminuto obediente.

Desse quadro também se desdobram a existência de círculos militares, divididos pelas hierarquias, por exemplo, círculos de oficiais que se subdividem em círculos de oficiais-gerais, círculo de oficiais superiores, círculo de oficiais intermediários e assim por diante. O mesmo ocorre com o círculo de praças. Esses círculos não representam apenas uma divisão regulamentar, mas são incorporados a fundo na conduta militar com o objetivo de permitir “o âmbito de convivência entre os militares da mesma categoria e a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em

‘desfamiliarização’ de todo um segmento (..), e portanto rearranjos nas fronteiras entre as unidades sociais (Comerford, 2003, p. 330, ênfases do autor).

ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo” (Brasil, Lei n.6880 de 09 de dezembro de 1980).

A terminologia nativa apresenta também uma diferenciação dos militares quando eles pertencem a um mesmo posto ou graduação, sendo a *antiguidade*, o elemento que define a hierarquia nessas situações e embute uma temporalidade ao sistema classificatório militar, em que as palavras *mais antigo* ou *mais moderno/jovem* são marcações para garantir a precedência hierárquica de um oficial general sobre outro oficial general, por exemplo. Dessa forma, o respeito pelas diferenciações de ambientes é estimulado no Exército, revelando uma exigência de manter a segmentação como princípio regulador e a mistura de círculos hierárquicos é algo que se procura evitar, sendo interpretada institucionalmente como uma *promiscuidade*, geradora de transgressões (Leirner, 1997). No entanto, veremos no corpo desta tese que a etnografia mostra um constante (embora muitas vezes conflituoso) “embaralhamento” dessas hierarquias nas relações entre as famílias dos militares.

Dito isto, temos que a família militar adquire para a instituição militar brasileira um caráter peculiar, ao ser entendida enquanto categoria que traduz uma ideia de coletivo da organização. Estabelece relações que devem ser calcadas em cumplicidade, solidariedade e respeito entre seus membros (afetos e deveres morais que os militares compreendem como condutas “naturais” da família), estendendo-se também para as relações entre seus cônjuges e filhos/as com outras famílias de militares. A família militar brasileira seria constituída, portanto, de um caráter englobante e segmentário: identifica o *todo*, a grande *Família Militar*, como uma comunidade composta de militares e seus familiares, mas também pode ser instrumentalizada para falar de partes da organização militar (os *irmãos* de armas, quadros, seções e unidades do Exército) ou para representar as relações de vizinhança entre cônjuges e filhos de militares como *parentes* (a proximidade física dessas pessoas e o compartilhamento de relações do cotidiano permitiria uma experiência familiar para além das relações consanguíneas).

No que se refere à vida de esposas e filhos de militares, o Exército estimula uma sociabilidade particular nesse contexto: relações de aliança e inimizade entre as mulheres dos militares que afetam e são afetadas pelas relações do quartel; a acentuação de hierarquias sociais pautadas pelas hierarquias do quartel; moradias padronizadas nas vilas militares (que seguem regras e arquitetura da instituição militar) e uma série de mecanismos e elementos que visam garantir o funcionamento da comunidade militar *como uma* família ordenada por princípios de hierarquia e disciplina (dimensões

estruturantes da instituição e que também são espelhadas na ideia de família patriarcal, em que há uma autoridade paterna, mas também são valorizadas relações de camaradagem e afeto entre parentes).

Desse modo, por um lado há uma unidade e intervenção institucional muito clara na vida das famílias de militares, com regras e prescrições definidas pela organização militar. No entanto, essa aparente uniformidade e “harmonia” da vida no quartel não significam que tudo seja “como deveria ser”. Assim, por outro lado, há as ações das pessoas que se dizem e sentem familiares nesse contexto, que fazem e desfazem relações, se envolvendo em conflitos, fofocas, alianças.

A proposta da tese, portanto, é pensar o Exército, por um lado, fazendo e desfazendo famílias através de um sistema de normas e condutas prescritivas que intervêm nas relações cotidianas das pessoas que fazem parte deste coletivo. Por outro lado, é ver como os familiares (em particular, as esposas de oficiais e sargentos do Exército brasileiro) se pensam nesse sistema e também fazem e desfazem família, dinamizando uma série de relações dentro de um convívio nas vilas militares na região de fronteira amazônica.

Em ambas as situações que são constituintes uma da outra e relacionáveis entre si (relações do Exército e práticas dos familiares), a família é alvo de um cuidado constante e de uma política atenta. A família é um elemento essencial nesse universo, e embora seja entendida como *dado*, reconhece-se que ela precisa ser *fabricada*. Verificasse, como notou Schneider (1984) a respeito da família norte-americana, a sua faceta biológica, baseada nos laços de sangue; porém, a família não é tomada como um *a priori*, sendo múltipla em suas várias instâncias e produzida através da atenção e controle a que os familiares e o Exército despendem uns sobre os outros. Exército e família, portanto, estariam vinculados e seriam mutuamente atualizados.

Ao me centrar nessa relação da família como Exército e Exército enquanto família, procuro pensar na multiplicidade, dinamismo e extensão dessa noção no contexto militar, que abrange uma série de problematizações mais amplas de gênero, espaço, mobilidade e hierarquia. Levando em conta que no cenário atual da antropologia brasileira, a família tem sido estudada sobre duas vias de investigação: uma que enfatiza a experiência direta dos sujeitos com o que eles consideram como esferas familiares, e a outra analisando a intervenção estatal na vida familiar – como os diferentes discursos principalmente na ação das políticas públicas, constroem uma visão normativa sobre família (Fonseca, 2010); a minha abordagem procura um ponto intermediário entre

essas duas linhas. Isto é, exploro como ambos (instituição e sujeitos) flexibilizam a família, de forma a produzir manifestações menos convencionais do parentesco (laços familiares mais abrangentes do que a família nuclear e associados a um compartilhamento de relações que extrapole os limites da consanguinidade). De certa forma, essa perspectiva se aproxima da noção de “relacionalidade”, de Carsten (2004)⁴. Nessa perspectiva, o parentesco ganha contornos que remetem também (mas não somente) à produção do parentesco para além das relações consanguíneas, buscando questionar as premissas biológicas que subjazem à definição tradicional de parentesco e família⁵.

O lugar da Amazônia para os militares brasileiros.

O universo de estudo que abrange a parte principal da pesquisa compõe-se de vilas militares na região noroeste da Amazônia brasileira, localizadas no município de São Gabriel da Cachoeira (SGC). A minha atenção está voltada para como as famílias de militares se organizam e vivem durante sua estada transitória nessa região (que pode variar de um a cinco anos, de acordo com as funções e posições de carreira do cônjuge militar) e o que esses processos nos revelam em termos de construções de família e parentesco do grupo estudado.

Num aspecto geral da profissão, a ida do militar à região entraria no quadro de trânsito constante pelo qual, oficiais e praças do Exército brasileiro precisam passar para a construção de suas carreiras na organização militar (a alta mobilidade geográfica não é só entendida como uma das características desta profissão, mas é devidamente regulamentada, sendo considerada como decorrência dos deveres e obrigações do militar)⁶.

⁴ Bem como de outra noção bastante similar que é a de “mutualidade do ser”, proposta por Sahlins (2013).

⁵ Sobre os estudos recentes na antropologia brasileira, destaco algumas temáticas que procuraram alargar as noções de família e parentesco correlacionando-as com outras dimensões de análise. A primeira é sobre o vínculo entre política e família, discutido por Comerford (2003), Marques (2002) e Villela (2009). E a outra (Machado, 2010) trata da forma como os deslocamentos e migrações têm produzido parentesco e vice-versa (reflexão que procura adaptar, em particular, o conceito *relatedness*/relacionalidades de Carsten).

⁶ Segundo o Capítulo I do Decreto n. 2.040, de 21 de outubro de 1996: “Art. 1º Este Regulamento estabelece princípios e normas gerais para a movimentação de oficiais e praças da ativa do Exército, considerando: I. o caráter permanente e nacional do Exército; II. o aprimoramento constante da eficiência da Instituição; III. a prioridade na formação e aperfeiçoamento dos Quadros; IV. a operacionalidade da Força Terrestre em termos de pronto emprego; V. a predominância do interesse do

Sendo assim, a área é um dos possíveis locais de passagem de militares e familiares brasileiros (no caso do estudo, oficiais e praças da ativa do Exército), a maioria oriundos das regiões sul e sudeste do país. E, por se tratar de uma região isolada de grandes centros urbanos, condensa um pequeno (entre oficiais e subtenentes e sargentos, no ano de 2010, a guarnição militar comportava 594 militares⁷), mas significativo efetivo militar que se desloca para a localidade, acompanhado, na maior parte dos casos, de suas famílias. Essa evidência permite-nos, de modo privilegiado, uma observação *in loco* das relações entre familiares nas vilas militares⁸ e os efeitos do quartel nesse coletivo de pessoas.

Dessa forma, desde já, enfatizo que não é pretensão deste trabalho discutir a fundo a ação militar na região, o que certamente envolveria um estudo específico que dê conta dos múltiplos desafios políticos, culturais e ambientais do norte do Amazonas. Também não busco aprofundar e relacionar as fusões e fissões entre os vários grupos que ali coexistem (militares e populações indígenas diversas, ambientalistas, políticos, missionários, etc.). A área de fronteira amazônica em que a pesquisa foi realizada é considerada peculiar: “eticamente diferenciada e articulada como um complexo multicultural, transnacional e multilinguístico, majoritariamente indígena e formalmente educada há gerações pela escolaridade salesiana no contexto histórico FAB⁹-Missões,

serviço sobre o individual; VI. a continuidade no desempenho das funções, a par da necessária renovação; VII. a movimentação como decorrência dos deveres e das obrigações da carreira militar e, também, como direito nos casos especificados na legislação pertinente; VIII. a disciplina; IX. o interesse do militar, quando pertinente; X. a racionalização dos recursos destinados à movimentação de pessoal.

Art. 2º O militar está sujeito, em decorrência dos deveres e das obrigações da atividade militar, a servir em qualquer parte do País ou no exterior” (Brasil, 1996).

⁷ Dados cedidos no ano de 2010 pelo comando da Brigada do Exército brasileiro na localidade. Não contabilizei na somatória mencionada, o número de cabos, soldados e taifeiros (que correspondiam a 1.310 pessoas), pois não fazem parte da minha amostra de pesquisa e a maioria deles são pessoas da própria região amazônica que trabalham em caráter temporário no Exército, dispondo apenas de uma habitação militar específica com somente 10 residências para cabos e soldados. No âmbito dos espaços de convívio e lazer de oficiais e praças, esses cabos e soldados não participam dessa rede de relações na região, configurando-se como distantes e diferenciados, sobretudo por estarem na base da hierarquia militar.

⁸ As vilas militares serão analisadas com mais detalhe no Capítulo II, mas cabe mostrar que a guarnição do Exército na cidade (o que não inclui as moradias dos pelotões de fronteiras que se encontram em áreas mais afastadas do município) comportava, no ano de 2012, 11 vilas militares, totalizando 312 residências direcionadas a militares e seus familiares. Dessas 312 unidades domésticas, 288 residências eram habitáveis (pelo fato de que 24 delas ainda estavam em construção na época da pesquisa), sendo: 62 destinadas a oficiais, 216 a subtenentes e sargentos e 10 residências para cabos e soldados. Esses dados foram fornecidos pelo comando da Brigada do Exército brasileiro no ano de 2012.

⁹ Força Aérea brasileira.

apesar de estar interligada ao resto do país apenas por um rio e pequenos aeroportos” (Ricardo, 1991a, p.101).

A saber, há estudos que se dirigem ao caráter político do projeto de ocupação militar na área (em particular, o Projeto Calha Norte, inicialmente planejado em 1985 e seus desdobramentos ao longo das últimas décadas) ¹⁰. Existem discussões a respeito das negociações e conflitos entre militares e indígenas na implementação e viabilidade desse projeto político-militar que, paradoxalmente, colaborou na criação e fortalecimento de organizações indígenas que, divergindo das ações militares, consolidaram um espaço de luta pela demarcação de terras indígenas na fronteira no período, em particular, de 1987-1990 (Ricardo, 1991b). Há, em menor produção bibliográfica, mas com uma relação mais direta ao meu tema, análises históricas e antropológicas sobre a questão amazônica apreendida pela visão dos militares (Castro e Souza, 2006; Leirner, 2006, Marques, 2007) e relatos etnográficos sobre a relação índios e militares (Mélega, 2002; Lasmar, 2008; Leirner, 2013).

Há também um rico e extenso material etnográfico que narra as particularidades da região pela perspectiva dos povos indígenas, suas crenças e cosmologias, relata e narra uma historiografia sobre os contatos entre brancos e índios, mas cuja ênfase está no conhecimento tradicional dos povos que lá habitam muito antes da presença do Exército (e militares são sempre atores coadjuvantes – e muitas vezes tomados como “inimigos” – nas análises) ¹¹. Assim, a temática da Amazônia é ampla e desenhada com múltiplos olhares e distintas reflexões que não serão pormenorizadamente detalhadas nesse texto.

No entanto, para o momento é importante destacar dois pontos: quais as motivações e implicações para os militares de uma movimentação para a região de

¹⁰ O Projeto Calha Norte (PCN) implantado durante o primeiro governo civil pós-ditadura (1985-89) “apontava já para uma orientação militar voltada para o norte do país, embora ainda fortemente marcada pelo anticomunismo da Guerra Fria. À época a principal justificativa para o aumento da presença militar na região, com o melhoramento e a instalação de vários pelotões de fronteira, era a ameaça de interferência cubana nas crises vividas pela Guiana e pelo Suriname. O fim da Guerra Fria acrescentou novos temas a essas antigas percepções. (...) o mundo pós- Guerra Fria fez surgir um novo rótulo para um velho tema: a ‘cobiça internacional’ reaparece vestida com a roupagem das pressões pela ‘internacionalização’ daquela imensa área do país, no quadro das preocupações mundiais com a extinção da floresta tropical ou com a proteção dos direitos dos povos indígenas.” (Martins Filho, 2006, p. 14-15). O PCN, portanto, visava o fortalecimento da expressão do poder nacional, verificação de fronteiras, integração e desenvolvimento da região norte. Mais sobre esse projeto, seus desdobramentos e as discussões sobre Amazônia e militares ver, Oliveira, 1990; Furniel, 1993; Cavagnari, 2002; Andrade, 2003; Nascimento, 2005 e Lourenção, 2006.

¹¹ Há uma extensa bibliografia sobre o tema, no entanto, destaco: Hugh-Jones, 1988; Wright, 1991 e 1992; Niemuendaju, 1982; Stradelli, 1991; Carneiro da Cunha, 1992; Oliveira, 1995; Meira, 1996; Andrello, 2006.

fronteira no país; e mencionar como a questão amazônica foi tomada como um assunto central para o Exército brasileiro, em especial como elementos históricos foram buscados para legitimar essa ideia (Castro e Souza, 2006; Leirner, 2006; Marques, 2007).

A mudança de um militar para a Amazônia pode ser resultado de uma escolha pessoal quando se tem que elencar uma lista de cidades que ele se “voluntaria” para prestar seu serviço. Também pode ser uma opção, dentre uma série de outras cidades/regiões que o militar deve escolher a partir de um repertório predefinido pela organização militar com relação ao seu serviço/função/posto/curso. Além disso, pode ser uma convocação direta da corporação, mesmo não sendo uma escolha pretendida pelo militar. Isto é, todas as decisões envolvem um aval institucional (há um departamento específico para esse controle e gerenciamento dos deslocamentos geográficos, o DCEM – Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentações). Mas, cabe salientar que, há algumas décadas atrás, o militar destacado para servir em uma unidade de fronteira poderia significar uma forma de punição institucional (Stevaux, 1996, p.39) e até mesmo, num quadro mais recente (década de 2000), eu ouvi meus interlocutores remeterem a um caso em que o oficial diretor do DCEM priorizou transferir as pessoas para as regiões que elas elencavam como suas últimas escolhas de serviço, o que resultou em muitos militares sulistas indo para áreas de fronteira no norte do país.

Esse caráter de “punição” é relacionado com as “agruras da vida na selva, que exige do militar e de seus familiares vários sacrifícios, e ao significado atribuído à missão: contribuir para a manutenção da integridade territorial do Brasil” (Marques, 2007, p.94). A selva, tomada por um local verde, imenso e isolado, caracterizada por um vazio demográfico, significa para os militares, como já destacou Leirner (2013), olhar para uma região cujo Estado estaria ausente. Portanto representaria um domínio do imprevisível e do perigo para os militares, um espaço que precisa ser domesticado (cujo inimigo não são só os estrangeiros e a “cobiça internacional”, mas também a própria selva). Esta tarefa é o que tomaria a missão do Exército brasileiro de servir na região numa lógica sacrificial e, que hoje, ao contrário de ser entendida como uma experiência negativa, é recorrentemente valorizada pela instituição militar, pois congrega valores e deveres pelos quais é esperado que o militar atue (propiciar o “civismo” à região,

resguardar e defender as fronteiras, demonstrar o “amor à pátria” acima de qualquer interesse pessoal e o “espírito de corpo”).

Assim, a Amazônia parece operar, na ideologia nativa, uma ideia institucional de sacrifício (de uma área sensível em termos de poder se tornar um teatro de guerra e de um grande esforço para um empreendimento civilizador do Exército para levar o Estado para a região), ao mesmo tempo em que há os sacrifícios cotidianos que militares e suas famílias enfrentam com as dificuldades que encontram durante sua estadia na região.

A ideia de uma presença militar brasileira na Amazônia, a defesa e o aumento de tropas a partir da década de 1980, se justificam por uma série de elementos históricos que os militares “deslocaram” e utilizaram como retórica para “inventar” uma autorrepresentação militar da formação da nacionalidade, que conecta a campanha da expulsão holandesa de Guararapes¹² no século XVII com a ameaça de uma “internacionalização” da Amazônia (Castro, 2002; Castro e Souza, 2006; Leirner, 2013).

(...) em Guararapes, teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros. A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das “três raças” vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio. (...) Na época da batalha, o Brasil ainda não era uma nação independente: esteve sob domínio espanhol entre 1580 e 1640, retornando em seguida à condição de colônia portuguesa. No entanto, a metrópole pouco se envolveu na luta, ficando a tarefa de expulsar os holandeses por conta quase que exclusivamente da “gente da terra” (Castro e Souza, 1996, p.63).

Essa ideia, que pretendia criar um vínculo indissolúvel entre o Exército e a nacionalidade brasileira, também passou a associar, para os militares, a representação de luta contra uma “cobiça internacional” sobre a Amazônia, visto que “além de ‘modeladores da nacionalidade’, os bravos do Guararapes teriam sido também inovadores na arte militar, dando nascimento à ‘doutrina militar brasileira’”. (Idem,

¹² “A Batalha dos Guararapes foi um evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654: mesmo inferiorizadas numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas), derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado”. (Castro e Souza, 2006, p. 63), A data passa a ter tamanho simbolismo para o Exército brasileiro que, em 1994, o ministro do Exército criou o Dia do Exército na data de realização dessa primeira batalha (19 de abril de 1648).

p.64). Somado ao caráter místico com que foi ressignificada a ação dos primeiros colonizadores ao fincarem a bandeira portuguesa na Amazônia, essas representações do passado foram “misturadas” com representações presentes sobre a presença militar na Amazônia e estabeleceu-se um *continuum* relacional entre ambas, consolidando a ideia de uma soberania brasileira sobre a região.

Dessa forma, a região de fronteira é considerada uma *guarnição especial/localidade especial categoria A* pela instituição, o que implica um lugar caracterizado por uma grande importância estratégica e simbólica, mas em um espaço inóspito e com condições que os militares classificam como precárias de vida (falta ou defasagem de educação, transporte, saúde, comércio). Além da valorização de várias características inerentes da carreira militar, o que também inclui prêmios simbólicos como a concessão da *Medalha de Serviço Amazônico* que condecora militares que tenham prestado relevantes serviços em organizações militares da Amazônia¹³; servir em uma *guarnição especial/localidade especial categoria A* confere outras formas de gratificações ao profissional: 20% a mais do soldo (salário) em seus vencimentos, a incorporação de oito meses de serviço a cada dois anos servindo na região (o que, futuramente, facilita promoções e aposentadoria) e ajuda de custo em dobro para a transferência geográfica (gastos com a mudança de ida e volta da família). E, no caso das praças, o tempo mínimo para permanecer na guarnição é de dois anos, podendo o militar solicitar uma nova transferência territorial depois desse período¹⁴.

Percursos da investigação: sobre universo militar e mulheres, estratégias, efeitos e incursão etnográfica.

A experiência de pesquisa com militares e suas famílias na região de fronteira amazônica no Brasil ocorreu entre os anos de 2010 e 2012, com duração de 170 dias de pesquisa de campo divididos nesses três anos. No ano de 2010 foram realizadas duas incursões etnográficas nos meses de fevereiro e julho na cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC). Em 2011 realizei quatro meses de trabalho de campo na mesma cidade, divididos em duas etapas: de meados de abril ao final de junho e durante o mês

¹³ A Medalha foi instituída pelo Decreto n. 93.209, de 03 de setembro de 1986 que, posteriormente foi revogado e substituído pelo Decreto n. 4.622 de 21 de março de 2003.

¹⁴ Os dados a respeito da classificação e características da *guarnição especial/localidade especial categoria A* foram retirados do site do DCEM. Disponível em: <[http://portal.dcem.dgp.eb.mil.br/documentos/Livreto%20Gu%20Esp%20x%20Loc%20A%20x%20Loc%20B%20\(MD-EB\).pdf](http://portal.dcem.dgp.eb.mil.br/documentos/Livreto%20Gu%20Esp%20x%20Loc%20A%20x%20Loc%20B%20(MD-EB).pdf)> Acesso em 30 de Dezembro de 2012.

de agosto. Nestes dois anos também visitei alguns pelotões de fronteira da guarnição militar da região, unidades menores e mais afastadas que se encontram na parte mais limítrofe da região noroeste amazônica.

E no ano de 2012 a pesquisa foi dividida em três fases e também em três localidades: a primeira, ainda na cidade de SGC, teve duração de dez dias no mês de maio. A segunda parte da etnografia ocorreu em junho, com duração também de dez dias, numa nova localidade do Amazonas e eu estava acompanhando uma das famílias que conheci no campo em 2011, a qual havia sido transferida para este novo lugar. E a terceira parte foi uma breve visita e conversas com famílias e mulheres militares no Rio de Janeiro, no Edifício da Praia Vermelha (EPV) e na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Esta terceira fase de 2012, embora aparentemente desconectada com o universo inicial do estudo, serviu de complemento e observação interessantes para uma maior compreensão de vivências anteriores relatadas por esposas de militares na Amazônia.

A permanência em campo em anos distintos e espaços não tão longos, ao invés de um extenso período contínuo, devem-se à tentativa de apreender o dinamismo nas relações das e entre as famílias na vida militar. Nos períodos da etnografia houve a despedida de famílias da localidade, assim como a chegada de outras novas famílias. Houve a troca de comando da organização militar que também reconfigurou relações no cotidiano das pessoas; assim como a experiência de uma família em duas localidades distintas, em que atribuições e condutas diferenciadas da esposa e do marido com relação ao ambiente do quartel e convívio na vila foram percebidas em cada lugar. Essas várias experiências, mesmo que fragmentadas, possibilitaram o entendimento do objeto de estudo que se caracteriza por essas movimentações constantes de lugar (geográfico); movimentações de posição hierárquica na estrutura militar (quando o cônjuge militar é promovido ou assume novas funções em uma nova localidade, há condutas e relações que mudam de perspectiva para os agentes); e das idas e vindas de novos (ou velhos conhecidos) vizinhos (outras famílias de militares) na vila militar.

Toda essa pesquisa de campo procurou levar em conta quatro questões. Por um lado apreendeu-se a pesquisa antropológica enquanto relação social, em que na relação observador/observado é preciso colocar em “ressonância interna dois pontos de vista completamente heterogêneos”, sempre tendo em mente a ideia de que o ponto de vista do antropólogo não pode ser o do nativo, mas o da sua relação com o ponto de vista nativo (Viveiros de Castro, 2002, p. 123). O que interessa nessa posição é o que se põe

em relação quando se realiza uma pesquisa de campo, como se resolve a negociação entre os problemas do antropólogo e os problemas dos seus interlocutores e em como se dá a relação desses dois mundos possíveis. Em segundo e correlacionado a essa primeira ideia, a pesquisa compreendeu que o processo de ir a campo é também levar consigo a bagagem bibliográfica acumulada ao longo da trajetória acadêmica.

Num terceiro ponto, assumiu-se que os militares são um objeto de estudo pouco usual na antropologia brasileira (devido a certo estranhamento dos antropólogos em se aventurar num universo que carrega o peso político de um passado ditatorial, ao mesmo tempo em que a instituição militar emprega uma série de burocracias, controles e ordenamentos hierárquicos que podem dificultar o acesso do pesquisador)¹⁵. E em quarto, somando-se a essas questões, temos o fato de que a instituição militar também é caracterizada como um espaço em que diferenças entre estilos de masculinidades e feminilidades¹⁶ são consideradas padrões e modeladas por uma tradicional divisão sexual do trabalho e por uma dimensão hierárquica em um sentido etário, e que isso se reflete no fato de eu ser uma pesquisadora mulher, com uma idade compatível com a de um jovem oficial.

A partir desse cenário, portanto, pretendo mostrar neste tópico a forma como se realizou esta pesquisa, que enfoca um discurso e experiência feminina (uma pesquisadora mulher que pesquisa mulheres) e em que, a própria pesquisadora também foi objeto de atenção, passível de múltiplas posições dependendo do contexto e de quem observava minha atuação no campo.

Destaco que não tenho familiares nem tive contato com militares antes de iniciar meus estudos nessa área, e o processo de aproximação com esse universo ocorreu primeiramente com as reflexões que Celso Castro ([1990] 2004) e Piero Leirner (1997) teceram sobre os aspectos internos da organização da instituição militar brasileira e o

¹⁵ Reflexões, dificuldades de acesso e descrições de pesquisas antropológicas sobre militares encontram-se no livro *Antropologia dos Militares*, organizado por Celso Castro e Piero Leirner (2009).

¹⁶ Tal qual Piscitelli (2006) apreende em sua pesquisa, considero estilos de masculinidades e feminilidades, respectivamente, as maneiras de ser homem e de ser mulher no universo pesquisado, levando em conta que apesar das características designadas a cada estilo valerem-se de atributos que denotam a um par binário e contrastivo (homens como detentores do monopólio da violência e mulheres como mais sensíveis e pacíficas, por exemplo), nos processos de atribuição de gênero há possibilidades de ampliar essas versões e os agentes (homens e mulheres), em determinadas situações, combinarem de maneiras diferentes os atributos tidos como femininos e masculinos.

esforço de compreender certas categorias nativas essenciais dos próprios militares¹⁷. A construção de distinções simbólicas entre “mundo militar/dentro” e “mundo civil/fora”, constituíam como parâmetros da formação de uma identidade militar (o que Castro chamou de “espírito militar”, marcado pela incorporação de valores, como ideais de coletividade, união e camaradagem, moralidade e a predominância da coletividade sobre os indivíduos). Além disso, de certa maneira este tipo de dualismo também aparece muitas vezes concatenado a outro, que é a relação amigo/inimigo.

De modo geral, as características descritas por esses autores (a compreensão da instituição militar como um espaço de trabalho e socialidade diferenciado de aspectos mais gerais da sociedade ampla e talvez até do resto do Estado¹⁸, por compor uma temporalidade e historicidade próprias calcadas em condutas e regras específicas que têm como fio estrutural uma cadeia de comando hierárquica), também se mostraram evidentes no contato entre antropólogos e militares na pesquisa de campo, sobretudo a experiência de “sentir-se civil” (Castro, 2009). Leirner (2009) amplia a questão, indicando que a etnografia nesse meio seria pensada através de um “sistema da guerra”.

Não se trata de simplesmente reproduzir o argumento nativo. Procurando uma noção que desse conta desse argumento, percebi que a guerra não poderia ser compreendida como fato concreto, mas antes como relação, e este é um ponto com o qual estamos mais acostumados na antropologia. Estou entendendo a guerra como uma modalidade de relação social, a relação entre inimigos recíprocos. Enfim, não há como a noção nativa deixar de afetar minha própria noção e, assim, procurarei a partir desta indexar também outras. A “aliança”, por exemplo, ou a “troca”. (...) Em campo, a “aliança” foi tarefa de uma agenda de “estreitamento de laços”; a “troca” entre instituições e entre o etnógrafo e seus pesquisados englobada pela hierarquia e pela disciplina — efeitos da cadeia de comando. Tais relações, digeridas por um cotidiano militar que está imbricado à guerra, de algum modo também foram transferidas para o etnógrafo. A

¹⁷ Estes trabalhos são considerados pioneiros na área de estudos sobre militares no Brasil. Sobretudo, porque tradicionalmente os cientistas sociais veem estudando com primor os militares brasileiros na arena política, em decorrência do advento do golpe militar no Brasil na década de sessenta, e da sucessão, nessa mesma época, de governos militares em quase toda a América do Sul. Há duas revisões bibliográficas sobre o estudo das Forças Armadas sob o viés da ciência política e sociologia: Coelho (1985) e Zaverucha e Teixeira (2003).

¹⁸ Ver Leirner, 2013.

etnografia, neste caso, passou a ser uma extensão lógica da guerra — uma relação à maneira dos militares (Leirner, 2009, p.70).

Assim, acrescenta as categorias “amigo” / “inimigo” do Exército como posições também estabelecidas na relação pesquisado – pesquisador nesse contexto. Nesse sentido o “civil” / “pesquisador”, “pode ser considerado um *Amigo do Exército* – alguém que pode, sobretudo, representar a possibilidade de concretização de uma proposta ou de um projeto político *comum*” (Leirner, 1997, p.22. Grifos do autor). Esses polos, além de circunstanciais, são também segmentários. Como amigo e/ou inimigo, o pesquisador pode ocupar uma série de posições durante a pesquisa de campo com militares, como por exemplo: a de “aluno” (alguém que está no status de aprendiz, ou melhor, de “iniciante” nos assuntos sobre a vida militar), “professor”, “pesquisador”, “porta-voz do Exército”, elo entre a universidade civil e academia militar, etc. (Silva, 2010).

Dessa forma, o exercício de compreensão da visão de mundo ordenada pelos militares é uma estratégia fundamental para o acesso a esse campo de estudo e o pesquisador precisa estar atento e saber lidar com uma reunião de espirais burocráticas, ideal hierárquico e disciplinar, vigor físico, precisão, vestimentas adequadas e linguajar próprios da organização. Ao mesmo passo em que essas características revelam-se como uma via de acesso à pesquisa, também podem representar obstáculos inerentes ao estudo, de forma a inviabilizar objetivos e planos de trabalho nessa área. Os obstáculos podem ser desde uma longa e extensa cadeia de acontecimentos que passa pela hierarquia para aprovação do trabalho, com questionamentos contínuos sobre as intenções da pesquisa, até um “controle” institucional da forma como será conduzida a investigação do pesquisador. O controle, nesse quadro, é entendido como um forte mecanismo de fiscalização e vigilância da corporação militar sobre como o pesquisador vai empregar os métodos para realizar o estudo e, muitas vezes, é monitorado pela figura do *oficial de ligação* – militar ordenado pela instituição a acompanhar, prestar assistência e estar atento ao pesquisador durante o desenvolvimento de seu trabalho na instituição.

Partindo do entendimento de que há essas especificidades na pesquisa com militares, a minha escolha em estudar suas famílias em região de fronteira, decorreu do desenvolvimento de meus dois trabalhos anteriores sobre a temática de gênero e família no universo de pessoas (em particular, mulheres) que trabalhavam, estudavam ou eram

cônjuges de oficiais que serviam em academias e instituições de ensino militar. A pesquisa de graduação (Silva, 2006) procurou compreender as formas de masculinidades e feminilidades geradas com as mulheres nas Forças Armadas brasileiras, em especial, com relatos das cadetes da Academia da Força Aérea (AFA, localizada em Pirassununga/SP) e do Instituto Militar de Engenharia (IME, Rio de Janeiro/RJ). A pesquisa de mestrado (Idem, 2010) buscou analisar pelo discurso das famílias e da instituição militar a relação que se estabelece entre essas duas esferas, entrevistando famílias de oficiais militares na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman, instituição do Exército brasileiro localizada em Resende/RJ).

O interesse por explorar o cotidiano de famílias de militares ocorreu inicialmente em um evento realizado na AFA, que reunia estudantes de universidades civis e alunos das academias das Forças Armadas, quando pude observar um grande número de cadetes (principalmente homens) que estavam noivos. E escutar de alguns deles que assim que se formassem, iriam se casar e que a futura esposa iria acompanhá-los em sua primeira transferência enquanto oficiais tenentes. Um elevado número de cadetes *comprometidos* e a ideia de que a família pudesse ser entendida como componente interno da instituição (como Castro e Leirner já procuraram dar indícios nos seus estudos, mesmo não desenvolvendo essa questão), me levou a investigar as características das famílias de oficiais na Aman.

Dentre os relatos coletados naquela Academia, a ideia de que viver em região de fronteira resultava uma experiência diferenciada e de maior sofrimento na vida dessas pessoas (pelo isolamento geográfico, dificuldades maiores de emprego e escola para esposa e filhos, mas de um convívio mais intenso com outras famílias de militares), me despertou interesse em saber mais sobre essas características que as famílias poderiam vivenciar nesses espaços mais distantes de grandes centros urbanos. Isto porque, entre outras coisas, a região de fronteira, especialmente a assim chamada “calha norte” amazônica, foi palco de inúmeras manifestações públicas da instituição militar desde a década de 1980, e ali parece, sem dúvida, mobilizar de maneira mais intensa o imaginário militar sobre uma série de elementos relacionados às noções de “amigo e inimigo”. E, mais que isso, procurava confrontar e compreender melhor, empiricamente, o que chamei no mestrado de um “modelo da família militar” no Brasil (Silva, 2010; 2013), já que poderia ver como isso era testado em um campo que cotidianamente parecia oferecer diversos elementos novos em relação à vida em centros urbanos e academias militares, com todo seu controle.

O fato de ter essas duas primeiras pesquisas realizadas dentro de academias militares, com uma centralidade evidente da dimensão institucional tanto no meu acesso ao objeto de estudo, quanto na apreensão militar de que até as relações mais “privadas” e de lazer (relação cônjuge e filhos, círculo de amizades, por exemplo) passam por uma tutela da organização, também me motivou a tentar estratégias não usuais de incursão metodológica e a buscar lugares de pesquisa que não fossem centros de formação de pessoal. Logo, nos dois primeiros casos, minha agenda e planejamento de pesquisa dependiam diretamente da disponibilidade da instituição em me atender e “convocar” as pessoas a serem entrevistadas¹⁹, e, conseqüentemente, as entrevistas eram o meio de acesso e o espaço de convívio com meus interlocutores. Assim, a nova intenção de pesquisa para o doutorado, além de dispor de um tempo maior para desenvolvimento do trabalho do que os estudos anteriores, era a de tentar uma margem de manobra dessas “amarras institucionais” e buscar uma convivência com meus interlocutores que alargasse a experiência das entrevistas, isto é, que me colocasse nos espaços cotidianos e corriqueiros que as famílias viviam.

Ressalto que, o entendimento adquirido na análise da graduação e do mestrado, e a bagagem bibliográfica acumulada, foram ferramentas essenciais para a pesquisa de campo no doutorado. Isto atuou principalmente em relação ao mecanismo de controle e hierarquia que se opera dentro da instituição militar, mas também na compreensão de como as mulheres se percebem e são percebidas nessa organização (como mulheres, militares, esposas, e/ou tudo junto). E, nesse ponto, a questão de gênero, torna-se uma variável constante não só sobre meu objeto de estudo, mas também sobre os efeitos que eu, enquanto pesquisadora mulher, compartilho neste contexto. Desse modo, as formas relacionais de masculino e feminino podem, e talvez devem ser inseridas na discussão sobre “dentro”, “fora”, “amigo”, “inimigo”, “militar” e “civil” na perspectiva do fazer

¹⁹ A ideia de “convocar” entrevistados remete ao fato de que em ambas as pesquisas, da graduação e do mestrado, houve uma intermediação institucional. Não no sentido de “escolher” determinadas pessoas para a minha pesquisa, mas de participar da seleção de quem eu iria entrevistar (de certo modo, mostrar que havia um controle atento sobre meu trabalho). No primeiro caso, as pessoas eram alunas de uma academia militar e, na medida em que as alunas estavam de folga entre uma aula e outra na academia, elas eram chamadas por uma oficial para me concederem a entrevista. No segundo caso, já tratando de militares e suas esposas, uma oficial tinha uma lista de todos os militares casados na organização, e ela entrou em contato com parte dessas pessoas e as que se dispuseram a participar da minha pesquisa foram entrevistadas. As duas oficiais foram minhas *oficiais de ligação* na época das respectivas pesquisas, militares responsáveis por auxiliar, orientar e ver o andamento do trabalho que eu desenvolvia. Sobre essas duas experiências ver, Silva, 2009.

campo, e problematizadas também em termos de como o objeto apreende tais relações de gênero.

Logo, para poder compreender como minha pesquisa atual se realizou, é preciso também entender as percepções das (e sobre as) mulheres na instituição militar. A organização é marcada por ser ainda predominantemente masculina em seu efetivo e pelo fato de que, tradicionalmente, vem incorporando mulheres como “esposas” dos militares. Ser esposa de militar, como vamos ver e explorar ao longo da tese, no contexto de uma organização que estimula um estilo de vida muito particular, demanda uma série de obrigações e condutas às mulheres: alta mobilidade geográfica, distanciamento da família de origem, o papel de produtora da casa (relações no âmbito privado) e de realizadora ou participante ativa de atividades de cunho assistencial e solidário (papel público), ser cuidadora e vigilante nas suas ações e nas ações das outras esposas (sobre o modo como se veste e sobre o que se fala com outras famílias para preservar a moralidade da carreira do marido), prestar solidariedade a outras famílias, etc.

Além disso, como vimos logo no começo desta tese, espera-se muito de uma lógica sacrificial das esposas, e junto delas dos filhos, como condição de emancipação de uma “família” do ponto de vista nativo. A mulher-esposa, portanto, é parte integrante da *Família Militar* e vivencia uma “feminilização” de suas ações e relações em seu cotidiano na vila militar; mas, de outro lado, essa “feminilização” só pode existir com uma contrapartida, que é a extensão da lógica da guerra ao plano da família, que pode ser pensada em termos da noção de sacrifício, e que em certa medida é um atributo visto como “masculinizador”.

Por outro lado, quando as Forças Armadas brasileiras passaram a admitir mulheres como militares²⁰, essa situação trouxe novas formas de relações nesse meio, apesar de ainda ser composto de diversas e engessadas limitações para um desenvolvimento pleno da carreira como militares que, na maior parte das vezes, recai sobre a secular associação de mulheres com uma ideia de feminilidade associada à paz, e de homens com masculinidade e guerra (Carreiras, 2004). Há, portanto, uma naturalização na vida social nativa sobre gênero, cujo discurso simbólico é orientado

²⁰ No Brasil, as Forças Armadas passaram a admitir mulheres em sua corporação, de forma voluntária, a partir de 1980 na Marinha, 1982 na Aeronáutica e 1992 no Exército (Silva, 2006). Atualmente, o Exército é a única força que não admite mulheres como cadetes (formação profissional em uma academia militar), porém uma lei sancionada pela Presidente da República em 2012 estipulou o prazo de até 2017 para a integração de mulheres nessa situação (Lei n.12.705).

por uma tradição que valoriza e aprecia o homem na sociedade, evidenciando a existência de um conjunto de valores que ressalta as diferenças entre os sexos de uma maneira hierárquica (uma dominância masculina sobre o feminino)²¹.

Mas, por outra perspectiva, minha análise procura apreender gênero enquanto categoria empírica e relacional, partindo da ideia de que são nas relações que os sujeitos se produzem e que são atribuídas as percepções do masculino e/ou feminino, de acordo com determinadas situações sociais e que o masculino pode ser percebido contendo o feminino e vice-versa. (Strathern, 2006; Kofes, 1993)²². A família militar só pode operar numa espécie de registro dialético, se por um lado investe numa visão bastante “tradicional” ou burguesa de papéis femininos, por outro compreende que a mulher é parte *relacional* de uma instituição masculina, e através desta, englobada também pela lógica da guerra, ponto para o qual é preciso que a mulher também esteja investida de uma potência masculina latente.

Dessa forma, no processo de incorporação (e a palavra não está aqui jogada à toa, é tornar-se corpo, literalmente) das mulheres como militares é que podemos observar, com mais clareza, uma alternância dos estilos de feminilidades e masculinidades, um jogo de alteridades que elas vivenciam no quartel (“ser mulher” e/ou “ser homem” em determinado conjunto de relações).

Sobre essas percepções e relatos das mulheres em contexto militar no Brasil (sobretudo alunas em processo de formação), conforme minha pesquisa de 2006 na

²¹ Sobre a discussão simbólica e cultural de uma naturalizada e biologizante ideia de “dominação masculina” presente nas sociedades ocidentais, ver Françoise Héritier (1989) e Pierre Bourdieu (2003).

²² Kofes (1993) enfatiza as experiências concretas dos sujeitos e pensa em gênero como um alargamento do campo categórico e de sentidos, não havendo oposição, exclusão ou substituição (entre as categorias mulher/homem e/ou gênero). Para Strathern (2006) gênero é uma forma de criar e manifestar diferenças que assume, nesta e em outras sociedades, um valor metafórico. Porém, não se supõe que gênero tenha o mesmo significado para todas as culturas e, portanto, ele deve ser pensado enquanto categoria descritiva e como um operador de diferenças não preestabelecidas que marcam e que só podem ser compreendidas contextualmente. Sob a perspectiva melanésia, Strathern realiza um exercício de desconstrução de uma série de conceitos tidos como universais e evidencia a fluidez e mutabilidade das identidades de gênero. “As identidades de gênero melanésias, segundo a autora, podem ser duplas ou compostas e/ou unitárias. A manifestação dessas identidades depende das circunstâncias, ou seja, da forma assumida pelas identidades daqueles com quem se interage. No estado composto, cada pessoa é uma espécie de andrógino: trata-se de uma relação de gênero composto (*cross-sex*). No estado unitário, como nos encontros que podemos imaginar como de “homem/mulher”, a identidade de gênero das pessoas se homogeniza de tal maneira que suas partes internas se mantêm numa relação de sexo único (*all male, all female*). Assim as relações de gênero que deveriam ser o foco de análise, na Melanésia, não são aquelas entre “homens” e “mulheres”, mas as relações entre *same sex* e *cross sex*: formas – mutáveis – que podem aparecer como singulares ou múltiplas. Desse modo, o mundo não pode ser cindido nas dicotomias clássicas.” (Piscitelli, 2006, p.43, ênfases da autora). Cabe destacar que a presente tese se apoia nessas perspectivas, porém procura enfatizar as relações e a família como centrais, não tendo a pretensão, neste momento, de aprofundar os argumentos de Strathern sobre os melanésios em um contexto ocidental, nem de refinar uma análise sobre gênero (que ficará para desdobramentos futuros).

Academia da Força Aérea e no Instituto Militar de Engenharia do Exército argumenta-se essa dinâmica nas relações de gênero. Assim, há situações em que as mulheres militares são vistas mais como “mulheres” do que como “militares” (e um tratamento diferenciado e calcado nas potencialidades físicas é sentido nas relações, principalmente com militares homens - tratamento ora educado demais, ora preconceituoso). Enquanto há outras instâncias que elas consideram que para serem mais vistas como “militares”, precisam apresentar menos qualidades tidas como femininas (fragilidade, delicadeza) e incorporar qualidades “naturalmente” masculinas (liderança, coragem). Porém, uma nova relação é evidenciada: elas também reconhecem que o fato de serem mulheres numa rede predominantemente masculina, embora apresente dificuldades, também proporciona algumas mudanças positivas, principalmente em atitudes e comportamentos, gerando, de acordo com elas, uma maior flexibilidade e sentimentalismo no militarismo (Silva, 2006).

Algo interessante de se observar é a configuração dessas relações em situações de uma família composta por uma esposa militar, por exemplo: tudo se passa como se a mulher se masculinizasse em muitas de suas ações pelo fato de ser militar, uma profissão que demanda uma alta carga horária de trabalho e que tem como prioridade o “dever pela pátria”, elemento externo e envolvente da casa. Assim, o papel de “produtora da casa” precisa ser redefinido na forma de uma babá, faxineira, algum parente próximo (mãe ou irmã) ou passa a ser, em alguma medida, realizado pelo marido não militar.

Porém, as mulheres militares, em outras situações, têm que desempenhar a função de “esposa de militar”; como, por exemplo, quando o marido também for militar e exercer algum cargo de chefia na corporação. Espera-se que a militar mulher assuma funções de “esposa de militar” em determinados eventos, como no cerimonial de passagem de comando do marido e na organização de atividades que reúnam as esposas dos militares da guarnição. Nessa perspectiva, vemos que o Exército tem dificuldades em lidar com a mulher no ambiente de trabalho e, em determinados contextos, “resgata-a” para “assumir” funções tradicionais, como meio de evitar possíveis tensões. Parece que há circunstâncias em que a mulher como militar se torna incompatível com a estrutura, organização e previsibilidade do Exército. Como forma de resolver esses impasses, o Exército “feminiliza” a militar (Silva, 2010).

Dessa forma, observar esses processos nos leva à ideia de que há um trânsito e fluidez de hierarquias de gênero no Exército, entre o lugar da esposa e o lugar da mulher

militar. E, para voltarmos ao ponto dos processos da pesquisa de campo, foi interessante observar que as formas pelas quais as mulheres podem ser incorporadas na vida militar (pelo casamento ou como corpo profissional, ou como ambos) podem ser relacionadas com o papel da pesquisadora quando vai a campo. Curiosamente, um exemplo comum às pesquisadoras que estudaram militares, pelo menos no que concerne às pesquisas no Brasil, remete ao fato de que elas sempre foram indagadas por seus interlocutores se são filhas de militares e/ou que elas se casariam com militares homens à medida que desenvolvessem o estudo. As questões recaem, de forma contextual, no campo prioritariamente dos estereótipos da família, em que se busca, pelo menos a princípio, converter a pesquisadora em mulher-esposa.

Todas essas observações e questões expostas acima possibilitaram e delineararam os caminhos para a pesquisa desta tese. Assim, retorno ao que foi colocado no início deste item e apresento como ocorreu a experiência de campo deste estudo com famílias de militares na fronteira amazônica brasileira. Narro o texto baseada em duas percepções que vivi na pesquisa e que considero como efeitos da etnografia na pesquisadora, e que julgo serem importantes para aprofundar as reflexões e entendimento que se seguirão nos próximos capítulos desta pesquisa etnográfica.

Uma pesquisadora na fronteira: em campo com mulheres, esposas e militares.

Como já informado, meu tempo de pesquisa na região foi de cerca de seis meses entre os anos de 2010 e 2012 (a maior duração em campo ocorreu no ano de 2011). A entrada nesse campo seguiu algumas prerrogativas gerais do processo de pesquisa antropológico com militares no Brasil: foi preciso um pedido formal para o comando da organização para a viabilidade da pesquisa e minha condição como estudante de doutorado ajudou na autorização concedida, dado que há entre os militares a tendência de que toda relação interpessoal atualize, em alguma instância, uma relação entre “instituições” (no caso, entre Exército e universidade, como bem notou Leirner²³). A primeira ida a campo, em 2010, ocorreu em conjunto com meu orientador e a primeira reunião com o comandante configurou-se nessa lógica de representantes da instituição e

²³ O autor compreende que, para os militares, a universidade é vista como outra instituição hierárquica (mesmo com formas diferenciadas de organização, mas que se pauta em princípios hierárquicos), que também está em condições de estabelecer um projeto para o Brasil; e este seria um ponto em comum que estabeleceria um “estreitamento de laços” entre Exército e universidade (Leirner, 1997, p. 40).

cadeia de comando²⁴. Para o comandante havia um interesse comum dos militares na minha pesquisa: o de, através do convívio com as famílias, mostrar a “realidade” de se viver em lugares afastados de grandes centros urbanos, com inúmeros problemas de comunicação e deslocamento; bem como de “divulgar a missão” do Exército na área, visto que, conforme mostrado nesta Introdução, a Amazônia tem adquirido nas últimas décadas, para os militares, uma centralidade na discussão sobre segurança e soberania nacional. Cabe ressaltar que em 2012, o comando da região havia sido trocado, mas a aprovação para a pesquisa se manteve, por intermédio de uma comunicação pessoal entre o general comandante anterior e o atual. Na ocasião, cheguei ao campo tendo como local de estadia a casa de um militar (cujas esposas havia conhecido em 2011) e reuni-me somente uma vez com o novo comandante para me apresentar e falar sobre minha pesquisa e obtive a garantia de que poderia continuar investigando as famílias na região.

Logo, na parte institucional da pesquisa, eu tive grande apoio do comando da guarnição durante toda a minha estada na região: desde o suporte logístico e de transporte para ir a pelotões de fronteira; até conseguir convites para a presença em eventos comemorativos do Exército. Assim, tinha a pesquisa “fluída” pela abordagem formal, mas ainda era preciso ter contato com a parte essencial de minha investigação: as esposas de militares.

Como a possibilidade da pesquisa dependia do estabelecimento de relações de camaradagem e na criação de contextos de convivência com as esposas, a chave de acesso a esse mundo partiu de minha participação em um projeto assistencial de esposas de militares à população carente da região, denominado *Jovens Guerreiras*. Um dos objetivos principais do projeto, além da ajuda externa, era a integração entre as esposas de militares que ali viviam. No Capítulo V abordarei com mais densidade a organização e formação desse grupo.

²⁴ Cabe destacar que eu e meu orientador viajamos para essa primeira incursão de pesquisa sem ter previamente estabelecido nenhum contato com a organização militar da região. Éramos, em alguma medida, um elemento surpresa para os militares, e utilizando tal estratégia (de alguma forma uma técnica de guerra), buscávamos uma aproximação ao campo sem que eles nos conhecessem (previssem nossa empreitada) de antemão. No entanto, o que ressalto no texto é que, mesmo com essa abordagem, o processo de agendamento da reunião com o comandante e a apresentação de nosso projeto de pesquisa, seguiram as linhas protocolares da pesquisa de campo com militares: elaboramos um documento com as intenções de pesquisa, foi realizado um pedido formal para a viabilidade da mesma e o encontro com o comandante ocorreu depois que telefonamos para a assessoria dele.

Ao longo do tempo de pesquisa, tornei-me uma espécie de *voluntária* (parafraseando a frase de Celso Castro²⁵ de que no Exército todos são voluntários por princípio) para o trabalho das esposas e passei a ser vista como membro do grupo. Assim, estava presente em todas as reuniões: na preparação de enxovais e kits para o serviço de assistência social; nas aulas de “costurinha” e artesanato que algumas esposas ofereciam para o grupo; na discussão e organização de eventos festivos; e enfim, estive acompanhando e atuante numa extensa série de atividades que as *Jovens Guerreiras* coordenaram na época de meu estudo.

Nas *Jovens Guerreiras* só participavam mulheres que fossem esposas de militares (havia exceção para a participação de mulheres militares casadas com militares, mas as que faziam parte do grupo eram colaboradoras pouco frequentes devido ao trabalho no quartel) e a minha aceitação (alguém que era de “fora”) só foi possível porque a esposa do comandante (a idealizadora do grupo) endossou a minha presença, que já estava formalmente autorizada pelo seu marido. A esposa do comandante configurou-se como uma espécie de *oficial de ligação*, sendo ela o meu contato inicial com as mulheres²⁶.

Porém, mesmo com o acesso garantido pelo comandante e sua esposa, a minha participação no grupo só foi apoiada de fato por todas as esposas, porque passei a me dedicar de modo quase que exclusivo às atividades das *Jovens Guerreiras*, permitindo-me construir relações de convivência e maior proximidade com várias dessas mulheres. No início do convívio, portanto, talvez tenha gerado desconfianças em minhas interlocutoras e algumas se mantinham mais afastadas e tímidas quando o assunto era

²⁵ Durante o processo de pesquisa de campo do mestrado, Castro relata: “Um dia, conversando com um tenente, pedi que ele informasse sobre a pesquisa a seu pelotão e solicitasse voluntários para serem entrevistados. Ele respondeu-me: ‘Tudo bem, os voluntários são fulano, beltrano e sicrano’. Protestei e ele perguntou a um grupo de cadetes que estavam perto se eles também não seriam voluntários. Claro que sim (...) esses cadetes eram entrevistados da mesma forma que poderiam ter recebido outra ‘missão’ qualquer de seus superiores. (...) O que importava para os cadetes é que eles estavam autorizados por seus superiores a falarem sobre suas experiências.” (Castro, 2004, p. 164-165, ênfases do autor).

²⁶ Em 2010, na primeira reunião com o general, ele convidou-me a conhecer sua esposa e ligou para ela no mesmo instante, sendo bem categórico: “minha esposa, tá indo uma pesquisadora aí, a dona Cristina, pra conversar com você, ela chega em dez minutos e tá indo direto aí, você vai recebê-la, ok!”. Uma viatura do quartel me levou até a casa do comandante e lá tive a primeira conversa com sua esposa, que me relatou histórias da vida de mulher de militar e sobre o papel que as esposas de comandantes exercem na comunidade militar. A conversa, embora tenha aparentado um discurso oficial, isto é, um discurso no plano do que o Exército tem como ideal (apoio e solidariedade das famílias de militares, a função integradora da esposa do comandante), mostrou-me a esposa do general como uma pessoa menos formal. Ou como ela dizia, que em cada lugar é preciso portar-se de uma maneira e que, em São Gabriel da Cachoeira, podia-se conviver num ambiente mais descontraído.

visitá-las ou convidá-las para uma entrevista. E, mais para o fim, houve o efeito reverso: o de esposas reclamarem que eu não tinha ido a casa delas nem as entrevistado.

Houve duas situações em que isso ocorreu no ano de 2011: a primeira foi durante uma atividade do grupo em que uma delas dirigiu-se a mim e disse em tom de bronca - “eu [informante] não vou aparecer na sua pesquisa, porque você não me entrevistou!”. E o segundo contexto foi numa conversa após a festa de comemoração do meu aniversário, em que uma de minhas informantes disse que uma esposa recusou a ida à minha festa porque eu não havia visitado a casa dela ainda.

Isso mostra que a posição de *Jovem Guerreira* e o caráter prestativo com que me dedicava para a pesquisa e para com aquelas mulheres foi permitindo que elas comessem a se familiarizar comigo, a ponto de que fazer parte da minha pesquisa tornou-se importante. Além disso, o jogo da reciprocidade parecia estar marcado pela estranha posição de “abertura” em relação ao que elas poderiam falar. Enquanto eu me “tornava” uma *Jovem Guerreira* e minha presença era requerida em todas as atividades, multiplicaram-se convites para visitas, almoços e jantares nas casas dessas mulheres. Assim, ao mostrar interesse em conhecer a rotina de vida delas e participar ativamente dessas atividades, pude partilhar experiências em comum com o campo, rompendo com o caráter mais formal da minha posição de pesquisadora em relação ao próprio comando, e delineando um percurso bastante produtivo para a etnografia pretendida.

Portanto, mesmo sendo uma pesquisadora de “fora” e solteira (alguém que, em algum sentido, poderia representar certo “perigo” ou levantar suspeitas para a instituição militar e o ambiente das famílias de militares), ser *Jovem Guerreira* através das condições de voluntariado e compartilhamento de relações com as esposas de militares, me colocava numa relação de proximidade recíproca com as mulheres do grupo. E me permitia observar o jogo de relações, classificações e alianças/inimizades surgidas na construção do cotidiano daquelas pessoas.

Também convivi com mulheres que não participavam das *Jovens Guerreiras* e, novamente, a ideia de ser voluntária mostrou-se eficaz: participei de arrumação de festa de aniversário infantil, auxiliei na decoração do clube dos sargentos na época dos eventos festivos (Páscoa e dia das mães). Esse acesso foi possível por conta de uma esposa de sargento (que já conhecia de 2010) que participava da diretoria do clube dos sargentos e que me apresentou às suas amigas mais próximas e estabeleci contatos e conversas com esse outro núcleo de esposas de militares (a maioria, esposas de sargento).

Outra forma de abordagem na pesquisa foi mostrar interesse em serviços e produtos que as esposas de militares ofereciam à comunidade: serviços estéticos (cabelereiro, manicure, massagens, etc.), artesanato, confecção de bijuterias e venda de pães, doces e salgados. Sob este pretexto, passei a visitar as casas das mulheres e estabelecer uma rotina de conversas com elas. Quando já estava habituada com o contexto da pesquisa, passava alguns dias visitando esposas com as quais tinha mais contato em suas casas pelas vilas militares. Algumas visitas eram previamente marcadas, e outras não; e o elemento surpresa não era visto como “invasivo” e sim como “positivo”, pois a passagem pelas casas produzia uma relação de camaradagem e de troca e a atenção em visitá-las retribuía, e era também geradora, da convivência que elas me permitiam.

Em 2011, morei por um mês dentro das vilas militares: passei duas semanas no lar de um casal, cujo marido era sargento; uma semana na moradia de um capitão e uma semana na casa de um major (ele estava viajando no período e compartilhei a vivência apenas com sua esposa). E em 2012, passei dez dias alojada na moradia de um subtenente. As casas situavam-se em vilas diferentes (de acordo com o círculo hierárquico do marido militar) e mesmo no interior dessas casas, a minha convivência era maior com a esposa e filhas²⁷. A escolha pelas casas veio da proximidade que tinha com essas quatro esposas que aceitaram me acolher em suas residências, sem que precisasse registrar ou documentar para o comando sobre essa situação (mesmo tendo mencionado ao comandante nas primeiras reuniões a ideia de que eu pretendia habitar temporariamente algumas casas na vila militar, eu não precisei consultar previamente o comandante quando fui escolher as casas que residiria).

Ressalto que a intenção da pesquisa era a de privilegiar o discurso e percepções femininas, isto é, passar o maior tempo possível com esposas de militares. E, portanto, acabei convivendo mais com elas. Inclusive pelo fato de os maridos terem uma rotina intensa com atividades no quartel e permanecerem horas e até dias ausentes de suas casas. Assim, até como dado etnográfico, a alta interação cotidiana das mulheres com outras esposas de militares era recorrente nas relações que se desenvolviam na vila militar.

Desse modo, a conversa e pesquisa com homens militares limitou-se a minhas idas ao quartel (para me reunir com o comando, buscar dados do efetivo militar,

²⁷ Somente uma dessas famílias tinha filhos morando no local, especificamente, duas filhas, de 2 e 4 anos.

organizar a minha viagem ao pelotão) e aos militares que conheci por intermédio das mulheres. Houve, em especial, três formas de tratamento deles com relação à minha pesquisa: muitos viam na presença de uma doutoranda, a posição de *professora*, isto é, me procuravam para solicitar orientações e ajuda para a elaboração de possíveis projetos e estudos sobre algum tema da região²⁸. Outros, ora me questionavam com relação a certa desconfiança por eu estar lá obtendo conhecimento das atividades que aconteciam no quartel²⁹, e ora se mostravam receosos com relação à imagem que deles seria transmitida na pesquisa (um deles, na ocasião, me disse que as pessoas na universidade costumavam ver os militares como “truculentos e brutos”).

E, por fim, a maioria dos militares acostumou-se com a minha constante presença e participação nas atividades da vida militar, principalmente pelo meu empenho como voluntária no trabalho das *Jovens Guerreiras*. Uma vez, um major dirigiu-se à sua esposa dizendo que eu (pesquisadora) estava mais “entrosada” com as outras mulheres do que ela (que, apesar de ser integrante do grupo, não costumava estar presente na maioria das reuniões e atividades). A comparação do major permite observar que o compartilhamento de atividades entre as esposas, em especial dentro de um grupo orquestrado sob moldes militares (cuja esposa do comandante é a presidente e direciona e orienta as outras esposas de militares), configuraria uma posição de maior potencial como esposa de militar, ou melhor, também seria uma forma de produzir família nesse contexto. A esposa do major, apesar de demonstrar pouco interesse em uma posição ativa no grupo, sempre procurava ser discreta e comedida em suas atitudes na vila (sempre procurava se justificar para a esposa do general pela ausência no grupo, por exemplo) e essas condutas também a aproximam à ideia da *Família Militar*.

O trajeto que percorri por todo esse campo, nas suas devidas proporções, apresenta elementos semelhantes a uma das possíveis trajetórias que uma esposa recém-chegada à vila militar pode percorrer nesse contexto. É claro que há mais diferenças que semelhanças (e não tenho a pretensão de que seja entendido de outra forma), mas refletir sobre esses processos podem ser interessantes para o que se segue nesse

²⁸ Havia vários militares que cursavam ou pretendiam cursar faculdade e viam a vivência no noroeste amazônico como uma fonte de temas e objetos para investigação. A possibilidade e tensão de conviver e encarar que há um “outro” (as populações indígenas) com distintos interesses e formas sociais, era o que guiava a curiosidade.

²⁹ “Poderia ser eu uma espiã?” – essa era a impressão que tinha quando os militares questionavam a abertura que eu estava tendo para a pesquisa.

trabalho. Houve momentos, portanto, que, enquanto “*Jovem Guerreira*”, eu fui percebida como (potencial) “esposa de militar”.

De outro lado, toda essa vivência nas *Jovens Guerreiras* possibilitou, de acordo com a lógica militar das relações sociais moduladas pela linguagem da guerra (relação amigo/inimigo), que eu me “tornasse” uma *amiga* do Exército para meus interlocutores naquele contexto. Assim, numa das últimas reuniões que tive com o general comandante no ano de 2011, essa percepção expressou-se na seguinte frase que ele dirigiu a mim: “*se você fosse homem, seria um capitão*”.

O argumento dessa fala era justamente a maneira como conduzi a minha pesquisa. Ter permanecido um tempo considerável na região e ser voluntária nas atividades das esposas estabeleceu uma relação entre pesquisador e pesquisado que, de acordo com o oficial, conferiu-me a qualidade de “*vocação*” pelo meu trabalho e por isso a comparação de que eu seria uma *militar* (junto com a ideia inicial de representante da universidade). Mas não qualquer militar, já que a analogia seria a de que eu fosse um *militar homem* (um oficial combatente de carreira do Exército, certamente, já que essa formação ainda não é permitida para mulheres). Conseqüentemente, ser comparada a um *homem* nessa situação, de acordo com relatos da pesquisa sobre mulheres militares (de como elas se viam e eram vistas nesse ambiente), me tornaria “mais” *militar*. E, por fim, a classificação de *capitão* que combinava a posição do posto hierárquico com a minha classificação etária e também remetia a um processo de amadurecimento e responsabilidades maiores da profissão³⁰.

Um episódio-teste: a pesquisadora-capitão

O interessante no exemplo acima mencionado é que, pouco após ser considerada “capitão”, eu obtive a verificação dessa posição em campo. Assim, em 2011, quando

³⁰ O posto de capitão é investido de um caráter emblemático, visto que é um dos postos mais longos e custosos designados a um militar. O capitão fica por oito anos no posto, época em que, se for militar de carreira formado na Academia Militar das Agulhas Negras, precisa fazer o curso de aperfeiçoamento de oficiais na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), em que adquirirá capacitação para o exercício de funções de comando e chefia de unidades militares e espaço primordial para o militar que almeja a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cuja função é preparar os oficiais para exercício de cargos de comandantes, chefes, e assessores de alto-nível do Exército brasileiro). O capitão também se configura numa posição hierárquica liminar: a de *oficial intermediário*. E isso lhe permite uma aproximação com tenentes (oficiais subalternos) quando do início de seu posto; e uma aproximação com majores (oficiais superiores) com o passar dos anos como capitão. Essa posição, portanto, garante uma circulação particular entre os dois círculos que o capitão pode transitar/aproximar sem que rompa com as barreiras simbólicas da hierarquia militar.

planejei a minha ida a um pelotão de fronteira, recebi todo o apoio e infraestrutura do Exército, inclusive definindo com o comando a data exata de ida e volta da viagem e os meios necessários para o transporte. Como estava com uma agenda apertada (fim de uma etapa de pesquisa), defini o período de uma semana e o comando acertou todos os detalhes da viagem: de que iria me hospedar na casa do comandante do pelotão, de que iria para o pelotão numa embarcação do Exército (junto com militares e com algumas esposas que estavam retornando ao pelotão) e que voltaria em um outro barco do Exército (uma voadeira, embarcação estilo lancha), que estaria designado especificamente para o meu transporte de volta. No caso, a voadeira estava sendo levada em conjunto com a primeira embarcação (na ida da viagem), para atender à minha necessidade.

Quando cheguei ao pelotão, num primeiro momento, a esposa do comandante (minha anfitriã) me recebeu de modo cortês, mas depois, ao saber que eu tinha um barco disponível, passou a me pressionar para que cedesse a embarcação a ela. O contexto implicava em duas questões: a primeira é que ela iria viajar em breve e queria usar o barco para o trajeto (a mobilidade na região só era possível por via fluvial ou aérea); e a segunda é a de que ela, que não me conhecia, estava tentando mapear qual a minha posição nesse contexto, isto é, como condição de relação no meio militar, era preciso saber quem eu era, me classificar em algum registro.

E ela, enquanto esposa do comandante do pelotão, estava habituada a se perceber e ser vista numa posição “acima” das demais mulheres do local – as próprias conversas e atitudes dela e a história que ouvi de outras esposas de militares me levaram a essa confirmação³¹, dado que, como esposa do comandante, ela discursava que deveria ser a pessoa responsável pela integração entre as famílias, amparando-as em qualquer situação de dificuldade. Mas que deveria, simultaneamente, manter uma distância dessas mesmas famílias (não ficar frequentando a casa de todo mundo, por exemplo) por “ocupar” esse tipo de posição equivalente ao posto do marido militar.

Desse modo, no começo, ela tentou fazer com que eu mudasse a data da minha volta para conciliar com a viagem dela. Depois, ela tentou me convencer a fazer o retorno num outro barco de militares que estaria viajando próximo à data que eu iria voltar. Quando obtive um não de mim nas duas situações, ela recorreu ao marido para

³¹ Antes mesmo de conhecer a esposa do comandante, eu havia sido alertada por outras três mulheres que moravam no pelotão de que poderia ter problemas com ela, pelo fato dela ser “mandona” (palavras das informantes).

que resolvesse a questão. O cenário havia ficado embaraçoso porque os pedidos e a insistência dela pelo barco me soavam como ordens, mas como eu só havia realizado a viagem por conta do que fora acordado com o general de antemão, eu me mantinha firme na decisão de ficar com o barco.

O comandante do pelotão me chamou para uma conversa e, num tom bem mais tranquilo que o da esposa, ressaltou que o barco veio em minha *missão* (termo militar que significava que o barco estava à minha disposição) e, portanto, a ordem que fora dada a ele era a de que aquele seria meu transporte de volta, e isto só mudaria com uma alteração de minha parte. Ou seja, ele não poderia “passar por cima” do meu pedido para beneficiar a esposa. E assim, eu decidi ficar com o barco, abrindo a possibilidade de a esposa me acompanhar na viagem. Logo, era eu quem estabelecia as condições de uso daquele barco e ela teria que me acompanhar (isto é, abrir mão da autoridade que ela dispunha na posição de esposa do comandante), se quisesse utilizar a embarcação. E dessa forma, eu mantive minha agenda de pesquisa (a data da volta coincidia com um evento das *Jovens Guerreiras* no município e eu estava escalada para trabalhar em conjunto com as esposas de militares e seria minha última participação em campo naquele período, pois três dias depois iria embora da região) e a esposa do comandante do pelotão teria que ceder seus compromissos para viajar comigo. No caso, realizei a viagem de volta sozinha.

Desse modo, no fim, o comandante do pelotão era um tenente e eu, na minha suposta posição de “capitão” (superior hierarquicamente ao tenente), era quem tinha o poder de decisão na história da voadeira. Depois dessa resolução, a esposa do tenente não me pressionou mais e passou a me tratar com cordialidade. Percebi que ali, naquele contexto, as palavras do general surtiram efeito: eu havia me posicionado como capitão/homem com relação à esposa do tenente. Cabe reforçar, contudo, que as posições vivenciadas no campo são situacionais e fluidas, isto é, são posições que surgiram e devem ser compreendidas apenas nessas circunstâncias. Há outras perspectivas de analisar essa mesma situação, como por exemplo, o fato de que o tenente estava seguindo uma ordem já definida pelo general e, pela cadeia de comando, ele teria que respeitá-la, independente da minha opinião sobre o assunto. Mas, procuro compreender como um dos efeitos que vivenciei na etnografia.

Dessa forma, a etnografia se deu assim em meio às conversas e convivência mais contínuas que tive com um grupo de mulheres. Analisarei situações encontradas de conflitos entre os interlocutores partindo do entendimento do que Victor Turner toma

como dramas sociais (2008). E para finalizar, gostaria de ressaltar que utilizei três outras ferramentas complementares à etnografia: a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e o acompanhamento da rotina de algumas famílias por uma rede social *online*.

Os questionários continham referências para saber mais a respeito do perfil das famílias de militares (idade dos cônjuges, número de filhos, idade do casamento, profissão/ocupação, local de origem, número de transferências que as famílias passaram, etc.). Ao todo foram aplicados 100 (cem) questionários entre os anos de 2010 a 2012. No entanto, o uso dos questionários foi menos produtivo, visto que houve dificuldades na aplicação deles. Por um lado, consegui aplicá-los apenas a uma parcela das famílias de militares porque elas eram em grande número na cidade e eu, sozinha, não consegui tempo nem acesso a todo o público³². Numa pequena parte da aplicação dos questionários eu estava presente, e passei de casa em casa para a realização do mesmo. E a maior parte deles foi entregue pela instituição, isto é, fui a duas unidades militares da cidade e pedi que distribuíssem a quem interessasse participar da pesquisa (o caráter e os resultados do questionário eram anônimos em todas as circunstâncias aplicadas, mas no caso da aplicação pela instituição não tive contato com as pessoas que preencheram o documento – apesar de conseguir identificar alguns interlocutores na leitura posterior destes papéis).

No entanto, nos questionários respondidos, houve omissões de informações que seriam de grande importância para a minha análise, como, por exemplo, o número de casais e/ou cônjuges que está no seu segundo casamento; o número de filhos morando na vila que são, biologicamente, somente de um dos cônjuges; filhos adotados, etc. Essas questões foram pensadas quando, em 2011, peguei um táxi na cidade e o motorista que trabalhava no veículo era um militar que, ao descobrir que eu era “a” pesquisadora, ficou sem graça e se prontificou a dizer que “omitiu” alguns dados no questionário pelo fato de que o Exército era ainda muito “fechado, doutrinário e conservador” (palavras do informante).

Do ponto de vista etnográfico, os questionários verificaram que a minha pesquisa era, em parte, percebida pelos informantes como portadora de uma visão institucional (e por isso o receio em colocar informações que não condiziam com o

³² A tarefa de realizar uma coleta de dados e mapeamento de todas as famílias de militares residentes em São Gabriel da Cachoeira seria de grande valia para o projeto, mas significaria um empreendimento que envolvesse pelo menos mais de um pesquisador (o que não se verificou no caso deste estudo).

modelo de vida esperado pelo Exército). Nessa medida, os questionários nos serviram especificamente para avaliar informações menos “íntimas” das famílias, como a origem social e geográfica dessas pessoas, o número de transferências, etc.

Com relação às entrevistas, elas seguiram um caráter semiestruturado. A base inicial eram as informações contidas no questionário, mas procurava obter relatos mais substantivos das interlocutoras ao pedir para narrarem experiências vividas com a família. Realizei nove entrevistas com esposas de militares na cidade de São Gabriel da Cachoeira e nove entrevistas com esposas de militares em um pelotão de fronteira. Algumas pessoas entrevistadas também apresentaram certa apreensão nas respostas e, por exemplo, um dia depois de ter realizado uma entrevista com uma moradora do pelotão que visitei, a mesma foi me procurar para saber se ela seria identificada na entrevista e se outros militares teriam acesso a esse documento. A moça estava visivelmente preocupada, com medo de o marido militar sofrer alguma repreensão pelo que ela havia dito³³, mas ressaltei que a minha pesquisa manteria em anonimato as pessoas entrevistadas, e que eu apresentaria as narrativas do campo com personagens fictícios (isto é, mesmo que a patente do marido pudesse ser um elemento de identificação da família, ao usar nomes fictícios – de pessoas e lugares – eu buscava preservar a identidade dos interlocutores). Novamente, vemos aqui, a intervenção institucional na vida das famílias (o cuidado com o que se fala para que não se prejudique a carreira do marido).

De modo paralelo a essas atividades, também acompanhei pelo *facebook* (rede social *online*) a movimentação de algumas das famílias com quem tive contato durante o período da etnografia. Através dessa rede, observei algumas situações, tais como: ocorrência de gravidez, separação, impressões da cidade que residem, notícia da transferência dos maridos militares para novas localidades, etc. Essa base de dados também é uma ferramenta complementar à pesquisa de campo. Ressalta-se que os registros coletados do *facebook* foram utilizados na pesquisa como formas de atualização das experiências de vida de algumas famílias de militares pesquisadas. E que, portanto, a centralidade desta tese, está na pesquisa etnográfica, na observação das práticas familiares no cotidiano das vilas militares, e as outras ferramentas utilizadas têm caráter secundário para a análise.

³³ Na entrevista a mulher dizia que não tinha recebido nenhum apoio do Exército quando chegou para morar no pelotão.

De certa forma, todas as posições apreendidas neste campo buscaram classificar a pesquisadora em termos de familiarizações no ambiente militar: seja uma aliança matrimonial (como esposa), seja uma aliança institucional (como militar). Para cada rede de relações que estabeleci nessa pesquisa, adquiri posições diferenciadas e cambiantes ao mesmo tempo: transitei entre percepções que, de acordo com os militares e suas mulheres, me codificaram tanto como “esposa de militar” num conjunto de relações, quanto como “militar” em outras situações da pesquisa.

A fluidez e o impacto de gênero aqui são também levados em conta com outras dimensões, como o contexto hierarquizante em que se aplica e se classifica o ambiente militar, a abordagem metodológica utilizada na pesquisa, minha idade e minha condição de estudante de doutorado. Conforme demonstraram Carreiras e Alexandre (2013), é a interação desses fatores, e não qualquer um deles sozinho, que gera padrões concretos sobre a influência das identidades de gênero nas pesquisas.

Assim, levar em consideração essas percepções nativas e narrar estas experiências de pesquisa nos permitem lidar de forma diferente com a participação no campo, de modo reflexivo. Isso constitui, portanto, um dispositivo central para estabelecer e desenvolver relações com o grupo estudado e para a produção do conhecimento antropológico.

A elaboração deste trabalho também contou com um período de seis meses de estágio no exterior, no Instituto Universitário de Lisboa – Portugal, no ano de 2013. O estágio contou com coorientação da Profa. Dra. Helena Carreiras (pesquisadora de grande relevância no cenário dos estudos militares europeus e referencial teórico para meu trabalho). Ela realizou extensa pesquisa sobre a integração militar feminina em Portugal em comparação e reflexão com outros países da Europa, e recentemente coordenou um projeto que procurava dar conta do perfil das Forças Armadas portuguesas pós-Guerra fria³⁴. O período do estágio contou com coleta bibliográfica, tendo aprofundado o conhecimento da literatura internacional sobre famílias de militares e ocorrido o contato com o trabalho de especialistas europeus nessa área (com minha participação no evento do grupo que debate essas questões na Europa, o ERGOMAS - *European Research Group on Military and Society*).

³⁴ O projeto foi viabilizado de 2007 a 2011 e o objetivo geral consistia em “por um lado, descrever, compreender e avaliar a forma como as Forças Armadas Portuguesas tem vindo a ajustar-se estrutural e culturalmente a este novo cenário; por outro lado, analisar a relação entre as Forças Armadas e a sociedade Portuguesa” (Citação retirada do site do projeto: <http://fa.cies.iscte.pt/index.jsp?page=project&lang=pt> . Acesso em 15 de setembro de 2009).

Organização dos capítulos

Levando-se em conta a ideia central de fabricação da família enquanto categoria nativa e componente da instituição militar (uma rede social extensa que extrapola a unidade conjugal e noções clássicas de sangue e descendência), o objetivo da tese é analisar os usos e construções da família militar, através do estudo de como os familiares vivem e se compõem enquanto família(s) na dinâmica da vila militar. Assim, tomo o Exército como um dos elementos através do qual se fala, se produz, se desfaz e/ou se permanece família. Neste texto, considero a noção de família como múltipla, sendo entendida não só em sua forma nuclear (pais e filhos, construída pela aliança e consanguinidade), mas também no compartilhamento de relações entre pessoas que, *a priori*, não têm nenhum vínculo familiar, mas que podem identificar-se como *parentes* ao passarem por experiências de vida em comum e habitarem nos mesmos espaços, vivendo relações de solidariedade e tensões umas com relação às outras, estabelecendo moralidades e afetos como uma comunidade, como parece ser o caso das famílias de militares no Brasil.

Enfatizo uma análise etnográfica e que parte da compreensão de como o universo estudado (militares e esposas de militares) se compõe e se pensa como família, como cônjuge e como militar, e no modo em que são produzidas essas configurações através de uma série de relações cotidianas que essas famílias compartilham com outras famílias de militares na fronteira.

Dessa forma, a tese será composta dos seguintes capítulos:

O Capítulo I apresenta uma discussão bibliográfica sobre a forma como a família militar vem sendo analisada nas ciências sociais em contextos euro-americanos a partir da década de 1970, e da pequena e atual produção brasileira sobre o tema.

O Capítulo II e o Capítulo III compõem o cenário etnográfico da pesquisa e apresentam descrições a respeito das formas de organização familiar em espaços militares. Procuro analisar a rede de relações das e entre as famílias de militares, produzidas sobre um olhar atento e cuidadoso de umas sobre as outras e marcado por uma convivialidade contínua, traduzida na forma de atividades das mais cotidianas até as festas e eventos sociais das quais participam, do ciclo de conversas, amizades, conflitos e fofocas que fazem e desfazem laços de reciprocidade nos espaços das casas, vilas e clubes militares. Também serão relatados os regulamentos prescritos pela

organização militar que operam nesses ambientes e como isso é verificado na prática cotidiana, ou melhor, como apesar de uma estruturação bem definida por regras, condutas e cadeias de comando, há linhas de fuga e vazamentos desses ordenamentos. Assim, no Capítulo II narro as dinâmicas das vilas militares em São Gabriel da Cachoeira e no Capítulo III apresento uma descrição dos pelotões de fronteira.

O Capítulo IV preocupa-se em analisar as características das famílias de militares partindo do seu arranjo nuclear (relações pais e filho/as, origem social, casamentos, etc.) para indicar a diversidade e (as)simetrias das formas familiares que compõem o cenário etnográfico pesquisado.

O Capítulo V descreve as atividades e relações engendradas pelas esposas através das *Jovens Guerreiras*, evidenciando como as dinâmicas entre as mulheres apresentam experiências específicas que constituem, definem e alteram o cotidiano do quartel.

Na Conclusão, apresento uma amarração para os argumentos levantados ao longo do texto, destacando os níveis e contextos em que a noção de família(s) é acionada e vivida no Exército, elucidando seu caráter contínuo de familiarização e desfamiliarização.

Por fim, destaco que a utilização de nomes fictícios ao longo da tese para pessoas e determinados lugares é colocada para preservar o anonimato dos interlocutores de pesquisa e, em alguns casos (como os nomes dos pelotões de fronteira) por questões de sigilo e segurança nacional. O uso frequente do termo “esposa de militar” ou “esposa de patente/graduação do militar” (como esposa de tenente) não tem relação com uma questão de propriedade, sendo aqui utilizado enquanto marcador nativo – termos usados por eles - das hierarquias, e apreendido como um instrumento para mapear as pessoas no contexto pesquisado, identificando ao leitor a forma como as posições hierárquicas incidem sobre os aspectos mais cotidianos da vida familiar nesse universo.

CAPÍTULO I – A RETÓRICA DA FAMÍLIA MILITAR NOS ESTUDOS SOBRE MILITARES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Este capítulo consiste na discussão bibliográfica específica dos estudos militares a respeito de gênero e família na organização militar. O debate compreende a forma como a “família militar” vem sendo construída como objeto de análise nas ciências sociais em contextos euro-americanos a partir da década de 1970, e da recente e pequena produção brasileira sobre o tema.

As famílias militares passaram a ser objeto de investigação nas ciências sociais, sobretudo na chamada sociologia militar que despontava na década de 50 na academia norte-americana, quando se tornaram um *problema* para os exércitos ocidentais. Por “ocidentais” entende-se o mundo euro-americano, onde certa produção acadêmica sobre a instituição militar e seus aspectos sócio-organizacionais tem sido comparada e debatida em uma série de coletâneas³⁵. Também é importante ressaltar que a diferença socioespacial e histórica de cada um dos países que são comparados nessas coletâneas têm relação na forma como as famílias de militares se dispersam mais ou menos de um centro militar. No caso brasileiro, por exemplo, temos que o país ocupa o quinto lugar em extensão territorial do mundo, sendo o maior país da América do Sul e da América

³⁵ Como exemplos dessas compilações em um cenário mais recente, temos: *The Postmodern military: Armed Forces after the Cold War* (Moskos, Williams e Segal, 2000a), *Handbook of the sociology of the military* (Caforio, 2006a), *Cultural Diversity in the Armed Forces: an international comparison* (Soeters e Meulen, 2007), *Social Sciences and the Military: an interdisciplinary overview* (Caforio, 2007). Nessas obras são discutidas variáveis sobre a composição e mudança estrutural das Forças Armadas em visão comparada (relações civis-militares, missões das Forças Armadas, componente militar, etc.), assim como foram realizados balanços sobre orientações metodológicas e teóricas utilizadas na pesquisa. No entanto, vale ressaltar que para nosso estudo, concentramos a análise nos trabalhos sobre a temática de gênero e família nas Forças Armadas.

Latina, e, a título de comparação, seu território é pouco menor que toda a Europa. O fato de o Brasil constituir-se em dimensões continentais proporciona que diversas unidades militares estejam espalhadas pelo país e que ocorra uma alta mobilidade geográfica entre os militares dentro deste contexto.

Sobre a sociologia militar cabe destacar que, a partir da Segunda Guerra Mundial, desenvolve-se nos Estados Unidos, uma série de estudos sobre a organização social da instituição militar (em particular das Forças Armadas norte-americanas) com temas sobre socialização e mentalidade militar, processos de profissionalização dos exércitos ocidentais, etc. Um de seus representantes mais notáveis foi Morris Janowitz, sociólogo militar e veterano da II Guerra Mundial, com seu conhecido trabalho, *O soldado profissional* ([1960] 1967). Em 1960, Janowitz fundou a associação de pesquisa *Inter-University Seminar on Armed Forces and Society* (IUS) que, ainda hoje, reúne acadêmicos, estudantes, pesquisadores e oficiais militares na produção de pesquisas acadêmicas sobre o tema Forças Armadas e sociedade.

Esta associação contribuiu para o desenvolvimento da sociologia militar e também permitiu estudos que buscassem comparações em diversos países a respeito da composição das Forças Armadas, mudanças organizacionais da instituição, operações de manutenção da paz, resolução de conflitos, relações civis-militares, discussão de políticas públicas nas questões de defesa, controle de armas, etc. Conta também com uma interdisciplinaridade de perspectivas de estudo com a presença de cientistas políticos, antropólogos, historiadores, psicólogos, economistas, advogados (Caforio, 2006b). Há outras associações semelhantes, como por exemplo, o ERGOMAS (*European Research Group on Military and Society*) que, fundado em 1986, procura reunir pesquisadores em torno da temática das Forças Armadas e sociedade no contexto europeu³⁶.

O interessante é que, ao buscar a bibliografia de diversos autores que fazem ou já fizeram parte dessas associações, nota-se um grande número de pessoas que são/foram militares e/ou atuam em órgãos da defesa ou instituições militares em seus respectivos países. Mas com ressalvas em várias publicações desses autores, de que as associações configuram-se como um grupo mais preocupado com uma contribuição

³⁶ No Brasil também temos uma associação semelhante a essas duas acima citadas, denominada ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa) e fundada em 2005, que reúne professores e pesquisadores brasileiros voltados para os estudos sobre defesa nacional e segurança internacional. Caracterizada como uma comunidade acadêmica e civil, ela também congrega militares brasileiros.

acadêmica do que com conexões políticas ou influências do governo (Moskos, Williams e Segal, 2000a). No entanto, mesmo que as pessoas do grupo busquem contribuições e reflexões que vão além de suas experiências como funcionários de órgãos do governo/instituição militar, temos que levar em conta que o processo de pesquisa pode ter sofrido influências (graus de controle) na condução e análise dos resultados, e mesmo ter sido encomendado por essas instituições governamentais (Caforio e Nuciarri, 2006).

Dessa forma, partindo desses trabalhos, a evidência da família enquanto uma categoria que pudesse “escapar” do controle para os militares, recai sobre dois momentos históricos: pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1990 e, em particular para os estudos norte-americanos sobre o tema) e pós-Guerra Fria (1990 em diante). As pesquisas relacionadas ao primeiro contexto iniciaram com estudos a respeito dos efeitos da II guerra sobre os militares e suas famílias, enquanto que o período pós-Guerra Fria foi marcado pela substituição em muitos exércitos de um sistema de conscrição para um de pessoal voluntariado, e mostrava um aumento no número de militares casados nas instituições e a experiência do efetivo militar em operações de manutenção de paz, que também travava uma série de conflitos entre famílias e instituição militar.

Antes de expor essas situações, cabe destacar que, numa perspectiva da sociologia militar, esses dois períodos, respectivamente, marcam uma passagem de uma configuração “Moderna” para uma “Pós-moderna” da organização militar.

O Exército Moderno que surgiu inteiramente no século XIX estava intimamente associado com o surgimento do Estado-nação. Embora a organização militar Moderna nunca foi, é claro, um tipo puro, o seu formato básico foi uma combinação de escalões inferiores recrutados ou milícia e um corpo profissional de oficiais, em missão orientada para guerra, masculino na composição e no *ethos*, e nitidamente diferenciado em estrutura e cultura da sociedade civil. O Exército Pós-moderno, ao contrário, passa por um afrouxamento dos laços com o Estado-nação. O formato básico desloca em direção a uma força composta de voluntários, mais polivalente na missão, cada vez mais andrógino na composição e no *ethos*, e com uma maior

permeabilidade com a sociedade civil (Moskos, Williams e Segal, 2000b, p.1, tradução nossa)³⁷.

Moskos, Williams e Segal (2000b) postulam a tese de que as democracias “ocidentais” desenvolvidas estão se movendo de um tipo de organização associada com o nacionalismo, para uma forma de organização adaptada a um novo sistema mundial e para a erosão das formas tradicionais de soberania nacional.

Dentre algumas das transformações organizacionais percebidas nessa passagem, destacam-se: a mudança na finalidade militar de combate de guerra para missões que não tendem a ser rotuladas como militares no sentido tradicional (tais como o combate ao tráfico de drogas, o problema de uma crescente imigração estrangeira desordenada e questões como a degradação ambiental); um aumento no uso de forças militares em operações internacionais legitimadas por entidades além do Estado-nação; um crescente número de civis empregados em trabalhos na área de defesa em funções operacionais; uma pressão política e internacional para a incorporação de mulheres nas Forças Armadas (bem como uma revisão na discussão sobre a aceitação ou não de homossexuais na organização). E a ascensão de outros perfis profissionais alternativos à imagem do militar unicamente como guerreiro: surge o soldado-erudito (“soldier-scholar”) que inclui a máxima obtenção de especialização acadêmica civil e o soldado-estadista (“soldier-statesman”), um oficial hábil em lidar com a mídia e diplomacia internacional. (Moskos, 2000).

Essa tipologia (moderna e pós-moderna) foi construída tendo como paradigma as Forças Armadas norte-americanas e as características descritas dessas duas tendências também podem ser correlacionadas em termos da clássica dicotomia Institucional/Ocupacional, proposta por Charles Moskos em 1977)³⁸.

³⁷ Citação original em inglês: “The Modern military that fully emerged in the nineteenth century was inextricably associated with the rise of the nation-state. Though the Modern military organization was, of course, never a pure type, its basic format was a combination of conscripted lower ranks or militia and a professional officer corps, war-oriented in mission, masculine in makeup and ethos, and sharply differentiated in structure and culture from civilian society. The Postmodern military, by contrast, undergoes a loosening of the ties with the nation-state. The basic format shifts toward a volunteer force, more multipurpose in mission, increasingly androgynous in makeup and ethos, and with greater permeability with civilian society”.

³⁸ O modelo de Moskos é inspirado nos argumentos de Janowitz (1967; 1977) a respeito das características da profissão militar e as transformações ao longo do tempo da instituição. Segundo Janowitz, a organização militar passaria a funcionar não só com elementos típicos guerreiros (o soldado combatente e vocacionado), mas a incorporar funções técnicas complementares e assim gradativamente assemelhar-se, em partes, a outras instituições burocráticas de caráter não-militar (o que para o autor

Neste modelo polarizado (institucional/ocupacional), um conjunto de indicadores é identificado em um contínuo que vai desde uma organização militar altamente “divergente” da sociedade civil para uma altamente “convergente”. O modelo “institucional” (ou “divergente”) carrega normas e valores tradicionais como honra, pátria e dever, e a ideia da preeminência da coletividade (“bem-maior”) sobre os indivíduos. Os membros da instituição militar são vistos como seguidores de uma “vocação”. O modelo “ocupacional” (ou “convergente”) se aproximaria da racionalidade de mercado predominante na sociedade civil, uma lógica “profissional”, e em que as motivações para a entrada ou permanência na organização militar seriam, sobretudo, de ordem material.

No que concerne à questão da família do militar, o modelo “institucional” caracteriza-se pelas esposas como parte integrante da comunidade militar e as moradias das famílias como uma extensão do quartel (adjacentes ao local de trabalho). Já no modelo “ocupacional” haveria uma separação entre trabalho e residência e as esposas estariam afastadas da comunidade militar (inclusive com o aumento das mulheres no mercado de trabalho “civil”, que resultaria em menos compromisso com a carreira militar do marido e uma ampliação do círculo social da família). Há que destacar que apesar de opostos, esses tipos ideais na prática poderiam coexistir, isto é, enquanto alguns setores na instituição militar permaneceriam tipicamente militares e divergentes da sociedade “civil” (unidades de combate, por exemplo), outros se aproximariam do modelo “ocupacional” (especialidades mais técnicas e administrativas). (Carreiras, 1997).

Dessa forma, a passagem de uma configuração “Moderna” para uma “Pós-moderna” da organização militar tem como base características do tipo institucional/ocupacional, porém num sentido mais complementar do que de oposição, mostrando como essas tipologias podem coexistir e dinamizar a organização da instituição militar. Ambas as tipologias sofreram críticas com relação à sua operacionalidade, à nomeação utilizada, e implicações de viés político³⁹; porém, o que

significaria que haveria uma tendência da organização militar em congregar elementos “civis” em sua estrutura).

³⁹ A intenção para este trabalho é reter essa abordagem enquanto um modelo de compreensão das mudanças nas Forças Armadas dos países ocidentais que são estudados pelos autores que tratam do tema da família militar no cenário internacional. Críticas com relação ao modelo institucional/ocupacional proposto por Charles Moskos podem ser encontradas em Wood, 1988 e Faris, 1988. E uma análise mais aprofundada sobre a utilização e operacionalização do termo “pós-moderno” na tipologia moderno/pós-moderno, encontra-se em Booth, Kestnbaum e Segal (2001).

nos interessa mostrar é que foram e são utilizadas até hoje pelos pesquisadores nessa área enquanto ferramentas válidas para pensar as transformações nas organizações militares e suas reconfigurações externas e internas nos diferentes contextos espaço-temporais. Isto é, tratamos aqui como modelos e tendências passíveis de comparação de processos que estiveram em curso nos países ocidentais e que configuram nos debates sobre família de militares na sociologia militar.

Famílias e os desdobramentos pós-II Guerra Mundial: políticas de apoio e cooptação.

Segundo Charles Moskos (1976), antes de 1940, as famílias de oficiais norte-americanos viviam em comunidades militares autossuficientes. E, portanto, essas famílias eram consideradas como o suporte emocional e moral do oficial, tradicionalmente percebidas como parte integrante do Exército e subordinadas à carreira do cônjuge militar; e os problemas psicológicos e sociais das famílias eram absorvidos pela comunidade militar.

Em contraposição, no quadro de alistamento militar (praças), todos os homens deviam ser solteiros no momento de sua entrada no serviço militar. Um “velho ditado” americano reforçava esta situação, de que quando um jovem recruta informava ao seu superior sobre o desejo de se casar, ele era advertido de que “Se o Exército quisesse que você tivesse uma esposa, ele lhe teria designado uma”.⁴⁰ Essa frase servia como um aviso contra a interferência da família com as exigências da vida militar e na importância da solidariedade e unidade masculina como prioridade na missão militar (preparar o homem para o combate), mostrando que os militares se preocupavam mais com seu corpo profissional e que havia um determinado controle sobre o matrimônio e as famílias dos oficiais.

De acordo com Reuben Hill, que se insere nesse debate ao ser um dos primeiros sociólogos que analisou o estresse familiar durante a II Guerra Mundial,

Os militares buscam na família um instrumental à sua missão de desenvolver e manter um efetivo corpo de combate de homens guerreiros, móveis o suficiente para serem mobilizados para qualquer

⁴⁰ Tradução livre para “If the Army wanted you to have a wife, it would have issued you one.” (McCubbin, Dahl e Hunter, 1976, p.291)

lugar do mundo, quando necessário. As esposas e filhos, a partir da perspectiva dos militares, devem ser socializados e subordinarem seus desejos e necessidades individuais para o "bem do serviço" de forma a minimizar quaisquer reclamações da família sobre o tempo e presença do marido / pai. A esposa de um militar de carreira pode exercer lucrativamente atividades de ensino e realizar serviços voluntários na comunidade militar, mas definitivamente não deve embarcar em uma carreira profissional independente e que seja incompatível com suas responsabilidades como mãe e esposa de militar. As crianças devem observar as regras da comunidade militar para que a reputação do pai militar não seja manchada e interferir com a sua carreira. A família deve ser um construtor de moral para o militar, oferecendo amor e carinho e um mínimo de problemas para distraí-lo de sua tarefa central de servir a "Causa" (Hill, 1976, p.11-12, tradução nossa) ⁴¹.

No entanto, quando milhões de militares casados foram recrutados para as Forças Armadas durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria de suas famílias (por não serem dependentes de oficiais) ficou desprovida de assistência e cuidados do Exército. Após o término desta guerra, restaram viúvas, prisioneiros e desaparecidos de guerra, militares e mulheres e filhos afetados negativamente por essa experiência. Dessa situação, surge uma série de estudos clínicos na área da psicologia e sociologia que buscavam identificar os fatores relevantes que estavam associados com os efeitos da guerra sobre a vida familiar e, portanto, em como lidar com os estresses causados nesse contexto. Os pesquisadores e militares passaram a reconhecer que as famílias dos militares são influenciadas por uma série de tensões relacionadas com a vida nas Forças Armadas, como a separação e as pressões pela ausência do pai (militar), e da alta mobilidade geográfica (McCubbin, Dahl e Hunter, 1976b, p.292-293).

⁴¹ Citação original em inglês: "The military seeks to make the family instrumental to its mission of developing and maintaining an effective combat-ready body of fighting men, mobile enough to be deployed anywhere in the world when needed. Wives and children of married personnel, from the perspective of the military, should be socialized to subordinate their individual needs and desires to the "good of the service" and to minimize any family claims on the time and presence of the husband/father. The wife of a career military man might profitably pursue educational activities and perform voluntary services in the military community but should definitely not embark on an independent occupational career incompatible with her responsibilities as mother and military wife. Children should observe the rules of the military community lest the reputation of the military father be tarnished and interfere with his career. The family should be a morale builder for the military man, providing love and affection and a minimum of problems to distract him from his central task of serving the 'Cause'".

O livro *Families in the Military System* (McCubbin, Dahl e Hunter, 1976a) reúne uma revisão de estudos datados entre 1944 e 1975 que abordam a incidência de problemas familiares associados aos conflitos da guerra. Em termos gerais, estes trabalhos enfatizaram as reações e experiências tanto de militares na guerra quanto de seus familiares que sofriam com a separação e a condição de risco no qual o militar vivia. Os estudos tratavam de questões de ajuste da separação/ausência do marido/pai e da reunião e reintegração familiar com o ente militar de volta da guerra (Hill, 1949), de como lidar com a perda/luto do marido/pai, das mudanças no estilo da família (divórcios, aposentadorias do militar) e sobre os suportes oferecidos para lidar com o estresse das famílias. Também abordavam aspectos da vida de filhos/as de militares, que, por um lado, seriam analisados de maneira positiva por serem crianças criadas num ambiente regido por preceitos militares, cujas características de solidariedade, destreza e moralidade seriam incondicionais (Lyon e Oldaker, 1967); mas que, por outro lado, também seria uma vida marcada por uma experiência negativa dos filhos que tiveram pais na guerra (Freud e Burlingham, 1943).

Desse cenário destaco o já citado Reuben Hill (1949), com seu estudo sobre 135 famílias que vivenciaram o momento de separação e de reunião do marido/pai que serviu no Exército americano durante a Segunda Guerra Mundial. Hill conclui que a percepção da esposa sobre a ausência do marido é que irá determinar o grau de adaptação no momento da separação. A reunião da família com a volta do marido/pai é entendida enquanto um processo complexo que compreende: o restabelecimento de laços de coerência e unidade da família, o resgate do relacionamento entre marido e esposa, a divisão do trabalho dentro da casa e a revitalização da relação pai-filho. De modo geral, as pesquisas determinaram que as atitudes da esposa do militar frente às dificuldades de viver numa comunidade militar e às ausências prolongadas do marido, eram cruciais para o quão bem ela e seus filhos se ajustariam nesse estilo de vida. Outro ponto interessante nessas análises é a ativação de uma rede informal de amigos, vizinhos e parentes para lidar com os conflitos familiares, ao invés de inicialmente buscar uma ajuda profissional ou institucional (Montalvo, 1976; Allen, 1972).

De certo modo, os organizadores do livro (McCubbin, et al., 1976a) criticam uma parte desses estudos por trabalharem com amostras que não seriam necessariamente representativas, hipóteses não testadas ou de senso comum, e o fato de terem diversos tipos de amostras e um não diálogo entre os pesquisadores, o que impossibilitaria a construção de um corpo de conhecimento e levaria o leitor a

estabelecer generalizações com base nas diversas conclusões, revelando pouco sobre os aspectos dinâmicos e interacionais da família na comunidade militar.

Porém, as pesquisas ajudaram a influenciar políticas de apoio às famílias e observou-se a necessidade de uma maior compreensão do papel e da influência da família militar. Bem como ocorreu um papel mais ativo das famílias de militares, ao organizarem grupos, como a Liga Nacional das Famílias de Prisioneiros Americanos e Desaparecidos no Sudeste Asiático (*National League of Families of American Prisoners and Missing in Southeast Asia*) que se aliou a movimentos de libertação feminina da época e expuseram não só as necessidades das famílias, como escancararam o conflito existente entre elas e o Exército. Através da Liga, por exemplo, as famílias de militares passaram a questionar e exigir informações e ações à instituição sobre os desaparecidos e prisioneiros de guerra, promovendo uma abertura para reivindicações e melhorias no bem-estar das famílias de militares americanas no geral, publicizando as dificuldades, medos e frustrações da vida usual nas Forças Armadas e em tempos de guerra (Idem, 1976b p.318).

Por fim, McCubbin, Dahl e Hunter retomam Hill (1949) para apontar que família e Exército seriam duas instituições que competem por um mesmo recurso: o soldado. E que, à instituição militar caberia uma política destinada a apoiar as famílias de militares, não por um apelo emocional, mas como uma “necessidade básica” para a estabilidade e a ordem nacional.

Dessa conclusão, duas ideias são centrais: a existência de um desentendimento entre família e Exército e a preocupação em lidar com a família enquanto questão nacional. A primeira dimensão foi explicada por Mady Segal (1986) no seu estudo sobre as Forças Armadas norte-americanas e correntemente citada em muitos trabalhos a respeito da família pela perspectiva da sociologia militar. Em sua análise, a autora define que a organização militar e a família apresentam certa semelhança e seriam consideradas duas “instituições vorazes” (“greedy institutions”). Dessa forma, o conflito/competição entre elas seria inerente à “natureza” de suas relações, pois ambas dependeriam fortemente do comprometimento, lealdade, tempo e energia dedicados de seus membros. Segal apreende o termo “voraz” da conceituação de Lewis Coser (1974), que define uma “greedy institution” como uma organização que requer devoção total dos indivíduos.

A voracidade exercida pela família e pelos militares sobre os seus membros apresenta graus diferentes de acordo com as características e transformações dos

exércitos, os padrões de políticas sociais e os diferentes valores culturais sobre família e sociedade em cada contexto. Assim, fazendo referência ao modelo definido por Moskos, exércitos com tendências mais institucionais (e, portanto, características entendidas como uma imagem tradicional dos militares, que remontam principalmente até a época “moderna”) seriam mais dominantes que a família. Quando isso ocorre, significa que os deveres profissionais militares prevalecem sobre os direitos da vida familiar, de modo que a família é vista como interna a organização, e a habitação, círculos de amizade e redes parentais estão diretamente conectadas com a rotina do quartel. Em contrapartida, exércitos que passem a ter tendências mais ocupacionais (em articulação com mudanças nas sociedades como a pressão por políticas de igualdade de gênero e uma abertura do mercado de trabalho para as mulheres), teriam a família como mais forte do que os laços de lealdade com o Exército. Conforme mencionarei mais à frente, esta última percepção, segundo a literatura sobre o tema (Moskos, Williams e Segal, 2000a), passa a ser verificada mais recentemente nos exércitos ocidentais europeus.

Com relação à ideia de “preservação” da família como interesse nacional, ela esteve presente nos Estados-nações em tempos de guerra e pós-guerra, na forma de políticas pró-natalista e de bem-estar da família⁴². A família foi considerada um elo fundamental na defesa e as mulheres foram consideradas essenciais para a sobrevivência e estabilidade da família; um discurso que reforçava as visões tradicionais sobre o papel das mulheres e também investia a família com grande importância política, em uma conexão direta com a nação.

Por exemplo, na circunstância da I Guerra Mundial, legisladores canadenses e belgas “premiaram” mães de soldados com o direito de votar antes da maioria das outras mulheres, como uma medida “desesperada” para manter o apoio popular ao alistamento militar. No caso canadense, enfermeiras militares também ganharam o direito de voto. No caso belga, o direito a todas as mulheres votarem, só foi concedido cerca de trinta anos mais tarde (Enloe, 2000).

⁴² A família enquanto força moralizadora e justificativa para medidas que os governos adotavam enquanto autoridade suprema da nação também foi artifício correntemente utilizado por regimes ditatoriais, como o caso da ditadura argentina (Jelin, 2007). A complexidade da ligação entre Estado-nação e família vai além do seu caráter metafórico e mobiliza o Estado como um conjunto de instituições e estratégias que se apoiam nos mecanismos sociais mais cotidianos. Herzfeld (2008) e Carsten (2004, p.136-162) exploram esse processo com mais densidade em suas análises etnográficas. Verdery (1996) também mostra, a partir de regimes socialistas e alterações nas formas tradicionais familiares na Europa oriental, como gênero e nação são essenciais para se pensar os projetos hegemônicos, cuja família seria o veículo privilegiado para simbolizar e organizar essas ações.

Nessa linha, relatórios da Alemanha nos anos 1930 apontavam uma preocupação com a privação materna e estimulavam o aumento do casamento e de taxas de natalidade para preservar a vida da família em nome da glória do estado (Michel, 1987, p.159). Da mesma forma, também havia um debate norte-americano sobre a instauração de creches públicas para amparar os filhos de mulheres que tinham que trabalhar durante a II Guerra Mundial e, mesmo a creche sendo percebida enquanto uma forma de evitar a desintegração familiar e reforçar os laços naturais entre mães e filhos sob as necessidades e tensões em tempo de guerra, o emprego materno não era visto como ideal e as mães que ficavam em casa em tempo integral cuidando dos filhos é que estariam fornecendo um “serviço patriótico” ao país (Michel, 1987). Outros países como a Inglaterra e a Itália também implementaram políticas pró-natalistas que consagravam a maternidade como função inerente de todas as mulheres.

Esse discurso do papel maternal das mulheres como prioridade nacional recai sobre questões biológicas naturais, mas, mais que isso, ao pressionar as mulheres para terem mais filhos (homens, de preferência), elas estariam dando à luz à próxima geração de soldados do estado, conforme critica Cinthia Enloe (2000). Para a autora feminista, essas políticas propostas *militarizavam* a maternidade, num sentido de que o útero seria visto como uma “estação de recrutamento” (Ibid., p.248).

Sobre essa ideia de “maternidade militarizada”, a autora argumenta no caso norte-americano que na sociedade como um todo reside esse imaginário e que isso resultaria em uma forte pressão para as mulheres que são mães.

Embora uma mãe totalmente militarizada seja uma raridade, é raro a mãe de um filho que possa resistir à absorção de várias partes desse ideal em seus próprios valores maternos. Poucas mulheres que deram à luz filhos homens e os criaram até a idade do serviço militar, têm sido capazes de escapar das pressões que são geradas por essas expectativas militarizadas da maternidade. Essas pressões podem ser particularmente difíceis de suportar, se elas não vêm apenas do governo, mas de maridos, pais, vizinhos, amigos, líderes comunitários étnicos. Na verdade, se os funcionários do governo articulassem sozinhos esta expectativa da maternidade militarizada, uma mãe poderia achar que não seria tão difícil de resistir a elas. É a confluência da dinâmica familiar militarizada, uma cultura popular militarizada, e um estado militarizado que faz com que os mitos da

maternidade militarizada sejam tão potentes (Enloe, 2000, p.254, tradução nossa)⁴³.

A mesma autora apresenta um contraexemplo a essas situações em outras sociedades, em que mulheres se negaram a ter filhos no contexto da “maternidade militarizada”. Foi o caso da pesquisa de um antropólogo sudanês, Jok Madut Jok, que descobriu que muitas mulheres Dinka (do sul do Sudão) recorriam “secretamente” ao aborto como resistência a uma pressão dos líderes masculinos para que elas tivessem filhos para prover soldados para a guerra que lá ocorria. Desprovidas de cuidados de saúde pré-natal e oportunidades econômicas, e submetidas a recorrentes investidas sexuais de seus maridos, essas mulheres criaram suas próprias estratégias reprodutivas e, quando questionadas pelos homens, culpavam a perda da gravidez com uma doença. Enloe atenta que no meio de uma guerra mais extrema como a que essas mulheres passavam, elas tinham pouco espaço para a agência, e, nesse pouco espaço, criaram um mecanismo de manobra para uma vida saturada de violência (Ibid., p.248).

Havia, portanto, toda uma atenção voltada para as mulheres e famílias no discurso nacional, especialmente após a II Guerra Mundial, que concediam uma espécie de prestígio público feminino (de orientação militar) à maternidade⁴⁴. Para preservar e manter esse ideal, temos que a partir da década de 1970, as pesquisas norte-americanas sobre a família militar colocaram em pauta como a organização militar poderia incentivar as esposas a desenvolverem atitudes positivas em relação à vida militar.

⁴³ Citação original em inglês: “Although the totally militarized mother is a rarity, it is a rare mother of a son who can resist absorbing several parts of the ideal into her own maternal values. Few women who have borne sons and raised them to the age of potential military service have been able to escape the pressures that are generated by these militarized expectations of motherhood. Those pressures may be particularly hard to withstand if they come not only from the government, but from husbands, fathers, neighbors, friends, ethnic community leaders. In fact, if just government officials alone articulated these militarized maternalist expectation, a mother may not find it all that hard to resist them. It is the confluence of militarized family dynamics, a militarized popular culture, and a militarized state that makes the myths of militarized motherhood so potent”.

⁴⁴ Há também um debate que reflete sobre a questão de transformação ou reprodução do sistema de gênero no decorrer das condições específicas geradas em tempos de guerra, principalmente com relação à II Guerra Mundial e ao movimento crescente do feminismo entre os anos sessenta e setenta. Abriam-se novas oportunidades de trabalho para as mulheres durante a guerra (empregos na indústria pesada, instituições educacionais e governamentais, e também na linha de frente de combate como enfermeiras, motoristas de ambulâncias) e elas foram capazes de demonstrar sua capacidade, habilidade e poder frente a uma desigualdade sexual pela qual historicamente eram submetidas. No entanto, a relação de maternidade com pátria que vários Estados-nação justificaram como apelo para essa abertura do serviço feminino como um auto sacrifício para o bem-estar da população geral, a questão de como o sufrágio e a cidadania para as mulheres foram concedidos visando estratégias de fortalecimento dos exércitos, nos revelam contextos em que houve uma perpetuação de noções culturais da diferença entre os sexos, ao invés de desafiá-los (Scott, 1987).

Logo, parte desses estudos norte-americanos nas ciências sociais eram mobilizados pelos militares, com a pretensão de implementar políticas familiares que adquirissem e mantivessem a fidelidade das esposas à organização (Stanton, 1976; Kohen, 1984; Segal, 1986). Essa preocupação estabelecia-se na medida em que as Forças Armadas americanas decretaram o fim do serviço de alistamento militar em 1973, para a abertura de um sistema voluntário que resultou no aumento de homens casados no contingente militar. No sistema voluntário, os militares teriam mais tempo de serviço, o que significava que haveria homens de idade mais velha que no antigo sistema e, “naturalmente” mais propensos a casar e ter filhos. De acordo com Hill (1976), em 1976 estimava-se que o número de casados no sistema militar alcançava 93% dos oficiais e 80% das praças de carreira com graduações superiores.

Com o aumento das famílias de militares nesse novo sistema de voluntariado, o Exército que já sofrera com os problemas e demandas das famílias dos convocados na II Guerra Mundial, e que agora também precisaria competir com o mercado de trabalho civil, passava a ficar atento em como manter na ativa seu novo pessoal (agora acompanhados de cônjuges e filhos), e se voltava à família como uma das estratégias para essa manutenção.

A questão da família militar assumiu uma característica política em forma de ativismos das esposas dos militares. No entanto, às reivindicações de grupos de esposas descontentes com as condições da vida militar, foram surgindo políticas de apoio como formas militares de *cooptação* das esposas. Isto é, os programas de apoio à família serviam a propósitos operacionais específicos dos militares e também representavam como a comunidade militar institucionalizava a divisão sexual do trabalho, visto que a base desses programas dependia da própria mão de obra voluntária das esposas, ao mesmo tempo em que a viabilidade dessas políticas de apoio tinha como objetivo manter a integração das esposas ao sistema militar (Harrison e Laliberté, 1997).

Por *cooptação* entende-se um mecanismo de inclusão de grupos externos ou divergentes para empreender uma ação conjunta que vise interesses próprios de quem coopta. E por perpetuar o sistema de gênero numa instância patriarcal, significa manter a ideia dos militares homens como aptos para a guerra e o trabalho de defesa nacional, enquanto suas mulheres cumprem funções secundárias de apoio (o que compreende também assumir o cuidado com as responsabilidades domésticas e ser o pilar emocional para a carreira do marido).

No Canadá também vemos essa estratégia institucional para as políticas de apoio às famílias dos militares. Um dos principais impulsos para o Exército canadense pensar em executar essas políticas ocorreu quando um grupo de esposas de militares passou a se reunir informalmente em 1984, para discutir meios de pressionar a instituição militar para que lhes concedessem planos de saúde (estender para os dependentes o plano odontológico), pensões, etc. Elas criaram a Organização Dos Cônjuges de Militares (*Organization of Spouses of Military Members – OSOMM*) no Canadá e distribuíram um boletim informativo para toda a comunidade militar sobre suas demandas e descontentamentos. A primeira reação da organização militar foi de repúdio à organização sob a acusação de elas estarem realizando atividades de caráter político na vila e também proibiram as reuniões do grupo na base militar. As esposas, no entanto, fortaleceram seu movimento e receberam grande notoriedade da mídia e do parlamento, a ponto de processarem o departamento de defesa nacional pela proibição a que foram submetidas, alegando a falta de agência que elas (esposas de militares) tinham para tomar decisões sobre questões que afetavam suas vidas diárias. E a discriminação que sofriam com base no sexo e estado civil. As mulheres ganharam no processo contra os militares e o incidente trouxe à tona uma atenção pública negativa sobre a atitude dos militares com relação às esposas.

Como resposta, em 1987 o Exército canadense elaborou um projeto de programa de apoio às famílias com diretrizes democráticas: as necessidades de apoio à família seriam determinadas em cada comunidade militar local e não definidas por uma “central militar burocrática” e teriam um conselho composto por uma maioria de cônjuges civis. Com a criação desse programa nacional de apoio, o Exército conseguiu manter as esposas sob “controle”, garantindo que elas fizessem parte do conselho e, ao dar “voz” a elas, minou as reivindicações da ação judicial que o grupo OSOMM havia efetuado (Harrison e Laliberté, 1997, p. 42).

Desse modo, os estudos sobre as famílias de militares dessa época surgiram e se intensificaram na medida em que, com um aumento no número de militares casados, se estabelecia um conflito entre famílias e organização militar. O que culminou com o surgimento de movimentos e associações de esposas de militares em questionar seus descontentamentos com o estresse a que estavam submetidas pelas condições de trabalho do marido (afastamentos temporários do militar/separação da família, dificuldades com as mudanças de residência, etc.). Pesquisas com dados americanos indicavam que o compromisso dos soldados com as Forças Armadas dependia

fortemente do comprometimento de seus cônjuges com a organização (Bourg e Segal, 1999) e, portanto, garantir melhorias às famílias, também garantiria um certo grau de coesão e integração na comunidade militar nesse novo cenário de composição dos exércitos profissionais. Assim, “a instituição militar acredita que as famílias, tanto quanto seus membros devem estar sob seu controle, a fim de manter toda a comunidade preparada para o combate (Harrison e Laliberté, 1997, p. 49, tradução nossa⁴⁵)”.

Como forma de amenizar os impactos negativos, portanto, houve a criação, por parte militar, de políticas de apoio às famílias dos militares, mas que ainda mantinham uma estrutura tradicional (institucional) da família militar: reconheciam a importância das esposas para o sistema militar, mas reproduziam a secular divisão sexual do trabalho com as mulheres como voluntárias nessas atividades de apoio (o que de certa maneira é um trabalho não remunerado e “esperado” que elas exerçam enquanto esposas de militares, de acordo com essa visão tradicional do Exército).

Famílias e os desdobramentos pós-Guerra Fria: convergindo com o mundo civil.

Até o início da década de 1990, a questão da condição de vida das famílias de militares era tema recorrente dos estudiosos da sociologia militar entre as Forças Armadas dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Tornou-se uma questão de amplo interesse para pesquisadores de outros países, principalmente na Europa, quando, com o fim da Guerra Fria diversos países europeus foram progressivamente mudando o sistema de conscrição militar para o de forças voluntárias.

A mudança para o que então os estudiosos chamavam de um período “pós-moderno” implicava numa profissionalização dos exércitos em que as seguintes alterações foram evidentes: um sistema voluntário aumentava o número de famílias dos militares (como já citado acima, período no qual as pessoas que serviam as Forças Armadas permaneciam por mais tempo na instituição e, portanto, mais propensas a constituir família do que no antigo sistema); uma orientação militar voltada às questões internacionais com a participação das Forças Armadas em operações de paz e missões humanitárias e uma composição mista no efetivo institucional (a inclusão de mulheres como militares).

⁴⁵ Citação original em inglês: “The military believes that families as well as members must be under its control, in order to keep the entire community primed for combat.”

A família militar que se multiplicou nesse contexto, assume uma importância para os pesquisadores europeus na medida em que, nas Forças Armadas, se torna uma rotina as atividades desempenhadas em missões internacionais (operações de manutenção de paz das Nações Unidas, por exemplo). Esta situação provoca não só um constante estresse na família com a ausência cíclica de um dos seus membros (que está longe de casa e sob uma situação de risco), mas também afeta o desempenho do militar que está preocupado com a situação familiar em sua casa (Nuciari e Sertorio, 2009).

A coletânea *The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War* (Moskos et al., 2000a) reúne experiências de doze países, mostrando, numa perspectiva comparada, as características que as organizações militares assumem pós-Guerra Fria. O interessante é notar que não só os exércitos passam por mudanças estruturais, mas o aumento das mulheres no mercado de trabalho como um todo na sociedade, também altera a forma de valorização da unidade familiar.

Assim, em vários dos casos analisados no livro, são mostrados, principalmente no caso europeu, dois pontos: que à exceção das missões no exterior, o efetivo militar tem se mobilizado menos e as esposas de militares têm tido uma participação considerável no mercado de trabalho. Logo, a busca por moradias e um círculo fora do ambiente militar passa a ser recorrente, alterando o caráter tradicional da vida militar em que a vida do cônjuge era totalmente integrada com a instituição.

Na França, por exemplo, vemos esse crescimento: em 1985, 30% das esposas trabalhavam fora e 4% eram candidatas a emprego. Já em 1994, essas proporções tinham subido para 42% por cento e 19% respectivamente. No mesmo período, a proporção de famílias que viviam fora do ambiente militar também tinha aumentado significativamente (de 30 para 45% aproximadamente) e casas e apartamentos destinados exclusivamente para aluguel dos militares pela instituição, estavam desocupados (Boëne e Martin, 2000).

Na Alemanha, o número de esposas empregadas também cresceu e os assuntos familiares são agora classificados como mais importantes do que as exigências feitas pelo serviço militar. As esposas estão cada vez menos dispostas a orientar-se exclusivamente com as demandas militares e há uma aprovação do casal (marido militar e esposa) para essa decisão. Isto é, de acordo com dados de 1994, a porcentagem de militares que são transferidos e levam consigo suas famílias caiu de 56% em 1985, para 16% em 1994. A opção por serem menos transferidos, envolve a vontade de uma “compatibilidade maior com a vida em família” do que o interesse na promoção e

carreira militar (visto que um militar que passe por mais mobilizações geográficas teria mais experiência e sucesso na carreira), (Fleckstein, 2000).

Na Dinamarca, na década de 1990, a taxa de emprego das mulheres corresponde a 78% (quase igual à porcentagem dos homens, que corresponde a 82%). Por essa razão, poucas esposas de militares têm concentrado na carreira de seus maridos. Pelo contrário, há muitos oficiais qualificados que recusam promoção e transferência para um posto de carreira em outro local no país, porque a esposa, buscando sua própria carreira, não está disposta a se mover (Sorensen, 2000).

De certa forma, as pesquisas na sociologia militar nessa época tratam ainda da separação frequente da família como uma característica típica do serviço militar, mas que nesse novo contexto de reestruturação da organização militar, a separação é gerada com o grande número de missões no exterior (manutenção da paz e luta contra o terrorismo, por exemplo) pelo qual passam os cônjuges militares. Há uma parte dos estudos que se centram em analisar a percepção do estresse gerado durante esses destacamentos (Moelker e Kloet, 2006). Mas as percepções sobre a predominância de uma voracidade da instituição militar sob a rotina familiar do militar são postas em xeque, com a valorização dos indivíduos mais na vida em família do que na carreira militar, conforme vem sendo identificado nessa época pós-Guerra Fria.

A reestruturação das Forças Armadas, que também abre um espaço maior para o emprego de civis em sua organização, passaria, de acordo com estes autores, a convergir com a sociedade mais ampla. Nessa interpretação, justifica-se a “diluição” das famílias de militares com a sociedade civil, e, por consequência, o esvaziamento de uma dependência e integração controlada por parte da instituição. Assim, as famílias passam a morar com mais frequência fora de unidades militares, a se deslocarem menos pelo país, a criarem laços de amizade com civis e há a consolidação e aceitação dos membros da família de que ambos os cônjuges possam desenvolver uma profissão no mercado de trabalho. À instituição militar compete fornecer condições mais satisfatórias para a vida familiar, como meio de manter na ativa seu pessoal.

À exceção dos Estados Unidos que, mesmo seguindo as tendências de um aumento de esposas de militares que almejam sua própria carreira e de famílias morando fora da comunidade militar, ainda conta com uma tradicional composição de esposas de militares que desempenham papéis de voluntárias em atividades diversas no quartel e, cujo envolvimento com a comunidade militar, influencia na promoção de posto dos maridos (Moskos, 2000).

Mulheres guerreiras e a tradicional divisão de papéis sexuais.

Em meio a todas essas mudanças nos exércitos ocidentais pós-Guerra Fria, a possibilidade de uma integração oficial e progressiva das mulheres nos quadros das Forças Armadas passa a ser verificado. A justificativa para essa abertura se deve não só à mudança organizacional da instituição, mas também de um real desprestígio da profissão militar após a II Guerra Mundial e a ocorrência de pressões políticas externas na forma de princípios de igualdade e democracia que se tornaram vigentes na maioria dos países ocidentais.

Assim, a partir da década de 1970, a maioria dessas Forças Armadas passou a admitir mulheres com o estatuto militar (significando uma relativa equidade estatutária face aos seus pares masculinos). Desse novo elemento que compõe os exércitos ocidentais, surgem diversos estudos pautados em políticas de inclusão, mas que também revelam lógicas de exclusão nesse processo⁴⁶.

Como mostrado no contexto europeu, há uma abertura de emprego feminino no mercado de trabalho como um todo na sociedade, mas a incorporação de mulheres enquanto militares as coloca, sobretudo, em funções administrativas e de apoio e saúde. Isto é, as mulheres são deslocadas de áreas e funções de combate, com uma representatividade limitada em posições de poder no sistema militar e são, correntemente, tratadas de forma diferenciada e até hostil por não serem completamente aceitas como pares profissionais por outros militares (homens).

Um exemplo caracteriza como as mulheres foram incorporadas, mas que distinções de gênero eram evidentes nesse processo: a imagem de uma mulher fardada com um rifle no ombro e um bebê nos braços, estampada em cartazes de vários desses países. A imagem torna-se um potente simbolismo de que o país (pátria-mãe) está protegendo o seu povo, mas, ao mesmo tempo, resgata a figura da mulher soldado como também uma mãe (real ou potencial). Novamente a ideia de maternidade e mulher é enfatizada para reforçar o nacionalismo (MacDonald, 1987).

⁴⁶ Na sociologia militar há uma gama de pesquisas que analisam e propõem políticas de integração das mulheres nas Forças Armadas de diversos países euro-americanos, apresentando estatísticas e variáveis que explicariam o grau de adesão feminino no universo militar e buscando comparações entre países. Este esforço de sistematização e análise não é foco deste trabalho, e já foi muito bem discutido em Carreiras (1997, 2006) e Segal (1999).

De um modo geral, na medida em que as mulheres na sociedade moderna passam a desempenhar mais e mais funções públicas sob uma perspectiva alcançada, as instituições militares continuam por um longo tempo a designar suas funções sob uma perspectiva atribuída, que está de acordo com o gênero (masculino). Somente em situações de emergência (tais como, mas não só, a guerra), ao tornar a mão de obra masculina um recurso escasso, a instituição demanda uma racionalização que, progressivamente, leva a um crescimento de pessoal do sexo feminino em funções militares não combatentes; essa possibilidade começa com atividades consideradas mais adequadas à "natureza" feminina [*funções de cuidado, como o caso das enfermeiras*], e continua com aquelas funções que na sociedade civil são passo a passo também ocupadas por mulheres [*quadros administrativos*]. (...) e uma vez que o combate é considerado por definição, uma atividade tipicamente masculina, parece em certa medida "natural" e inquestionável que as funções do soldado de combate permaneçam como sendo designadas sob uma orientação atributiva (negada às mulheres porque são mulheres e imposta aos homens porque eles são homens). (Nuciari, 2006, p. 280-281, acréscimos e tradução nossa) ⁴⁷.

Com relação ao aumento do emprego feminino na sociedade em geral e o mesmo não ocorrer de forma imediata nas organizações militares, o trabalho de Haller e Hoellinger (citado por Carreiras, 1997), demonstra que não há uma conexão direta entre o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho (fruto, principalmente, de circunstâncias políticas e econômicas) e transformações nas concepções sobre o papel das mulheres na família e no emprego (no sentido de gerar valores e oportunidades mais igualitárias entre os sexos). Essas transformações só surtiriam

⁴⁷ Citação original em inglês: "Generally speaking, as far as women in modern society arrive at playing more and more public roles under an achieved perspective, military institutions continue for a long time to assign their roles under an ascribed perspective, that is according to (male) gender. Only emergence situations (such as, but not only, a war), while making male manpower a scarce resource, call for a rationalization that progressively leads to an enlargement to female personnel of military noncombat roles; such possibility begins with activities considered to be more adequate to female "nature", and it goes on with those roles which in the civil society are step by step occupied also, and sometimes mainly, by women. (...) and since combat is considered by definition a typically male activity, it appears to a certain extent "natural" and unquestionable that soldier roles remain the last to be assigned under an ascriptive orientation (denied to women because they are women and imposed to men because they are men)".

melhores resultados em sociedades que alterassem significativamente seus “valores culturais” (em que há uma preponderância de ordem patriarcal na maioria delas). Pois esses valores, historicamente construídos, seriam codificados e arraigados por determinados “padrões simbólicos”, que seriam reguladores das formas como as relações sociais de gênero seriam apreendidas em cada sociedade.

Nesse sentido, analisar a construção social das funções militares das mulheres, nos permite um olhar também sobre como o gênero é construído nas sociedades euro-americanas, ao passo que ilumina lados obliterados de uma instituição que secularmente tem funcionado sob uma concepção normativa de masculinidade. E que ainda hoje estimula em sua organização interna, um modelo socialmente dominante (de lógica masculina), que (re)produz ativamente a divisão de papéis sexuais.

Diferentes autores tem justamente procurado demonstrar como o caráter essencialmente masculino da função militar intervém na formação de identidades e estereótipos sexuais e como a exclusão das mulheres contribuiu para reforçar diferenças e codificar fronteiras entre gêneros. Salientam, designadamente, a relação dialética que se estabelece entre a estrutura e modo de funcionamento das organizações militares e o ideal-tipo de masculinidade prevalecente: se, através de formas específicas de socialização, modelos disciplinares e padrões de autoridade, a instituição participa na construção do arquétipo masculino, este, por sua vez, realimenta o seu funcionamento, de tal forma que (...) os conteúdos associados às definições de masculino e militar se plasnam frequentemente numa notável sobreposição (Carreiras, 1997, p. 45-46).

O imaginário militar de “homem-guerreiro” faz parte de um sistema mais amplo e complexo que relaciona gênero, paz e guerra. Esses termos, entendidos como criações simbólico-culturais que cada sociedade estabelece para si, comporiam associações binárias e contrastivas: feminilidade, paz e passividade como contrárias a um outro conjunto que inclui masculinidade, guerra e atividade. Dissimuladas por pressupostos biológicos, elas se estenderiam para uma série de outros dualismos como privado/público, casa/rua, doméstico/político (MacDonald, 1987). Dentro da instituição militar, essas dualidades (homem-guerra / mulher-paz) seriam opostas, mas ativadas e reproduzidas somente em relação: para ser produzida a masculinidade (o guerreiro), o

jovem soldado, submetido a uma socialização intensa e à autoridade que lhe é requerida na formação na academia militar, assumiria um papel tipicamente feminino antes de “transformar-se” no lado masculino da equação (Carreiras, op. cit., p.43). Nessa relação de alteridades, em que para ser guerreiro é preciso produzir masculinidades, como a entrada de mulheres poderia ser vista?

Esse debate foi amplamente polêmico e sublinho três formas de como esse processo tem sido posicionado. Segundo Carreiras: “de um lado os que advogam políticas de exclusão (total ou parcial) insistindo sobre os potenciais efeitos negativos da presença feminina sobre os padrões de eficiência organizacional”, no sentido de comprometer, sobretudo a solidariedade masculina e de enfraquecer a atenção dos homens em situações de combate em que eles teriam que estar atentos ao inimigo, mas também ao desempenho e proteção dos seus pares femininos (Tuten, 1982; VanCreveld, 2004; Arkin e Dobrofski, 1978). “Do outro, os que defendem a irrelevância do gênero nesta matéria e sublinham, como fator primordial na condução das políticas, a necessidade de implementar a igualdade intersexos e os direitos de cidadania”, que podem ser encontrados nos trabalhos de Ruddick, 1983 e Stiehm, 1996. (Carreiras, op. cit., p. 67). E num terceiro ponto de vista, uma visão feminista apoiada em movimentos pacifistas que reforça a ideia de mulheres contra a guerra, e por isso, seria contra o armamento feminino (Scott, 1987, p. 24).

No entanto, mesmo diante dessa multiplicidade de visões e debates, os exércitos passaram por transformações e as mulheres foram incorporadas, assim como algumas posições técnicas e tecnológicas foram atribuídas para civis (homens e mulheres) também. No processo de produção das identidades no universo militar, portanto, embora haja uma resistente masculinidade hegemônica, outros tipos de masculinidades e a evidência de feminilidades são ativadas em momentos e circunstâncias diversas. A presença de um efetivo de mulheres coloca essas relações em evidência e sua aceitação ou não em determinadas funções de apoio ou combate podem definir múltiplas e complexas formas do ser mulher e do ser militar, bem como do ser guerreiro e do ser civil.

* * *

A literatura na sociologia militar, no que concerne à pesquisa com famílias e mulheres militares, prioriza discutir e expor, de modo sistematizado, as dificuldades e possíveis medidas de solução dos problemas enfrentados por esse universo. Ressalto que grande parte desta bibliografia acima mencionada, lida com uma concepção única de família, como unidade natural a ser mantida (e que mais à frente pretendo mostrar que minha perspectiva tem a pretensão de explorar essa noção da família para além do seu entendimento como um *dado*). Assim, ao tratar do Exército e da família como dois domínios sociais e “vorazes”, naturalizam-se ideias que precisam ser mais exploradas e compreendidas.

A discussão nos interessa por revelar elementos de análise que estão implícitos nesses processos de naturalização das categorias, como a questão da tradicional divisão sexual do trabalho, a ideologia patriarcal vivida, da qual os exércitos se organizam e utilizam como estratégias de cooptação e controle de seus membros (estendidos às suas famílias). A crítica feminista sobre a instrumentalização militar (e do Estado) a respeito de ideias de maternidade e nação/pátria contribui para o entendimento das Forças Armadas como uma corporação que se organiza sob uma distinção de gênero.

Mesmo que as categorias possam ser essencializadas pela organização militar, há que se questionar se devem ser entendidas como fronteiras simbólicas fixas e opostas. E também se trata de pensarmos nos termos de uma transformação dos exércitos: a tendência recente explorada por parte dos autores da sociologia militar é de que há uma convergência com a sociedade civil, isto é, de que as Forças Armadas estariam mais civis (o que inclui a abertura para as mulheres nesse processo). A mesma situação poderia ser apreendida pelo seu oposto: de que a sociedade possa estar se militarizando, ou melhor, de que os exércitos estão refazendo formas de militarização frente a esses novos processos.

Pesquisar o Exército brasileiro: sobre famílias e mulheres militarizadas.

Em geral, uma bibliografia nas ciências sociais voltada a compreender aspectos cotidianos e internos da organização das Forças Armadas no Brasil é escassa. Como já mencionado em nota na Introdução (cf. nota 17), a maioria dos trabalhos produzidos por cientistas políticos, sociólogos ou historiadores no Brasil, teve como ponto central as intervenções militares na política ou a análise da subordinação dos militares ao poder

civil (transição do regime militar para a democracia)⁴⁸. Reconheço a importância desses trabalhos, mas não é objetivo desta tese retomar a análise dessa bibliografia, pois minha perspectiva centra-se no dia a dia e formas de organização das famílias de militares. Procuo assim utilizar trabalhos que explorem a visão cotidiana da vida militar e percepções sobre as mulheres nesse universo de estudo. Portanto, para além das questões que a literatura internacional da sociologia militar tem levantado a respeito das famílias e das funções das mulheres na organização militar, o que busco é uma análise das relações e categorias que são suscitadas pelos nativos, enquanto experiência empírica de sua compreensão de mundo (Castro e Leirner, 2009).

Sendo família no Exército brasileiro

Se os estudos sobre a vida militar são poucos, uma produção acadêmica brasileira a respeito das famílias de militares é ainda menor. Há somente três trabalhos na área de humanas (dois na antropologia e um na área de história e cultura) que tratam exclusivamente desta temática (Adão, 2008; Chinelli, 2008 e Silva, 2010). O interesse inicial por problematizar essa questão veio da lacuna que se tem sobre esse objeto, e mostrou-se um interesse “puramente” acadêmico. Isto é, no caso brasileiro, não houve uma procura ou demanda da organização militar por essa temática. Pelo contrário, o interesse de pesquisadoras acadêmicas sobre as famílias dos militares preocupava a instituição, no sentido de que pudesse revelar o que haveria de mais íntimo e interno na caserna. Conforme justificado por um coronel na minha pesquisa sobre as famílias de militares na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), “querer saber sobre a família militar é querer ver as entranhas da instituição”.

⁴⁸ É preciso também ressaltar que a relação entre mundo acadêmico e militares no Brasil, envolve apreensões e receios de ambas as partes devido à recente memória da ditadura militar no país e obstáculos para se realizar uma pesquisa dentro de instituições militares foram e são visíveis ainda (tanto por uma certa “antipatia” dos primeiros em estudar atores envolvidos com o monopólio da violência, quanto por parte dos segundos em serem alvo de análises). Recentemente há um esforço dos militares em uma aproximação com a universidade civil, na forma de atividades que reúnam alunos civis e militares (congressos que discutem temas de Defesa Nacional e que ocorrem anualmente em escolas militares), bem como em projetos desenvolvidos pelo Eb em conjunto com o Ministério da Defesa (por exemplo, o projeto *Formadores de Opinião* que consiste em palestras e visitas de universitários civis a unidades militares amazônicas). Há também a adoção de cursos de graduação e pós-graduação em escolas militares que passam a ter reconhecimento e avaliação por instituições civis (Ministério da Educação; e pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). É o caso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) que desde 2001 passa a conduzir cursos *stricto sensu* (mestrado e, a partir de 2005, o doutorado) como parte de seu quadro institucional.

Assim, no meu estudo de mestrado (Silva, 2010) e no trabalho de Chinelli (2008), esta preocupação institucional foi evidente e revelou às nossas pesquisas que, mesmo se tratando de mulheres que, *a priori*, não eram militares de profissão, elas constituíam parte importante e envolvente da instituição militar: elas pertenciam, em algum nível, à *Família Militar*.

A *Família Militar* enquanto termo nativo apoia-se na ideia de unidade tradicional da família (autoridade paterna, relações de afeto e solidariedade tanto entre relações tidas como hierárquicas – pai e filhos – como relações horizontais entre irmãos), que se estende para as características encontradas e estimuladas no quartel (a predominância da coletividade, o espírito de união e a camaradagem)⁴⁹. Representa um universo de relações dentro do Exército brasileiro em que o termo pode indicar o todo (a corporação militar) e/ou suas partes (seções, Armas, quadros, as famílias, etc.). (Silva, 2010). Pertencente ao *espírito militar*⁵⁰, essa ideia de *Família Militar* também é acionada de forma englobante e segmentária.

Para a pessoa que se torna um militar de carreira, uma das principais entradas nessa *família* concretiza-se no processo de construção da identidade adquirido durante o período de formação na academia, conforme demonstrou Castro (2004). Ao descrever que a socialização que ocorre na formação dos oficiais durante os quatro anos na Aman (em estabelecimentos relativamente autônomos da sociedade abrangente e em um sistema de semi-internato) leva à construção de fronteiras simbólicas que estabelecem uma percepção claramente distintiva entre “militares” e “civis”, entre o “dentro” (“mundo militar”) e o “fora” (“mundo civil”), o autor nos mostra como os alunos em processo de formação (denominados *cadetes*) são incentivados e preparados para compor um “espírito de corpo”. A apreensão de valores, atitudes e comportamentos adequados à vida militar como respeito à ordem, à disciplina, à hierarquia,

⁴⁹ Embora interessada na discussão militar a partir de eventos históricos e políticos, Vanda R. Costa (1985) apresenta uma reflexão inicial sobre a retórica da grande família nos processos de subordinação e obediência dos militares no Exército brasileiro. Segundo a autora, há um apelo afetivo que se relaciona com a submissão e disciplina militares, onde “assiste-se a uma tentativa de reconstrução de um novo eu, que se formará com a criação de vínculos de identificação em duas direções. Uma na do chefe-pai. Outra na dos camaradas-irmãos. Embora as direções sejam duas, o trajeto é um só: somos irmãos porque somos filhos do mesmo pai. O principal interesse é apontar o esforço de ‘relembrar’ experiências afetivas remotas, no sentido de atualizá-las para que possam ser revividas em novo contexto” (Costa, 1985, p.270). Este discurso seria entendido como um dos mecanismos de manutenção da coesão na organização, mas apreendido de maneira diferenciada para oficiais, sargentos e soldados, em que os primeiros orientam-se com a ideia de que poderão ocupar o mesmo lugar do “chefe-pai” no futuro, enquanto que os últimos deverão permanecer na condição de “filhos” ao longo da carreira.

⁵⁰ Castro, 2004.

condicionamento físico, maneiras de se portar em ambientes diversos, formas de “civilidade” (boas maneiras e higiene), são prescritos na forma de normas, regulamentos e estatutos que as pessoas não somente devem seguir, mas incorporar, de modo que elas também são constantemente avaliadas pelo cumprimento ou não dessas regras.

Esse conjunto de valores e princípios condiciona a vida do militar de tal modo que

Muitos [*cadetes*] contam as horas que faltam para realizarem “as quatro coisas que o oficial faz quando sai daqui [*Academia Militar das Agulhas Negras*]: se casa, compra um carro, compra uma pistola e deixa o bigode crescer” (...) Os que pensam apenas na vida militar “normal” sabem que arcarão com o ônus de um certo isolamento da vida civil, mas, por outro lado, ganharão um mundo quase que autossuficiente, com vilas e prédios militares, clubes militares, colégios militares... Um general disse, ao final de sua carreira, que “mais de meio século de labor militar marca tão profundamente nosso corpo e nossa alma que, dizem alguns, o sangue passa a ser verde-oliva. Como foi bom que tenha sido assim...” e poder um dia dizer o mesmo é o que almejam muitos cadetes (Ibid., p.155).

Assim, as formas de socialização apreendidas pelos militares são estendidas aos mais diversos âmbitos de sua vida: condicionam as formas de moradia e rede de relações, e quando os militares se casam, seus cônjuges também são socializados pela instituição, isto é, também passam a participar (mesmo que involuntariamente) das prescrições e estilo de vida que são estimulados nesse ambiente. O distanciamento da família de origem é notado nos dois processos: quando o cadete entra na academia militar e vive sob regime de semi-internato; e quando ele se casa, sua esposa também se afasta de seus parentes para acompanhar o marido militar na sua mobilidade profissional. Para ambos, o Exército oferece um novo conjunto de relações que seria algo como um “substituto” de suas respectivas famílias: a *Família Militar*.

Nesse sentido, o Exército parece mapear e definir as famílias dos militares, ordenando uma lógica muito específica das relações familiares nesse meio: vizinhos como parentes (pessoas que não são só próximas fisicamente, mas também estão vivendo e compartilhando experiências semelhantes); espaços e relações entre as

peças que são configurados por hierarquias sociais (por exemplo, as vilas e clubes de lazer pertencentes à organização são dispostos segundo a prerrogativa militar e separados por patentes); as casas padronizadas nas vilas e como são organizadas para as famílias; enfim, uma série de elementos e mecanismos que produzem uma socialidade diferenciada nesse contexto⁵¹.

A esposa do militar, portanto, passa a compor, em conjunto com o cônjuge, esse quadro da *Família Militar*. A ela, é esperada uma série de obrigações institucionais que compõem um ideal de família esperado pela corporação militar e baseado, sobretudo, numa ideia de família tradicional (família nuclear). Essas características foram encontradas na análise dos discursos de famílias de oficiais do Exército brasileiro estudados pelas três autoras acima mencionadas⁵² e compreendiam:

[a] a ideia de que a mulher (esposa) deve “acompanhar o marido”, pelo fato de que o militar (em especial o oficial de carreira) tem como característica o *ethos* nômade (movimentação pelo território brasileiro a cada dois ou três anos) e, portanto, a família viveria em trânsito constante; [b] a ideia de que a mulher, mesmo que exerça uma profissão ou trabalho, deve ser uma “boa” mãe e esposa, deve manter a família unida, administrando quase que sozinha os cuidados com a casa e os filhos, para que o marido desenvolva a sua carreira; [c] a esposa ter que, em determinados momentos da carreira do marido, assumir papéis “públicos” como o de organizar eventos para promover a integração da *Família Militar* e participar de organizações filantrópicas; [d] a presença da esposa em todos esses eventos; [e] uma convivência “cordial” e “solidária” com outras famílias de militares; [f] um controle e comedimento de palavras e condutas, isto é, uma vida discreta e sempre “com muito cuidado” para que “não se

⁵¹ As formas de socialização das esposas e filhos no universo militar, portanto, vão desde o seguimento de regras prescritas pela instituição (o compartilhamento de condutas específicas nos eventos e cerimoniais da organização militar, o espaço da vila militar que é regido pelas normas da instituição, etc.) até um sistema de controle e focos das e entre as pessoas que se relacionam nesses ambientes. Essas questões e implicações das esposas como acompanhantes dos maridos são retomadas etnograficamente nos próximos capítulos desta tese.

⁵² Trato aqui de minha pesquisa no mestrado (Silva 2010) e dos estudos das seguintes autoras: Fernanda Chinelli (2008) sobre esposas de oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado Maior do Exército localizada no Rio de Janeiro/RJ; e Maria Cecília de Oliveira Adão (2008; 2010) sobre famílias de militares do Centro de Comunicação Social do Exército em Brasília/DF. E também apresento algumas reflexões do trabalho de Juliana Cavilha (2002) que, embora tenha um estudo sobre os oficiais aposentados do Exército, anuncia alguns modos de vida das famílias de militares.

fale demais” e não se comprometa a carreira do marido; [g] uma vigilância das e entre as próprias esposas como forma de evitar posturas tidas como “inadequadas”; [h] uma conduta que deve seguir similitudes em relação ao *modus operandi* das relações profissionais do cônjuge, isto é, observando os protocolos e prescrições inerentes à hierarquia militar. (Silva, 2010); e [i], o principal: um distanciamento do mundo social exterior, que implica inclusive numa resignação em relação aos laços familiares e de amizade anteriores.

Este conjunto de características reflete e se baseia, em particular, nas famílias em que só o marido é militar (e que é a formação familiar mais encontrada no Eb). Logo, a ideia de que é preciso “acompanhar o marido” sempre está presente e configura, de certa forma, uma relação entre marido e esposa na qual o emprego do marido (militar do Exército brasileiro) centralizaria todas as relações da família. A aceitação de ter que mudar sempre de localidade, as dificuldades em arrumar ou se manter em um emprego e a solidão que muitas esposas sentem pelo fato de que os maridos militares quase sempre se ausentam da casa para cumprir atividades do quartel, são consideradas características próprias à vida militar pelas quais as famílias precisam passar e, sobretudo, se ajustar. Ao mesmo passo que a mulher do militar é uma companheira importante para a estruturação moral do militar, ela também reproduz, de alguma forma, a vida da caserna, pois compartilha e está envolvida numa série de atividades que acontecem nos limites circunscritos do quartel, ao mesmo tempo em que “sustenta” as relações internas da casa (unidade doméstica).

Assim, neste contexto, há um modelo de família operando em determinados níveis do cotidiano dessas pessoas e entendido como uma espécie de “modelo ideal” da instituição, que expressa e estende um padrão das relações e normas do quartel para o espaço da casa (relação cônjuge e filhos/as). Mesmo em configurações familiares diferentes (com os dois cônjuges sendo militares ou somente a esposa sendo militar) haveria adaptações para se aproximar ao ideal pretendido pela instituição militar.

Quando se trata de um casal em que ambos são militares, eles dispõem de pouco tempo para administrar a casa e o cuidado com os filhos. Mas ambos valorizariam a carreira de cada um e isso seria um fator de coesão na família: o casal exerce uma profissão e também divide tarefas relativas ao âmbito privado da família (a criação dos filhos), e, portanto, vivenciam um conjunto de relações ao conviverem e

coabitarem no mesmo ambiente de trabalho, de lazer e na mesma casa. Assim, nesse caso do casal militar, vemos o marido e a esposa compartilhando papéis que, em famílias onde só o marido é militar, são diferenciados por gênero. Porém, uma tensão existe nos campos masculino e feminino, isto é, nos “papéis” que o gênero assume em determinados contextos na *Família Militar*, como o fato de que, além de ter que conciliar o papel de mãe, as mulheres militares, em algumas situações, têm que desempenhar a função de *esposa de militar* (participar de eventos de caridade, estar ao lado do marido em formaturas e homenagens militares, se este for um militar de patente superior, etc.).

No que se refere às famílias em que a mulher é militar e o marido é civil (não militar), essa configuração da família “inverteria”, em partes, a tradicional divisão sexual do trabalho: teríamos, de acordo com os dados da minha pesquisa sobre as formas familiares na Aman (Silva, 2010), a rotina da família adaptada à profissão militar da mulher. A mulher é dedicada à profissão, e o marido, mesmo que trabalhe, executa parte das tarefas domésticas e apoia o trabalho da esposa. Nesse caso, há uma inversão de gênero (com o homem se “feminilizando” em algumas ações), mas também uma oposição hierárquica: enquanto a mulher do militar é socializada pela instituição (*militarizada*, em algum nível), o mesmo parece não ocorrer com o marido civil. Não foi encontrado material etnográfico que demonstre a existência de dispositivos de controle e atenção da instituição e das pessoas envolvidas nesse universo com relação a prescrições e condutas da vida de um “esposo de militar”; pelo contrário, o marido civil parece estar afastado desse espaço. A falta de dados e estudos que enfoquem situações como esta, não permitirá um aprofundamento dessa questão no decorrer da tese, visto que ainda são poucos os casais que se estruturam nessa configuração familiar no Brasil.

É importante ressaltar que mesmo nas últimas décadas com a maior participação feminina no mercado de trabalho, e, por consequência, em que uma parcela significativa de mulheres de militares também exerce uma profissão (inclusive como militares), ainda se nota que, em alguma medida, os familiares brasileiros aderem ao estilo de vida militar. Isto é, em alguma trajetória da carreira do marido vivem em vilas militares, acompanham-no pelas transferências pelo país, organizam e/ou participam de eventos comemorativos e formaturas no quartel e na vila, etc. A alta mobilidade dos militares pelo país e a existência de moradias militares em grande parte desses lugares, promove e nos evidencia que há, de algum modo, a circulação das famílias (ou parte dela) em conjunto com os militares.

No entanto, dizer que o ideal de família militar tem se mantido atualizado nos processos de formação de famílias no Exército brasileiro (mesmo com inversões e ajustes), não significa que não possa haver divergências e tensões entre as pessoas envolvidas nessas relações. Adão (2008) faz um contraponto ao apresentar dois casos que supõem a ruptura a esse modelo. São eles: a situação em que o marido militar é transferido para uma nova localidade e a esposa não o acompanha (para se manter em algum emprego ou para ficar perto da família de origem, por exemplo). E que isso poderia ser visto como um primeiro passo para a separação do casal. E o segundo caso em que o marido deixa a carreira militar para acompanhar a esposa, isto é, quando a esposa tem um emprego cuja renda é maior que a do marido.

A ideia de uma forte identidade e solidariedade da *Família Militar* também pode ser questionada quando o cônjuge militar se aposenta ou não pode mais exercer a profissão. Segundo Cavilha (2002), a aposentadoria do militar seria entendida como uma imobilidade territorial, em que as transferências geográficas (características da profissão) cessam e o militar aposentado se vê obrigado a “fincar” raízes em uma localidade. E também haveria o retorno a um maior convívio dele com pessoas do “mundo civil”, com a conseqüente saída do “mundo do quartel”, do qual o militar dispunha de uma posição hierárquica definida e que, no caso de um general do Exército, significaria a perda de uma grande posição de autoridade. Para a autora, seria o momento em que ele assume um “anonimato” no universo militar e a sua esposa, que “vestiu” a farda junto com ele no início de sua carreira, a “despe” com a aposentadoria do marido e o “ensina a andar no mundo civil” (Ibid., p. 132). Esta configuração também é lida no entendimento das alterações de masculinidades que o militar homem reformado passa nesse processo: a aposentadoria deslocaria o homem de um ideal hegemônico de masculinidade inscrita no universo militar, subalternizando-o em outra masculinidade no meio civil⁵³.

Outro exemplo refere-se a um caso relatado por Chinelli (2008), sobre um oficial que depois de mais de vinte anos de carreira sofreu uma parada cardíaca e ficou em coma. Nesse instante, sua esposa, imersa há vinte anos nas relações que mantinha no quartel em conjunto com sua vida com o marido militar, se vê desamparada pela *Família Militar*: ela se sentiu excluída da rede de relações que seu marido tinha antes da doença e percebeu uma aparente invisibilização da sua presença no ambiente militar,

⁵³ Sobre masculinidade hegemônica e outras formas de masculinidade, ver Connel, 1995. Cavilha parte dessa teoria para investigar esses processos no caso militar.

como se ela e o marido deixassem de ser família para o Exército no instante em que ele deixou de ser um militar “ativo”.

Assim como, em outro caso citado em meu estudo do mestrado (Silva, 2010), sobre uma família de oficial que, por opção do casal, permaneceu vinte anos na mesma localidade (contrariando as condições inerentes da vida militar de afastamento da família de origem e mobilidade geográfica). Nessa situação, a ideia de pertencimento à *Família Militar* só foi produzida depois desses vinte anos de carreira do marido, quando houve uma transferência do militar de unidade e o casal teve que morar na vila militar (e passar a conviver com outras famílias de militares).

Todos estes exemplos, assim como a ocorrência de separações de casais e a formação de novos (segundos, terceiros) casamentos (apesar de não haver um estudo e levantamento estatístico específico sobre essas situações), divergem do ideal de família esperado pelo Exército, mas nos mostram, justamente por isso, que há um fazer e desfazer de famílias operante nessas relações.

Outras formas de militarizar a família encontradas no caso brasileiro são: evidências de filhos de militares seguindo a mesma carreira, inclusive um projeto visto como forma de ascensão social, com a incidência de filhos de sargentos seguindo carreira de oficialato no Exército; filhas de militares casando-se com militares (Barros, 1978; Castro, 1993; Silva, 2010); e de, recentemente, a ocorrência de homens militares casando com mulheres militares e de esposas de militares tornando-se militares (Silva, 2010).

Procurei apontar neste tópico, de maneira breve, alguns fragmentos da vida familiar na caserna brasileira e da preocupação dos estudos em mostrar essa organização da vida doméstica em função de uma rotina militar (e suas possíveis construções e desconstruções), que serão tratadas com aprofundamento etnográfico nos capítulos a seguir. A bibliografia voltada a compreender a família militar no Brasil, conforme já citada, é escassa e mostra uma trajetória diferente do que ocorre no contexto euro-americano. Se pensarmos em termos do modelo institucional/ocupacional de Moskos, o Exército brasileiro se “enquadraria” em um sistema mais institucional, com a corporação militar ainda muito presente nas formas de organização da família (como já apontado, as transferências pelo território brasileiro são intensas e o número de vilas militares pelo Brasil também evidencia que há uma alta mobilidade de famílias dentro de um espaço militar propriamente dito).

As associações políticas de famílias de militares que temos no Brasil são voltadas para reivindicar benefícios dos militares (e não especificamente das famílias, pois como os militares não podem protestar perante punição e expulsão da corporação, as esposas é que promovem manifestações contra o governo – e não diretamente contra a instituição militar – para o aumento do salário dos maridos, etc.)⁵⁴. É claro que reivindicar melhores condições de trabalho dos maridos, numa lógica familiar em que esposas também fazem parte da organização, significa promover melhores condições para as famílias, mas o que ressalto aqui é justamente essa associação de famílias e Exército que chega a ser indissolúvel em algumas situações e é diferente do que o quadro euro-americano tem apresentado (com grupos de esposas sendo criados para “brigar” de frente com a instituição e promover melhorias familiares).

A mulher militar brasileira e a dinâmica nas relações de gênero

Quando se fala sobre família militar, é importante também levantar dados e reflexões sobre como são apreendidas as mulheres no Exército. Se, num primeiro momento, no caso brasileiro, vimos que a mulher, enquanto esposa de militar, tem uma posição bem peculiar na instituição, como colaboradora da profissão do marido e integrante da *Família Militar*; a apreensão feminina como elemento também profissional na instituição complexifica as relações familiares na caserna, atribuindo novas percepções sobre o gênero.

A presença feminina nos quartéis militares brasileiros apresenta similitudes ao contexto geral com que o fenômeno ocorreu nos países euro-americanos: alcançado de forma lenta e gradual, com as mulheres incorporadas em áreas técnicas e deslocadas de funções de combate, e fruto, principalmente, de imposições políticas externas à instituição⁵⁵.

⁵⁴ A associação de maior representatividade é a União Nacional de Esposas de Militares das Forças Armadas (UNEMFA), grupo voluntário de esposas de militares que promove, de tempos em tempos, “movimentos do panelaço” por melhores condições de trabalho e de reposição salarial dos servidores públicos militares (isto é, não deixa de ser a busca por uma valorização profissional do marido). O panelaço constitui do ato de bater panelas, tambores e soar apitos em frente a órgãos do governo para chamar a atenção para a causa defendida.

⁵⁵ D’Araújo (2004) indica que o processo de assimilação de mulheres à instituição militar só pode ser viável a partir do momento que princípios de igualdade e democracia se tornaram vigentes na maioria dos países, pois “as Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e estão intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e construção de direitos de cidadania e de soberania (...) isto porque, em princípio, se um país estabelece o alinhamento das Forças Armadas ao poder civil democrático, as Forças Armadas devem expressar o perfil da sociedade à qual servem e obedecem” (D’Araújo, 2004, p.440-441). Mathias (2005) acrescenta dois

Apesar da abertura para as mulheres na profissão militar brasileira ter ocorrido a partir de 1980 (no Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, que formava pessoal para exercer atividades técnicas e administrativas), a incorporação feminina nas escolas de formação de oficiais só foi permitida entre 1995 e 1997 no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no Instituto Militar de Engenharia do Exército brasileiro (IME) e na Academia da Força Aérea (como oficiais intendentess, isto é, do quadro de não combatentes). Somente em 2003, a AFA abre vagas para o curso de formação de oficiais aviadoras, e em 2014, a Marinha torna acessível um número de vagas para as primeiras aspirantes mulheres na Escola Naval. A academia militar responsável pela formação dos oficiais de carreira e combatentes do Exército brasileiro (Aman) é a única a não incorporar mulheres em seu efetivo de alunos. Mas, conforme lei federal sancionada em 2012 (Brasil, Lei n.12705/12, Art.7º)⁵⁶, haverá a possibilidade de em 2018 as primeiras mulheres ingressarem no curso de formação de oficiais intendentess e material bélico na Aman⁵⁷. Nota-se, contudo, que a *arma* considerada mais combatente pelos militares, a infantaria, ainda não cedeu espaço às mulheres em nenhuma força.

outros fatores responsáveis pela entrada de mulheres no quartel: a mudança na forma de fazer a guerra (mudanças tecnológicas e administrativas) e o fator “psicossocial” relacionado à questão do prestígio da profissão militar, isto é, passa a ocorrer um desinteresse por parte dos homens (em especial os pertencentes às elites sociais) pelo ingresso na carreira militar. Segundo a autora, para o caso brasileiro, “diante do desgaste que as mais de duas décadas de governo burocrático-autoritário provocaram na imagem da profissão castrense, no início da década de 80, outras áreas de atuação, em particular aquelas relacionadas à revolução tecnológica então em curso, tornaram-se mais atraentes para estes setores da sociedade.” (Mathias e Adão, 2013, p. 149).

⁵⁶ Lei que regulamenta o ingresso de mulheres na linha militar bélica de ensino no Exército brasileiro a ser viabilizado em até cinco anos da data em que a lei foi sancionada. Foram abertas 40 vagas para mulheres no quadro de material bélico e no serviço de intendência na Aman, mas para que sejam admitidas na academia militar, as mulheres deverão passar primeiro pelo concurso de admissão da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) – isto ocorrerá no ano de 2017.

⁵⁷ A recente ampliação de presença de mulheres nos quartéis brasileiros também é compreendida como uma demanda da política internacional de incorporação da perspectiva de gênero que a ONU (Organização das Nações Unidas) vem se comprometendo nas últimas décadas. A proposta é uma política de igualdade de gênero, com a intenção de adequar as Forças Armadas, com treinamentos e diretrizes para uma presença qualitativa da mulher militar. A Resolução 1325/2000, solicita aos países membros da organização um conjunto de iniciativas para promover maior participação de mulheres nas forças militares nacionais que são enviadas às zonas de conflito sob respaldo da ONU. No entanto, esse reconhecimento de abrir oportunidades de igualdade de gênero e aumento do número de mulheres militares em operações de paz, também recai sobre a secular divisão sexual do trabalho. Isto é, as militares são autorizadas a participar de funções geralmente caracterizadas como femininas, e, portanto, compreendidas pela ONU como facilitadoras na resolução de conflitos, pelo seu caráter mais “pacificador”, menos “violento”, e mais “afetuoso”. Sobre a questão de gênero nas operações de paz ver, Rebelo, 2014.

Nesse contexto, dados provenientes do Ministério da Defesa brasileira de 2014 indicam que as mulheres compõem cerca de 7% (23.787 mulheres) do efetivo das Forças Armadas brasileiras, com uma concentração maior na Aeronáutica (9.927), seguida do Exército (6.700) e da Marinha (5.815). Em 2001, a porcentagem de mulheres era de 3% (Giannini, 2014). Desses 7% atuais, as mulheres geralmente estão atuando nas áreas técnicas, administrativas e de saúde (com exceção das aviadoras da Força Aérea e engenheiras militares do Instituto Militar de Engenharia), e a maior parte é de militares graduadas e oficiais subalternas, isto é, encontram-se na base da hierarquia⁵⁸.

Segundo D'Araújo (2004), a entrada de mulheres no universo militar é compreendida como uma conquista democrática e como um problema institucional. Paradoxalmente, esse processo que passou a ocorrer no final do governo dos militares pode ter significado uma tentativa de “suavizar” e “abrandar” aos olhos públicos, uma instituição que vinha sendo acusada por seus atos ferozes, como prisões e torturas (Mathias e Adão, 2013, p.150)⁵⁹; mas também apresentou relutância interna por parte de muitos militares, pois comprometeria um espaço que tradicionalmente comporta uma exclusividade masculina, e incorporar mulheres significaria “romper” com valores culturais vigentes para a instituição.

Assim, D'Araújo (2004), através de depoimentos de autoridades militares brasileiras destaca que a presença feminina nos quartéis é encarada de forma controversa. Para esses militares, as mulheres são vistas como seres *naturalmente* emotivos, pacificadores, indefesos, delicados, frágeis e que necessitam de proteção; enquanto os homens são tidos como seres *naturalmente* fortes, agressivos, e, portanto, compatíveis com a instituição militar que lida com o monopólio da violência. Ressalta-se que essa visão configura-se como predominante no interior das Forças Armadas, inclusive na forma escrita de códigos e normas que ainda mantêm-se como

⁵⁸ Atualmente, das três forças brasileiras, há somente uma mulher que ascendeu ao nível de generalato na Marinha (contra-almirante) no ano de 2012. No entanto, conforme salientam Mathias e Adão (2013), nesse caso, mesmo com a promoção da oficial, ela não poderia assumir um posto de alto comando devido ao fato de ter entrado através do quadro auxiliar da força e ser profissional da saúde.

⁵⁹ Essa ideia de abrandamento da violência, também foi sustentada como hipótese explicativa para a presença de mulheres nas polícias militares brasileiras. Sobre isso e sobre as formas de atuação feminina na polícia militar brasileira, ver: Soares e Musumeci, 2005; Nummer, 2005 e Souza, 2015.

exclusivamente masculinos, mas cabe frisar que também são encontradas visões de militares que discordam dessas premissas e apoiam uma igualdade entre os gêneros⁶⁰.

Sobre os códigos militares, temos o *Estatuto dos Militares* brasileiro (Brasil, Lei n.6880 de 09 de dezembro de 1980) que não foi completamente atualizado para uma situação profissional que adere tanto homens e mulheres, e que ainda comporta diferenciações simbólicas entre os sexos. Em particular no Art. 50, onde são declarados os/as dependentes dos militares (pessoas as quais os militares são responsáveis e promovem o sustento econômico). Nesse caso, os filhos do sexo masculino são dependentes somente até os 21 anos (ou 24 anos, se forem estudantes sem remuneração), enquanto que as mulheres (filhas/enteadas, mães/sogra, irmãs, cunhadas e sobrinhas) podem seguir como dependentes por tempo indeterminado, se solteiras ou viúvas e sem remuneração⁶¹.

A apreensão cultural de uma divisão sexual do trabalho (pautada por pressupostos biológicos, e que, historicamente, associa as mulheres com paz e maternidade e os homens com guerra e agressividade) é, portanto, ainda presente no imaginário social da instituição militar. E pelo que vimos no decorrer deste capítulo, não é uma exclusividade do Exército brasileiro, é generalizada e reproduzida, em maior ou menor grau, por uma série de convenções militares de Forças Armadas de distintos países euro-americanos. Assim, é possível entender a instituição militar marcada por diferenças entre masculinidades e feminilidades que são consideradas padrões e produzidas de forma a reforçar uma inferioridade feminina e uma masculinidade hegemônica (atribuída ao imaginário do “homem guerreiro”).

Dessa forma, mesmo com significativas mudanças na composição social das Forças Armadas, uma forte relação (ainda que reconfigurada) entre masculinidade e atividade militar não deixou de existir. Porém, ao ter mulheres como profissionais nesse espaço, são evidenciadas complexas multiplicidades nas relações entre homens e mulheres na instituição. Uma dinâmica de gênero, profundamente relacional, recai sobre as mulheres militares, de modo que, em determinados contextos dentro do quartel, a

⁶⁰ Um exemplo sobre a pluralidade de argumentos e visões sobre as mulheres na instituição militar encontra-se em Carreiras (2009) sobre o caso português e holandês e em Battistelli (1999) sobre o caso italiano.

⁶¹ Ressalto que a filha solteira e a mãe viúva podem ser consideradas dependentes sem precisar morar sob o mesmo teto que o militar. Para as outras situações (sogra/cunhada/irmã/sobrinha separada ou solteira e filha separada), é preciso comprovar que a dependente mora na mesma residência que o militar. No caso masculino, o irmão, cunhado e sobrinho podem ser considerados dependentes se morarem sob o mesmo teto e forem menores de idade ou inválidos.

mulher militar é vista como “homem” (em que suas potencialidades são ressaltadas como qualidades estereotipadas masculinas como “bravura”, “liderança”, “coragem”), e em outros como “mulher” (onde “fragilidade” e “cuidado” são utilizados para limitar sua atuação como militar).

Carvalho (1990), num pioneiro estudo antropológico sobre mulheres militares da Força Aérea, não compreendeu o espaço profissional militar como pertencente às mulheres, entendendo que as várias limitações que elas sofriam dentro da caserna não as configuravam como militares, e que “ser mulher” seria preponderante em todas as suas ações. Takahashi (2002), já em um contexto que contava com uma participação maior de mulheres nas Forças Armadas, ao explorar os processos de socialização militar de alunos homens e mulheres na Academia da Força Aérea, ressalta que “quando as mulheres assumem posturas que caracterizam a profissão militar e não se refugiam em identidades frágeis que necessitam de proteção e cuidados especiais, elas são alçadas à condição de cadetes e, portanto, militares” (Idem, p. 217). Logo, diferente de Carvalho, a autora entende que os mecanismos inerentes à vida militar (como preceitos de hierarquia e disciplina) podem permitir uma “subversão do paradigma tradicional”.

Esses dois estudos, embora apresentem discordância com relação à atuação de mulheres na instituição militar, replicam os estereótipos que ressaltam uma diferenciação hierárquica, uma superioridade masculina (guerreira) em detrimento de uma delicada e frágil feminilidade.

Embora essa distinção seja reificada como oposta e hierárquica, eu acrescento que essas duas configurações (ser vista como mulher e/ou como militar na caserna) são entendidas como complementares e relacionais, devendo ser analisadas contextualmente. Apesar dessas posições serem atribuídas de forma a legitimar a tradicional divisão social dos papéis sexuais, podemos apreendê-las como constituídas de relações e múltiplos pontos de vista. Nessa perspectiva, a presença das mulheres vem tornando esses espaços mais porosos e a percepção de que uma militar mulher possa configurar um “terceiro” termo (“flexibilizar” atitudes e orientações do Exército, isto é, promover outras formas de solução e debate de instruções que antes só eram obedecidas e não questionadas), pode apontar para mudanças nesse modo como a organização estabelece suas relações (Silva, 2006).

Um exemplo de como o Exército brasileiro tem se autorrepresentado desde a década de 90, pode ser interessante para ilustrar essa evidência. O *slogan* “Braço Forte – Mão Amiga” tem sido adotado como principal “ideia-força” da corporação e entendido

como uma mudança da mentalidade da força terrestre na sua forma operacional. O “Braço Forte”, alusão ao elemento guerreiro, combatente, heroico e masculino, que é motivo de “medo e apreensão e que jamais foi derrotado em campo de batalha”, agora passa a ser acompanhado pela “Mão Amiga”, que evidencia seus “gestos generosos e pacificadores”, seu sentimento de solidariedade que amenizaria o “sofrimento e carências” de pessoas em situação de dificuldades e penúria. A “Mão Amiga” é evocada em atividades que os militares tomam como de tratamento humanitário: atendimento médico e escolar aos povos indígenas e participação em operações de paz, são exemplos desses eventos de solidariedade. Assim, a “Mão Amiga” carrega a sua versão feminina e simboliza todo o cuidado e “simpatia” com que o Exército aspira participar da vida nacional (Ribeiro, 2011).

Com esse *slogan*, o Exército assume para si elementos masculinos e femininos, mesmo que arbitrariamente essencializados na ideia de uma masculinidade hegemônica (combate-guerreiro). Assim, há também o lado de apoio e cuidado característicos “femininos” como complementares ao masculino, e uma suavização de práticas militares pode ser interpretada nesse contexto. E ambas seriam atividades que podem ocorrer combinadas ou separadas, dependendo das situações em que são ativadas.

Essas ações remetem-me a pensar o Exército e as pessoas como um composto de relações (Strathern, 2006), em que o masculino pode ser percebido contendo o feminino e vice-versa, sem haver nada ambíguo sobre ambos os gêneros; um é uma versão do outro, numa “forma diferente” (cada sexo apresenta uma versão do outro). Segundo Strathern, as pessoas alternam-se entre estados: as coisas (pessoas) são todas versões umas das outras e trata-se apenas de formas que são diferentes, mas que são construídas sempre como uma alternância entre o que é eclipsado e o que é revelado. Ao ativar relações, estas são tornadas visíveis. Todo mundo é foco das posições sociais e pode ser visto de vários pontos de vista (posições a partir das quais se age, se faz agir, e/ou é coagido).

Dessa forma, militarizar mulheres nas Forças Armadas, seja como esposas ou profissionais (ou ambas), nos evidencia uma complexa dinâmica de gênero nas relações na caserna.

* * *

Por fim, para retomar a discussão sobre como as famílias de militares são estudadas nas ciências sociais, temos Nuciari (2006) que, citando uma ideia de Bengt Abrahamsson (1972), discute que a organização militar moderna pode ser pensada como uma replicação da sociedade civil. Nesse sentido, a divisão de trabalho, papéis e funções que vêm da contínua diferenciação e especialização da sociedade moderna são replicadas dentro das Forças Armadas (com certa adequação de tarefas e sempre em torno da função principal da instituição que é o combate). E que apenas a função reprodutiva não seria replicada dentro do universo militar. Segundo Abrahamsson, as organizações militares tendem a produzir internamente tudo o que é necessário para o seu funcionamento, com a única exceção dos seres humanos que são produzidos “fora” pela sociedade civil (Nuciari, 2006, p. 280).

Complementando esse raciocínio, em outro texto, Nuciari e Sertorio (2009) argumentam que, em um passado, quando os exércitos eram constituídos de uma maioria de homens solteiros (em especial no sistema de conscrição), a função da família era fornecer homens para o combate (normalmente os filhos). Já numa época moderna, com um número maior de familiares casados, a esposa de um soldado era entendida como parte da comunidade militar e os deveres profissionais prevaleciam sobre os direitos da família, que se via absorvida nesse sistema. Isto é, nesta situação, as famílias “civis” além de fornecerem homens ao Exército, também “empurravam” mulheres para serem esposas desses homens no sistema militar.

No modelo mais recente (pós-moderno) esses domínios públicos (profissionais) e privados (vida familiar) estariam separados e as reivindicações da família tornavam-se relevantes perante uma rotina marcada por um alto nível de estresse relacionado à profissão militar. A crescente abertura do mercado de trabalho para as mulheres nas décadas recentes (não só na instituição militar, mas nos diversos setores da sociedade) contribuiria para essa visão, no sentido de que romperia com a organização ideologicamente tradicional da família (da qual o Exército se apropriava para reforçar sua autoridade, controle, coesão e solidariedade). É interessante relacionar que justamente nesse momento, em que há uma valorização maior dos membros da unidade doméstica e suas aspirações individuais; os exércitos, segundo a literatura abordada da sociologia militar nesse capítulo, estariam passando por transformações e assimilando formas civis de organização em sua estrutura.

No entanto, e para voltar aos objetivos que proponho para a presente tese, gostaria de pensar por outra perspectiva: de que os exércitos produzem (mas também

podem desfazer) famílias. O que implica dizer que casamentos, filhos/as e militares são processos constitutivos da formação dos exércitos. A pesquisa com as famílias de militares pode mostrar, sobretudo, uma outra via de análise sobre esses estudos, de modo a conceber a família não só como relações consanguíneas e proveniente de laços biológicos; mas como constituída também por outras formas de relações, como o compartilhamento do espaço, entre outros.

A *Família Militar* seria o exemplo para esse tipo de configuração, indicando que é possível produzir parentesco para além das relações consanguíneas (e no caso, de que não seria só na sociedade civil que seriam reproduzidas essas relações). Desse modo, no meio militar não há a recusa pelas condutas e valores característicos das famílias em seu sentido consanguíneo (cobranças, apoio, trocas, confiança), mas a “expansão” desse sentido para todas as esferas: trabalho, lazer, vizinhança, amizade. Dessa forma, práticas familiares e prescrições militares são relacionáveis e devem ser compreendidas mais a fundo, mesmo que impliquem em novas formas de relação (com um distanciamento ou não do ambiente da caserna).

Nos próximos capítulos, mostraremos, com foco essencialmente etnográfico, o entendimento da noção de *família* como dinâmica e constituinte dos múltiplos espaços da instituição militar. Assim, ao lidar com relações cotidianas das famílias de militares e a organização de suas moradias, poderemos observar como *família* engloba, articula e assume diversas concepções nas relações do Exército e nas práticas familiares. Em primeiro lugar, partiremos da(s) dinâmica(s) familiar(es) que acontece(m) dentro das vilas militares da fronteira do noroeste amazônico.

CAPÍTULO II – AS VILAS MILITARES NA FRONTEIRA: DINÂMICA DAS CASAS E FAMÍLIAS

No contexto da cidade de fronteira, as relações de proximidade e convívio são de maior intensidade entre as famílias de militares e há pouca interação com as famílias da população local. Essa configuração é estimulada pelas formas de organização dos espaços militares, circunscritos pelos limites das vilas e unidades do quartel. Assim, as relações entre as famílias acontecem dentro dessas esferas delimitadas pelo Exército, que são organizadas por sistemas classificatórios hierárquicos e condicionadas a regulamentos prescritos pela organização militar. Neste capítulo discutiremos os modos como o Exército ordena os espaços das vilas militares na fronteira e como isso é verificado na prática cotidiana dessas famílias. No dia a dia da vila, vemos dispositivos formais para a gestão desse espaço, mecanismos acionados entre os agentes que garantem a funcionalidade da vila militar *como uma família* (solidariedade e fiscalização constante, por exemplo) e também linhas de fuga dos ordenamentos institucionais.

Destaca-se que há uma padronização nacional das vilas militares, isto é, em todas as partes do Brasil em que há instituições militares, parece haver similitudes em termos organizacionais, estruturais e físicos dos locais de moradia. Ao analisar a organização desses espaços militares estamos lidando com tipos de familiarizações e como estas relações são adensadas dentro do Exército, de forma a pensar num compartilhamento e porosidade entre os espaços público e doméstico.

Da hierarquização das vilas

A cidade de São Gabriel da Cachoeira comporta onze vilas militares do Eb que, na região, são denominadas Conjuntos Habitacionais pelos militares⁶². Abaixo segue o quadro com os nomes desses conjuntos, a quantidade de casas em cada vila e a quem são destinadas essas habitações (distribuídas por patentes).

QUADRO 1: Disposição das vilas e número de PNRs na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, de acordo com posto/graduação militar.⁶³

CJ HABITACIONAL	NR PNR	Tipo				Categoria	
		Of Sup	Cap/Ten	S Ten/ Sgt	Cb/ Sd	Func	Uso Geral
Ararigbóia	20	05	15	*	*	05	15
Rio Negro I	13	13	*	*	*	07	06
Rio Negro II	06	*	06	*	*	*	06
Villagran Cabrita I	21	*	21	*	*	03	18
Villagran Cabrita II	2	*	02	*	*	*	02
Niterói	21	*	*	21	*	*	21
Sargento Wolf I	49	*	*	49	*	*	49
Sargento Wolf II	05	*	*	05	*	*	05
Lobo D'Almada I (POUPEX)	117	*	*	117	*	*	117
Marechal Rondon	48	*	*	48	*	*	48
Vila Azul	10	*	*	*	10	*	10
Total	312	18	44	240	10	15	297

Cabe destacar que essas moradias mantidas e organizadas pelo Exército são chamadas, por eles, de PNRs, isto é, de *Próprio Nacional Residencial* – este peculiar nome já nos leva à ideia de circulação dos militares pelo Brasil, pois a casa é entendida como uma residência nacional (Silva, 2010). Outro dado é que esses PNRs são

⁶² De acordo com o capítulo I, seção II, da Portaria n. 277 de 30 de abril de 2008, os termos utilizados pelos militares para a conceitualização dos espaços de moradia militares compreendem: “I - *PNR* é a edificação, de qualquer natureza, utilizada com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército; II - *Edifício Residencial* é o conjunto formado por mais de um PNR de natureza apartamento, situado em um mesmo prédio, claramente delimitado e que disponha de instalações e equipamentos de uso comum; III - *Conjunto Habitacional* é o agrupamento formado por mais de um edifício residencial e/ou por mais de um PNR natureza casa, situado em uma mesma área residencial; IV - *Área Residencial* é o espaço físico, constituído de terreno(s) e/ou a(s) benfeitoria(s) ou parcela(s) desse(s), destinado a suprir a necessidade habitacional dos militares da ativa do Exército.” (BRASIL, 2008, p.15-16, ênfases minhas).

⁶³ Este quadro foi fornecido pelo chefe da Seção de Manutenção de PNR de São Gabriel da Cachoeira, na época da pesquisa. Dados de 10/12/2009 e atualizados em Maio de 2012, quando estava ocorrendo a construção do conjunto habitacional Marechal Rondon, que consiste em dois prédios com 24 apartamentos cada. Na data, um prédio havia sido ocupado e o outro ainda estava em construção.

classificados em duas categorias: casas funcionais ou de uso geral – a casa funcional é relacionada com a função do militar e destinada a militares que exerçam cargos de comando/chefia/direção na organização militar; enquanto a casa de uso geral é destinada aos diversos postos ou graduações.

Os PNRs são de uso exclusivo de militares da ativa do Exército brasileiro que possuam dependentes – cônjuges e filhos/as. Somente as casas funcionais podem abrigar militares solteiros ou desacompanhados dos cônjuges, visto que, por esta moradia ser destinada a militares de altas patentes e com funções de comando, já é garantida a casa, de antemão, para as pessoas que assumem esses cargos. Enquanto que os PNRs de uso geral são distribuídos por um processo de requerimentos (“manifestações”) que os militares pedem assim que têm conhecimento do lugar que irão trabalhar. Neste caso, através de uma lista de espera, os militares são alocados nos PNRs. No entanto, pelo menos em SGC, não há moradia militar para todas as famílias e algumas delas esperam mais de um ano para conseguir um PNR e acabam alugando outras casas na cidade.

Os conjuntos habitacionais, como percebemos no quadro, são divididos por patentes ou graduações, havendo duas vilas voltadas para oficiais superiores (Ararigbóia e Rio Negro I); duas vilas para oficiais intermediários e subalternos (Rio Negro II, e VillaGran Cabrita); três para subtenentes e sargentos (Max Wolf, Lobo D’Almada e Marechal Rondon); uma que abriga capitães e tenentes (Niterói) e uma que abriga cabos (Vila Azul).

Os nomes de cada conjunto fazem alusão a elementos da paisagem da cidade (o rio Negro), a nomes de cidade e figuras que remontam a locais que a unidade servia antes de ser transferida para a fronteira e aos patronos e personagens militares que foram grandes chefes ou viveram batalhas famosas.

Por exemplo, VillaGran Cabrita é considerado o patrono da arma de Engenharia, um oficial que em 1866, como major, assume o 1º Batalhão de Engenheiros e empenha-se em sérios embates para a vitória brasileira na Guerra da Tríplice Aliança. Seu nome homenageado em uma das vilas faz referência aos militares de engenharia, primeiros militares brasileiros que chegaram na região do noroeste amazônico com a missão de abertura de estradas dentro de uma área completamente tomada pela floresta. O 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC) foi a primeira unidade a ser transferida para São Gabriel da Cachoeira no ano de 1973. O 1º BEC, originalmente instalado em 1955 na cidade de Caicó/RN, teve sua transferência determinada para a fronteira através

do Decreto n. 72.115, de 23 de abril de 1973, com a missão de implantação dos trechos da BR-307-AM (São Gabriel da Cachoeira/AM até Cucuí/AM e da Perimetral Norte, BR-210, até Benjamin Constant/AM). O 1º BEC permaneceu em SGC até 1982, retornando em seguida para Caicó, mas deixando em SGC sua 1ª Companhia de Engenharia de Construção para dar prosseguimento aos trabalhos de abertura e manutenção da BR-307 (Alves, 2007, p. 190).



Figura 1 - VillaGran Cabrita (casas de capitães e tenentes). Autora: Cristina Silva.

Já Ararigbóia e Niterói identificam a unidade militar mais recente que foi transferida para SGC, no ano de 2004: a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, egressa de Niterói/RJ. Ararigbóia, posteriormente batizado com o nome cristão de Martim Afonso de Souza, foi um líder indígena da etnia temiminós que, em 1564, se aliou aos portugueses na conquista da Baía de Guanabara frente aos tamoios (indígenas que eram antigos inimigos da sua comunidade) e franceses.

É nesse contexto que se situa a figura de Ararigbóia, que após ter ajudado os portugueses na expulsão dos franceses no Rio de Janeiro, ali permaneceu como capitão-mor, em atendimento à solicitação de Mem de Sá para garantir a segurança da região, sendo criada, então, a aldeia de São Lourenço, que se tornou baluarte de defesa da recém-fundada cidade. Os primeiros aldeamentos indígenas cristãos do Rio de Janeiro foram criados com objetivo de ter índios como força militar para a defesa do território contra a invasão sobretudo dos franceses e o ataque de índios inimigos. A aldeia de São Lourenço, localizada em área da atual cidade de Niterói, atendia aos interesses militares da colônia, e, por isso, estava localizada em um ponto estratégico da Baía de Guanabara (Duarte, 2011, p.100).

A figura de Ararigbóia, portanto, representou para a instituição militar o esforço conjunto de militares e índios a favor da defesa do território brasileiro⁶⁴ e ele foi considerado o fundador da cidade de Niterói, oficialmente criada em 1573.

No Anexo 1 encontra-se um croqui da localização das vilas militares feito pelo Exército, com a ressalva de que não foi possível comparar com um mapa do município local. Isto se deve ao fato de que não encontrei material disponível que fornecesse suporte para tal comparação, pois de um lado temos uma produção sobre os espaços que indígenas habitam no município, e a população militar tratada como flutuante não é considerada como amostra do universo (ISA/FOIRN, 2005); e de outro temos o material que o Exército produz a respeito de suas propriedades.

A vila onde se localiza a casa do general (Vila Ararigbóia) tem uma vista de frente para o rio Negro e é um local com menos casas que as demais vilas: há quatro casas, uma ao lado da outra, e a do general fica no meio e é a única que possui uma piscina. Há um guarda para a segurança. As casas são grandes e bem arranjadas e possuem muros bem baixos, ficando à vista de qualquer um que passe por lá (mas, no caso, como notado durante o campo, parece que as pessoas no geral não costumam passar por esse lugar).

⁶⁴ Para saber mais sobre a figura do Ararigbóia, ver: Knauss, 2003.



Figura 2 - Vila Ararigbóia. Foto da parte de cima: casa do general. Fotos da parte de baixo: casas de oficiais superiores. Autora: Cristina Silva.

As vilas dos sargentos, em especial a Lobo D'Almada, concentram um maior número de casas, bem humildes, velhas, mas dispostas sobre uma mesma arquitetura. O comandante da Seção de Manutenção de PNRs da região informou-me que esta vila, também chamada de “POUPEX”, foi construída na década de 90, e era uma vila para cabos e soldados que hoje abriga subtenentes e sargentos. A estrutura das casas é pequena, e elas são mais antigas e consideradas inferiores para a patente dos militares que as ocupam. E por isso muitos a chamam de “POBREX” (inclusive as próprias esposas de sargentos que moram lá) e são moradias que tem uma taxa de aluguel menor em comparação com as casas de outras vilas que são destinadas para a mesma patente de militares (ver, mais adiante, o Quadro 2 que mostra as taxas cobradas para cada posto/graduação e vila militar). No Anexo 2, encontra-se um croqui dessas duas vilas (Ararigbóia e PoupeX) mostrando a concentração e dispersão das casas de acordo com as patentes (mais baixa a hierarquia, mais casas aglomeradas).



Figura 3 - Vila Poupex (casas de sargentos). Autora: Cristina Silva.

Antes mesmo de ter um contato com as esposas de militares da cidade, eu circulei por todas essas vilas sem que ninguém me repreendesse: as vilas estavam todas abertas e só a parte da casa do general possuía um guarda vigilante. As casas, unidades residenciais, têm os portões abertos, com muros pequenos, mas ficam a maior parte do tempo com portas e janelas fechadas, muitas delas com telinhas na cor verde oliva para não entrarem insetos (até isso é padronizado nas casas).

Este é um cenário diferente do que presenciei na pesquisa na Aman, no qual havia guardas por todos os lugares vigiando os PNRs e portões de entrada para fiscalização das pessoas que entravam e saíam da vila. É claro que há também uma diferença fundamental: a vila da Aman estava localizada “dentro” da instituição, uma organização voltada para formação dos oficiais combatentes e extremamente rígida com suas normas. Já em São Gabriel da Cachoeira, a maioria das vilas encontrava-se em áreas fora do quartel, como se o Exército pretendesse irradiar seus domínios pelo município. Mas isso não significava que as vilas estavam “misturadas” com a cidade,

pois elas mantinham seus próprios limites ao serem delimitadas para um público e uso específico.

Do controle das casas, parte I: cuidado e manutenção da PNR

A conservação e preservação das moradias militares é responsabilidade de um setor no Exército: a Seção de Manutenção. Na reunião que tive com o comandante desta seção (um tenente-coronel) na segunda viagem de minha pesquisa, a seção estava com um projeto de reformar 40 casas e até o momento já havia entregado 30 moradias reparadas (reformas no piso, banheiro, paredes, etc.). Segundo o tenente-coronel, foi realizada uma pesquisa e 90% das casas devolvidas no fim do serviço dos militares estavam em estado de má conservação; e apenas 10% haviam sido entregues em bom estado. A partir desse fato, mais ou menos do meio de 2009 para cá, passaram a ocorrer algumas mudanças e mais rigidez com relação à preservação dos PNRs: instaurou-se como modelo de casa preservada um PNR na vila POUPEX (denominada **casa padrão**) e todos os militares deveriam manter e entregar seus PNRs de acordo com essa moradia.

Assim, instituiu-se nas normas da guarnição do Exército de SGC que o oficial que fica até dois anos lá, deve devolver a casa em condições como as encontradas na casa padrão, e só será desligado da guarnição quando fizer isso (entregar a casa em bom estado). Essa fiscalização sobre a casa só não será cobrada de forma intensa, caso o militar permanecer mais de dois anos na região (mas, como me alertou o tenente-coronel, é raro os militares permanecerem mais de dois anos ali). O próprio tenente-coronel ministrava palestras educativas, explicando a importância de manter preservada a casa para que o outro companheiro de Força possa desfrutar dela em bom estado, de forma que é como se ele evocasse a solidariedade para gerar consciência nos militares sobre os cuidados com a moradia. Vi alguns slides da palestra, mas somente aqueles que ressaltam algumas normas gerais de cuidados e manutenção das casas. No final destes slides havia fotos degradantes de casas malcuidadas (e o militar não me deixou ver as fotos), cujo título dizia “*tire as crianças do recinto, imagens chocantes*” e correspondia a uma foto de uma privada entupida.

A esposa do tenente-coronel complementou a preocupação do marido com a preservação dos PNRs, pois, segundo ela, “os próprios militares não sabem direito essas normas e cuidados com o PNR”; e explicou a foto que eu havia visto: “era de uma casa que uma família morava e nos dois banheiros as privadas estavam entupidas e cheias de

papel higiênico por todos os lados, e a família queria que os soldados fossem fazer a limpeza”. Ela disse que é comum também os militares levarem artigos da casa embora, como portas, janelas e privadas. Exemplificou com uma história de quando moraram em Brasília, onde havia uma casa toda “reformadinha” e a família que morou lá “depenou” a casa, e depois descobriram que eles iam vendendo partes da residência antes de se mudarem.

O tenente-coronel elaborou um documento destinado ao morador do PNR, para que os militares e suas famílias lembrem-se de preservar as casas. O documento inclui as seguintes observações:

- É proibido o uso do PNR para uso não residencial, exceto na hipótese Art 21, caput, das IG 50-01;
- As atividades de manutenção e conservação do PNR são de responsabilidade do permissionário⁶⁵;
- Manter a limpeza do quintal, parte da frente e calçada frontal do PNR até o meio fio;
- Colocação do lixo no interior de sacos plásticos apropriados para lixo (não amontoar em “saquinhos” de embalagem de supermercado) e em lixeira protegida contra animais, a fim de evitar que o mesmo se espalhe;
- Não jogue lixo, principalmente papéis, plásticos e metais (material inorgânico) no mato adjacente ao PNR ou em suas imediações;
- Não deixar o mato cortado e/ou o entulho de possível obra realizada amontoados em frente ao PNR ou em suas imediações;
- OS SEGUINTE SERVIÇOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DO MORADOR (EM CONSEQUÊNCIA, NÃO É OBRIGAÇÃO DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PNR – Art. 35 IG 50-01): manutenção da pintura; limpeza das caixas d’água, dos esgotos, ralos, caixas de inspeção e de gordura; manutenção e funcionamento dos interruptores, tomadas e luminárias; manutenção das portas e portão de garagem, incluindo confecção de chaves; manutenção e funcionamento das torneiras, chuveiros, registros e boias da rede hidráulica; substituição de lâmpadas; dedetização, desratização ou combate a morcegos; manutenção dos boxes para banheiro, espelhos e vidros; limpeza de sifões da pia da cozinha, banheiros e tanque.
- Não realizar nenhuma benfeitoria no PNR sem autorização expressa do Ch Sec Mnt PNR (“puxados”, churrasqueira, etc);
- O PNR é destinado à moradia do militar e seus dependentes. O MILITAR SEM

⁶⁵ Permissionários são os militares do Exército que recebem autorização da Administração Militar para a ocupação e a utilização de PNR, nas condições ou nas limitações impostas em normas específicas.

DEPENDENTES NA GUARNIÇÃO NÃO PODERÁ OCUPAR PNR (ASSUNTO REGULADO PELAS NORMAS DE OCUPAÇÃO DE PNR DA GUARNIÇÃO – EXCEÇÃO PNR FUNCIONAL);

- A Seção Mnt PNR não cobra por qualquer serviço realizado; os serviços de emergência de vazamentos ou parte elétrica, ocorridos fora do horário de expediente, serão realizados pelo pessoal de serviço a ser acionado pela permanência à Seção;
- Lembre-se que, segundo o inciso V do Art. 2º das IG 50-01, *“Permissionários são os militares do Exército que recebem autorização da Administração Militar para a ocupação e a utilização de PNR, nas condições ou nas limitações impostas em normas específicas;”*⁶⁶

Nota-se uma intensa orientação e cobrança para que haja o funcionamento dessa preservação das moradias, visto que, na prática ocorrem descuidos das famílias com as casas. Assim, essa lista mostra uma “etiqueta” em relação às moradias. Aquilo que ela proíbe, de certa forma, diz algo sobre as vilas: mostra que as pessoas não respeitam uma série de regras e que é preciso educá-las para fazer o “certo”. Isso revela que o “certo” é um ideal e que ele não existiria na prática. Assim, tomamos aqui uma outra dimensão que destaca a diferença entre o discurso ideal militar e a realidade. A lista indica que as pessoas são oportunistas (querem usar os serviços da manutenção sem o devido direito), que são descuidadas com a limpeza (sacos de lixo), e que usam a vila para outros fins econômicos, etc.

Outro ponto para se destacar neste tópico tem relação com a instalação de dois prédios militares no ano de 2012 na região para a morada de famílias de subtenentes e sargentos. Os apartamentos dos edifícios chamavam atenção pelo amplo espaço (três dormitórios e uma cozinha espaçosos) e o acompanhamento de ar-condicionado em todos os cômodos do apartamento. A construção destoava de grande parte das outras habitações militares do local (inclusive de casas de oficiais superiores), que eram construções mais antigas, com algumas (partes das) casas desgastadas. Inclusive, as amplas características dos apartamentos, foram alvo de reclamações de esposas de oficiais que gostariam de estar morando nesses prédios novos e mais aconchegantes, do ponto de vista delas.

⁶⁶ Todos estes itens e pontos destacados do texto foram retirados do *Memento do Morador do PNR*, produzido pelo Chefe de Seção de Manutenção de PNR da Guarnição de São Gabriel da Cachoeira. Não há data, mas foi escrito em 2009.



Figura 4 - Edifício militar em SGC para famílias de subtenentes e sargentos. Fachada do prédio e um dormitório. Autora: Cristina Silva.

Mas, se estruturalmente os prédios poderiam trazer um conforto maior às famílias, no quesito convivência estava gerando vários problemas: de crianças que lançavam objetos pela sacada, vizinhos que faziam barulhos tarde da noite, e até casos em que o marido agredia fisicamente a mulher. Muitas queixas começaram a ser delatadas e houve pedidos de famílias querendo mudar para outras vilas militares (com casas pequenas e menor estrutura que a do apartamento). Os dois prédios contavam com um síndico, um subtenente que foi designado pela Brigada para esta função por ser o militar hierarquicamente *mais antigo* que habitava lá. A função de síndico acumulava com o serviço no quartel e as reclamações dos moradores eram dirigidas a ele.

Os problemas dos edifícios logo se tornaram assunto de conversas pelas vilas militares e a esposa de um coronel (uma daquelas esposas que gostaria de estar morando num desses apartamentos) teceu o comentário de que a “bagunça” era gerada pelas famílias de sargentos que “não sabem se comportar”, por terem uma “baixa educação” (em alusão a um estereótipo de que as famílias de sargentos pertencem a classes baixas e menos abastadas). Essa fala revelava um descontentamento da esposa do coronel em não ser contemplada hierarquicamente, já que seu marido era um oficial superior e, para ela, eles deveriam ter os melhores imóveis e recursos na região, e era indicativo de um *ciúme* por parte da esposa às famílias que moravam nos edifícios.

Mas tal desordem gerada pelas famílias das praças nos prédios militares em SGC também tinha seu equivalente no mundo dos oficiais: o Edifício da Praia Vermelha

(EPV) localizado no Rio de Janeiro/RJ. Neste ponto, cabe uma breve comparação entre as duas situações para indicarmos que os problemas de convivência entre as famílias dos militares independem das hierarquias dos maridos e em ambos há o “vazamento” ao controle normativo da instituição.



Figura 5 - Edifício da Praia Vermelha, morada para famílias de oficiais, localizado no Rio de Janeiro/RJ. Autora: Cristina Silva.

O EPV é um edifício que compreende 357 apartamentos divididos entre famílias de majores, tenentes-coronéis e coronéis que estão realizando cursos nas instituições militares no Rio de Janeiro para funções de “comando e alta administração militar”⁶⁷. Em muitas das conversas entre as esposas de oficiais superiores que moravam na Amazônia, um dos assuntos era sobre a vivência delas, em alguma época da trajetória de suas famílias, nesse prédio militar da Praia Vermelha. Essa fase era lembrada como um momento “marcante”, recheado de “causos” sobre a convivência no EPV, visto que concentrava um grande número de famílias em um espaço de alta proximidade e que indicava uma época “especial” para a carreira dos maridos (oficiais do Exército). Sobre

⁶⁷ A maior parte dos oficiais que mora no EPV está participando de cursos ministrados pela ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), mas há também moradores de cursos realizados na ESG (Escola Superior de Guerra) e na ECEMAR (Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica). Todas as instituições são de ensino militar e têm como finalidade preparar os oficiais superiores para funções de comando, chefia e assessoramento nos altos escalões do Exército brasileiro. Os cursos são de pós-graduação. Informações retiradas do site <http://portal.dcem.dgp.eb.mil.br/documentos/Selecao/IG10-84.pdf> e http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/dmdocuments/informativo_pmzs_2012.pdf. Acesso em 10 de março de 2013.

tais características de convivência no EPV, temos a fala da esposa de um tenente-coronel:

Na EPV tem um monte de regra: cachorro não pode fazer xixi na escada, não pode ir no elevador; tem um elevador de empregado, embora muita gente não siga as normas... [a convivência] é complicado, porque é muita gente, do Brasil todo e tem estrangeiro que vai fazer o curso, entendeu, tem da Colômbia, tem dos Estados Unidos, tem da Argentina...

#Pesquisadora - E outro dia você estava comentando que as paredes do EPV são muito...

#Esposa de tenente-coronel - As paredes, você escuta o que o vizinho tá falando, se você discutir. Vamos supor, eu morava no 4º andar, o que a pessoa tava falando se ela tivesse no corredor ou na lavanderia no 6º andar, a gente escutava. Eu fritava salgadinho pra vender, então no 8º andar a mulher já sentia o cheiro do salgado, ela sabia que eu tava fazendo comida, como eu gostava muito de fazer comida, então eu era famosa ali pelos quitutes. Então assim, e ali é muito adolescente, é muito adolescente, é muita criança, então você tem que tomar cuidado com tudo. Ali é o pior lugar [a entrevistada pausa e corrige a fala]; é um lugar excelente, mas é um lugar que tem que ter muito cuidado: com o jovem, com fofoca, com o cara querendo ser melhor do que você, com aluno querendo ser melhor do que você. Então ali é muito complicado, porque se eu não me engano são trezentos e poucos apartamentos. É muita gente, é muita gente, entendeu, então você vê de tudo: de marido brigando, de casal se separando, de filho que usa droga, de filho que transa no corredor, porque você fica sabendo, pra você ver, mas de gente que não segue as normas de que não pode andar com cachorro, deixar o cachorro fazer xixi na escada, eles fazem...

#Pesquisadora - E esse pessoal é punido ou não?

#Esposa de tenente-coronel - Às vezes a câmera pega, mas eu acho que o prefeito [síndico do EPV] ele tinha que ter mais pulso forte. Se fosse um prefeito que cobrasse mais, as pessoas não iam abusar tanto, que eles acham assim: passou com um cachorro e o funcionário tá limpando, se fizer xixi ele [dono do cachorro] não vai limpar, tem

gente que não limpava, que achava que era obrigação do funcionário limpar, entendeu... então assim, eu acho que outra coisa é que não tinha segurança nenhuma naquele prédio: todo mundo entrava, todo mundo saía. É muita gente, primeiro que não pode fechar o prédio porque ele tem um lado comercial ali embaixo, então, você entra no prédio normalmente. A gente até evitava de deixar a porta [aberta], tipo, tem aquela janelinha. Então às vezes a gente deixava a janelinha aberta porque se a porta batesse a gente ficava presa, então a gente só enfiava o braço ali [na janelinha]. Então, a gente evitava, evitava porque se(...) como ali os civis que são do lado ali sabiam que não tinha segurança nenhuma, já foi roubado ali apartamento, já entraram num apartamento... então assim, não tinha segurança não, não tinha segurança nenhuma lá, nenhuma e nenhuma.

Nessa entrevista, a esposa inicia informando que há várias regras para o funcionamento do edifício militar, porém, ela relata uma série de confusões que contrariam parte das normas que são esperadas pelos moradores. Assim, apesar de observarmos outras formas de moradia com outros moradores de patentes diferentes, as mesmas regras militares são aplicadas. Porém, os mesmos problemas que a intensa e comum convivência ocasiona também são mostrados: a falta de privacidade entre essas pessoas e o conseqüente conhecimento e vigilância da vida familiar de cada morador do prédio, a desordem no cumprimento de regras que pode gerar brigas e provocações entre as famílias (quando, por exemplo, o cachorro de determinada família faz xixi na porta da família vizinha e que, em um contexto competitivo dos oficiais que cursam a ECEME, pode afetar diretamente a relação entre os profissionais).

No caso do EPV é ainda relatado um problema com relação à segurança do local, dispositivo que sempre é observado como um dos principais pontos positivos de se morar em uma vila militar (ver Silva, 2010). Em atenção a esse aspecto, sublinho que também houve casos de assaltos dentro das vilas militares da Amazônia, como furto de roupas e outros objetos (como bicicletas) que ficavam expostos nos quintais dos PNRs. Dificilmente os objetos eram recuperados e os ladrões encontrados (nestes casos, os/as indígenas eram sempre suspeitos de serem os ladrões).

Das casas hierarquizadas e sua arrumação em um lar

A segmentação das vilas militares por posto/graduação implica em diferenciação na organização das casas e nos valores financeiros que cada família paga de aluguel e recebe como ajuda de custo pela transferência para a fronteira. O quadro abaixo mostra a relação entre a hierarquia do militar e a porcentagem que ele paga para uso do PNR.

QUADRO 2: Relação entre posto/graduação e porcentagem de taxa de aluguel paga para uso de PNR em São Gabriel da Cachoeira/AM.⁶⁸

TAXA DE USO DE PNR EM SGC			
Posto/Graduação	Soldo	Taxa Uso PNR (3,5%) VILA POUPEX	Taxa Uso PNR (5%) DEMAIS VILAS
General de Brigada	R\$ 7.722,00	*	R\$ 386,10
Coronel	R\$ 7.044,00	*	R\$ 352,20
Tenente-Coronel	R\$ 6.915,00	*	R\$ 345,75
Major	R\$ 6.777,00	*	R\$ 338,85
Capitão	R\$ 5.340,00	*	R\$ 267,00
1º Tenente	R\$ 5.058,00	*	R\$ 252,90
2º Tenente	R\$ 4.590,00	*	R\$ 229,50
Aspirante a oficial	R\$ 4.323,00	*	R\$ 216,15
Subtenente	R\$ 3.597,00	R\$ 125,90	R\$ 179,85
1º Sargento	R\$ 3.180,00	R\$ 111,30	R\$ 159,00
2º Sargento	R\$ 2.748,00	R\$ 96,18	R\$ 137,40
3º Sargento	R\$ 2.268,00	R\$ 79,38	R\$ 113,40
Cabo	R\$ 1.518,00	R\$ 53,13	R\$ 75,90

A taxa de aluguel é calculada a partir do soldo⁶⁹ que cada militar recebe. A prescrição hierárquica está circunscrita em toda a relação com a moradia e daí deriva-se a relação de menor posto/graduação, menor valor pago, residências fisicamente menores, independente do número de dependentes que acompanhe o militar (isto é, se a pessoa for um sargento e tiver quatro filhos, a sua casa terá o mesmo número de cômodos e espaço que a casa de um sargento que tiver um filho, e ambas serão menores do que a casa de um oficial major). Os PNRs com menor porcentagem aplicada (de 3,5% sobre o soldo) referem-se às unidades residenciais da Vila POUPEX, por serem

⁶⁸ Dados fornecidos pela Seção de Manutenção de PNR de São Gabriel da Cachoeira/AM no mês de Maio de 2012. Estes valores representam o soldo militar corrente do ano de 2012 e sem gratificações.

⁶⁹ O soldo é a quantia mensal de remuneração e dos proventos, inerente ao posto/graduação do militar.

casas com construções mais antigas e não equiparadas adequadamente com as praças (como já mencionado em tópico anterior).

A ajuda de custo que o militar recebe pela mudança para a fronteira (*guarnição especial / localidade especial categoria A*) é novamente baseada na hierarquia militar, mas confere um valor maior a cada patente por ser considerada uma *guarnição especial*, e também é calculada com relação à distância entre a cidade da qual o militar está saindo para ir à cidade de fronteira. Não possui uma relação com os fatores que determinam exatamente o valor atribuído a cada posto/graduação, mas uso como indicação, os valores que meus interlocutores de pesquisa me relataram. Por exemplo, uma família de tenente-coronel que vem do estado do Rio de Janeiro para o noroeste amazônico recebe uma ajuda de custo de aproximadamente R\$70.000,00, enquanto a de um sargento procedente do Espírito Santo para a fronteira amazônica é de R\$42.000,00. Os gastos com transporte (passagem aérea da família, despesas com bagagem, móveis e transporte do carro) são todos retirados desta ajuda de custo. A esposa de um tenente-coronel mencionou que gastou aproximadamente R\$30.000,00 para cobrir essas despesas de transporte.

Neste contexto e somando-se que um dos motivos para a ida para a fronteira é o estabelecimento de um projeto financeiro para a família (economizar e acumular recursos financeiros), foi observado que muitas famílias de sargentos deixam objetos/móveis com parentes ou os vendem antecipadamente, enquanto famílias de oficiais “carregam” consigo seus pertences ao longo das transferências.

Na casa de um subtenente, eles trouxeram para SGC apenas caixas de pertences pessoais e deixaram a mudança principal (entende-se os móveis de moradas anteriores da família) com a mãe do marido militar, apesar de terem vendido algum objeto ou outro antes da mudança. Os equipamentos e outros objetos de acomodação da casa na fronteira, foram obtidos em SGC e comprados de outras famílias de militares que estavam indo embora da região.



Figura 6 - Interior da casa de um subtenente. Na foto superior, a sala (que conta com duas cadeiras e um hack para a televisão); abaixo à esquerda, a cozinha e do lado direito um dos cômodos da casa que se encontra praticamente vazio, com uma mesa e cadeira para uso de computador. Autora: Cristina Silva.

Um padrão similar é encontrado na casa de um sargento, conforme a próxima figura:



Figura 7 - Interior da casa de um sargento. Na foto superior, um cômodo da casa utilizado para guardar pertences da família. Abaixo, à esquerda, um segundo cômodo e à direita, a cozinha. Autora: Cristina Silva.

Assim, nas casas de subtenentes e sargentos é comum ver a arrumação da casa de forma improvisada, isto é, com os móveis “arranjados”, adquiridos de outras famílias de militares em SGC e que, posteriormente, tornarão a ser vendidos novamente para futuros militares que cheguem à localidade quando estes estiverem para se mudarem da região. Esse circuito de compra e venda de objetos/móveis para a casa é uma prática recorrente dentro das vilas militares e, logo que as famílias têm a confirmação da saída de suas transferências (de que vão para outra unidade militar), elas colam cartazes na frente de suas casas e em outros espaços de visibilidade (no mural nos clubes militares, em paredes de supermercados da cidade) contendo uma listagem dos objetos a serem vendidos.

Já nas casas de oficiais, além de mais espaçosas, observa-se uma disposição mais planejada e arrumada dos móveis pela residência e uma quantidade maior de objetos de decoração compõe o cenário.



Figura 8 - Interior da casa de um major. Na foto superior a área da cozinha; na foto inferior, um dos espaços da sala, que é dividido em dois ambientes. Autora: Cristina Silva.



Figura 9 - Interior da casa de um major. Do lado esquerdo: parte da decoração e objetos em um dos ambientes da sala; do lado direito: quarto de uma criança. Autora: Cristina Silva.

As casas de oficiais superiores, além de três dormitórios, dispõem de um cômodo menor que pode ser usado como “quarto da empregada”; a área da lavanderia é separada do quintal da casa e a sala possui dois ambientes (um para o sofá e a televisão e outro onde se encontra uma mesa para as refeições). A dimensão da sala pode ser atribuída como um estímulo para recepcionar visitas e amigos, promovendo almoços e jantares. A ideia da casa organizada com móveis e objetos que já estão na família desde períodos anteriores da estada na fronteira, acrescidos de medalhas e quadros que também decoram essas casas e que relembram a trajetória profissional do marido, mostra o desejo dessas famílias de oficiais em construir uma morada que, mesmo transitória, mantenha objetos e móveis que simbolizem um aspecto permanente da casa para a família e que ultrapasse os limites físicos da residência. A expressão “carregar a casa nas costas” é verificada nessas situações, em que se procura manter a configuração da casa enquanto um lugar acolhedor, mesmo em um contexto de alta mobilidade pelo território brasileiro (e circulação por casas físicas diferentes) pelo qual as famílias de oficiais são submetidas com frequência.

O fato de receberem uma ajuda de custo maior na mudança para a fronteira seria um recurso facilitador desse processo da casa como um lugar acolhedor, porém, a questão é que os oficiais são transferidos mais vezes e por mais tempo na carreira que os sargentos (este ponto será discutido no Capítulo IV) e constituir a “casa nas costas” torna-se função essencial para manutenção da unidade familiar em um contexto de constante mudança.

Já as famílias de sargentos normalmente passam por poucas transferências de caráter nacional e têm um projeto mais imediato de adquirir uma casa própria. Assim, o objetivo de *fixar* residência em uma localidade, exigiria poupar esforços e gastos para a concretização desse projeto, e justificaria a presença de objetos estritamente básicos na casa e poucos artefatos de decoração ou objetos/fotos que tenham memórias e trajetórias familiares de longa data – é como se essas famílias quisessem manter o caráter transitório e provisório de seus lares pelas vilas militares.



Figura 10 - Objetos dispostos na casa de um tenente-coronel. Autora: Cristina Silva.

Porém, em ambas as casas há um elemento que aparece como desejo de consumo e gera uma espécie de materialização da experiência da fronteira para as famílias: o artesanato indígena, objeto presente em todas as residências. Há uma intensa procura por artesãos indígenas da região (produtores de cestaria e de objetos talhados em madeira, colares e pulseiras, etc.) e os objetos adquiridos são usados nas casas na fronteira, mas serão levados na transferência das famílias de militares e passarão a compor o cenário de suas futuras residências. Isso é indicativo de que a experiência de estar em trânsito constante (ou de poder vivenciar um número, mesmo que pequeno, de mudanças pelo país) é representada por objetos que podem conter na casa e que contam as histórias das famílias, isto é, os lugares pelos quais elas passaram. Um dos assuntos sempre presentes nas rodas de conversas das e entre as mulheres de militares é justamente essa experiência nômade (poder contar e dar conselhos sobre que cidades moraram, que lugares frequentaram): quanto mais lugares se visitou, mais “bagagem” se tem para mostrar (no sentido material) e falar (no sentido metafórico, “bagagem cultural”, conjunto de experiências vividas).

De uma vila autossuficiente

Nas vilas militares em São Gabriel da Cachoeira, ocorre uma série de atividades que, de certo modo, garantem um convívio maior entre as famílias de militares, do que uma convivência com a população local da cidade.

Nas vilas, apesar do comércio não ser permitido explicitamente⁷⁰, há esposas que comercializam uma série de produtos e serviços: fazem pães, pizzas, lasanhas para *delivery*; serviços de estética como manicure, cabeleireiro, massagens; confecção de bijuterias, chinelos e bolsas customizadas; esposas que oferecem aulas de inglês, matemática, e etc. para os filhos de militares; bem como militares que dão aula de judô, capoeira para os filhos de militares e esposas que oferecem aulas de dança ou pilates.

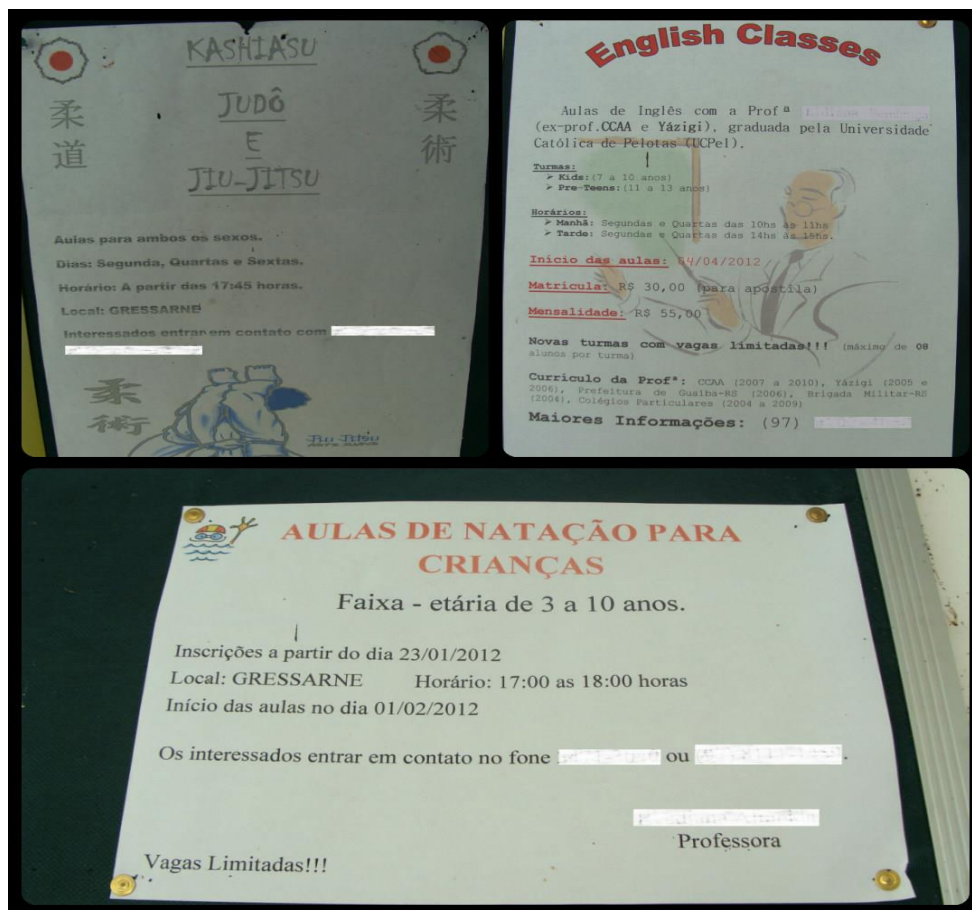


Figura 11 - Anúncios de atividades oferecidas para membros/dependentes da *Família Militar*.
Autora: Cristina Silva.

⁷⁰ A utilização do PNR para fim não residencial dependerá da autorização do comandante responsável da guarnição.

No caso, os filhos e filhas das esposas com quem convivi durante a pesquisa participavam dessas aulas oferecidas, inclusive como distração para as crianças na cidade. E as esposas também compravam umas das outras os produtos e serviços comercializados. Em momentos de lazer, como a ida ao clube, as que confeccionavam artigos customizados vendiam para as outras e era comum perceber que o comércio de fato circulava, porque eu sempre notava que as mulheres usavam estas peças (os chinelos customizados, por exemplo, num fim de tarde no clube eu observava várias esposas e filhas usando o adereço). Este tipo de comércio e serviços oferecidos aproximam as mulheres e as crianças também, porque há o compartilhamento de bens, gostos e afinidades e acaba sendo uma ferramenta para o início de amizades.

Tanto esposas de oficiais quanto de sargentos são produtoras e clientes nesse circuito de vendas e comércio dentro da vila. Houve um caso em que uma esposa de sargento formou profissionalmente uma esposa de subtenente, através de aulas sobre procedimentos estéticos (um certificado do curso foi emitido e, apesar de formalmente não ser reconhecido, a esposa de subtenente passou a prestar serviços de estética e atender clientes em sua residência).

A ideia de um estreitamento de laços entre as famílias dos militares através de um convívio intenso nas vilas, tanto nas horas de lazer, mas também na prestação de serviços entre as pessoas desse coletivo, é de tal forma estimulada pela instituição que, em alguns momentos, a manutenção dessa *Família Militar* se sobrepõe a dispositivos do mundo profissional desses atores. Uma esposa de subtenente atuava como cabelereira e improvisou seu salão na parte de trás de sua casa dentro da vila militar. As mulheres que mais frequentavam seu salão eram esposas de militares, porém ela recebia, em menor número, algumas clientes de fora desse circuito (mulheres que trabalhavam no hospital da região). Essa circunstância estaria em conformidade com o comércio permitido dentro das vilas militares pela Brigada; no entanto, é interessante notar que o marido da cabelereira atua na área de Inteligência do Exército.

O serviço de Inteligência é uma seção responsável em levantar e coletar informações tanto internas da instituição (o que inclui, como comentado por alguns interlocutores de campo, vigiar redes sociais dos militares e qualquer notícia que eles compartilhem que levante alguma conduta suspeita/não prevista/desrespeitosa), quanto buscar, de maneira secreta, dados sobre operações externas clandestinas na área de fronteira. Normalmente, militares que trabalham nessa função, de acordo com o que me falaram, não costumam usar farda e estabelecem sua sala de operações fora dos limites

do quartel. Eles são considerados militares que se comportam em seu cotidiano (dentro ou fora do horário de serviço) de forma “mais discreta”, pois realizam atividades de caráter sigiloso para a organização militar (o que inclui, nesse contexto de fronteira, questões de segurança nacional). Segundo a cabelereira, pelo teor da função do marido, eles não deveriam nem morar dentro da vila militar e sim em algum outro bairro da cidade.

A questão controversa nesse caso é que, diante dessas circunstâncias, eles não só moram na vila, como a esposa exerce uma atividade que se caracteriza como sendo de intensa sociabilidade (um espaço que muitas mulheres frequentam e em que é estimulado o convívio e rodas de conversas entre elas). Nesse sentido, priorizou-se uma integração das esposas de militares, mesmo que a frequência constante de pessoas na casa pudesse gerar alguma ameaça ao trabalho do marido militar (focos ou falação em demasiado entre as mulheres que pudessem vazar informações restritas, mesmo que de forma não intencional).

Outra atividade que ocorre dentro das vilas, são os serviços religiosos que são prestados, reforçando mais uma vez a separação com o mundo “civil”. Há missas católicas que ocorrem todo domingo em um galpão no conjunto habitacional VillaGran Cabrita. Como ainda não havia uma capela, improvisou-se o galpão para a celebração das missas com a presença de um capelão militar⁷¹. No local também ocorriam, em época anterior à minha ida ao campo, sessões de umbanda, organizadas por um tenente-coronel. O culto tinha a aprovação do comandante da guarnição da época, mas houve rumores e reclamações dos católicos que não se “sentiam à vontade” em celebrar as missas no mesmo local que os umbandistas realizavam seu culto e a atividade cessou dentro da vila.

Voltando às missas, frequentei uma em julho de 2010, cujo mote era sobre as transferências dos militares, visto que parte da comunidade estava no período de descobrir em que lugares os maridos seriam *movimentados* para trabalhar no próximo ano. Então houve orações para que as transferências saíssem para os militares e bênçãos para que eles, “para onde vão, vão em paz, que estejam em paz” (palavras do capelão

⁷¹ O capelão militar é um sacerdote católico apostólico romano ou pastor evangélico que, mediante aprovação em concurso público, adquire esta nomeação. Ele tem como funções: “exercer as atividades de assistência religiosa e espiritual, e cooperar na orientação educacional e moral dos integrantes do Exército em sua área de atuação; prestar assistência adequada e oportuna aos presos pela Justiça Militar, aos enfermos e demais necessitados; prestar assistência religiosa, espiritual e moral às famílias militares residentes nas Vilas Militares ou não.” Informações retiradas do sítio http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/infor_capelaes_sarex.php. Acesso em 20 de Agosto de 2010.

militar). O discurso do evangelho do dia foi sobre hospitalidade e acolhimento, a respeito de duas irmãs que recebem Jesus em casa, mas somente uma escuta a palavra do Senhor; enquanto a outra fica ocupada com os afazeres domésticos. No meio do discurso, o capelão faz uma brincadeira com a esposa de um major, ao comentar que “a irmã ocupada é a irmã que age, manda, como falam que mulher de militar faz, que tem um posto acima do posto do marido” e faz esta pergunta à mulher que, prontamente responde: “lá em casa é diferente”.

O capelão utiliza seus ensinamentos e palavras para reforçar tipos ideais entre as famílias dos militares. Assim, ao comparar a personagem do evangelho “mandona” com uma postura que uma esposa de militar pode vivenciar, ele busca discernir que há comportamentos que são “errados” e que devem ser evitados entre as pessoas da comunidade. Na missa havia cerca de 30 a 40 pessoas, a maioria casais, mas também havia filhos de militares e outros parentes que estavam na cidade visitando-os (mães de militares, por exemplo). No fim, houve um pequeno café-da-manhã com sucos, refrigerantes, pães-de-queijo, bolos: o momento para que as pessoas confraternizassem.

Em SGC há também dois clubes de lazer militares marcados/nomeados hierarquicamente: o dos oficiais e o dos sargentos. O clube dos oficiais, denominado CIMARNE (Círculo Militar do Alto Rio Negro), localiza-se fora do espaço das vilas militares, na parte central da cidade, e dispõe de uma estrutura que, em partes, é aberta a um público em geral (não militares). Assim, o clube dos oficiais é composto de: uma piscina (que na época da pesquisa costumava ser utilizada para aulas de hidroginástica que uma esposa de militar oferecia às outras esposas); um *hotel de trânsito* que proporciona hospedagem a militares e seus familiares⁷², mas que, nessa localidade e quando há disponibilidade, também pode receber pessoas não vinculadas ao universo militar; um salão para eventos onde costuma ocorrer jantares para as comitivas que a Brigada recebe na cidade, mas que também pode ser alugado por terceiros (pessoas “de fora”); um restaurante aberto no horário de almoço que é gerido por uma esposa de militar e um espaço com um quiosque que serve bebidas e aperitivos em alguns dias da semana na parte da noite – ambos podendo ser frequentados por militares e não militares. O público “de fora” do mundo militar que costuma frequentar esses espaços,

⁷² O hotel de trânsito, administrado pela unidade militar correspondente a cada localidade, é um hotel com a finalidade de hospedar militares e seus familiares que estão em trânsito (chegando ou indo embora da cidade) ou que estão a passeio na região. Também hospeda militares que compõem as comitivas que visitam a guarnição militar. Há um hotel de trânsito para cada círculo hierárquico. No caso, é um hotel voltado para o atendimento de oficiais e suas famílias.

normalmente são de pessoas empregadas em outras instituições da cidade (ONGs, órgãos de saúde, etc.), isto é, não são nativos da região (índios), são pessoas que vieram de outros lugares para trabalhar em SGC ou turistas visitando a localidade.



Figura 12 - Dependências do CIMARNE (clube dos oficiais). Em sentido horário: fachada do salão principal (autora: Andrea Vasconcelos); dormitórios do hotel de trânsito (autora: Andrea Vasconcelos); piscina e restaurante ao fundo (autora: Cristina Silva); quiosque noturno (autora: Cristina Silva).

O clube dos sargentos, denominado GRESSARNE (Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do Alto Rio Negro), localiza-se em uma das vilas voltadas para subtenentes e sargentos e dispõe de uma área de lazer voltada somente para os militares e suas famílias: piscina, parque com brinquedos para as crianças, área com rede de vôlei, um salão principal onde é realizada a maior parte das festas e comemorações entre as famílias dos militares (dia dos pais, dia das mães e páscoa, etc.) e quiosques e uma sala pequena que podem ser utilizados por grupos menores para uma confraternização e/ou festas de aniversários.

Diferente do que ocorre em outras instituições militares do país, os oficiais frequentam o clube dos sargentos e vice-versa (algo que na Aman não seria permitido,

sendo a mistura de círculos hierárquicos – a denominada *promiscuidade* hierárquica – evitada para manter e reforçar a hierarquia e disciplina militares). Alguns oficiais alegam que é pelo fato do clube dos sargentos ter sua construção mais recente e uma piscina maior. A esposa de um major me disse que, apesar dos oficiais frequentarem o clube dos sargentos, os sargentos não podem entrar na piscina do clube dos oficiais. Segundo ela, “eles nem vão querer entrar também, porque a piscina é pequena e o GRESSARNE é novo”. A justificativa dela por visitar o clube dos sargentos é por causa dos seus filhos, que preferem a piscina grande de lá. Porém, mesmo que usualmente as famílias de sargentos não possam desfrutar da piscina do CIMARNE, notamos que a piscina era utilizada para oferecer uma atividade esportiva às esposas dos militares (tanto de sargentos como de oficiais), reforçando a ideia de um conjunto de atividades com a finalidade de unir e integrar mais a comunidade militar da região.



Figura 13 - Dependências do GRESSARNE (clube dos sargentos). Em sentido horário: fachada do clube; área das piscinas; salão principal e parque para as crianças. Autora: Cristina Silva.

No entanto, pela breve descrição dos dois clubes, é possível notar que o GRESSARNE configura-se como o espaço de maior convívio entre as famílias de

militares, sejam eles oficiais ou praças do Exército brasileiro. É lá que ocorrem as festas que envolvem toda a comunidade militar (especificamente entre oficiais e praças) e no qual os filhos de militares dispõem de mais espaço e recursos para brincarem. Ressalta-se que também há uma interação, em menor escala, com esposas de militares da Aeronáutica que se encontram na região – estas podem frequentar os clubes e confraternizações quando convidadas por outras mulheres de militares do Exército.

A diretoria do GRESSARNE é composta por militares, porém, suas respectivas esposas assinam um termo de compromisso em conjunto com os maridos. Assim, dentro da diretoria há um departamento feminino pelo qual elas são responsáveis principalmente em auxiliar na organização dos eventos que serão realizados no clube. Na época da pesquisa, dos dezoito diretores, somente um era solteiro, o que mostra que a administração do clube corresponde a uma familiarização das relações entre os diretores que se veem enquanto um segmento familiar dentro do Exército (a gestão do GRESSARNE) que abarca também as relações com seus cônjuges. O presidente de honra do clube é o general da Brigada, que, como um “pai de família”, procura estar atento ao andamento das atividades do clube, exigindo que “seus parentes” sempre lhe expressem *respeito* e *obediência* (no tópico “Do controle das casas, parte III: as ordens do general e às ordens do general” veremos alguns casos mais detalhados sobre essa questão).

E o CIMARNE, embora militarmente administrado, passou a se configurar como uma opção menos atrativa para as famílias enquanto atividade de lazer para as crianças ou para reunir um coletivo maior de pessoas. Tornou-se um ponto de encontro para grupos menores de famílias e que pode contar (ou não) no cenário, com a presença de pessoas de fora desses circuitos.

Assim, há toda uma estrutura que ocorre dentro das vilas que garante que a sociabilidade seja intensa entre as famílias, ao passo que as “dessocializa” de alguma forma do mundo exterior dos PNRs. A esposa de um major, por exemplo, que já estava pela terceira passagem em SGC, disse que tem pouquíssimo contato com pessoas que não sejam militares ou familiares deles – quando fiz a pergunta sobre o convívio com pessoas de fora do círculo militar, esta esposa respondeu que “conversa uma vez ou outra” com as funcionárias dos supermercados que frequenta, ou seja, contatos apenas superficiais e corriqueiros.

Sobre formas de convívio dessas famílias com pessoas que sejam procedentes de SGC (mulheres indígenas), há as atividades que estas últimas exercem como faxineiras

nas casas das primeiras. No entanto, essa aproximação é em parte mediada entre as esposas de militares, que compartilham as referências das faxineiras e estabelecem uma espécie de circuito entre as casas. Isto é, quando uma família está para mudar da cidade e uma nova está chegando, a faxineira da primeira pode ser indicada para as atividades domésticas (limpar a casa, lavar e estender as roupas e em muitos casos também cozinhar e cuidar dos filhos dos militares em alguns períodos) da nova família ou ela poderá trabalhar na casa de uma esposa que já habite em SGC e que tenha proximidade com a que está indo embora. Uma faxineira com “boas” referências (“que não falta, que faz tudo direitinho”) pode também indicar outras mulheres para efetuarem o serviço na casa em que elas trabalham (caso precisem se ausentar por motivos de doença) ou na casa de pessoas próximas às que elas trabalham. Foi o caso de Marta, que era faxineira de uma esposa de major. Marta ficou doente e trouxe Regina para substituí-la na casa do major. Quando Marta se recuperou e voltou a trabalhar, Regina iria ficar sem serviço, mas foi prontamente indicada para a residência de outra esposa de major. Depois de um tempo, Marta novamente adoeceu e como Regina já estava empregada, uma terceira mulher passou a substituí-la. Essa terceira faxineira foi também indicada para uma terceira esposa de major, quando a primeira mudou da cidade.

Em outro caso, uma esposa de tenente havia efetuado o pagamento mensal para sua faxineira e, no mesmo instante, a faxineira avisa que não iria trabalhar no dia seguinte porque seu marido a chamou para passar o dia na igreja. A esposa do tenente ficou visivelmente preocupada com a situação e começou uma conversa com sua ajudante do lar sobre ter responsabilidade com o compromisso, com receio de que ela não retornasse na semana seguinte ao trabalho. Esse era um problema recorrente nas casas militares, de faxineiras que sumiam sem avisar e em muitas situações, a causa estava, segundo o ponto de vista das esposas de militares, na relação conjugal dessas mulheres. Mais especificamente no controle que elas sofriam de seus maridos.

Não tenho dados mais precisos sobre essas circunstâncias, mas é interessante mencionar que a esposa do tenente, quando pediu uma indicação de faxineira para sua ajudante, a mesma respondeu “conheço sim, mas ela tem marido, ela é de igreja evangélica, ela não rouba as coisas, mas ela tem marido”. Nessa situação, uma faxineira “leal” para uma esposa de militar seria uma mulher solteira. Inclusive algumas esposas de militares criam afinidades com suas faxineiras, tentam compreender suas histórias de vida, ajudam em momentos de necessidade e lhes pedem para visitar a comunidade indígena da qual pertencem, por exemplo. No entanto, essa relação entre esposa de

militar e faxineira é totalmente organizada pela esposa de militar, na sua função de administradora do lar e o marido, ausente em muitos momentos da casa por conta do trabalho no quartel, não participa da escolha da faxineira. Em outro contexto, como veremos no Capítulo IV, uma mulher solteira é vista como uma *ameaça* ao casamento da família militar.

Cabe destacar, por fim, que grande parte das esposas de oficiais (especialmente de oficiais superiores) com as quais tive contato, empregava regularmente faxineiras em suas casas. Nas casas dos militares graduados (subtenentes e sargentos) as faxineiras trabalhavam em períodos mais espaçados (quinze dias a uma vez por mês).

Observamos aqui algumas formas de convívio com pessoas de fora do circuito militar. No entanto, mesmo fora da vila, e por SGC ser uma cidade pequena, as referências de comércio também são, em parte, militarizadas: 1) há um centro comercial no qual todas as lojas (tanto de venda de roupas, cabeleireiro, alimentação) eram administradas por militares (ou militares aposentados) ou seus cônjuges na época da pesquisa. Descobri isso quando estava passeando de carro com uma esposa de tenente-coronel e ela fez uma visita a este centro comercial e foi me apresentando às pessoas e informando que elas eram esposas de militares ou militares; e 2) há também lugares que são muito frequentados e preferidos por militares e seus familiares: alguns restaurantes e bares. Assim, mesmo quando saem da vila, as famílias estão num ambiente militar.

Vimos, portanto, que a convivialidade dessas pessoas centraliza-se, sobretudo, nas vilas militares, visto a multiplicidade de atividades que lá ocorrem e que tornam os espaços dos PNRs autossuficientes, isto é, uma pessoa que mora neste local, tem acesso a atividades de lazer, estudo, alimentação, etc. No caso estudado, mesmo fora dessas vilas, as pessoas estão circunscritas em espaços que remetem ao universo militar (circulam em ambientes que outras famílias de militares frequentam, bem como alguns comércios e serviços disponibilizados no município são gerenciados por militares e/ou seus familiares). Assim, temos aqui outro ponto que vai ao encontro com a ideia de padronização das casas no ambiente militar. Mas é preciso destacar que se por um lado há uma separação radical do espaço das vilas com relação à cidade, “para dentro” há um “embaralhamento” da hierarquia na convivência, escapando ao ideal de controle do Exército. E esta dinâmica é diferente do resto do país, havendo uma tendência da *selva*⁷³

⁷³ Selva é uma nomenclatura usada pelos militares para indicar a região da área de fronteira amazônica, marcada por densa floresta e vazios demográficos. Um espaço que nas últimas décadas tem sido alvo de “domesticação” pelos militares (Leirner, 2013) e representa uma forma sacrificial de moradia, para eles e

em misturar os universos hierárquicos, produzindo tensões entre as relações das pessoas dentro da vila.

Do controle das casas parte II: vigilância, circulação e cotidiano

A organização das vilas por patente/graduação dos maridos militares tem um efeito imediato no cotidiano da vizinhança: permite que todo mundo saiba onde todo mundo mora, o carro que cada um possui, e as pessoas acabam tendo proximidade com outras do mesmo círculo hierárquico que o marido. Esse caráter da moradia configura-se como uma espécie de extensão do quartel, nas suas devidas proporções. Há o reconhecimento do vizinho como alguém prestador de solidariedade e afetos, visto como um *parente*, que compartilha das mesmas relações, experiências, anseios e dificuldades (as constantes mudanças, a ausência da família de origem e a ausência do marido/pai quando este está em atividades no quartel); mas há também imposições do trabalho em momentos mais diversos do cotidiano das famílias, que geram controle das ações de uns sobre os outros nas vilas.

Ressalta-se que há famílias de diferentes círculos hierárquicos que se aproximam por frequentarem a mesma igreja ou por serem da mesma região do país (os sulistas, no caso, juntam-se com bastante constância). Mas há mais situações de famílias do mesmo círculo hierárquico se relacionando, principalmente pessoas que residem na mesma vila militar. Porém, isso não significa que sejam vizinhos diretos de porta, o que ocorre é que muitas famílias que se consideram *amigas* podem morar em ruas distintas, mas pertencerem à mesma vila. O que as torna *amigas* neste contexto pode vir do fato de conviverem juntas no período inicial de suas vindas para a fronteira no mesmo *hotel de trânsito*, ou dos maridos trabalharem na mesma seção na instituição militar. As famílias que se consideram mais próximas, estão constantemente nas casas umas das outras, assistindo televisão ou utilizando a internet, no preparo de jantares em conjunto até nos pedidos de algum objeto ou alimento que esteja faltando na residência de algum deles.

No entanto, há sempre todo um cuidado prestado nessas visitas. Por exemplo, se uma esposa vai à casa de uma amiga e somente o marido da amiga encontra-se na residência, não se costuma entrar na casa e volta-se outra hora. Se a visita for somente para solicitar algum objeto emprestado, pode-se resolver isso com o marido da amiga,

suas famílias, pois é tomada como um lugar isolado de outras partes do país, com carência de necessidades que eles tomam como básicas (saúde, alimentos, luz, meios de comunicação).

mas é feito de forma rápida. As pessoas, sendo próximas ou não umas das outras, visitam-se com frequência por conta da alta comercialização de atividades que ocorre dentro das vilas. Porém, se não for por esse objetivo, as famílias que têm menos intimidade só se visitarão mediante um *convite* umas das outras, isto é, não aparecerão espontaneamente na porta das casas de qualquer família na vila militar.

Outro ponto é com relação à ausência dos maridos na casa, e conseqüente ausência no cotidiano das vilas militares, por conta do intenso trabalho nas atividades do quartel. Assim, é comum que as mulheres convivam bastante umas com as outras, seja nas atividades das *Jovens Guerreiras*, na realização de atividades físicas em conjunto (caminhadas, por exemplo), na ida para os clubes, etc. Houve um episódio em que eu fui visitar num dia à tarde, a esposa de um subtenente e ela não estava na casa. O marido dela que estava de férias na época, que me atendeu e disse que ela tinha saído com outra esposa para procurar artesanatos indígenas pela cidade. Eu conversei com o marido dela por cinco minutos e ele me relatou que na parte da manhã ela também havia saído com outra mulher de militar para ver artesanato. Eu brinquei com ele que ela ia precisar andar com uma agenda por estar tão ocupada. E ele me respondeu que ela ia precisar marcar horário para *ele* na agenda, por conta das atividades que ela desempenhava no cotidiano com outras mulheres de militares.

O cotidiano de festas

A rotina das famílias de militares em SGC é marcada por um rol de eventos festivos: bailes, coquetéis, formaturas comemorativas, festas de aniversário (tanto infantis como dos adultos), datas especiais (dia das mães, Páscoa, dia dos pais, festa junina, etc.). Toda semana, praticamente, algumas (ou muitas) famílias reúnem-se para participar de algum evento.

Nas comemorações mais formais, que geralmente são as que ocorrem dentro do quartel (coquetéis e formaturas), há a divisão de ambientes por círculos hierárquicos (oficiais, sargentos e soldados) e os militares devem comparecer *fardados* (uniformizados) e seus cônjuges devem trajar roupas com mais pompa (no caso das esposas, vestidos sociais e salto alto, e para as esposas de militares que também forem militares, elas devem ir *fardadas*).

Em um evento em homenagem ao Dia da Infantaria ocorrido no Batalhão e celebrado no mês de maio, a comemoração foi dividida em duas partes. Em um primeiro

momento, na parte externa ocorreu uma formatura, composta dos seguintes protocolos: apresentação da tropa, canção da Infantaria, discurso do comandante do Batalhão (coronel) seguido de um discurso do comandante da Brigada (general) e depois uma demonstração de uma atividade militar pela tropa (simulação de uma operação sobre o território inimigo, no caso em terreno contra traficantes de drogas). Nesta parte do evento, as mulheres e filhos de militares estão como expectadoras, podendo sentar em qualquer cadeira disponível no espaço, e somente a área do camarote é destinada aos oficiais do comando da unidade militar de SGC (a esposa do general estava no camarote acompanhando o marido, mas a esposa do coronel estava com os filhos na área comum com outras esposas e filhos de militares, assim como outras esposas de oficiais do comando). No segundo momento do evento acontece um coquetel nos salões do Batalhão.

A separação dos salões recai sobre a divisão hierárquica, e, nessas ocasiões, não se observa famílias de sargentos frequentando o lado dos oficiais. Neste evento, eu estava frequentando a “parte” dos oficiais e ao percorrer o salão dos sargentos/soldados, encontrei com uma esposa de sargento que participava das *Jovens Guerreiras*, e fiquei de conversa com ela por alguns minutos. Ao me despedir dela, chamei-a para ir comigo até o lado dos oficiais (onde se encontravam outras mulheres que participavam das *Jovens Guerreiras*) e a esposa recusou o convite, dizendo que não poderia ir lá. O espaço dos oficiais era menor e contava com menos militares, mas havia garçons por todos os lados. Já a parte dos sargentos era um grande salão e estava lotado, porém havia menos garçons. Em ambos os espaços, formaram-se diferentes rodas de conversa: entre as mulheres e entre os homens, situação já encontrada em pesquisa do mestrado.



Figura 14 - Evento do Dia da Infantaria no Batalhão. Coquetel no salão dos oficiais. Acima, homens reunidos e foto abaixo, mulheres reunidas. Autora: Cristina Silva.

Há as celebrações destinadas à grande parte da *Família Militar*, com menos formalidades, que são as organizadas no (e pelo) clube dos sargentos (GRESSARNE). A diretoria do clube fica responsável pela organização, o que inclui maridos e esposas trabalhando e em que as esposas ficam responsáveis pela decoração temática e pelas lembranças da festa. Dependendo do evento, ele pode ser no formato de um almoço ou de um jantar e inclui atividades de caráter lúdico (sorteio de rifas, jogos de bingo, brincadeiras e distribuição de doces para as crianças) e som ao vivo (de bandas formadas entre as pessoas do universo militar). Nesses eventos não há marcadamente uma divisão por círculos hierárquicos, mas há a determinação de uma mesa para os oficiais militares do comando da organização (uma mesa com visão privilegiada sobre a festa) e para a diretoria do clube (composta por subtenentes e sargentos, que normalmente localizava-se bem distante da mesa anterior). No mais, as pessoas iam chegando e ocupando os lugares em conjunto com pessoas de maior convivência na vila e havia famílias de sargentos e oficiais sentadas juntas, por exemplo. Em muitos

momentos dessas atividades observava-se, novamente, uma divisão entre rodas de homens de um lado e de mulheres do outro; mas não é uma regra, sendo comum, que grupos (compostos de homens e mulheres) que se mantêm sentados na mesma mesa, compartilhem mais as conversas uns com os outros no contexto geral do evento. Mas nota-se que essa divisão por gênero é mais encontrada entre as pessoas que organizam o evento e entre as famílias de oficiais do comando da unidade militar. Assim, apesar de terem uma mesa exclusiva, homens e mulheres, cada um em uma direção, estão sempre circulando pelo clube. Os oficiais do comando, principalmente a figura do general, parecem estar *fiscalizando* como a atividade está sendo promovida e os subtenentes e sargentos estão gerindo o evento. Ao passo que as mulheres, usualmente, estão envolvidas nas atividades lúdicas (algumas são organizadas pelas esposas dos diretores do clube e outras são realizadas pelas *Jovens Guerreiras* e quase todas as esposas de oficiais do comando participavam do grupo).



Figura 15 - Dois eventos no GRESSARNE. Acima: vista da mesa do comando da guarnição de SGC em evento do Dia das Mães, 2011. Abaixo: crianças brincando pelo clube no evento do Dia dos Pais, 2012. Autora: Cristina Silva.

Os trajes são menos formais (militares não vão uniformizados e suas esposas podem usar sapatos rasteiros e roupas com ou sem pompa, elas decidem) e as principais prescrições militares a serem seguidas são a reverência ao general e a valorização do discurso proferido em público. A reverência ao general compreende um conjunto de gestos exigidos aos militares e familiares como formas de demonstrar *consideração* e *respeito* ao oficial comandante da guarnição de SGC. Cumprimentá-lo em público e esperar pelo seu pronunciamento oficial nas atividades, não importando se o evento é formal ou informal, são algumas das regras de etiqueta observadas.

O discurso evocado em público por uma autoridade (representante da unidade militar ou da diretoria do clube) faz-se presente em todos os eventos, podendo ocorrer na abertura ou durante a atividade festiva. O discurso é proferido pelo diretor presidente do clube (e, em algumas situações, pela sua esposa também) e pelo general (na ausência do general, o subcomandante pode se pronunciar, se achar necessário). A hora da oração em que se evocam os *valores* da *Família Militar* (ideias de solidariedade, união e companheirismo entre militares e seus familiares, reforçadas por um sentimento de sacrifício e abnegação pela vida que levam em prol de uma coletividade maior – a nação), é um momento esperado para alguns e enfadonho para outros; mas exige-se silêncio e atenção no recinto. As crianças normalmente não respeitam essas regras, correndo por todos os lados da festa, mas elas parecem não ser notadas pelos oradores que continuam o falatório. Porém, se são os adultos que começam a ficar dispersos, é cobrado menos barulho.



Figura 16 - Dois eventos no GRESSARNE e a hora dos discursos oficiais. Acima: discurso do general em comemoração ao Dia das Mães de 2011. Abaixo: discurso do presidente do clube em comemoração ao Dia dos Pais de 2012. Autora: Cristina Silva.

Outros momentos festivos são reuniões e festas de aniversários que são encontros menores e pouco formais, em que se convidam pessoas mais próximas (independente do círculo hierárquico)⁷⁴, as quais se consideram com laços maiores de *amizade*. Essas comemorações podem ser realizadas nos clubes militares (alugando os salões/quiosques para a atividade), nas casas das famílias, nas escolas infantis ou em restaurantes na cidade; podem ser reuniões só das esposas ou só dos maridos, mas geralmente congregam as famílias. Pode haver exceções, como no caso de uma esposa

⁷⁴ Há casos, por exemplo, de uma família de major muito próxima de famílias de sargentos e que sempre estavam se reunindo para a realização de almoços e jantares.

de tenente que planejava fazer a festa de aniversário das filhas no clube dos sargentos, mas quando o marido pediu que ela convidasse a família do seu superior, ela hesitou e resolveu realizar a comemoração na escola das filhas (com as crianças que compartilhavam aulas com as filhas), de modo que não soasse como desfeita o fato de não querer convidar a família do superior de seu marido (ela e a esposa não eram muito próximas e haviam se desentendido recentemente). Nessa circunstância específica, fica evidente que uma festa dentro da vila militar e num lugar público, como um clube, necessitaria de algum nível de formalidade (convidar famílias de militares da seção de trabalho do marido, mesmo que, eventualmente, não fossem “amigos” da família).



Figura 17 - Acima: Almoço de domingo com famílias de oficiais superiores de determinada vila. Abaixo: festa de aniversário de criança em um espaço alugado (um dos salões do clube dos sargentos). Autora: Cristina Silva.

Nesses encontros, seguindo a mesma ordenação dos anteriormente citados, há certos momentos em que se formam um grupo das esposas de um lado, e os maridos, de outro. Um dos temas frequentes de assunto dos maridos refere-se a notícias do quartel

(discussões sobre algumas possibilidades de cursos de formação e acontecimentos do cotidiano do trabalho), enquanto a conversa das esposas gira em torno de assuntos desde o cuidado com as crianças, temas de moda e beleza, reprovar atitudes e comportamentos de outras esposas de militares, até sobre as transferências e experiências vividas pelos lugares que moraram e também comparam atitudes dos maridos umas das outras.

No caso de uma conversa sobre uso do dinheiro, as esposas de sargentos explicavam umas às outras como os gastos na família eram ordenados: para uma esposa, o salário dela era guardado para a poupança do casal enquanto que o salário do marido era destinado para o pagamento do aluguel, comida e demais despesas da casa, apesar dela não saber quanto o marido ganhava. Segundo ela, “ele não me mostra o contracheque, mas parece que ele ganha menos que os outros [militares da mesma graduação] quando ouço os outros falarem”. Já para outra esposa de sargento, o dinheiro dela é que era utilizado para as despesas da casa e os rendimentos de seu marido eram guardados para a economia da família. Nesta situação, a mulher estava irritada porque sua mãe e sua madrinha estavam indo passar uns dias na sua casa e ela gastou um pouco a mais do que consome normalmente para poder oferecer uma boa hospitalidade para as visitas e o marido, ao saber disso, lhe pedira para economizar. Com isso, ela dispara: “mas deixe estar, esse mês ele [marido] não vai ver a cor do meu dinheiro”. Apesar de preocupada em gastar demais, ela ainda sugere que iria parar com um tratamento estético que fazia (a esposa estava grávida e fazia massagens para ajudar nos inchaços que tinha nas pernas e nos pés por conta da gravidez), mas, de imediato, é amparada pela amiga a continuar com o tratamento porque fazia “bem para a saúde dela”. Nesses momentos, é observado que as mulheres procuram compartilhar experiências vividas do seu cotidiano e valorizam umas às outras, apoiando momentos e atividades que sejam para o bem-estar delas.

Em contrapartida, também discutem sobre as ações de outras esposas de militares, posicionando-se contra ou a favor das condutas alheias. Um dos assuntos numa conversa entre duas mulheres era sobre a “má-criação” que uma esposa de sargento oferecia aos seus filhos. Cabe destacar que esta esposa era *conhecida* das mulheres e conviviam em algumas festas dos clubes, mas ela não participava desse circuito mais privado de amizade. O caso entrou em discussão porque em duas festas realizadas no GRESSARNE, os filhos dela “tomaram” brinquedos de outros filhos de militares e uma briga entre as crianças fora gerada a partir dessas situações e a esposa ia tirar satisfação com as crianças dos outros, ao invés de “dar bronca” nos seus filhos,

que, segundo as mulheres que conversavam, eram os responsáveis pela confusão entre as crianças. Nesta circunstância, características do “modelo de família militar” são tomadas como referências sobre o que é “correto” ou “errado” no comportamento das esposas de militares, e uma mulher que não seja uma “boa mãe”, passa a ser alvo de falatório. Porém, essa fofoca acaba sendo restrita a um grupo de amigas nesses pequenos encontros e, ela gerará mal-entendidos, *somente* se “vazar” para círculos maiores de convivência.

A grande quantidade de festas ocorrendo entre as famílias de militares é justificada, por parte deles, pela situação de isolamento que vivem na região. Como não há estrutura de cidade grande (com shoppings, parques e outras áreas de lazer), a frequência das festas garante uma rotina agitada e integradora entre as pessoas do *meio militar* em SGC. No entanto, a grande questão é que o cotidiano de festas não deixa de atualizar o caráter da vida militar, isto é, a rotina de eventos cerimoniais e comemoração de datas solenes⁷⁵ é um fenômeno que ocorre em outros lugares do país que tenham vilas militares (como já notado na minha pesquisa de mestrado – Silva, 2010). Assim, essas famílias mantêm um estilo de vida específico, seja no Amazonas ou no Rio de Janeiro (podem-se mudar os cenários e a rede de sociabilidade delas, mas a estrutura se mantém). O que também reforça essa ideia é o fato dessas celebrações no meio militar ostentarem certos luxos e cerimoniais, que destoam do ritmo e modo de vida da região.

Das crianças não controladas

Os filhos dos militares parecem ser elementos que escapam do controle do comedimento que é esperado nas relações no meio militar e também acabam envolvidos no círculo de fofocas e desentendimentos entre as famílias na vila. Vejamos alguns casos sobre isso.

Conforme já mencionado anteriormente, nas festas que ocorrem no clube dos sargentos, as crianças sempre estão correndo pelo clube, brincando e gritando umas com as outras e, em momentos em que é realizado o discurso sobre o evento pelo general e/ou por algum representante do clube, é solicitado que todos fiquem em silêncio e as crianças são as que não costumam obedecer a essa exigência.

Um segundo exemplo é sobre a preocupação de uma esposa de major com a presença constante da sua filha na casa do general. O neto dele de cinco anos estava

⁷⁵ Sobre o cotidiano ritualizado no meio militar, ver também: Colli de Souza (2008).

passando férias em SGC, e eles passavam boa parte do tempo brincando juntos e, a maioria das vezes, na casa do general. Um dia, eu estava na casa do major com sua esposa e ela mostrava irritação, pois a filha estava desde a manhã brincando com o menino. Inclusive o general havia voltado do trabalho e a mãe queria que a filha retornasse logo. Ela já havia ligado algumas vezes e pedido para a filha retornar e nada. Por fim, ela foi buscar a filha e disse à esposa do general: “seu marido está aí, pede pra minha filha voltar”. Mais de uma vez, eu presenciei ela preocupada com a filha na casa do general e em não incomodar demais a privacidade dele e esposa.

Outro caso foi quando fui junto com a esposa de um sargento buscar a filha dela na casa de um major. Quando chegamos lá, somente as meninas estavam na casa, e a esposa do major tinha saído para ir ao supermercado. A esposa do sargento resolve esperar a outra, mas fica do lado de fora da casa. As crianças entram na casa e convidam-na a entrar também, mas a esposa não entra e permanece na área externa da casa. Quando a esposa do major chega, a filha dela pergunta se a amiga pode dormir lá naquela noite. Na hora, a esposa do sargento diz que “não”, e a do major complementa dizendo que organizaria um almoço no dia seguinte e não poderia hospedar a amiga da filha. Nesse caso, houve a preocupação também em não ser invasiva demais na casa de um oficial.

Diferente dos pais, os filhos/as de militares parecem circular com mais “facilidade” e “liberdade” nas casas tanto de oficiais quanto de sargentos, ao passo que as crianças também expressam mais abertamente uma sinceridade, ou melhor, uma postura menos formal e comedida que a vivida pelos pais com relação a outros adultos.



Figura 18 - Filhas de militares brincando na PNR de um major. Autora: Cristina Silva.

Uma vez, estava na casa de um major e a filha dele acabara de retornar da casa de um amigo e “soltou” o seguinte comentário à sua mãe: “mãe, o pai do Luis⁷⁶ é um capitão e ele tem TV por assinatura. Você e a tia [esposa do general] que são major, general, não têm”. E a mãe responde sem graça para mim: “olha só essa menina colocando hierarquia nas esposas”. Outro dia, com as mesmas, mãe e filha, escuto a seguinte situação: uma vez, quando estavam juntas com a esposa de outro oficial, esta comenta que o marido é muito ciumento e que não a deixa usar biquíni fio dental: “imagine se eu usar isso (biquíni) no GRESSARNE. Meu marido me mata só de saber que eu tô de biquíni com aquele monte de homem”. E a filha do major questiona: “mas como ele não gosta, se você estava de biquíni outro dia no clube?”. A mãe relata-me que a filha gosta de escutar a conversa dos adultos e que é preciso explicar a ela para não interferir na conversa, pois pode gerar mal-entendidos, como os descritos acima.

As crianças, ao mesmo tempo em que circulam mais abertamente entre as casas de diferentes patentes, também observam e segmentam as relações entre as famílias dos militares. Elas vislumbram a hierarquia que é compartilhada dentro das vilas militares. Enquanto as mães vivenciam essa hierarquia nas relações com outras mulheres, mas procuram, na fala pública, esconder/silenciar essa prática (de reproduzir nas ações e relações do cotidiano a hierarquia militar dos maridos).

⁷⁶ O nome utilizado é fictício.

Do controle das casas, parte III: as ordens do general e às ordens do general

Neste tópico apontarei algumas situações em que as ordens do general (comandante da guarnição) se fazem presentes para além das atividades estritamente do quartel. Suas recomendações e certos protocolos inerentes ao ambiente do quartel devem ser seguidos em momentos diversos do cotidiano.

Em SGC, o general tem realizado uma campanha para a manutenção da limpeza nas vilas militares (sem lixo nas ruas, com a frente das casas organizada, sem roupas penduradas à vista, etc.) para que se mantenha um padrão de organização nas vilas. Assim, de tempos em tempos, o general, aliado de sua esposa, visita as vilas militares (a inspeção pode ocorrer em um domingo de manhã, por exemplo) e chama a atenção de moradores que apresentam irregularidades na fachada de seus lares. Em um episódio, o general deu bronca nos moradores ao ver o latão de lixo da frente da casa deles revirado. Os moradores alegaram que foram cachorros que fizeram essa bagunça, mas mesmo assim foram alertados para resolverem esse problema. Houve também um caso de uma moradia onde a esposa vendia lingerie e usava um cômodo da casa, com janela para a rua e outras casas da vila, como mostruário das roupas. O general, ao ver a situação, proibiu a atividade de comércio da mulher, alegando exposição indevida dos produtos, pois qualquer pessoa na rua podia observar as roupas íntimas (crianças, por exemplo) e isso destoava do padrão esperado. O comércio é liberado na vila⁷⁷, mas não pode haver propagandas ou cartazes dos serviços disponibilizados. A limpeza das vilas também era pauta das reuniões do quartel e, em uma das reuniões na qual estive presente, o general parabenizava a comunidade pela execução dessa campanha.

Outro ponto é a reverência ao general nas situações mais diversas do cotidiano: seja ao avistá-lo nos eventos da vila militar ou na rua da cidade em um fim de semana. Em todos os eventos em que estive presente (dos mais formais até os menos formais) e nos quais o general também se encontrava, era necessário que o militar, mesmo à paisana (sem o uniforme militar) cumprimentasse o comandante ao chegar ao recinto ou

⁷⁷ A liberação do comércio numa vila militar depende da autorização do comando da instituição. Pelo estatuto não é permitido, mas em lugares considerados isolados, de pouco comércio, pode haver a autorização, se o comando permitir. Em SGC é permitido, mas, como descrito, não pode haver divulgação explícita dos serviços.

assim que o avistasse no ambiente⁷⁸. Não era obrigatório que a esposa fizesse o mesmo e a maior parte das vezes, só via os militares realizando tal cumprimento (uma vez havia até uma fila se formando para tal ação). Em outro momento, em uma reunião de pais e professores sobre o ensino à distância militar⁷⁹, o general estava presente e chamou a atenção, em público, de um militar que participou do encontro, mas que não o havia cumprimentado⁸⁰.

Em todas as festas comemorativas, como dia dos pais, dia das mães, também havia alguns protocolos a serem seguidos. Como citado em tópico sobre as festas, a maioria desses eventos era realizada no clube dos sargentos, com a organização dos mesmos (especificamente da diretoria do clube vigente). Para as festas, sempre havia uma mesa reservada para o general e um grupo de oficiais superiores que o acompanhava (estendida também para as respectivas esposas e filhos/as). E essas mesas costumavam estar em lugares de destaque no espaço do clube. A comida nesses eventos, também, só poderia ser servida se o general já estivesse presente na ocasião. Em um dos eventos, houve atraso considerável no almoço pela espera da chegada do general, mas o mesmo acabou não comparecendo na festa e as pessoas responsáveis pela organização não tinham sido avisadas de que ele não viria. Em outra comemoração, foi exigido pelo general que trocassem a cor da toalha da mesa que estava reservada para ele, família e outros oficiais superiores, porque no evento havia duas cores de toalhas que enfeitavam as mesas (nas cores amarela e branca) e ele não havia gostado da cor que escolheram para a sua mesa. O detalhe fica por conta de que, durante a festa, ele não se manteve sentado neste lugar, indo para outra área do evento com o seu grupo de oficiais superiores.

A imposição de qual cor da toalha colocar foi assunto do dia seguinte da diretoria do clube que não havia ficado contente com o pedido, mas que cumpriu o solicitado. Sobre essa questão, um dos sargentos dizia que era “legal” ver o general se aproximar dos seus comandados, que motivava o efetivo, mas que não deveria ser dessa

⁷⁸ A saudação é realizada através de um aperto de mãos e palavras como “boa noite” ou “boa tarde general”. Nesses casos, não é preciso que o militar preste continência (saudação militar formal) ao oficial general.

⁷⁹ O Ensino À Distância Militar permite que o aluno, mesmo em uma região onde não há um colégio militar, possa cumprir o ano letivo com aulas online, provas e tutores presenciais. O colégio militar abrange a educação básica no ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio.

⁸⁰ Nessa ocasião, o general, em voz alta, dirigiu-se ao público da reunião, dizendo que o militar não o tinha cumprimentado.

forma (pedir para trocar toalhas). Outro militar completou a fala dizendo que o general “sempre quer mandar em tudo”, até em assuntos não exclusivamente direcionados a interesses do quartel (como o exemplo acima informado, segundo o informante).

Houve outra circunstância em que algo semelhante ocorreu: na comemoração de meu aniversário que foi celebrado à noite em um quiosque do CIMARNE na companhia de esposas de militares. O general estava presente (fora acompanhar a esposa que participava da minha comemoração), mas sentou-se numa outra mesa composta por maridos militares. Assim, o meu aniversário acontecia numa mesa só com mulheres enquanto alguns maridos das esposas de militares ali presentes se dispuseram em outra. A certa altura da festa, o general virou-se para a mesa das mulheres e disse: “Vocês não vão cortar o bolo e cantar parabéns?!?! Já passa das dez horas da noite, vocês vão esperar até meia noite?!”. Dito isto, em meia hora providenciou-se o bolo, o parabéns e algumas pessoas foram indo embora.

Sobre outras regras seguidas com a presença do general nos eventos, uma esposa de capitão sempre me dizia que o marido procurava chegar antes do comandante e ir embora depois dele. Também escutei de outras esposas de oficiais sobre a regra para só sair depois. E o general sempre costumava dizer (e cumprir) que permanecia nas comemorações noturnas até dez horas da noite e, muitas pessoas, compreendiam que esta atitude de deixar a festa nesse horário era para que deixasse as pessoas mais “à vontade” depois.

Há outras situações, como quando o general resolve fazer uma atividade fora do quartel (velejar de barco, pescar, acompanhar alguma atividade das *Jovens Guerreiras*) e “convida” alguns militares (sempre oficiais superiores) para acompanhá-lo. O convite nada mais é que uma *convocação*, e dificilmente será recusado. Algumas vezes presenciei esposas comentando que seus maridos precisaram participar de tal atividade com o general, mesmo não demonstrando muita vontade em comparecerem.

Nessas várias ocasiões, portanto, observamos a figura do general como alguém que procura estar atento e presente em várias manifestações da vida dos militares. Vários deles (em particular os sargentos) não se sentem satisfeitos, mas seguem as condutas para manter o padrão que se espera no Exército. A marcação quanto a qual toalha usar, o pedido enfático de apressar certas atividades e o uso do discurso, servem para reforçar os *valores militares* (em especial a hierarquia) e configuram como uma tentativa de *controlar* os espaços que as famílias de militares vivem. Enquanto militar de destaque, o general procura lembrar o espírito de coletividade do grupo e parece

sempre estar falando em nome da corporação. Mas, ao impor a sua presença, garante que ele execute a sua posição e cobre, aos demais, que também não se esqueçam de suas colocações até mesmo nos instantes de lazer em família.

Outra forma de controle que o comandante pode operar sobre as vidas das famílias diz respeito à vigilância institucionalmente exercida pelo serviço de Inteligência do Exército, como já mencionado. Vejamos um caso de uma família de sargento de outra localidade. A esposa do sargento, descontente em ver seu marido de *serviço* (trabalhando) em um fim de semana, escreveu em seu perfil numa rede social *online* sobre sua mágoa e acusou, publicamente, o comandante da organização militar que seu marido trabalhava, como o culpado pelo seu cônjuge não estar em casa com a família naquela data. Dias depois, a publicação da esposa do sargento foi identificada pelos responsáveis do serviço de Inteligência da unidade militar e repassada ao comando da instituição. Imediatamente, o sargento foi chamado para uma reunião com a assessoria do comandante, em que se exigiu que “corrigisse” as atitudes da esposa e retirasse o *post* público dela. O não cumprimento dessa solicitação poderia significar uma punição por escrito ao militar na sua *folha de alteração*.

Este documento é um registro de todos os dados profissionais e pessoais do militar, e que incluem também as faltas cometidas durante sua atividade na instituição, como por exemplo, quebras de protocolo e condutas tidas como “erradas” e “imorais” pelo Exército. Todas essas falhas, portanto, são registradas nessa *folha* e podem influenciar decisões desde pedidos de transferências a determinados lugares até descontar pontos para a promoção de posto do militar. Assim, nessa situação é possível observar que as atitudes da esposa influenciam na carreira do marido militar, e que suas condutas devem ser “controladas” pelos olhos do Exército. Nota-se a vigilância constante, inclusive no meio *online*, para que seja mantida uma “boa e coesa” imagem da instituição e a “reprovação” pública da mulher de militar sobre as ações do comando representa um vazamento desonroso ao ideal da família militar.

Nos momentos descritos neste tópico, observa-se que a atuação do general/comandante também pode ser tomada como a figura de um “pai de família”, que exige “bênçãos”, respeito e obediência de todos os “parentes”, ao mesmo passo que procura ter conhecimento de cada um deles. Exército e família se mostram dimensões envolventes nesses registros. Porém, essa mesma fiscalização e exigência cobradas incessantemente pelo comandante aos seus subordinados, também nos revela que a

dinâmica familiar dessas pessoas está sempre escapando do controle da instituição e é vivida sobre múltiplas formas de convivência que vazam da hierarquia militar.

Do controle das casas, parte IV: vigiando o comandante

Se no tópico anterior houve a discussão de casos em que a figura do general aparece como presente e vigilante nas ações cotidianas de militares e famílias, neste item inverte a posição e mostro exemplos de quando o comandante e sua família são alvos de observação constante.

O primeiro caso trata de uma tensão entre os interesses da esposa de um coronel (comandante de um Batalhão de outra localidade) em reformar a moradia que habitava e as ordens do quartel contrárias à modificação da casa. Como a moradia encontrava-se em território militar, o Exército tem o controle de determinar os usos, atribuições e possíveis alterações da casa. Durante uma semana, observou-se uma série de reclamações e demandas vindas da instituição militar e da esposa – com discursos contrários um ao outro. Num dia, por exemplo, os militares responsáveis pela obra quebraram uma parte da parede e, no dia seguinte, tiveram que “refazer” a mesma parede, pois a reforma desejada pela esposa havia sido “barrada” por alguns oficiais do comando. A obra como planejada pela esposa não se concretizou, mas parte da reforma foi mantida. E a esposa queixava-se com o marido, procurava os militares que trabalhavam na obra para pedir informações sobre o porquê de estarem barrando parte dela, mas não procurou os militares responsáveis por impedir a reforma completa e nem eles a procuraram para tratar deste assunto. Houve situações em que eles se encontraram no clube para um almoço, mas houve cordialidade e o tema não foi mencionado nas conversas.

Toda essa confusão refletia também o desconforto da esposa naquela localidade, pois se sentia em constante vigilância. Mais que isso, por conta desses problemas, havia rumores de que no quartel dizia-se que ela “mandava” mais que o marido, e isso estava sendo visto de forma prejudicial para o comando dele. Cabe ressaltar que essa esposa era conhecida por ser “muito extrovertida e falante”, sempre fazendo brincadeiras com todos e, em particular, com (e sobre) o marido, que era um sujeito mais calmo e preocupado em seguir as regras, mas que lidava bem com as brincadeiras dela. O interessante é observar que quando o marido assume uma posição de alto comando, é

esperado da sua esposa atitudes e condutas menos exageradas, do ponto de vista do Exército.

O segundo exemplo é sobre mais um caso tratado pela seção de Inteligência do Eb. Um coronel de um Batalhão de outra localidade assume recentemente sua função de comandante da unidade e na cerimônia de passagem de comando, seu filho tira uma fotografia em frente à viatura que estará a cargo do seu pai no Batalhão durante os anos de comando. A viatura é um veículo exclusivo para o coronel. Após tirar a fotografia, o filho a posta em seu perfil na rede social *online* com a legenda indicando que era o novo automóvel do pai. Assim que essa informação é filtrada pela seção de Inteligência, o comandante é avisado de que seu filho precisa retirar a publicação porque a viatura do comando não podia ser identificada publicamente porque poderia comprometer questões de segurança não só do coronel, mas de caráter nacional. Logo após a cobrança, a postagem foi retirada da rede social *online*.

Neste caso é importante comentar que, utilizar elementos do quartel para projetar alguma forma individual de prestígio pública (“ostentar” em uma rede social o veículo especial do pai comandante) é vista como uma ação que deve ser censurada, ao passo que garantir formas a mais de sociabilidade entre a *Família Militar*, em prol de um coletivo familiar, pode “obliterar” os efeitos de uma ameaça à segurança nacional, como foi o caso citado em outro tópico a respeito de uma esposa de militar que atuava como cabelereira dentro de uma das vilas militares, mesmo o marido pertencendo ao serviço da Inteligência, o que lhe exigiria uma vida mais discreta (o que parecia não se aplicar à constante frequência de clientes da esposa na casa).

* * *

Com o intuito de abordar as dinâmicas do cotidiano das vilas militares na cidade de fronteira, este capítulo apontou alguns princípios que perpassam toda a experiência etnográfica com as famílias de militares e que repercutem diretamente nos capítulos seguintes.

A estrutura arquitetônica meticulosamente segmentada entre postos e graduações, aciona um mecanismo de registro e contínua vigilância da instituição militar sobre as famílias, bem como da fiscalização das famílias entre si: as pessoas e as casas que elas habitam são alvo de falatórios, fofoca e julgamentos morais.

A instituição estimula que o espaço das vilas contemple uma multitude de relações, em que se procura conceber as famílias dos militares como uma *comunidade*, provendo inúmeras formas de convívio, assistência, trabalho, comércio e lazer entre essas pessoas. No entanto, embora haja toda essa marcação física e simbólica do espaço e das relações, as práticas cotidianas nos revelam a complexidade nos processos de familiarização e desfamiliarização das vilas, que, a todo o momento, implicam em hierarquização, igualitarização e conflitos. A evidência empírica de que as relações escapam do controle institucional, procura ser remediada pela atuação do general, que, num esforço incessante, tenta aparar as dissonâncias. Porém, na mesma medida que ele “corrige” algumas imperfeições, outras tantas tensões aparecem e complexificam o cenário familiar.

No próximo capítulo observaremos como estas questões atravessam a vivência em dois pelotões de fronteira, espaços menores e mais isolados do que SGC.

CAPÍTULO III – O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA, A FAMÍLIA E O ESTADO DE “PAZ APARENTE”

Vimos, no capítulo anterior, que as vilas militares na Amazônia, apesar de terem uma série de características comuns a outras habitações militares espalhadas pelo Brasil (casas dispostas por círculo hierárquico militar e espaços padronizados), apresentam uma dinâmica que é diferente do resto do país (em particular de centros urbanos e espaços compostos de academias e centros de formação de pessoal militar): um relativo afrouxamento hierárquico nas relações de convivência entre as famílias de oficiais e de sargentos. Essa tendência encontrada na selva pode produzir ambiguidades e tensões nas relações do cotidiano desse coletivo de pessoas. Consequentemente, a estrutura dessas vilas estimula uma aproximação e convívio comum entre as famílias dos militares e o cotidiano dessas famílias é organizado de acordo com uma multitude de relações que acontecem dentro desses espaços (relações de amizade e inimizade, comércio, etc.). Mais que isso, essas relações irradiam para os cenários externos da cidade, em que filhos de militares estudam na mesma escola, esposas de militares abrem comércios e famílias frequentam determinados restaurantes. À medida que essas ações são intensificadas, mais afastadas do cotidiano local da cidade essas pessoas permanecem.

O caso limite, no entanto, é encontrado nos pelotões especiais de fronteira (PEFs), que claramente localizam-se em maior isolamento geográfico, “longe da civilização” como dizem as esposas de militares. São as menores unidades do Exército (de 20 a 50 soldados) sob o comando de um oficial tenente e dispõem de pouca estrutura para manter os padrões e estilo de vida encontrados em outras vilas militares. Nos pelotões vivem, em média, quinze dependentes de militares (entre oficiais, sargentos, cabos e soldados). Por ser um grupo menor que vive na região, a

sociabilidade torna-se mais intensa e conflituosa e carregada de narrativas sacrificiais vividas por familiares e militares. Por exemplo, se na cidade de SGC há a precariedade de serviços como energia e internet, alimentos superfaturados no mercado, preços caros e pouca oferta no transporte, etc.; nos pelotões a situação se agrava: há unidades que não dispõem de energia em tempo integral, e em que pode haver racionamento de comida e água, bem como a não disponibilidade constante para o deslocamento na área e a dificuldade para tal mobilidade (seja pela escassez de combustível ou pela falta do meio de transporte).

De acordo com o discurso institucional que é anunciado em palestras realizadas por militares sobre o tema da Amazônia e sua presença na região⁸¹, o pelotão é constituído de um “pacote”: um rio, uma comunidade indígena, uma pista de pouso, as casas que abrigam os militares e suas famílias. Em todo o pelotão iremos encontrar essa composição e é de relevância notar que quando o general comandante da Brigada faz essa afirmação, ele está tomando a comunidade indígena também como responsabilidade do pelotão, ou sob fiscalização do mesmo.

Nessa afirmação há uma relação assimétrica, do ponto de vista dos militares, em que eles se percebem como detentores de um conhecimento e moralidade que devem ensinar aos outros (indígenas). De modo que, para eles, lecionar, higienizar (ensinar técnicas de uso da escova de dentes, por exemplo) e fornecer documentos de identidade nacional para os indígenas são formas de torná-los “cidadãos brasileiros”. Essa é uma questão que remete a determinadas noções de desenvolvimento e pátria sustentadas pelo discurso das Forças Armadas e em sua ideia de pensar a sociedade brasileira como uma só nação. Ressalta-se que como meu campo específico são as famílias de militares, não

⁸¹ Atento como discurso oficial pelo fato de que presenciei quatro palestras de oficiais sobre o tema de defesa e segurança na Amazônia que abordaram a característica do “pacote” do pelotão (uma durante a pesquisa de campo na Amazônia, duas em congressos acadêmicos que ocorriam em academias militares do sudeste e uma fala de um general para um curso de formação de opinião para jornalistas em São Paulo/SP que acompanhei pela internet). Além dessa explicação, a viabilidade do pelotão resumia a máxima adotada pelos militares na defesa da Amazônia: a tríade Vida – Combate – Trabalho. De acordo com o documento do Exército brasileiro a respeito do plano de gestão do comando de fronteira de 2014: “O pilar VIDA representa as atividades do dia-a-dia dos quartéis: atividades agrícolas, criação de animais, satisfação das necessidades da família militar residente, atendimento ao calendário de obrigações administrativas e execução de tarefas logísticas. O pilar COMBATE consiste na execução da atividade-fim da tropa e está voltado para o campo operacional. Concretiza-se por intermédio do adestramento, da vigilância, do patrulhamento, da prevenção e repressão aos crimes transnacionais e ambientais e de outras ações necessárias à defesa da Pátria, à manutenção da soberania e da integridade territorial. Por fim, o pilar TRABALHO sustenta as atividades de manutenção, de reparos, de construção, de apoio a iniciativas das diversas agências do Estado e de assistência direta às comunidades locais” (Exército Brasileiro, 2014, p.3).

me deterei a fazer uma reflexão mais densa sobre o tema, apesar de tamanha complexidade e importância para pensar a relação entre indígenas e militares na região.

Grande parte dos PEFs localiza-se, portanto, dentro de áreas de demarcação indígena (alguns terrenos foram cedidos pelas comunidades indígenas em troca de abastecimento de energia, por exemplo) e encontram-se espalhados pelas áreas fronteiriças do Brasil (em alguns é possível visualizar os territórios dos países vizinhos).

O Brasil é o único país dessa região que abriga as famílias dos militares dentro do espaço do pelotão. A Venezuela, por exemplo, executa uma rotatividade a cada noventa dias de militares do Exército e Guarda Nacional. Abaixo seguem fotos dos dois pelotões, que revelam a crucial diferença que a (não) presença de familiares provoca no espaço: enquanto que o pelotão brasileiro parece um condomínio rural, o PEF da Venezuela assemelha-se a um cenário de guerra. Cabe ressaltar que o espaço brasileiro também responde a uma estratégia de segurança e defesa nacional de *vivificação* das fronteiras. Isto é, não apenas fiscalizar e vigiar, mas ocupar e impor a chamada *presença* militar, visto que a área em que se localiza esse PEF brasileiro (ver fotos abaixo) é um distrito da cidade de São Gabriel. A *vivificação* de fronteiras, nesse contexto, também pode ser entendida como uma estratégia militar de produção de laços familiares, no sentido de que estimula a vivência em comunidade sobre a justificativa de reforçar/delinear o terreno nacional.



Figura 19 - Pelotão da Venezuela (trincheira). Autora: Cristina Silva



Figura 20 - Pelotão da Venezuela. Autora: Cristina Silva.



Figura 21 - Vista do Pelotão brasileiro (PEF Alvenaria). Autora: Cristina Silva.

Com base em relatos e na breve observação vivenciada com famílias de militares de dois pelotões de fronteira brasileiros, apresento algumas impressões que revelam como as condições precárias da região e a *missão* de acompanhar os maridos militares, levam as famílias a viver no limite e em situações de fragilidade emocional, gerando ações solidárias, mas também culminando em intensos conflitos. Ao passo que também é revelado um embaralhamento hierárquico na convivência e organização das casas nos pelotões. Com o intuito de manter o anonimato dos casos por mim estudados na pesquisa de campo na região, adicionarei nomes fictícios aos lugares, indicando-os pela sua diferença na construção das casas: PEF Madeira e PEF Alvenaria.

Cada PEF tem a sua particularidade: o Madeira localiza-se em uma área indígena. Próximo a ele, portanto, além da pista de pouso e igarapés, há duas comunidades indígenas de mesma etnia, um imóvel da missão salesiana e unidades da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O pelotão dispõe de um alojamento para cabos e praças solteiros e onze PNRs destinados ao comandante do pelotão e demais oficiais, sargentos e cabos com famílias. As casas, independente do posto/graduação dos militares, ficam todas próximas umas das outras, em fileiras, sendo que a casa do comandante se situa na ponta, seguida da casa do subcomandante.

As moradias são todas iguais: casas de madeira que possuem dois quartos, um banheiro, e são bem ventiladas (algumas paredes são compostas de janelas que se estendem do teto ao chão, com telinhas na cor verde oliva para conter insetos e outros animais). Devido à proximidade das casas e a disposição das janelas (caso estejam abertas, o que sempre é uma probabilidade devido ao calor na área), é possível observar o que se passa tanto de dentro para fora da casa, quanto de alguém de fora olhando para dentro da casa. No PEF Madeira a energia é racionada e distribuída através de um gerador, havendo luz no período de 12h00 às 14h00 e das 18h00 às 24h00. Por conta disso, tomar banhos quentes ou usar eletrodomésticos/eletroportáteis que consumam muita energia, como o secador, não é viável na localidade. Com relação a redes de comunicação, havia internet disponível nas casas (funcionando com um sinal muito baixo) e apenas um telefone na sala de trabalho do comandante.



Figura 22 - PEF Madeira. Acima: disposição das casas. Abaixo: sala de uma residência. Autora: Cristina Silva.

O abastecimento do pelotão Madeira com mantimentos, combustível e outros suprimentos necessários (remédios) para a vivência na unidade militar é fornecido uma vez ao mês por aviões da Força Aérea brasileira (FAB), que atua como colaboradora do Exército. No entanto, apesar de previsto que uma vez ao mês ocorra essa viagem ao pelotão, sempre pode haver alguma eventualidade e a viagem ser adiada. Na data que eu visitei esse pelotão, a aeronave já estava com atraso de algumas semanas, pois havia ocorrido um terremoto no Haiti (janeiro de 2010) e uma parte dos aviões da FAB foi direcionada para cooperar com este último evento. As famílias que estão no Madeira ganham uma cesta básica com mantimentos por mês (eles chamam de rancho), mas aproveitam as vindas do avião e fazem pedidos de outros produtos aos mercados locais de São Gabriel. No caso, os supermercados fazem a entrega no Batalhão (em São Gabriel), e o Batalhão depois encaminha as compras no avião com destino ao PEF. No entanto, às vezes, uma parte dos produtos chega danificada ao pelotão: é comum que

mercadorias que apresentam alguma fragilidade, como ovos, cheguem estragados no seu destino.

E quando a aeronave demora a chegar, algumas famílias também ficam preocupadas, como na casa em que eu fiquei hospedada. No caso, a filha de dois anos do casal tinha problemas intestinais e precisava da ingestão diária de iogurte para que seu estado melhorasse. Como os iogurtes só podem ser adquiridos por pedidos feitos nos supermercados da cidade, quando há demora no avião, a família passava por problemas.

Já o PEF Alvenaria não se encontra em área indígena, mas faz parte de um distrito em que divide território com uma comunidade indígena que se configura como um vilarejo. Nas suas devidas proporções, parece uma mini São Gabriel da Cachoeira: possui uma escola, igreja, quadras de esporte, as casas do vilarejo são de alvenaria ou madeira, parte das ruas é asfaltada, tem um comércio local, posto de saúde, há energia por tempo integral e localiza-se à margem de um rio. Apesar dessa parte do território noroeste amazônico não ser área indígena demarcada, ao longo dos anos, lideranças indígenas do local juntamente com ambientalistas e antropólogos, têm estudado a possibilidade de demarcação e encontrado tensões com os militares na área, que são desfavoráveis à demarcação. De acordo com os militares, a “melhoria”⁸² das condições dessa população tem a ver com o trabalho do pelotão que seria o responsável pelo acesso à energia, por exemplo.

O PEF Alvenaria, de certo modo, está “misturado” com a comunidade indígena, em que áreas que o Exército toma como dele estão sendo ocupadas pela população (o local onde fica a escola, o portão de acesso ao pelotão também é o portão de entrada dos indígenas, etc.), ao mesmo passo em que serviços destinados à comunidade são disponibilizados através do pelotão (internet de graça, p.ex.). No entanto, a unidade militar efetua um registro e conhecimento de todas as pessoas que moram no lugar (militares, dependentes e comunidade local), e das pessoas que passam pelo pelotão, isto é, desde visitantes do pelotão (como era o meu caso, em que fizeram fotocópia da minha carteira identidade e carteira de estudante, tiraram uma foto minha e pediram

⁸² Entende-se por melhoria, uma qualidade atribuída pelos militares e que está relacionada com ideias de desenvolvimento, progresso e cidadania.

dados relativos ao nome dos pais, data de nascimento e profissão), bem como qualquer indivíduo que atravesse de barco pela margem brasileira do rio⁸³.

No PEF Alvenaria há 17 casas na vila militar com construções parecidas: casas de alvenaria um pouco desgastadas com o tempo, mas com instalação de ar condicionado em todas as moradas, telefone e sem interrupção de energia. As casas também eram próximas umas das outras, porém mais espaçosas que as do PEF Madeira. Do conjunto de casas, a primeira correspondia ao comandante e sua família.

Diferente do Madeira, o abastecimento de suprimentos do pelotão Alvenaria é realizado por via fluvial, por um barco pertencente ao Exército brasileiro e também tem previsão de ocorrer uma vez ao mês na área. Os dois PEFS, mesmo apresentando algumas configurações distintas, com o Alvenaria proporcionando menos limitações que o Madeira, organizam a rotina das famílias de militares de maneira semelhante. O passar o tempo para as esposas dos militares está no arrumar e organizar as tarefas do lar (o que inclui cuidado com os filhos, para as que forem mães), assistir TV e/ou navegar pela internet, fazer visitas às casas de outras esposas, ou aproveitar o tempo para estudar para concursos públicos ou iniciar uma faculdade à distância (via internet). Muitas, portanto, passam a maior parte do dia dentro de casa, devido à falta de melhores opções para o uso do tempo com a limitação geográfica. Na maior parte dos casos, seja pela falta de meios de transporte ou pelos gastos dispendiosos com combustível, a família opta por passar o tempo total de serviço do marido somente no pelotão, o que aumenta a sensação de estarem em um local isolado. Também podem ocorrer comemorações como jantares e festas destinados a todos da vila militar. No entanto, essas celebrações pareciam ser mais frequentes no PEF Alvenaria (e cuja incidência pode estar relacionada com o fato de que no PEF Madeira é proibido o comércio e ingestão de bebidas alcóolicas, enquanto que no Alvenaria, em que a bebida era

⁸³ O terreno à frente do PEF Alvenaria pertence à Colômbia. Se uma embarcação desconhecida navegar pela margem da Colômbia, não é cobrado o registro, mas alertado para outras unidades brasileiras da existência da embarcação. Porém, há uma regulamentação acordada entre os países que, após as 18h00, qualquer embarcação que surja no rio e que fuja do registro, poderá ser abordada com tiro pelos militares. Houve esse tipo de ocorrência na véspera de minha visita ao PEF Alvenaria, em que uma voadeira, no período da noite, navegava pelo lado colombiano do rio (onde não há nenhuma unidade militar), ignorando os avisos da unidade militar venezuelana de parada e registro. A embarcação desconhecida foi alvejada por militares venezuelanos e forçada a parar no pelotão brasileiro. Ao parar a embarcação, a cena encontrada foi inusitada: descobriram ser de indígenas colombianos que levavam um morto embalado em folhas de bananeira para ser sepultado na casa de parentes brasileiros. Para a liberação da embarcação, foi preciso que o oficial médico fizesse uma autópsia no cadáver para certificar que não havia drogas no corpo do morto.

permitida, haviam conversas e arranjos diários para tomar uma cerveja na casa dos vizinhos).

Uma parte das famílias alojadas nos pelotões é de casais recém-casados (inclusive, em um caso, o casal realizou casamento para que a esposa acompanhasse o cônjuge no PEF) e, para a maioria, é a experiência da primeira transferência geográfica. Ressalta-se que no caso dos oficiais a transferência é constante, acontecendo a cada dois ou três anos. Sobre a questão dos casamentos, de acordo com a fala de uma esposa de militar, “para mulher vir morar no PEF tem que ter no mínimo união estável. Para o Exército tem que ter tudo certinho, soldado ainda dá para se ‘amigar’, essas coisas, agora aqui na vila, os sargentos e oficiais, é preciso ter tudo certinho”. A esposa usou o termo “amigar” para se referir a um relacionamento que não cumpre formalidade jurídica (casamento não oficializado no cartório).

Quando a casa não tem hierarquia ...

Diferentes das vilas de outras organizações militares, as casas dispostas nos pelotões apresentam arquiteturas similares independente da hierarquia militar. As casas, exceto a casa funcional do comandante e subcomandante, são destinadas a militares com famílias. Logo, se chegar um sargento com mulher e filhos e um tenente solteiro, a preferência pelo PNR será do sargento. E o tenente provavelmente dividirá um PNR com sargentos ou outros tenentes solteiros. Essa situação ocorria no PEF Madeira: a casa funcional do subcomandante do PEF (um tenente) era coabitada com um sargento, já que ambos eram solteiros e as demais casas já estavam ocupadas com militares e seus dependentes. Cabe destacar que este tipo de situação é impensável em outras áreas militares no Brasil, em que há a divisão de círculos hierárquicos até nos refeitórios.

Existe também uma forma diferenciada de como são doados os equipamentos e móveis da casa quando uma família vai embora do pelotão. Os equipamentos não ficam permanentemente na mesma residência, ocorrendo uma lógica de doação dos equipamentos ordenada por uma dimensão temporal dos militares no pelotão e não prescrita por uma antiguidade hierárquica militar. Ocorre, por exemplo, quando um casal desocupa uma casa que tem o fogão mais novo da vila. A família que reside na vila militar há mais tempo, independente do cônjuge ser um oficial ou sargento, pode ficar com esse fogão. Certa vez, em Madeira, houve um tenente (que não era o comandante do pelotão), recém-chegado, que reclamou do fato de que ele tinha

materiais domésticos antigos e mais desgastados do que os materiais das casas dos sargentos e exigiu ao comando do PEF que ele passasse a ter os equipamentos melhores, confiscando da casa dos sargentos. No entanto, como os sargentos já estavam há mais de um ano no pelotão, o tenente não teve sua reclamação atendida. E mais tarde, ele minimizou a situação quando percebeu que, mais que criar inimizades no local, precisava da solidariedade das outras famílias para lidar com possíveis problemas que tivesse que enfrentar naquela situação de fronteira.

... Mas o comandante tem “pequenos poderes”

O tenente comandante dispõe de maior autonomia para liderar no espaço do pelotão. Isto pode lhe exigir responsabilidades como as de “prefeito” e “delegado” não só dentro dos limites do pelotão, mas também com relação às demandas da população local. Em Alvenaria, cotidianamente, indígenas o procuravam para pedir conselhos com relação a diversos assuntos (foi-me relatado o caso de uma mãe que veio buscar conselhos sobre o que fazer com o filho adolescente que estava realizando pequenos furtos na área). Ele também exercia função de mediador nas brigas excessivas entre maridos e mulheres na vila militar (problemas de violência física, por exemplo). Porém, não atuava nos conflitos entre as esposas.

A experiência no PEF Madeira com o comandante resultou em situações dramáticas e desconfortáveis para as esposas dos militares que lá serviam. Primeiro cabe destacar que o tenente morava sozinho no pelotão, pois estava passando por uma conturbada separação matrimonial (cuja história envolvia a existência de um caso extraconjugal seu). Ele passou a utilizar o comando de forma arbitrária, impondo um conjunto de ações que provocou estresses nas relações familiares do pelotão.

O tenente cortou parte das horas de folga dos maridos militares (diminuiu horário de almoço e marcava uma série de reuniões no quartel após o fim do expediente), tirando uma considerável parcela de tempo que as famílias poderiam passar com seus maridos/pais (o que inclui sobrecarregar as esposas no cuidado com os filhos, como no caso de uma esposa de sargento que fazia um curso de faculdade pela internet no período da noite, enquanto o marido cuidava da filha pequena). Ele também diminuiu o horário da disponibilidade da energia para as casas no pelotão.

Junto com as medidas arbitrárias que o comandante ia inventando a cada dia, surgiu o problema da falta de abastecimento ao pelotão por dois meses. O incômodo e

descontentamento era geral entre as esposas dos militares, que não se viam assistidas na forma como o comandante administrava sua gestão no pelotão, mas também se mostravam passivas para lidar com o problema, com medo de que o confronto pudesse comprometer a profissão de seus maridos. Esse drama foi agravado com uma declaração do próprio comandante durante uma reunião do grupo, em que sugeriu que as mulheres que estivessem insatisfeitas poderiam ir embora, ao invés de tentar remediar a situação de fragilidade emocional pela qual as esposas estavam passando naquela fase. Infelizmente não pude acompanhar o desfecho desse drama.

Circuitos de reciprocidade

O relativo isolamento na área e a dificuldade de acesso a transporte e bens de consumo de fora do pelotão, estimula ações solidárias entre as famílias, não importando a hierarquia dos militares. Para qualquer problema ou emergência que surgir (uma doença ou falta de comida), eles terão, primeiro, que recorrer uns aos outros. Assim, os familiares participam ativamente de um circuito de prestações no pelotão: trocas de alimentos, gás, roupas, etc. A primeira pessoa a recorrer para viabilizar a troca sempre será a que faz parte da sua rede preferencial mais próxima. Por exemplo, duas esposas combinam uma refeição juntas: uma fornece os ingredientes e a outra cozinha. Quando estive no pelotão Madeira, duas esposas bateram na porta da minha anfitriã pedindo alimentos (ovos e farinha) e foram prontamente atendidas. A minha anfitriã, Carla⁸⁴ (esposa de sargento), dividiu também os ingredientes para o preparo de uma pizza com a vizinha direta dela, a Nara⁸⁵ (também esposa de sargento) e, juntas, prepararam um jantar para os maridos e para mim.

Em alguns casos, o circuito é estendido de forma que: a esposa A empresta um botijão de gás para a esposa B; mais tarde, a esposa B empresta um botijão para a esposa C; e quando a esposa C vai liquidar a dívida com B, ela oferece o botijão para a esposa A e assim, esse círculo de trocas laterais se encerra.

No caso do PEF Madeira, que não possui nenhum tipo de comércio próximo, o dinheiro passa a não ser muito comercializável e as próprias famílias são as que concebem os valores e quantidades devidos para trocar uma mercadoria por outra. Certa vez, Carla foi pedir um botijão de gás às outras esposas. Uma delas se manifestou e

⁸⁴ O nome utilizado é fictício.

⁸⁵ O nome utilizado é fictício.

disse que tinha um botijão pela metade, mas que poderia fornecer a ela. Carla aceitou a oferta e ao perguntar sobre o valor, a outra esposa declarou que como Carla havia comprado um remédio para ela há uns dias atrás, a dívida estaria paga com o botijão. Assim, mesmo que o retorno do bem trocado não seja imediato, há a liquidação da dívida em momento posterior, porque no pelotão as pessoas constantemente estão participando do sistema de trocas. No caso, quando a pessoa não consegue liquidar a dívida prontamente, porque não possui nenhum objeto desejado pelo doador, ela aguarda a vinda da aeronave do Exército ao pelotão e repõe a dívida com objeto equivalente ao que lhe fora ofertado anteriormente.

Quando uma das esposas consegue viajar com o transporte do Exército para São Gabriel da Cachoeira, ela recebe a tarefa de montar uma lista de pedidos das outras esposas do pelotão. Seu retorno na comunidade militar é esperado e celebrado pelas outras esposas, que fazem fila logo após o pouso do avião no pelotão, na expectativa de terem as solicitações atendidas.

Quando as trocas são bem sucedidas, a ajuda mútua entre as pessoas as aproxima do ideal de família militar operado pelo Exército. Porém o sistema de trocas é instável e sujeito a falhas, principalmente quando surge um circuito de boatos, acusações e evitações públicas (o ato de determinadas pessoas se esquivarem da convivência com outras e manterem uma postura mais contida).

Da não convivência ao ciúme generalizado: dois efeitos da fofoca

Em conversa com um dos comandantes de Pelotão que eu visitei, ele me explicou que, apesar do Brasil não ter conflitos declarados com os países vizinhos, vivia-se no PEF numa espécie de estado de “paz aparente”, que obrigava uma atenção redobrada ao militar que lá servia. No entanto, em pouco tempo de visita nos dois PEFs, foi possível perceber que o estado de “paz aparente” não vigorava só para os limites externos do pelotão, mas dentro dele também – mais especificamente, na relação entre as esposas dos militares. A aparente harmonia que o modelo da família de militar parece implicar, é aqui questionada quando os conflitos aparecem e modulam as formas de se relacionar na vila.

Comecei a notar algum problema de convivência entre as esposas de militares do PEF Madeira, quando observei a total falta de interação entre as famílias na data do feriado de carnaval, em que não havia expediente para os maridos. Eram umas três

horas da tarde e todas as famílias estavam dentro de suas casas, isoladas umas das outras. Fiz esse comentário para Carla e ela apenas me respondeu que era porque estava um dia de muito calor. Na manhã seguinte, ela me procurou e mudou a versão de sua fala: ela me informou que as pessoas estavam mais quietas no pelotão por conta de uma briga que houve entre algumas famílias no ano anterior, e que gerou desconfortos para todos.

Duas esposas (que eram vizinhas diretas e amigas) começaram a se alfinetar porque uma insinuou que o marido da outra tinha uma amante na cidade de SGC. A situação foi se agravando e os maridos delas quase brigaram fisicamente, sendo que um era sargento e outro oficial. Quando a briga foi transposta para o trabalho, comprometendo valores e hierarquia militar, o comandante do pelotão teve que chamar todas as famílias para uma reunião na tentativa de acalmar a briga. O evento foi chamado de “confessionário” (em alusão ao quadro de um programa de *reality show* da TV, em que os participantes do mesmo, um a um, entram numa sala isolada e estão autorizados a falar de quem eles quisessem, porque somente o apresentador e o público ouvinte do programa teriam acesso ao conteúdo revelado na sala). A partir daí, as famílias passaram a se evitar e, conseqüentemente, a se envolver menos em atividades em conjunto.

Nota-se, portanto, que as pessoas acabam tratando com muita cordialidade umas às outras, mas não se expõem demais, apesar de toda a estrutura do pelotão e das casas em não oferecer muita privacidade. Essa falta de intimidade é causadora de ponderações no modo de agir e se relacionar com outras famílias. Vamos a mais exemplos e casos sobre o convívio entre as famílias.

A relação de Carla e Nara, por exemplo, era bem próxima e as duas sempre estavam brincando uma com a outra. Carla tinha acabado de voltar “da civilização” (de São Gabriel) e estava esbanjando para Nara, em tom jocoso, todas as atividades que fizera na cidade: banho quente, ar condicionado, comer hambúrguer – comodidades que elas não têm na fronteira. Já Nara relatou que, durante a viagem de Carla, precisou de gás de cozinha e quase pensou em usar o fogão da amiga que estava viajando. No entanto, ficou com receio de que as pessoas a vissem dentro da casa de Carla e começassem a fazer algum tipo de fofoca, pois Carla havia viajado, mas o marido permanecera no pelotão trabalhando. Carla disse que ela poderia ter usado o gás, mas que entendia a preocupação da amiga.

Outro caso ocorrido no momento em que estava no pelotão, era sobre o desconforto de duas esposas de sargentos com relação à filha de um casal, cujo marido era oficial. As esposas de sargentos alegavam que a menina entrava em todas as casas e a mãe não parecia se importar. E estava cabendo às outras esposas ficar cuidando e promovendo atenção para a criança, por conta dessa situação. Mesmo assim, elas tinham muito cuidado no trato com a criança, e falavam que essa história um dia ia dar confusão, mas que não seriam elas as responsáveis a “iniciar” a discussão.

Houve também uma história da qual eu acabei fazendo parte: era o dia em que eu ia embora e estava aguardando o avião do Exército chegar. Estava na cozinha com Carla e Nara e a mãe daquela menina citada acima, nos avisou que o avião tinha chegado e que eu tinha que correr. Imediatamente nos levantamos da mesa e eu fui arrumar minha mala, mas descobrimos por um militar que o avião não havia chegado e foi tudo uma brincadeira da esposa. As duas mulheres que estavam comigo levaram essa brincadeira como uma ofensa direcionada a elas e pareceram visivelmente chateadas com a mentira contada pela vizinha.

A namorada do comandante do pelotão estava passando uns dias por lá também e senti que Carla queria se aproximar dela, dar “boas-vindas”, mas ao mesmo tempo ficava receosa em tentar um contato. Uma tarde, Carla havia feito pães de queijo e comentou duas vezes comigo que queria levar um pouco da comida para o comandante e a namorada; no entanto, logo desistiu da ideia. A apreensão de Carla tinha outro motivo: a namorada do comandante era, na verdade, uma ex-amante e, como Carla não queria *se envolver* com essa história – o fato dele ser o chefe do seu marido, era a razão propriamente dita para isso – ela mostrava-se indecisa quanto ser receptiva ou distante com relação à moça. Ainda mais porque, formalmente, o tenente ainda era casado e inclusive os boatos eram de que ele assumiu o comando de Madeira “fugido” de São Gabriel da Cachoeira, ao iniciar uma confusão com a ex-esposa, com o *escândalo* da amante descoberto.

No PEF Alvenaria, a sociabilidade entre as esposas era marcada por ciúmes e fofocas umas das outras. Ao conversar com a esposa do comandante do pelotão (a mesma do caso da voadeira, apresentado na p. 29), ela me dizia que a posição dela (com o marido no comando) não permitia que ela tivesse uma rede preferencial de amizades e por isso deveria ser comedida nas relações na vila militar, isto é, não frequentar a casa das outras famílias (deixar que as mulheres lhe procurem, se for o caso) e só comparecer em eventos gerais. Em seu discurso, ela dizia que fazia parte de sua “função” também

levantar a autoestima das mulheres, e ela realizava isso falando bem do trabalho dos maridos militares. Enquanto a posição de mulher de comandante revelava um lado solitário e cuidadoso da esposa (de não se envolver diretamente na vida das outras pessoas), também indicava, para o resto das mulheres, um lado soberbo, de uma pessoa que gostava de ditar e dar ordens no meio do convívio. Exemplifico com uma cena que presenciei durante um jantar coletivo na vila: as esposas foram se servir na mesa e enquanto uma esposa de sargento enchia uma colher de comida para colocar no seu prato, a esposa do tenente intercedeu-a e disse para a moça servi-la com aquela colher (colocando o seu prato por cima do que a moça carregava).

O *ciúme generalizado* – palavra citada em grande parte das conversas que tive com elas – marcava o convívio na vila: o ciúme por algumas esposas selecionarem seu convívio (isto é, visitarem algumas pessoas e outras não); o ciúme por esposas fazerem festas reservadas e não convidarem todas as pessoas da vila; o ciúme por algumas esposas irem com mais frequência para São Gabriel da Cachoeira (como já dito, a viagem era considerada dispendiosa financeiramente); o ciúme por algumas esposas serem mais próximas de mulheres de oficiais do que de sargentos.

Esse cenário era gerador de conflitos na vila e foram relatadas brigas entre esposas por conta desse ciúme, e isolamento social de outras para evitar mais desavenças. Eu também fui alvo de uma cena de ciúme, quando na véspera de minha despedida do pelotão, uma esposa de sargento se dispôs a preparar alguns sanduíches para eu levar de viagem. No mesmo instante, a esposa do comandante (cuja casa eu estava hospedada), que ouvira toda a conversa, se sentiu ofendida com a gentileza da esposa de sargento comigo. Isto é, ela interpretou como se a hospedagem na casa dela não tivesse me agradado (ou que faltara algo para me agradar) já que eu precisava comer da comida de outra família.

Tudo se passou como se as relações de troca estivessem interrompidas em parte do circuito de sociabilidade nessa vila. Porque essas observações nos apontam que as mulheres esperam que existam relações coletivas de solidariedade e cordialidade e quando essas ações não são correspondidas, produzem-se as tensões. Outro ponto que garante esse argumento (de que as relações na vila são atualizadas com um mecanismo de troca) é a narrativa de uma dessas esposas, que diz fazer tudo sozinha para não ter que depender das outras mulheres, pois, segundo ela, se você pede ajuda a alguém na vila, você fica devendo àquela pessoa e ela irá te cobrar (ou te lembrar) o favor mais cedo ou mais tarde.

Relação com os indígenas

Apesar da proximidade geográfica com a comunidade indígena, os dois PEFs intensificam e potencializam as relações entre as famílias de militares e não entre militares/famílias e os indígenas.

No caso do PEF Alvenaria, a integração entre militares (e dependentes) e indígenas manifestava-se nas relações dos primeiros como professores dos indígenas na escola e na realização de torneios esportivos entre eles. A atuação como professores, garantia aos militares uma posição de benfeitores (relação assimétrica), mas a competição esportiva permitia uma igualdade, mesmo que temporária, da relação. Certa vez, durante um jogo de futebol entre os militares brasileiros contra militares de um país vizinho, os indígenas estavam torcendo pelo time do outro país e vaiavam o desempenho do time brasileiro, que estava ganhando. Segundo uma esposa de militar, isto ocorreu porque os indígenas “rivalizavam” com os militares brasileiros e na prática dos esportes essa atitude tornava-se mais evidente.

Do ponto de vista das esposas de militares, a interação com a comunidade indígena é menor ainda, restringindo-se à participação em algumas atividades esportivas (jogo de futebol e vôlei entre as mulheres), a ida ao comércio esporadicamente e ao emprego de indígenas como empregadas domésticas. O que se observa é que o PEF proporciona uma estrutura autossuficiente (as famílias ganham cestas básicas mensais; há uma padaria e uma horta no PEF; as casas, como já indicado, são equipadas com ar condicionado, internet, televisão; há uma academia à disposição, etc.), sendo possível passar dias só pelos arredores da vila militar do pelotão (ou só dentro de casa), sem visitar a comunidade “externa” – e, de fato, algumas esposas vivenciavam essa realidade.

No caso do PEF Madeira, soube que o pelotão era uma roça dos índios e foi oferecida aos militares em troca de energia – acordo que até hoje não foi cumprido. Há uma atenção para que esposas e filhos de militares se mantenham dentro da área do pelotão e que os familiares não circulem desacompanhados dos maridos ou de algum militar. Isso, do ponto de vista dos militares, vem do fato de que os índios homens podem cometer algum delito para com as mulheres e filhos – não soube de casos em que isso tenha ocorrido, mas é realizado esse alerta para as famílias no pelotão. Os

militares também prestam serviços assistenciais aos indígenas, fornecendo palestras sobre saúde bucal e alimentação, por exemplo.

Outro exemplo de relação das famílias de militares com comunidades indígenas no PEF Madeira é através do mecanismo de troca. Assim, frequentemente há troca de mercadorias entre famílias e indígenas, e troca-se comida por artesanato indígena; ou troca-se café e arroz por frutas da região. A troca com as índias acontece no próprio pelotão. Elas, supervisionadas por um militar homem, vão de casa em casa oferecer frutas e cestos artesanais em troca de outros mantimentos. Uma troca “justa” com as índias seria 1 kg de acerola por ½ kg de café e ½ kg de arroz. Esposas e índias trocam poucas palavras, mas em tom animado e de brincadeiras.

* * *

Nesse capítulo foram analisadas as dinâmicas cotidianas dos militares em dois pelotões de fronteira, onde as relações entre as famílias dos militares acontecem em ambientes menos separados e menos marcados pela hierarquia da corporação. No pelotão temos o lugar máximo de mistura das ordens que deveriam, segundo as lógicas institucionais, estar separadas. A família é o instrumento tanto dessa separação como da mistura, operando tanto dentro dos desígnios da corporação como completamente fora desses. Mas, como vimos no capítulo anterior, nos lugares onde a estrutura arquitetônica e urbana permite a separação, ela é forçada e as famílias tendem a se misturar nos estratos “apropriados”, porém mesmo essa dinâmica é completamente atravessada por outras formas que escapam à ordem “correta”.

Nos próximos dois capítulos serão observados como as ações cotidianas, em particular acompanhando as mulheres dessas famílias, tendem sistematicamente a vazar para além dos limites da *Família Militar* pensada pela instituição. E nesse processo, produzem-se outras definições de família, aquelas que se vivem na prática e nas quais as tensões entre as amigadas, as hierarquias e as relações entre quem não deveria se relacionar, operam, tangencialmente, para constituir um fluxo de relações que se coloca entre as regras.

O caso dos pelotões é um exemplo importante, pois destaca como se estrutura uma vila militar na ausência da capacidade de constituir as diferenças tão marcadas pela

arquitetura da segmentação militar. Ali as relações devem acontecer necessariamente entre as famílias de todos os militares, independentemente de suas hierarquias. Ao mesmo tempo, essa necessidade de relação é carregada constantemente por todas as tensões que essas pessoas vivem justamente na ordem hierárquica. Um espaço supostamente mais igualitário sem realmente o ser, impõe às famílias estilos de conduta que oscilam entre conviver e produzir ajuda mútua e constituir evitações sistemáticas para evitar problemas. E esses problemas remetem sempre aos resultados das ações em conjunto, quando as relações atravessam as fronteiras do recomendável pela hierarquia: abuso do poder discricionário dos comandantes (ainda de baixa patente), desconfianças geradas por relacionamentos amorosos turbulentos, suspeitas e cobranças por uso de recursos, sistemas de prestação que às vezes não funcionam, circulação de bens que seguem ordens diferentes da prescrita simplesmente pela hierarquia.

Esses dois capítulos etnográficos expuseram, dessa forma, como há uma dura hierarquia de separação num caso, e uma arquitetura menos excludente em outro, mas evidenciam como o mesmo sistema deveria funcionar nos dois lugares. E que, entretanto, não funciona ordenadamente, em nenhum deles exatamente. As pessoas atravessam as regras, constituem ambientes que desafiam determinadas características esperadas, o comércio estimula a relação entre as famílias independentemente das regras implícitas de separação estamental. O lugar do comandante, nesse ambiente, ganha outras conotações: aparece como alguém que tenta sistematicamente restaurar um mínimo de ordem, correndo atrás da desorganização natural das relações entre as pessoas. Sua presença opera como um universo particular de ordem que funciona, entretanto, apenas e tão somente ao seu redor: logo as relações voltam ao “normal” após o general seguir o seu caminho e esse *normal* é um conjunto de relações tensas e mediadas constantemente pelas mulheres, como veremos no Capítulo V.

CAPÍTULO IV – DAS FORMAS DE FAMÍLIA

Neste capítulo, procuro apresentar características das famílias de militares tomadas na sua forma nuclear (relações pais e filhos/as). Mostro que, apesar de compartilharem uma moral ideal a respeito de uma família tradicional (marido e mulher), há uma diversidade de arranjos que compõe o cenário etnográfico estudado.

Chamo atenção para o fato de que as vilas militares da fronteira amazônica, bem como do restante do país, são caracterizadas por espaços físicos e simbólicos marcados hierarquicamente (vila dos coronéis e majores; vila dos capitães e tenentes; vila dos subtenentes e sargentos; casas maiores para patentes maiores e casas menores para patentes menores, etc.) e as famílias, portanto, distribuem-se por essas moradias de acordo com tais classificações e postos dos cônjuges militares. No entanto, essas famílias são *móveis*, isto é, permanecem de um a cinco anos normalmente em cada localidade, produzindo um fluxo de pessoas e relações variadas ao longo de cada ano em cada vila militar.

Assim, diante de um universo flutuante e um grande número de famílias de militares alojadas nas vilas da fronteira (312 casas), bem como o preenchimento “suspeito” de questionários por parte dos pesquisados (como já explicado na Introdução), não consegui fazer um levantamento elaborado e um quadro detalhado a respeito da origem social, parentes militares e/ou casados com militares, constituição dos casamentos, etc.

Mas, busco aqui tecer considerações e mostrar dados sobre algumas famílias com as quais tive contato durante a pesquisa e cujos questionários/entrevistas pude tomar como análise, não me limitando a montar quadros com estatísticas e números, mas apresentando tópicos que possam discutir sobre essa diversidade de arranjos

familiares, que, se olhados à distância nos parecem “uniformes” pelo ideal de família que a instituição militar evoca. Em particular e pela razão acima mencionada, dos cem questionários aplicados ao todo durante a pesquisa de campo, para este capítulo em específico, foram analisados trinta e oito questionários (um universo de setenta e seis pessoas que se referem a uma maioria de casais em que só o marido é militar e dois casais em que ambos são militares⁸⁶), mais relatos e observações que anotei durante a observação na pesquisa de campo.

Oficiais X Sargentos

Oficiais e sargentos apresentam distinções com relação ao número de transferências geográficas, projetos da família e origem social (pais militares). Essas divisões sobressaem pelo fato de que eles pertencem a círculos militares hierarquicamente distintos (com a prescrição institucional de que não se “misturem”), o que resulta em distintas funções (sobretudo na relação de comando e obediência), na adequação salarial de acordo com a posição hierárquica que cada um ocupa (mais alta a patente, maiores os salários), na separação de suas vilas, etc.

Com relação à origem social, entre os oficiais, da amostra de vinte e cinco, treze tinham o pai militar (3 – pai coronel; 1 – pai major; 5 – pai capitão; 2 – pai tenente; 2 – pai subtenente) e apenas três esposas de militares possuíam o pai militar (2 – pai capitão; 1 – pai sargento). Quanto aos sargentos, nenhum possuía o pai militar e apenas duas esposas de sargentos tinham o pai militar (um era sargento e outro tenente). Esses dados apresentam regularidades com outras pesquisas que levantaram essa questão, indicando que há uma maioria de filhos de militares entre os oficiais (Castro, 1993; Silva, 2010), ao passo que uma maioria de filhos de civis entre os sargentos (Atassio, 2012). Com uma diferença de que, entre meus dados atuais sobre os oficiais, havia uma maioria composta por filhos de militares oficiais (ao invés de uma incidência maior de filhos de sargentos, como havia sido indicado nos dados coletados por Castro, 1993).

Na falta de dados mais precisos e de pesquisas mais pormenorizadas sobre essa questão, destaco que meu interesse maior na tese é na socialidade encontrada na vila militar da fronteira amazônica, em como são construídas as relações entre as famílias de militares das diversas patentes. A experiência anterior das pessoas com militares em

⁸⁶ Dos 38 questionários correspondiam: 1 família de general; 3 famílias de coronéis; 5 famílias de tenentes-coronéis; 8 famílias de majores; 5 famílias de capitães; 3 famílias de tenentes; 3 famílias de subtenentes e 10 famílias de sargentos.

suas famílias de origem, como por exemplo, a família de um major que tem pai e irmãos militares e cuja esposa tem um irmão militar, pode fornecer uma identificação maior com um estilo de vida militar, potencializando os efeitos do parentesco do Exército (na produção de filhos que se tornam militares e de mulheres que se casam com militares e/ou se tornam militares, como exemplificado em Silva, 2010). Porém, olhar para outras formas de ser e compor família nesse universo faz-se necessário para compreender melhor a noção difusa de *Família Militar*.

Com relação à mobilidade geográfica, os oficiais têm como característica uma noção de *vivência nacional* (circulação pelas unidades militares do país), com suas carreiras sendo formadas a partir do estado constante de “trânsito”. Por exemplo, nos dados analisados, há o caso de um general que já passou por vinte transferências, um tenente-coronel que passou por doze, um coronel por nove, um major por seis, um capitão por três e um tenente por duas mudanças. Já os sargentos teriam a experiência de uma *vivência regional* (circulação por unidades militares preferencialmente de um mesmo estado, podendo ficar até dez anos numa mesma unidade). Ressalta-se que a ida para a fronteira seria a primeira transferência para oito casos da pesquisa (e a segunda mudança para outros dois sargentos). Isto se deve, pelo que me foi relatado por famílias de sargentos, pela ocasião de que um sargento só pode servir durante dez anos em determinada região, e quando esse prazo expira, ele precisa se *movimentar* (mudar de organização militar) e a opção pela fronteira acaba sendo a forma mais rápida de retornar ao local⁸⁷ de origem dessas famílias (ou ao lugar que eles planejam morar depois dessa experiência).

Essa diferença na mobilidade acaba definindo projetos diferentes para as famílias. Para os oficiais, a vivência na fronteira faz parte da alta rotatividade inerente à profissão (e a continuação de um projeto de carregar a casa “nas costas”), além dos benefícios adquiridos ao servir na fronteira (bônus salarial, aceleração no prazo para aposentadoria, entre outros já mencionados na página 12 da Introdução).

Já para alguns sargentos, a ida para a fronteira contempla um projeto de construção da casa própria depois que deixarem a região. A construção da casa própria (fixação da residência) pode significar o rompimento com a circulação característica do Exército e, conseqüentemente, fraturas nas relações que a instituição centraliza entre seus membros e familiares. Esta afirmação aparece na pesquisa como uma conjectura,

⁸⁷ Por conta de condições diferenciadas que são garantidas ao militar que serve na fronteira, conforme vimos na Introdução.

visto que não tenho dados para uma reflexão mais detalhada dessa situação para os sargentos. No entanto, apesar do desejo de uma casa própria (fora das extensões do quartel) e as poucas experiências de transferência, cabe ressaltar que os sargentos, ainda assim, passam parte de suas trajetórias profissionais morando em vilas militares. E que, mesmo que não se mudem com muita frequência, estão inseridos num espaço onde há outras pessoas que estão circulando o tempo todo. Isto é, mesmo que permaneçam muitos anos na mesma unidade militar, estão compartilhando relações com diversas outras famílias *móveis*.

Ambos, oficiais e sargentos, são de diferentes regiões de origem no Brasil. Porém, entre as famílias de sargentos, pelo fato de uma mobilidade reduzida, como mostrado acima, marido e mulher geralmente são da mesma região (5 casais – região Sudeste; 2 – região Nordeste; 1 – região Centro-oeste; 1 – região Sul; 1 – região Norte). Enquanto que, entre os oficiais, de 25 casais, 14 são da mesma região (7 casais – região Sudeste; 4 – região Nordeste; 3 – região Sul), enquanto 11 casais são de lugares diferentes (mas que contemplam as cinco regiões do país). Essa informação nos revela que as famílias que moram nas vilas militares são representativas de todas as partes do Brasil, podendo ocorrer aproximações entre elas pelas suas regiões de origem. Este é um caso comum entre as famílias que são do sul do país e que praticam o hábito de reunirem-se, independente de posto/patente, em eventos específicos da cultura gaúcha, como a comemoração da Semana Farroupilha (celebrada entre 14 e 20 de setembro e em que as pessoas se reúnem e desfilam caracterizadas com trajes gaúchos). Ressalta-se que em nenhum caso, e talvez não haja de fato em todo Exército, a ocorrência de casamento de militares com estrangeiros/as, o que nos parece sugerir um desdobramento sintomático de uma ideologia de “brasilidade” infletindo nas relações de parentesco.

Casamentos e filhos

As casas nas vilas militares só podem ser ocupadas por militares que possuam *dependentes* que coabitem com eles na moradia. São considerados *dependentes*: seus cônjuges, filhos/as e outros parentes (irmãos/as, cunhados/as, sobrinhos/as), porém há regras específicas com relação à duração e atribuição do caráter de *dependente* para filhos/as e outros parentes, de acordo com o *Estatuto dos Militares*⁸⁸. As únicas

⁸⁸ Sobre isso, ver p. 69, em especial a nota de rodapé 61.

exceções de moradias que podem ser habitadas por pessoas solteiras são as casas do tipo *funcional*, habitações designadas para militares que ocupam cargos de comando e subcomando nas unidades militares.

Nas vilas da fronteira, a família em sua unidade conjugal (casal – homem e mulher – e filhos) é a mais encontrada nesse universo⁸⁹. No entanto, há casais que não tem filhos (algumas famílias de majores, capitães e sargentos) e, embora haja alguma “cobrança” e “repreensão” por parte de outras famílias de militares para que todos tenham filhos, essas pessoas optam por não os ter, ou preferem esperar mais um tempo para programarem uma gravidez. Na situação de um major, na faixa dos 40 anos, sua esposa passou por uma rara doença autoimune (síndrome de Guillain-Barré) e diminuíram-se as expectativas para ter um filho. Inclusive, esta circunstância era usada por outras esposas de major como justificativa para que esse casal não tivesse filhos. Assim, eu escutei de uma dessas mulheres que ela “sentia muito” (expressão de pena e compaixão) pela esposa ter passado por essa doença e que isso fosse um problema para que ela pudesse ser mãe. Na situação de um sargento, na faixa dos 30 anos, todos os amigos do casal tinham filhos pequenos ou esposas grávidas e quando a turma se reunia, as “cobranças” para gerar uma criança eram feitas ao casal. O casal tinha dois cachorros de estimação e, constantemente, “recebiam” indiretas dos amigos de que eles deveriam se preocupar menos em “mimar” os animais e começar a pensar em ter filhos.

Há também casais com filhos que não moravam com os pais. Isso ocorria com filhos já mais velhos que estavam cursando o ensino médio, faculdade ou que já tinham constituído sua própria família. Assim, no caso de filhos cursando o ensino médio, os mesmos podiam ficar sob os cuidados de parentes (avós, tias) ou morando sozinhos nos grandes centros urbanos. A escolha dos pais em afastar os filhos de seu cotidiano era pelo fato de que na faixa de fronteira não havia um ensino que eles consideravam de “alta qualidade” e isso poderia prejudicar a educação dos filhos. Em uma dessas situações, em que dois filhos (um menino e uma menina) de um tenente-coronel estavam morando sozinhos na capital do Rio de Janeiro, sustentados pelo pai, havia muitas brigas geradas pela falta de organização deles em gerir uma casa sem a presença

⁸⁹ Cabe destacar, como curiosidade, que até o momento no Exército brasileiro se tem notícia de apenas um caso de união homoafetiva reconhecido pela instituição, devido a uma determinação judicial, em que o parceiro de um sargento obteve carteira de identidade militar e pode ser considerado *dependente*, tendo os mesmos direitos que os casais heterossexuais, o que inclui o benefício à moradia. Isto ocorreu no ano de 2014 na área do Comando Militar do Nordeste. Notícia retirada de <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/04/exercitoexpedecarteiramilitarparceirodesargentogay-reconhecido.html>. Acesso em 30 de Dezembro de 2015.

dos pais. Ambos os filhos ligavam para os pais, um reclamando do outro, e a mãe, angustiada, tentava resolver tudo à distância. A mãe dizia ter se preparado para essa fase, em que, pela primeira vez após 22 anos de casados, ela e o marido estavam sozinhos como casal (ela engravidou do primeiro filho do marido durante a época do noivado).

(...) eu preparei muito a minha cabeça para eu deixá-los, então assim, não foi difícil. Eu sinto saudade, eu não sinto falta deles, porque se eu sentir falta vai ser pior. E outra coisa, quando eu casei com o meu marido eu já tinha um filho, então eu não tive ... eu pulei uma etapa do meu casamento, porque eu namorei, eu noivei e logo engravidei. Então eu não tive um momento a dois, só eu e ele, viajar só eu e ele. Eu fui com uma criança de dois meses já, responsabilidade de dona de casa, de arrumar empregada, entendeu. Então quando eu vim para cá, foi só eu e ele; eu e meu marido. Então para mim essa fase tá muito boa. (Esposa do tenente-coronel)

Outras formações que têm uma significativa presença na fronteira são de “famílias recompostas” (Fonseca, 2004), isto é, casais em segundas núpcias (de um ou outro cônjuge). Nos casos dessas “famílias recompostas” virem acompanhadas de filhos/as do primeiro casamento, é notável que as crianças são da mulher. E os filhos que o marido possa ter do primeiro casamento, moram com as respectivas mães – ex-mulheres (e, portanto, distantes do militar). Nessa situação, por exemplo, presenciei um relato de que as duas filhas de um subtenente reclamavam que sempre faltava dinheiro da pensão do pai, mas o militar descobrira que a ex-mulher utilizava parte dos recursos que deveria ser destinada às filhas para o consumo próprio. O subtenente mostrou interesse em ter as filhas morando com ele, mas apenas depois que ele saísse da Amazônia, por conta delas estarem morando no estado do Rio de Janeiro. Na época da pesquisa, ele e a nova esposa moravam com o filho dela, na vila militar.

Outras famílias reuniam filhos do casal mais filhos/as somente por parte da esposa. E para que essas informações me fossem reveladas, foi preciso estar a mais tempo fazendo pesquisa de campo e ver “surgir” dessas próprias famílias os assuntos relativos aos filhos. Pois, esses casos não eram “motivo de conversa” entre as esposas de militares no cotidiano na vila e não eram explicitados nos questionários, como se

fossem mantidos em “silêncio” para não serem alvo de fofoca. Mas, ao mesmo tempo, esses novos relacionamentos também se inscreviam numa familiarização do tipo conjugal, inclusive agregando os filhos das esposas. Nessas configurações, havia famílias de coronéis, majores e sargentos.

Um deles refere-se a uma esposa que estava em seu segundo casamento, e o atual e o ex-marido são militares. Ela relatou que o primeiro casamento não deu certo, pois eles casaram-se muito jovens, mas que a separação foi “amigável”, sem brigas (e ela tem um filho com o ex-marido, mas que permaneceu morando com ela no novo matrimônio). Após seis meses da separação, ela iniciou um relacionamento com seu atual marido e teve uma filha com ele. No começo da atual relação, a esposa disse que o marido sofreu algumas represálias de colegas militares que diziam que ele estava traindo o seu “irmão de Arma” ao casar-se com ela (por ambos, atual e ex-marido, pertencerem à Cavalaria do Exército). No entanto, essa situação não impediu o relacionamento dos dois⁹⁰.

Visita de parentes

Apesar de algumas famílias receberem parentes (mães, tios, irmãs) durante o período de férias (janeiro/fevereiro ou julho) ou visitarem parentes, deslocando-se para fora da região por um curto período, a grande maioria das pessoas que vai para a fronteira permanece lá, “isolada” das famílias de origem, durante toda a estada na Amazônia (seja por motivos financeiros – o alto custo das viagens; ou por outros projetos pessoais e familiares, como juntar recursos para a realização de uma festa de casamento, como veremos mais adiante).

Em nenhuma das casas nas vilas militares havia a coabitação permanente de parentes que alargassem a família nuclear (pais e filhos), isto é, avós, irmãos/as, sobrinhos/as, tios/as, primos/as morando juntos na mesma residência do militar. E nas casas em que se verificaram a visita temporária desses parentes, normalmente eram famílias com crianças pequenas. Tal foi o caso de uma esposa de sargento que acabara de ter uma bebê e sua mãe e sogra foram passar uns dias em sua casa para ajudá-la com os cuidados iniciais com a criança. O mesmo ocorria também quando esposas iam visitar parentes em outras localidades, como no caso em que uma esposa de major,

⁹⁰ Não possuo mais informações sobre o caso, pois me foi relatado numa conversa informal logo no primeiro ano da pesquisa e não tive oportunidade de contatar a esposa mais vezes (e na época em que permaneci mais tempo em campo, ela já não morava mais na cidade).

grávida, decidiu realizar o parto na sua cidade de origem, ao lado dos seus pais, ausentando-se da vila na Amazônia por três meses. Segundo ela, a precariedade dos serviços de saúde na cidade de fronteira (em especial, o fato de não haver no hospital da região uma incubadora) fez com que tomasse essa decisão, se afastando do marido nesse período.

Assim, as famílias de militares têm como centralidade das suas relações o convívio com outras famílias de militares e não entre suas famílias de origem. Há algumas exceções, como as citadas acima, mas essas são sempre em caráter provisório. Cabe destacar que o uso de meios de comunicação como telefone e internet torna-se recorrente para aproximar o contato com os demais parentes, mas, numa área em que essas redes de comunicação são limitadas (o fato de que na época da pesquisa havia somente uma operadora de telefone ativa na área, com o usual sinal “fraco” e a falta de energia por longos períodos), a convivialidade acaba acontecendo nas esferas delimitadas pelo Exército, isto é, nas relações com a *Família Militar*.

Casar com o Exército, acompanhar e cuidar do marido

Pelos arranjos familiares encontrados na pesquisa (casal com filhos – morando ou não com os pais; casais sem filhos ou agregando filhos de matrimônios anteriores), percebemos que o casamento/aliança é a relação mais valorizada e sobre a qual se dispõe um determinado cuidado. Tornar-se *Família Militar*, conforme mostrei anteriormente no mestrado (Silva, 2010), é marcado, para as esposas, pelo processo de “acompanhar” o marido militar pelas várias unidades que ele seguirá durante sua trajetória profissional. Mesmo que haja alguma pressão entre famílias para que os casais tenham filhos, para o Exército, é no par esposa-marido que se concentram as maiores “funções familiares” na dinâmica social militar (as esposas que participam de grupos filantrópicos, as esposas que organizam jantares e eventos para a comunidade, que organizam a residência, etc. conforme constam as características do “modelo de família militar”).

Havia casais que, durante ou após o tempo vivido na fronteira, celebrariam sua união com uma festa de casamento na igreja, mesmo depois de anos já casados no

regime civil. Esse foi o *sonho*⁹¹ realizado por uma esposa de sargento que economizou dinheiro nos dois anos morados na fronteira (sem viajar durante o período de férias, por exemplo) para a concretização da festa de casamento religiosa em sua cidade de origem (Pernambuco), depois de quinze anos com seu marido. Enquanto alguns casos, como esse, indicam que o *sonho* de casar na igreja fora adiado pela questão financeira (e a ida à fronteira com benefícios no soldo militar possibilitava uma economia de recursos para a concretização de uma festa de casamento); outros foram adiados por conta da transferência do marido para alguma localidade distante (como parece ser o caso dos pelotões de fronteira) e a urgência em acompanhá-lo com direito a ocupar uma casa na vila.

Nessas situações que “apressam” uniões/compromissos entre os casais, é como se se casasse primeiro com o Exército (a *Família Militar*), para depois seguir com o protocolo de uma festa de casamento da família enquanto casal. Para casamentos rompidos, espera-se a constituição de novos matrimônios, mesmo que estes possam implicar, em alguns momentos, dificuldades de aceitação na comunidade (convivência com outras famílias de militares). Como em um caso do meu mestrado em que a segunda esposa de um militar era inferiorizada por outras mulheres de militares por não ter compartilhado de todos os momentos da carreira do marido, conhecendo-o pela “metade” do caminho; mas que, para o marido, aos olhos do Exército (dimensão institucional), a condição de “casado” valorizava-o no seu ambiente de trabalho e na sua ficha de registro só substituiu-se o nome do cônjuge, sem acarretar nenhum “problema”, conforme me foi dito.

A valorização da relação marido-esposa gera obrigações morais, um *código de honra* das e entre as esposas. Durante uma reunião das *Jovens Guerreiras*, a esposa do general comenta para outras esposas de militares:

Eu sou esposa do general, mas quem é general é ele. Eu tenho que estar com ele. Ali é meu lugar, eu que conquistei, eu que tenho que estar lá. Porque se eu não tiver lá, outra vai estar e eu não vou deixar. Eu tô acompanhando ele desde os dezessete anos e tô porque eu quero estar. Se eu não quisesse, eu não estaria.

⁹¹ Esse é um termo nativo que embute uma projeção de um certo desejo feminino, quase visto como uma meta de vida. Enquanto os sonhos de carreira que seriam mais masculinos. Talvez isso indique um fundo altamente “tradicional” de família.

A ideia de que “tenho que estar lá” (ao lado do marido), é tomada como uma responsabilidade feminina para que o casamento funcione enquanto par marido-esposa. E as situações de ausência da esposa são censuradas pelas outras mulheres, como uma espécie de fiscalização do casamento de umas das outras. Tal foi o caso de uma esposa de sargento que deixou o marido sozinho na cidade porque a mãe dela estava doente e também porque ela sentia falta dos filhos que não moravam com o casal. Quando ela foi embora da cidade, presenciei uma conversa de outras esposas de militares que recriminaram a opção dela de partir, pois ela “deveria” estar junto do marido, pois ele era *a sua família*. E que se *algo* acontecesse, como uma suposta *traição*, a esposa teria alguma parcela de responsabilidade, porque decidiu *deixar* o marido.

As esposas também fazem recomendações aos maridos, quando precisam se ausentar e reforçam a ideia de que há uma fiscalização coletiva sobre os casamentos na vila. Essa foi a situação de outra esposa de sargento que iria trabalhar em uma área indígena por dez dias longe de casa e advertiu o marido:

Amor, você vai ao Baile da Boina? [festa do Exército que comemorava a passagem de recrutas em soldados, uma festa aberta à cidade, realizada fora do quartel, já que os soldados eram homens da região]. Não quero ver você lá. Fique em casa jogando videogame, beba em casa, papeie bastante, mas não quero ver você saindo. Pode sair com um casal de amigos nosso e se tiver alguma outra menina que eu conheça, viu?!

A possibilidade de que “outra” mulher possa relacionar-se com o marido, gera, portanto, um controle não só por parte da esposa, mas também de outras famílias (casais de amigos, por exemplo), que estão atentas ao relacionamento do casal. Essa “outra” mulher, que provocaria *ciúmes*, era uma *mulher solteira* e normalmente nativa (da região). Poderia ser também uma *mulher militar* que se enquadrasse nessas mesmas características (solteira e moradora local), visto que havia a presença de mulheres militares temporárias no Exército, sobretudo na área de saúde⁹². Destaca-se também que essas “outras” mulheres não teriam qualquer proximidade com as esposas dos militares

⁹² Ou seja, no fundo, com toda essa configuração burguesa e tradicional, as mulheres têm uma noção subliminar que elas estão em constante estado de disputa, que os maridos são instáveis, “guerreiros”, que sua masculinidade vislumbra a *conquista*, a invasão de um território alheio, e que por isso é preciso constantemente acionar mecanismos de *vigilância*, típico dispositivo militar de prospecção no campo de combate.

e são vistas enquanto “ameaças” pela possibilidade de estabelecerem contato direto com os maridos, pois como vimos no Capítulo II, há mulheres indígenas solteiras que realizam faxina e outros cuidados domésticos nas casas dos militares, mas cujo contato e convívio são sempre mediados pelas esposas dos militares que são quem as “contratam”.

Voltando ao caso das mulheres que surgem como “ameaças”, durante uma conversa que tive com uma esposa de tenente, ela me dizia que não “suportava” uma sargento (moradora local e solteira) porque ficava de “frescurinha demais” com o marido dela. A esposa *proibiu* o marido de falar com ela, dizendo para ele que “se eu vir você conversando com essa moça, eu vou embora (...) se eu vir você falar ‘oi’ para ela nos eventos, eu sumo de fininho e você nem vai notar que eu fui embora”. A ameaça de deixar o marido veio na medida em que ela descobriu que a mesma sargento já havia se envolvido secretamente com um capitão casado e que chegou a morar com esse capitão, mas que depois o militar voltou para a esposa. Ao me relatar toda a sua preocupação, ela mencionou o discurso da esposa de general, concordando que era preciso ficar junto do marido, para que “outra” não o leve.

A presença e vigilância feminina sobre os maridos militares, porém, não são garantias de que não haja traições. Soube de uma outra situação em que um casal acabou se separando por conta do envolvimento do marido com uma mulher militar. E de outro caso, levado às últimas consequências, que envolveu o desaparecimento (suposto assassinato) de uma mulher da região, tendo como principal suspeito do ocorrido um major casado que teve envolvimento com a moça. Nesses exemplos, novamente, o “perigo” vinha de alguém de “fora” da vila militar e tornou-se “fatal” no segundo caso, envolvendo uma situação de delito que exigiu decisões drásticas da instituição militar.

Este incidente ocorreu quando eu já não estava mais realizando a pesquisa na região. Logo, não tenho informações detalhadas sobre o acontecimento, mas houve uma série de reportagens da imprensa local exigindo uma investigação mais acurada da situação, visto que a vítima encontrava-se desaparecida e o principal suspeito era o major, pois segundo uma amiga e os pais da vítima, ele mantivera uma relação extraconjugal com ela por mais de um ano. No dia do desaparecimento da garota, apesar de omitido pelo suspeito em depoimento, o major conversou com a vítima por telefone e havia a possibilidade deles terem se encontrado. O major foi preso e foi declarado pelo Diretor de Controle de Efetivos e Movimentações do Exército brasileiro como

agregado, isto é, deixou de ocupar uma vaga na escala hierárquica enquanto está sendo processado pela justiça comum. Ele ainda era major, mas exercendo uma patente *vazia*, fora da classificação hierárquica do sistema militar. Porém, não consegui encontrar nenhuma informação recente sobre as consequências disso para sua família ou sobre o andamento do processo.

Acrescenta-se que acompanhar o marido militar na região de fronteira amazônica é uma estratégia não só do Exército, na sua posição de *manter a ideia de família* (e de oferecer um suporte emocional para seus profissionais), mas também é preciso olhar de um ponto vista externo à instituição. Por exemplo, nas negociações e conflitos entre indígenas e militares na área, as autoridades indígenas pediam que os militares viessem acompanhados de seus dependentes, como uma forma de amenizar possíveis tensões. A presença de militares casados e acompanhados de suas famílias no local seria uma forma de evitar casos constantes de mulheres indígenas grávidas de militares que, comumente, mudavam-se ou negavam a paternidade. Assim como mulheres indígenas que se casavam com militares e, por conta disso, acabavam por alterar as relações na comunidade indígena local, configurando tensões nos arranjos matrimoniais entre aldeias indígenas (Lasmar, 2005).

Sobre este ponto específico, durante a pesquisa, havia um esforço conjunto do general comandante e de sua esposa para neutralizar esse tipo de situação. De um lado, ele solicitava que fossem levantados dados e identificados os casos de gravidezes que envolvessem militares e havia uma alta ocorrência com soldados locais (isto é, militares da região, de baixa patente, que serviam como temporários e não os de carreira que moravam nas vilas militares). Confirmando a paternidade do militar, exigia-se que ele apoiasse financeiramente a mulher grávida. De outro lado, a esposa do general, junto com as *Jovens Guerreiras*, atuava fornecendo enxovais para as gestantes.

O mercado de trabalho para as esposas e o consumo da beleza

Exercer e manter uma profissão no mercado de trabalho sempre foi um problema enfrentado por esposas de militares brasileiros, principalmente nas famílias que se movimentam pelo país de acordo com as transferências de unidade militar do marido (Silva, 2010). Na fronteira, essa dificuldade se mantém e algumas mulheres se consideram “paradas” quando vão para a região, devido ao caráter de isolamento da cidade frente a outras localidades. Houve duas esposas que manifestaram insatisfação

por não conseguirem exercer ou ter uma profissão: uma teve que largar a pós-graduação para poder acompanhar o marido e tomar conta dos filhos; e a outra não tem apoio do marido para estudar, pois ele diz “que não compensa porque sabe que não vai dar certo”. De certo modo, nesse último comentário o marido acaba criando obstáculos e desestimulando uma profissão para a esposa com a justificativa de que a vida em constante trânsito não permitiria tal possibilidade de estudos, apesar de, em contrapartida a essa atitude particular deste caso, haver algumas esposas que iniciavam cursos à distância durante a estada na fronteira.

No entanto, essas mesmas especificidades da região que limitam alguns empregos ou estudos, também ampliam possibilidades de trabalhos para as esposas. Há facilidade de serem empregadas mulheres que sejam professoras ou trabalhem na área de saúde (enfermeiras, dentistas, médicas, farmacêuticas, etc.), pois há uma grande demanda desses empregos na cidade e contrata-se de forma rápida para esses serviços. Há também esposas que se tornam militares durante a estada na região, através de concurso prestado no Exército, em particular de forma temporária e na área de enfermagem (pelos motivos acima listados e pela guarnição da fronteira ser composta de um hospital militar). Mas, note-se, esse é um filtro que se impõe a poucas especialidades, mesmo levando-se em conta que o Exército emprega inúmeros civis, desde sua administração até em prestação de serviços vários. E há uma parcela de mulheres que atuam em empregos informais e comercializam uma série de produtos e serviços dentro do espaço das vilas militares para outras famílias de militares, conforme visto no Capítulo II⁹³.

Assim, olhando para os questionários, com relação à profissão das esposas, poucas se definiram como “donas de casa” (dos 38 questionários, sete esposas de oficiais se enquadraram nessa categoria, enquanto que nenhuma esposa de sargento se autodeclarou nessa condição). Havia mulheres que não realizavam nenhuma atividade remunerada no momento, porém muitas trabalhavam: havia professoras (uma parte atuava nas escolas da cidade, compostas de alunos que eram filhos de militares e crianças da população local, mas parte das professoras também oferecia aulas individuais de reforço para filhos de militares), uma bancária, três militares (duas do quadro temporário), farmacêuticas, bióloga, química, enfermeiras, e uma parcela das esposas que trabalhavam como cozinheiras, cabelereiras, esteticistas, manicures,

⁹³ Em especial, ver páginas 95-97.

depiladoras, *designer* de sobrancelhas, ou produzindo artesanato e comercializando produtos diversos (roupas, maquiagem, etc.) entre as pessoas das vilas militares.

Nos produtos e serviços oferecidos, destaca-se uma grande atenção voltada para cuidados com a estética do corpo, indicando um alto consumo por parte das mulheres (que eram o alvo público dos serviços oferecidos) em atividades que visam à manutenção de um determinado tipo de feminilidade, que já não é mais o da mulher associada à maternidade, mas associada a “corpos saudáveis” e a um ideal de beleza (tornar-se “bela” pelas práticas do corpo produzido) que seria outra forma de caracterizar o feminino. Isto é, a preocupação com a aparência (manter pele e cabelo “bem cuidados”, usar roupas e ornamentos “bonitos”), recorrente entre as esposas, reforça e corporifica características que elas concebem como “femininas”.

Cabe aqui mencionar também que havia militares homens que trabalhavam com outros serviços, de forma a complementar a renda da família. Era o caso de um sargento que atuava como motorista de uma *lotação* (táxi) nos horários de folga do serviço militar ou de militares que ministravam aulas de esportes para filhos de militares nos clubes.

Da(s) (as)simetria(s) familiar(es)

A média de idade de maridos e esposas apresenta uma relativa simetria no universo militar: os casais têm em torno da mesma idade, com algumas variações que podem chegar a uma diferença de cinco a dez anos. Assim, por exemplo, casais em que o marido é coronel têm uma média de idade entre 40-50 anos; enquanto a média de casais em que o marido é capitão gira em torno dos 30 anos de idade.

Essa argumentação torna-se relevante na medida em que casais que destoem desse padrão configuram dissonâncias no modelo da família militar. Apresentarei brevemente dois casos que terão uma atenção especial no próximo capítulo (sobre as relações entre esposas de militares através do grupo *Jovens Guerreiras*).

O primeiro refere-se à Joana⁹⁴, esposa de tenente, que era quase vinte anos mais velha que o marido (ela tinha 44 anos e o marido 28 anos). Ela também tinha um filho do primeiro casamento que era apenas cinco anos mais novo que o atual marido. O filho já não morava mais com a mãe, mas era militar (sargento) e escolheu essa profissão

⁹⁴ Nome fictício.

influenciado pelo padrasto. No dia a dia da família (que constituía no casal mais suas duas filhas pequenas de 4 e 2 anos) havia muita discrição e companheirismo. E a esposa participava das *Jovens Guerreiras*; mas, em certas ocasiões, presenciei falatórios sobre a diferença de idade deles. A questão que gerava esses boatos remetia ao fato de que o marido dela, ao longo da carreira militar (ele já ocupava um cargo de liderança numa das companhias da instituição, mas ainda estava no início de sua profissão), iria passar por lugares de formação militar (EsAO, ECEME⁹⁵) e ocupar posições que, de alguma forma, poderiam trazer problemas no relacionamento da esposa com as demais mulheres de militares de mesma patente que seu marido. É como se não fosse previsto que uma mulher mais velha pudesse acompanhar um oficial mais novo, visto que as outras mulheres de militares constituiriam um grupo com interesses e idades específicos, e a esposa poderia “não se sentir à vontade” nesta rede de sociabilidade (já que configurava uma outra performance).

O contrário também parece ser válido: quando uma esposa é bem mais jovem que o marido militar. Esse é o segundo exemplo, de Larissa⁹⁶, esposa de um coronel (que ocupava o cargo de comandante do Batalhão) que era quase vinte anos mais nova que ele (ela com 25 anos e ele com 42 anos). Ela também fazia parte das *Jovens Guerreiras* e tinha três filhos com o marido (com idades de 9, 6 e 3 anos), o primeiro deles nascido quando ela tinha quinze anos. O problema, nessa configuração familiar era o fato da esposa mostrar não estar “apta” a acompanhá-lo (de acordo com outras esposas de militares). Isto é, não demonstrava condutas adequadas ao padrão esperado pelo Exército: dizia-se que ela era ainda muito “imatura”, que se excedia nos comentários e desrespeitava algumas etiquetas do meio militar, como a vez em que falou na frente de algumas esposas que não mudaria a frente de sua casa só porque o general ordenava. Essa esposa acabou se envolvendo em várias confusões no relacionamento com outras mulheres de militares, principalmente por não corresponder como “exemplo” para as outras esposas. Como ela era esposa de um militar detentor de certo prestígio na comunidade, além da posição prescrita na hierarquia que lhe conferia

⁹⁵ A EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) tem por finalidade aperfeiçoar capitães, capacitando-os para o comando e chefia de unidades e habilitando-os para o exercício de funções de Estado-Maior de organizações militares. A ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) é uma organização qualificada como pós-graduação no sistema militar de ensino e passagem obrigatória para os oficiais que almejam alcançar o generalato. Informações retiradas dos sítios: <http://www.esao.ensino.eb.br/> e <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/> (acesso em março de 2012).

⁹⁶ Nome fictício.

precedência, era esperado que ela demonstrasse “boas maneiras” e “sensibilidade” no tratamento com as outras esposas.

Essas duas esposas, cujo marido de uma era subordinado da outra, romperam amizade e trocavam acusações. As consequências da inimizade gerada entre elas também recaíram sobre seus maridos militares e serão apresentadas no capítulo seguinte.

No momento, cabe uma reflexão sobre uma ideia de “simetria familiar”, subjacente a essa tensão em casais com idades diferentes: tudo se passa como se, para o Exército, a vida da esposa acompanhasse completamente o desenvolvimento profissional do marido, e transitasse, como ele, pelos momentos ou temporalidades de aprendizado em cada etapa (cada patente). Essa pedagogia da hierarquia, por assim dizer, aparece como um dado da própria concepção de família, que atribui à mulher o papel de seguidora e mantenedora da família pessoal em prol da família do Exército em si.

Se a mulher é muito mais nova, não aprendeu corretamente a se comportar, falta a ela a vivência das patentes do marido, quase que como sua extensão. Por outro lado, se ela é mais velha que o marido, a sua maturidade a faz destoar das esposas dos colegas de patente do cônjuge, todas mais novas e menos maduras. Numa ponta como na outra, esses casos revelam que o Exército opera com uma noção de simetria familiar, na qual a mulher aparece como uma militar em espírito, acompanhando a carreira do marido. Mas isso não acontece em todos os casos, como vimos, e as situações de falta de simetria familiar são comuns, até o caso mais explícito de casais onde a mulher é militar e o marido não (Silva 2010).

Esse ponto, em particular, me parece revelador de uma dinâmica em que o modelo e a prática apresentam dissonâncias evidentes. Por curioso que pareça, esta que foi uma discussão quente na antropologia dos anos 1950 e 1960 (ver Leach, 1996), parece aqui assumir sua face mais notável não nos problemas diretos enfrentados pela antropóloga, mas ser uma prerrogativa dos nativos. Nesse caso, como vimos, o problema está em todo um aparato que cria um “tempo ideal” – namoro : noivado : casamento : filhos/netos :: cadete : tenente :: capitão : carreira – e um tempo cheio de “atropelos”, como traições, separações, casamentos secundários, relações padrasto-enteados, etc. Nesse caso, similarmente notamos que a hierarquia, linear a princípio, foi descrita por Leirner (1997; 2001) como sistematicamente atravessada por “fatores políticos”, que vão de tendências na doutrina que favorecem certas especialidades até

relações pessoais, o famoso “pistolão”. O tempo, assim, é um interessante vetor para se perceber essa oscilação constante entre modelo e prática.

* * *

Ao levantar alguns dados gerais a respeito da composição das famílias de oficiais e sargentos que moravam na vila militar da fronteira amazônica e explorar a forma como o casamento aparece como estruturante nesse universo, procurei mostrar que estamos lidando com um campo que, mesmo modelado por um ideal de família militar, apresenta-se como heterogêneo e que, sem o componente militar, provavelmente não teriam vínculos uns com os outros.

Algumas fraturas ao modelo começam a aparecer, nas formas distintas de organização da família, como na questão das famílias recompostas, com filhos de outros casamentos, ou nos casamentos “assimétricos” em termos etários. Essas duas formas de família continuavam a operar na vida militar, mas geravam alguma tensão. As famílias recompostas geravam um silêncio sobre o fato, como se não fosse muito bom destacar essa questão. Tanto é o caso que nos formulários repassados aos militares, tomados por eles como “uma missão” oficial, não se mencionam recasamentos ou filhos de apenas um cônjuge. Para todos os efeitos, é como se a família fosse uma família nuclear com seus filhos, uma família “adequada” aos padrões do Exército brasileiro. No caso das assimetrias, o desconforto era ainda maior, já que a possibilidade de passar por uma “família ideal” era muito mais difícil, devido ao desencaixe das mulheres à carreira do marido, em termos do aprendizado correto de como se comportar frente às demais mulheres e demandas gerais da vida militar, no caso das esposas muito mais novas; ou da dificuldade da mulher mais velha de conviver e se relacionar a contento com o conjunto de mulheres mais novas, esposas dos companheiros de patente do marido.

O que fica evidente em relação aos dados e casos expostos aqui é que estamos lidando com um universo heterogêneo que, sem o *componente militar*, não teria razão de existir. É o caráter de isolamento, gestado pelas constantes movimentações a que são compelidos os militares, que permite a aproximação dessas famílias enquanto parentes, seguindo determinadas injunções instigadas pelo Exército das formas de relação. A principal delas é a vontade de que as relações aconteçam preferencialmente dentro dos mesmos níveis hierárquicos. Ou seja, o Exército não só é o *locus* do parentesco, mas

busca estabelecer regras de relação preferenciais, predominantemente com um recorte etário/hierárquico: é melhor que os casamentos sejam entre pessoas mais ou menos da mesma idade e que as relações dos casais aconteçam entre os que estão nos mesmos níveis etários. Além disso, vimos que se prefere uma família nuclear clássica, com filhos pequenos a morar com o casal.

Mas as preferências do Exército convivem com a realidade intensa das pessoas e suas relações que escapam das preferências, que constituem universos distintos do ideal, que permitem traições, relações deslocadas, aproximação entre oficiais e sargentos, casamentos assimétricos, famílias recompostas, filhos ausentes, esposas ausentes etc.

Por fim, no próximo capítulo exploraremos a dinâmica das mulheres na relação que estabelecem entre si e que ultrapassam as preferências do Exército em várias medidas. Observando a partir do ponto de vista das mulheres do grupo das *Jovens Guerreiras*, veremos como as esposas de militares organizam-se para uma vida cotidiana numa cidade isolada e com a constante ausência dos maridos, como elas se tornam figuras centrais nos arranjos das vilas militares, exercendo uma política específica nas relações com outras mulheres, entre as famílias e com a ordem institucional.

CAPÍTULO V – DAS ESPOSAS-FAMÍLIA: O GRUPO DAS JOVENS GUERREIRAS

Como de costume, durante uma “festa das aniversariantes”⁹⁷ das *Jovens Guerreiras*, a esposa do general, enquanto fundadora e organizadora do grupo, pede atenção às demais esposas de militares para proferir algumas palavras. Todas as esposas estão de pé e olham atentamente para Helena (esposa do general):

Eu gostaria de falar para vocês é o seguinte, da importância de nós estarmos aqui. Não precisa ser parente, nós somos uma família. E essa é a família nossa, que é a *Família Militar*. Além dessa *Família Militar*, nós temos a família das *Jovens Guerreiras*. Então o que é a família das *Jovens Guerreiras*? É doação. E nós estamos aqui nesse dia hoje por doação, por querer estar com vocês aniversariando. Aí todo mundo vai falar que faltaram algumas [integrantes do grupo]. Não interessa que faltaram, cada uma tem seus problemas. Sempre que eu falo para vocês, olha, cada dedo tá aqui na palma da mão e cada dedinho é diferente um do outro, né? Então cada um tem seus problemas, então a gente tem que respeitar, é uma pena não estar passando esse momento com a gente aqui, mas a gente entende, pede a Deus que dê muita proteção e que Deus continue abençoando todas vocês, com muito carinho, muito amor e muitas felicidades. E que essas *Jovens Guerreiras* continuem firme, não só aqui em São Gabriel, mas onde vocês quiserem, onde vocês tiverem ido, podem

⁹⁷ O grupo das *Jovens Guerreiras* procurava reunir as aniversariantes de cada mês (ou do trimestre) e fazer uma festa coletiva, em que os preparativos, comida e presentes da festa eram obtidos pelos seguintes recursos: dinheiro arrecadado da mensalidade de cada membro do grupo e doações das próprias esposas (mulheres que faziam bolos ou vendiam produtos cosméticos, por exemplo, doavam esses bens para a comemoração dos aniversários).

fundar essas *Jovens Guerreiras*. Porque ser *Jovem Guerreira* não é simplesmente uma atividade, ser *Jovem Guerreira* é essa doação, é o amor, é o carinho, é a passagem de tudo isso pras pessoas que precisam, é a doação. Então felicidades para vocês, *Jovens Guerreiras*. (Discurso da esposa do general, 17/08/2011).

Nessa fala, notamos uma complexidade do que se espera de uma *Jovem Guerreira*: doar-se é um projeto de familiarização que exige dedicação para criar redes de ajuda mútua (solidariedade entre as pessoas do grupo) e dispende energia para ajudar pessoas de fora do grupo (fator assistencial do grupo), em um espaço muitas vezes delimitado pela esposa do general, que assume para si as funções de coordenar o grupo e a responsabilidade de articulá-lo com a *Família Militar* mais extensa (o Exército). Assim, o discurso reúne os elementos que caracterizam as relações entre esposas de militares na região de fronteira amazônica: formas específicas de se fazer família que articulam igualitarismo e hierarquização.

Partindo disso, este capítulo explora as dimensões em que essas ideias são articuladas na organização e convivência cotidiana das esposas que fazem parte das *Jovens Guerreiras*, mostrando através da ótica das mulheres como elas ressignificam suas vidas no meio militar, não só como acompanhantes dos maridos, mas sendo ativas na socialidade militar, de modo a estabelecer relações mediadas pelas relações hierárquicas do ambiente do quartel, mas também em articular outras formas de interação entre as famílias.

Esposa de general e seus sapatos de salto alto

Helena sempre dizia nas reuniões do grupo que ser esposa de militar é sempre ter que se adaptar ao contexto, afirmando que cada lugar em que se vive ou se visita (composto de pessoas que seriam diferentes em cada espaço) exige tratamentos e condutas diferenciadas. E assim, determinados lugares, como uma reunião do alto comando do Exército que ocorre entre generais, exigiriam que se usasse um “sapato de salto alto”. Com essa expressão, “esposa de salto alto”, Helena caracterizava as mulheres que “absorviam” a hierarquia dos maridos militares (em especial militares de altas patentes) e a reproduziam no seu cotidiano ou em momentos específicos, tais como

atividades formais do quartel em que as esposas participavam em conjunto com os maridos.

Como um objeto que se pode usar para ficar mais elegante, e se pode tirar para ficar mais casual, o (não) uso do sapato alto permite uma flexibilidade nas relações entre as esposas. Da perspectiva de quem dispõe desses sapatos, o seu uso equaliza-a com o cargo do marido militar, mas promove uma desigualdade na relação entre as esposas, estabelecendo uma espécie de cadeia de comando e obediência entre elas, aos modos do quartel. Já o não uso dos sapatos, permite a criação de contextos de convivência em que a hierarquia não seja o mote central das relações entre as mulheres⁹⁸. Para coordenar o grupo das *Jovens Guerreiras*, Helena tinha que, incessantemente, calçar e descalçar seus sapatos de salto alto.

Havia também uma classificação para esposas de militares de círculos hierárquicos mais distantes da esposa de general (normalmente esposas de sargentos) que utilizavam a participação no grupo para se aproximar de Helena, procurando assim aumentar seu prestígio social⁹⁹ na comunidade militar. Eram esposas que, constantemente, elogiavam publicamente todas as ações da esposa do general, sempre exaltando nas conversas que eram companheiras constantes da esposa do general em inúmeras atividades (desde uma caminhada para se exercitar, até nos trabalhos do grupo). Essas mulheres eram denominadas, pelas outras, de esposas “satélite” (ou esposas “bajuladoras”), mulheres que não agiam motivadas pela “doação”, mas por interesse em galgar posições de prestígio nas relações entre as esposas de militares, isto é, mulheres que buscavam uma projeção individual no grupo ao invés de estabelecer uma rede de ajuda mútua e em prol do coletivo. E isto era visto como um exemplo negativo na convivialidade entre as mulheres.

Foi o que ocorreu com uma esposa de sargento, que era técnica em enfermagem e que tinha uma participação ativa no primeiro ano das *Jovens Guerreiras*, mas que, segundo outras esposas de militares, espalhava em público, “em alto e bom som”, de que uma vaga ofertada no hospital militar da região pertenceria a ela, ao mesmo tempo em que “paparicava” (ato de elogiar/bajular) demais Helena nas reuniões do grupo. Esta

⁹⁸ Observamos isso com relação à convivência entre as esposas dos militares. No caso do convívio entre os homens, não temos dados suficientes para desenvolver essa questão na presente tese.

⁹⁹ Talvez se possa especular que esta seria também uma procura por canais de comunicação direta com o general, pois a divisão entre sargentos e oficiais é muito marcada nos ambientes do quartel, e às vezes poderia ser mais interessante que algum pedido ou informação seja encaminhado direto ao general, ao invés de ter que passar por toda a cadeia de comando, onde as demandas tendem a se dissipar.

situação apontava uma possível correlação entre adular a esposa do general e conseguir uma vaga em uma das unidades subordinadas pelo comando do general. Essa esposa de sargento, portanto, seria o típico exemplo de uma esposa “satélite”; e que, ao fim do primeiro ano do grupo, não ficou com a vaga de emprego e recebeu uma *correção* de Helena: foi chamada para uma conversa particular com a esposa do general, onde foi solicitada que ela tivesse uma postura mais contida (cuidados com o que se falar em público). No segundo ano de atuação do grupo na região, a esposa de sargento diminuiu a sua participação (e a sua falação) nas atividades, de forma a seguir os conselhos de Helena.

O mecanismo militar das *Jovens Guerreiras*

Jovens Guerreiras, como já colocado, é um projeto iniciado e presidido pela esposa do general comandante da instituição militar da cidade, com o duplo objetivo de atender populações carentes da região, ao mesmo tempo em que promove e fortalece uma convivência entre as esposas de militares das vilas. O grupo é constituído de esposas de oficiais e de sargentos, mas também de militares mulheres. Estas últimas participam em menor escala e normalmente nas atividades que elas realizam, se vestem com a farda, juntando funções que elas desempenham no quartel com as atividades de esposa de militar. Todas as esposas que participam são voluntárias e há uma diretoria para administrar o grupo (funções como tesouraria, eventos, fotografia) que normalmente é composta de esposas de oficiais de circuitos mais próximos da esposa do general, reproduzindo um quadro hierárquico semelhante ao do quartel.

O caráter do grupo como funcionando aos moldes militares, também é reforçado pelo fato de que as *Jovens Guerreiras* recebem apoio frequente da Brigada do Exército. A esposa do general é a interlocutora, por excelência, dos pedidos de suporte do grupo à corporação militar, que consistem em apoio logístico (transporte para acesso a comunidades indígenas e ajuda em carregar equipamentos, por exemplo) e até doações de dinheiro de setores da instituição. Houve situações em que Helena solicitara que outra esposa entrasse em contato com seu marido para tratar de uma atividade do grupo, mas a mesma, que era esposa do subcomandante da unidade militar (esposa de coronel) sentiu-se desconfortável com o pedido e brincou que não era a “chefa” para fazer tal contato. Assim, toda a comunicação com o quartel ficava sob a responsabilidade da esposa do general, que assumia o seu “sapato alto” na tomada de decisões pelo grupo.

O apoio logístico prestado pela Brigada incluía dispor de militares para ajudarem nas atividades, ou seja, se fosse preciso utilizar a lancha para o deslocamento das esposas a uma comunidade indígena, seria necessário que houvesse militares para pilotar e garantir a segurança do grupo. Como esses eventos ocorriam, em sua maioria, em finais de semana, os militares que eram escalados para trabalhar para as *Jovens Guerreiras* faziam serviço extra e isso diminuía o tempo de lazer que eles passavam com suas famílias na vila militar. Esta situação era fator de descontentamento das mulheres que não participavam do grupo e cujos maridos eram “obrigados” a trabalhar nesses eventos, pois era uma *missão* ordenada pelo comando.



Figura 23 - Atividade das *Jovens Guerreiras* em uma comunidade indígena. Acima: militares coordenando o transporte e segurança do grupo. Abaixo: militares carregando os equipamentos de trabalho do grupo. Autora: Cristina Silva.

Da mesma forma que o grupo era apoiado pela Brigada, as esposas também participavam de ações assistenciais que eram organizadas pelo Exército na região,

denominadas de Acisos (Ações Cívico-Sociais). A Aciso consistia em uma ação militar às demandas que o Exército julgava como urgentes da população local, na busca de promover um “espírito cívico e comunitário aos cidadãos”, oferecendo serviços de regularização de cadastro de pessoa física, atendimentos médicos, prevenção de doenças, etc. Nessas atividades, que tinham a duração de um dia, as esposas montavam brechós (loja de roupas usadas com preços acessíveis) para o consumo da população local.

As *Jovens Guerreiras*, como já mencionado no Capítulo II, também estavam presentes nas festas familiares que ocorriam no clube dos sargentos, mobilizando atividades lúdicas (bingo no dia dos pais ou barracas de brinquedos para crianças na festa junina) para arrecadar recursos que seriam aproveitados pelo grupo posteriormente.



Figura 24 - Atividades de brechó das *Jovens Guerreiras* em dia de Aciso em bairro na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Segundo ano do grupo. Autora: Cristina Silva.



Figura 25 - Atividade das *Jovens Guerreiras* na festa junina no clube dos sargentos. Segundo ano do grupo. Autora: Cristina Silva.

O grupo faz parte do maquinário militar, mobilizando atividades que tem respaldo do Exército e dele fazem parte. Ao promover atividades de cunho assistencial, integração entre as esposas (manutenção da família) e presença nos espaços da vila e do quartel, as *Jovens Guerreiras* conectam-se com a *Família Militar*. A esposa coordenadora do grupo atua em relativo sincronismo com o marido, marcando suas funções hierárquicas de esposa de comandante: que no caso não é só dirigir o grupo, mas passar conselhos que ela toma como importantes para *valorizar igualmente* todas as mulheres que estão na mesma situação enquanto esposas de militares. A ideia de valor embute na criação de diferenças, porém quando as esposas utilizam o termo *valorizar igualmente*, este se refere a uma tentativa virtual e momentânea de neutralizar as distinções que são tomadas como naturais.

Assim, a esposa do general, nesses momentos de organização do grupo, assume uma posição de “salto alto”: as atividades giram em torno dela e das decisões que ela tomará. Nas reuniões ela sempre tem uma posição de destaque, discursa palavras de união e amor entre os membros do grupo e promove ensinamentos sobre como se portar no mundo militar. Helena gosta de saber como anda a vida das outras esposas, sempre tem um conselho a oferecer a elas e disponibiliza regras de etiqueta, sobre como receber visitas em casa (que, segundo ela, para cada tipo de visita há uma abordagem diferente,

como por exemplo, para receber pessoas as quais você não tem muita intimidade/familiaridade, você disponibiliza apenas o espaço da sala e não apresenta outros cômodos da casa).



Figura 26 - Posição de destaque da esposa do general em duas reuniões das *Jovens Guerreiras* no clube dos sargentos. Acima: no primeiro ano do grupo. Abaixo: no segundo ano do grupo. Autora: Cristina Silva.



Figura 27 - Encerramento de atividade social realizada em uma comunidade indígena. Posição de destaque da esposa do general agradecendo a participação das esposas colaboradoras. Segundo ano do grupo. Autora: Cristina Silva.

Observemos brevemente duas reuniões das *Jovens Guerreiras* ocorridas no primeiro ano do grupo na região. Um encontro contava com onze esposas e o debate girou em torno dos gastos e rendimentos da festa que ocorrera no fim de semana anterior à reunião (uma festa julina no clube dos sargentos). Helena iniciou o assunto sobre a festa e, ao dizer que foi um sucesso, relatou que

todas nós [esposas de militares] somos diferentes, mas agimos em comum, como uma equipe. A festa foi o nosso momento [das esposas], a gente se integrou, não ficou parada, foi dinâmica, foi o momento em que estávamos fazendo coisas para gente, a gente *esquece* do marido, é o nosso momento.

A segunda reunião foi realizada em duas edições: na parte da manhã e na parte da noite para que conciliasse com o horário livre de todas as integrantes. O tema dessa reunião era sobre a “amizade”, em referência ao “Dia do Amigo” comemorado em 20 de julho. A reunião da parte de manhã foi composta principalmente por esposas de oficiais. A esposa do general iniciou a discussão dizendo que

Essa é a nossa vida, a gente vai, a gente vem, a gente muda. Você volta pro mesmo lugar e é tudo diferente. Já fui três vezes pra Manaus e é diferente. Cada mudança, cada viagem é diferente. Amigo não é

aquele de três anos, é de três dias. Tudo na vida passa, o dinheiro, a riqueza, a patente, mas o que fica é o amor de Deus e a amizade.

Depois ela pede que cada esposa diga alguma mensagem sobre o sentimento de amizade e sobre estar em SGC. Havia oito esposas nessa reunião e a conversa sobre amizade centrou-se no fato de que praticamente todas ali iriam se mudar no próximo ano e estavam contentes em ir embora da cidade, mas que iriam levar boas lembranças das amigas que ali fizeram¹⁰⁰. Foi uma reunião ponderada, no sentido de que todas se pronunciaram de acordo com o discurso da esposa do general.

A edição da noite contou com uma presença maior de esposas de sargentos. A reunião foi mais tumultuada pelo fato de que as mulheres apresentavam uma visão mais negativa sobre a amizade. Uma esposa manifestou: “eu só não tenho mais amigas porque eu fico dentro de casa o tempo inteiro”. Outra ressaltou: “eu tenho colegas, se eu sair com duas amigas aqui é muito. Porque começa muita fofoca, as pessoas aqui ficam à flor da pele e se estressam umas com as outras”; e uma terceira complementou, “é uma decepção”. Aí algumas esposas começaram a contar histórias de quando se sentiram desrespeitadas por outras esposas de militares e a reunião foi se tornando uma espécie de desabafo coletivo. Uma esposa de sargento relatou que estava no churrasco de confraternização do curso de Guerra na Selva¹⁰¹ e, ao elogiar o marido pelo término do curso, escutou de outra esposa: “mas teu marido não tem Comandos¹⁰²”. Como resposta, ela argumentou irritada: “mas ele é o cara mesmo assim, é um bom marido, um bom pai!”. Outra situação relatada na reunião foi a de que a frase “mas você sabe

¹⁰⁰ A experiência das esposas de militares na fronteira é permeada por uma ideia de sacrifício e resiliência, em que as mulheres se envolvem em uma série de atividades e relações nas vilas, com o intuito de tornar essa vivência “positiva” em muitos aspectos (não só na parte militar enquanto *missão* a ser cumprida, mas na dinâmica familiar também). Porém, quando a transferência do marido militar é definida, muitas não escondem o contentamento em deixar a *selva* e partir para uma nova localidade que, espera-se, seja menos “isolada”.

¹⁰¹ Curso destinado a qualificar militares como guerreiros de selva, isto é, militares aptos a cumprir missões em áreas inóspitas como a região amazônica.

¹⁰² “Comandos” é outro curso do meio militar e considerado o mais difícil e completo de todos. “O Curso de Ações de Comandos tem duração de 12 semanas e possui, em sua formação básica, disciplinas como Treinamento Físico Militar, Natação utilitária, Instrução de Armamento, Munição e Tiro, Comunicações, Topografia de Campanha e Instruções e Técnicas Especiais (técnicas aquáticas, aeroterrestres, aeromóvel, sabotagem, explosivos e destruições, fuga e evasão, apoio de fogo aéreo e terrestre e combate em localidade)”. Dados retirados do site: <http://www.ciopep.ensino.eb.br/cursos/cursos.html>. Acesso em 10 de março de 2011.

que ela é esposa de fulano de tal” é evocada para impor a hierarquia militar dos maridos entre as esposas.

No meio dessa discussão, Helena, em tom de bronca, inicia um discurso dizendo: “por tudo que vocês falaram, eu nunca vou ser amiga de vocês (...) amigo a gente não cobra, eu não tô preocupada se você vai ser meu amigo, eu vou ser a sua amiga (...) a gente aqui é tudo igual, tudo esposa de militar (...) quem é general é o meu marido, não eu. Eu não quero saber quem são seus maridos”. No fim da reunião, as esposas ponderaram um pouco as suas falas concordando com o fato de que com as mudanças de lugares que passam, o vizinho pode ser o melhor parente para minimizar as dificuldades que possam existir e que a amizade deve ser respeitada entre as pessoas.

Com essas reuniões, percebe-se que a esposa do comandante se preocupa em *valorizar* as esposas dos militares; mas isto é ambíguo, pois ao mesmo tempo em que se espera colocá-las como agentes centrais no meio em que vivem, procura-se justamente apagar seus traços individuais que consistiriam em valores próprios. Ao mesmo tempo, é notável, pela fala logo acima, que se trata da esposa de *um* general direcionando a fala às esposas, por exemplo, de vários sargentos. Um e múltiplo, valorização e uniformização, identidade e diferença parecem ser parte de um repertório de contradições que tem que ser habilmente conduzido na hierarquia feminina para que o grupo tenha uma certa eficácia.

Ao fim, tudo se passa como se todas as atividades que a esposa do general direciona às *Jovens Guerreiras* fossem para integrar as mulheres, para que elas tenham o seu “momento”, “esqueçam dos maridos”. Com isso, ela também enfatiza que todas têm muitas características em comum e que devem se olhar como iguais, independente da hierarquia dos maridos. Assim, a união é o discurso pretendido de Helena, mas observamos pelas falas das esposas, que na prática, as posturas não condizem tão bem com o discurso de igualdade. No entanto, essa igualdade acaba sendo compartilhada em momentos específicos do cotidiano do grupo, conforme veremos no próximo tópico.

Das atividades compartilhadas nas *Jovens Guerreiras*

A maior parte das atividades do grupo gira em torno do trabalho social que elas desenvolvem na região, que constituía de visitas a postos de saúde (palestras e entrega de enxovais para jovens grávidas da região); idas a comunidades indígenas para doação de roupas usadas, brincadeiras com as crianças, corte de cabelo, teatro de fantoches com

temas educacionais sobre como escovar os dentes, recolher o lixo, etc.; brechó de roupas usadas em bairros da cidade; visitas a escolas infantis para doar livros didáticos e equipamentos de uso geral (materiais de limpeza, videocassetes). Mas também eram realizadas atividades entre e para as esposas, como aulas de artesanato e pintura, almoços e encontros de comemoração de aniversários entre elas.

As reuniões eram realizadas a cada quinze dias e informavam as atividades programadas. Porém, semanalmente (às vezes diariamente) eram feitos encontros para o desenvolvimento desses projetos, como preparar e organizar o material a ser doado. As reuniões e a maior parte dos encontros para preparar o material para o trabalho de filantropia aconteciam no clube dos sargentos, que fica dentro de uma das vilas militares, mas algumas reuniões também aconteciam na casa do general. Nesses espaços, as esposas eram designadas a fazer igualmente as mesmas tarefas.



Figura 28 - Preparação do material para atividade em comunidade indígena. Casa do general. Autora: Cristina Silva.



Figura 29 - Separação de roupas para brechó em Aciso. Autora: Cristina Silva.

Uma grande quantidade de atividades a serem desenvolvidas e a convivência compartilhada entre esposas de diferentes patentes, permitia a criação de contextos igualitários entre elas, permitindo proximidades entre os distintos círculos hierárquicos. A convivência gerava convites para caminhadas, almoços, passeios na praia, empréstimo de roupas. Com os maridos sempre ausentes das casas, as esposas organizavam seu cotidiano entre elas e o grupo servia, para muitas, como um ponto forte de convivialidade. Dele, surgiam muitas *amizades* entre esposas de oficiais e sargentos. Essas amigas respeitavam o espaço interno da casa de cada uma delas, isto é, as mulheres visitavam umas às outras, ofereciam caronas umas às outras, mas só entravam dentro das casas das amigas se fossem convidadas e, geralmente, os maridos não eram amigos entre si. Mas isso não impedia que elas passassem boas horas de cada dia na companhia umas das outras, seja pelas ações das *Jovens Guerreiras*, seja por outras atividades, como passar uma tarde na piscina do clube ou uma ida ao mercado local ou à costureira.

No dia de visitar as comunidades indígenas, as esposas dividiam suas funções, mas não havia trabalhos específicos para esposas de oficiais ou sargentos; ambas realizavam tarefas que tinham mais afinidade. Para algumas, era também o momento de valorizar suas formações profissionais, como as cabelereiras e técnicas em enfermagem, que poderiam auxiliar os indígenas com suas especialidades.



Figura 30 - Atividades de filantropia das *Jovens Guerreiras* em comunidade indígena. Acima: corte de cabelo. Abaixo: entrega de doces. Autora: Cristina Silva.

Com relação à interação entre *Jovens Guerreiras* e população local, o contato maior acabava ocorrendo entre as próprias esposas de militares e não diretamente com as pessoas das comunidades indígenas. A esposa do general era uma das únicas a dialogar com eles. Mas, no geral, prevalecia uma relação desigual, em que as *Jovens Guerreiras* configuravam-se como benfeitoras e os indígenas como os que precisavam de cuidados. Uma atenção maior era prestada às crianças indígenas que “encantavam” as esposas de militares (era muito comum, as mulheres tirarem fotos com as crianças no colo). Nessas atividades em que as esposas se deparavam com um modo de vida muito distinto do seu contexto, havia a produção, do ponto de vista delas, de valorizações e sensibilidades sobre seu próprio “mundo”, isto é, estas experiências amenizavam em algum sentido as dificuldades e problemas que elas pudessem estar passando.

O objetivo maior do grupo, portanto, centrava-se na constante criação de familiarizações entre as mulheres, mas construído num contexto muito específico onde haveria certa igualdade na sociabilidade de esposas de oficiais e sargentos. Talvez como efeito residual deste objetivo imediato, podemos especular que as relações que se estabelecem com a “comunidade exterior”, especialmente os povos indígenas da região, contemplam um antigo projeto civilizatório militar que Leirner (2013) entendeu como um processo de domesticação. Ou seja, ainda que não caiba desenvolver essa discussão na economia dessa tese, fica a sugestão de que a própria noção de *Família Militar* retroalimenta um processo estatal de manipulação simbólica de espaços e populações que em sua visão precisam ser absorvidas, se não a natureza e o imprevisto imperariam nessa “difícil região (de fronteira)”.

A discórdia semeada entre as esposas

Na dinâmica do grupo, portanto, um campo de relações passa a se fortalecer, baseado na confiança, solidariedade, intimidade, no compartilhamento de responsabilidades com o trabalho voluntário e na criação de um campo semântico comum em relação ao mundo exterior, mas também em certa medida regulador do próprio *self* grupal. Assim, uma grande preocupação entre as mulheres de militares para manter uma boa convivência era o comedimento das palavras (tomar cuidado com o que se fala e para quem se fala, medida já caracterizada no modelo de família militar). Por exemplo, em um caderno de receitas culinárias que elas produziram em conjunto, havia o destaque para a “receita mais importante” do livro.

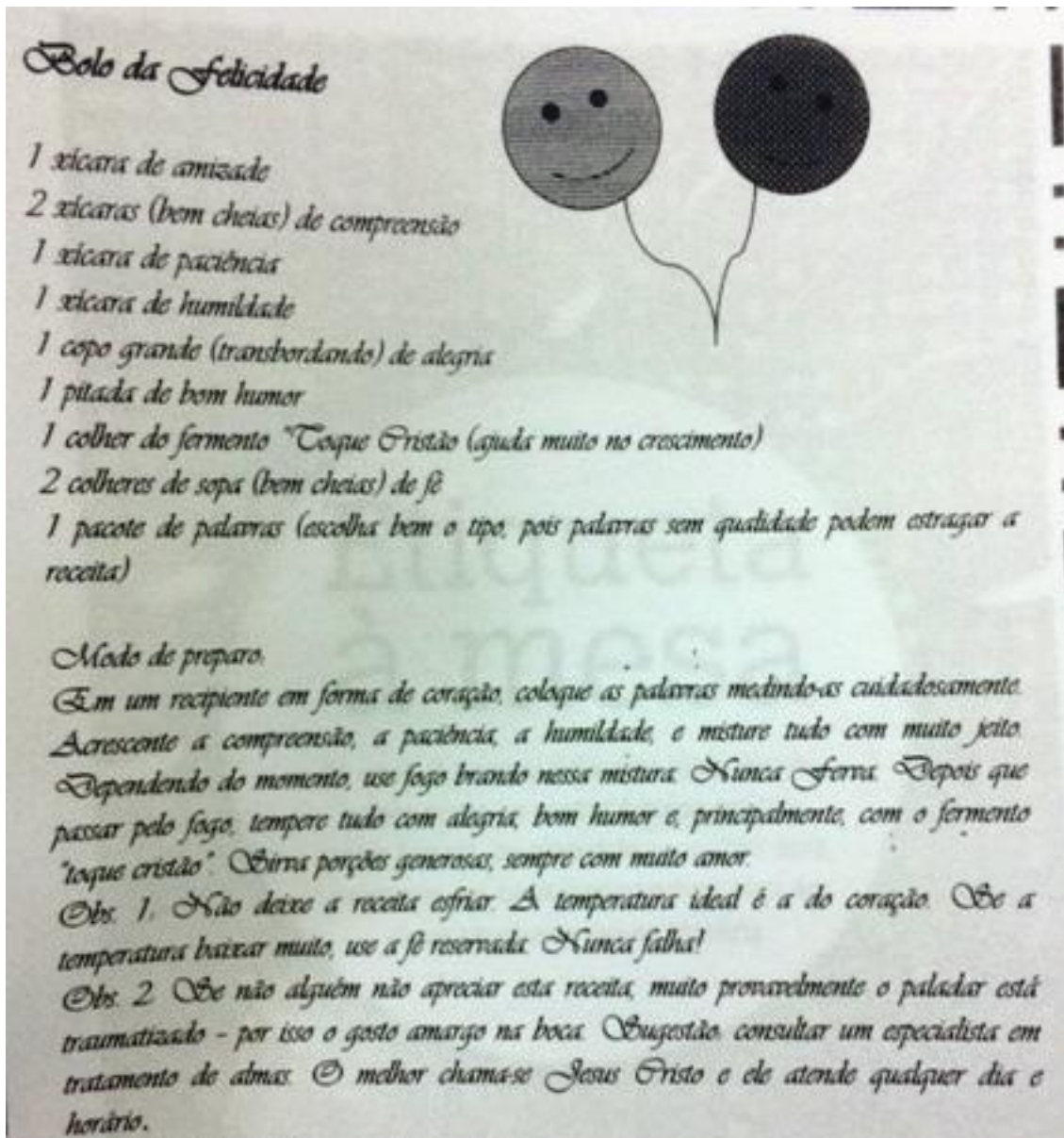


Figura 31 - Receita retirada do livro de receitas culinárias das *Jovens Guerreiras*, 2011, p.57.

Nessa prescrição, havia a ênfase em como as palavras deveriam ser usadas cuidadosamente para que não estragassem a receita da felicidade. No entanto, houve um dia em que as palavras foram mal utilizadas e conflitos e fofocas foram tomando forma no grupo. Como Ana Carneiro (2010) argumenta sobre o povo buraqueiro, as palavras soltas no ar podem ter múltiplos significados e serem espalhadas positiva ou negativamente de acordo com o modo que as pessoas que as escutam, as interpretam e as fazem circular.

Em um dia de visita das *Jovens Guerreiras* a uma comunidade indígena, o grupo estava esperando a esposa do general na beira da praia de SGC para poder dar início às atividades. Helena estava atrasada, pois no mesmo dia, uma comitiva do alto comando

do Amazonas estava visitando a Brigada e ela, com seu sapato alto, tinha que recepcionar outra esposa de general, cujo marido era *mais antigo* que o seu. Na espera por Helena, ouve-se Larissa (a esposa de coronel mais *nova*, conforme mencionado em capítulo anterior) comentar: “por que precisamos esperar ela [Helena]?! Vamos sair sem ela!”. Imediatamente duas esposas que estavam próximas de Larissa e escutaram suas palavras, começam a comentar entre si que acharam desrespeitosa a forma como ela falou de Helena e que ela estaria precisando de um “corretivo”. Pouco tempo depois, Helena chega acompanhada da outra esposa de general e as atividades das *Jovens Guerreiras* são iniciadas sem mais demoras.

Alguns dias se passam e as palavras de Larissa começam a surtir efeito na rede das *Jovens Guerreiras*, chegando aos ouvidos da esposa do general. Assim, como consequência da fofoca espalhada, Helena justifica seu atraso em uma reunião do grupo, ao passo que algumas esposas começam a falar de outras vezes em que Larissa foi deselegante com outras mulheres de militares (Joana, a esposa de tenente mais *velha*, era uma dessas pessoas que sentia ter um tratamento diferente por Larissa) e com o general, ao desaprovar publicamente de atitudes que ele realizava nas dependências das vilas militares (que serão mostradas no próximo capítulo). O clima entre as mulheres passou a ser de desconfiança, criando clivagens entre pessoas próximas de Helena e pessoas próximas de Larissa. Cabe aqui mencionar que Larissa é esposa do coronel que comanda o Batalhão em SGC (posição de comando, mas subordinado ao general, marido de Helena) e se indispor com Helena passa a ser um grave erro de conduta nas relações de solidariedade entre as mulheres no grupo. Helena, sentindo-se desautorizada por Larissa, convocou uma reunião particular em sua casa com ela e outras mulheres que de alguma forma estavam envolvidas com a fofoca. Passada a reunião, Larissa e outras pessoas próximas dela se afastaram do grupo.

E Helena, diante dessa situação e ao ver pouco apoio das companheiras que *deveriam ser* seu “braço forte” no grupo (esposas de oficiais superiores), foi buscar suporte e amizade em Beatriz, esposa de um subtenente, que havia mostrado disposição e interesse pelo trabalho do grupo e ambas passaram a serem vistas sempre juntas no cotidiano. Essa relação, não prevista pelo conjunto normativo que orienta o mundo militar, surtiu outra fofoca entre as mulheres. Segundo Beatriz, “as duas patentes falam: os sargentos estão com inveja e os oficiais falam que eu sou interesseira”. Mas, a convivência entre elas manteve-se, e, às vezes, eu presenciei algumas formas de tornar a situação menos desconfortável para a esposa do subtenente que havia se chateado com o

falatório: sempre que pegávamos carona de carro com a esposa do general, Beatriz pedia que eu fosse sentada no banco da frente para que ela não fosse vista pelos outros ali. E Helena, no entanto, parecia não ter se intimidado com a fofoca.

Larissa foi central na criação de uma inimizade generalizada com os boatos. Outra consequência dessa situação tem a ver com a relação entre ela e Joana (e a assimetria que ambas carregavam em seus casamentos). As duas, que já não se entendiam muito bem, passaram a quase não se falar mais nessa nova situação de rompimento de relações de algumas mulheres do grupo. No entanto, o marido de Joana era subordinado direto do marido de Larissa e observava-se que a relação de inimizade das esposas estava afetando o trabalho dos maridos. Numa ocasião, o marido de Larissa recusou o pedido do marido de Joana de um veículo para a patrulha na região.

Sob nova direção

Em 2012, com a troca de comando em SGC e o pouco suporte das esposas de oficiais superiores que permaneceram na cidade para uma continuidade do grupo, havia a ameaça de que as *Jovens Guerreiras* pudessem encerrar suas atividades. No entanto, a esposa do novo general, Aline, resolveu dar prosseguimento ao grupo, mas com uma diferença crucial: administrar o grupo à distância, pois ela morava em Brasília onde tinha um emprego como servidora pública e não se mudou com o marido para lá. Ela visitava-o esporadicamente na fronteira, e para coordenar o grupo à distância, precisava de uma esposa que morasse em SGC para ser seu “porto seguro”. Aline aproximou-se de Joana (e nota-se que ambas pertenciam à mesma faixa etária, apesar dos maridos se situarem hierarquicamente nas pontas extremas do círculo dos oficiais), visto que Joana era uma das esposas remanescentes do ano anterior que tinha participação ativa no grupo. Apesar da distância hierárquica dos círculos dos maridos, a idade das duas mulheres era semelhante e tomavam isso como um ponto positivo na rede de confiança que estabeleceram entre si. A amizade das duas aproximou a convivência de seus maridos e, de forma não prevista nas relações compelidas pelo Exército, general e tenente tornaram-se amigos.

Assim, em uma das festas do clube dos sargentos, era possível observar o general e o tenente sentados na mesma mesa a conversar. Teoricamente, pelo regulamento, este é um fato proibido, e na semântica militar essa atitude é chamada de *promiscuidade*. Houve também o episódio do aniversário do general que, para não

passar a data sozinho em sua casa na vila militar (já que sua esposa não estava morando com ele), fora convidado para um churrasco na casa da família de Joana. O general compareceu na casa do tenente e a situação tornou-se um assunto comentado entre os vizinhos de Joana que, numa mistura de ciúme e fofoca, espalhavam boatos sobre essa “inesperada” amizade.

Medindo o salto alto entre as esposas de generais

De acordo com a etnografia e relatos pós-campo, podemos mostrar que a “passagem de comando” das *Jovens Guerreiras* entre três esposas de generais foi marcada por tensões e descontinuidades dos projetos que cada esposa realizava na região. Utilizo o termo militar “passagem de comando” (utilizado para indicar o ritual de troca de comando militar das unidades) propositalmente, para indicar como as esposas de salto alto, absorvendo a hierarquia de seus maridos, usam seus recursos e medem seus poderes.

Helena foi a primeira a implantar o projeto na fronteira. A esposa de general anterior a ela realizava pequenos feitos assistenciais na área, não tomando a atividade como um grande objetivo para si e para as outras esposas de militares. Assim, essa esposa era considerada por outras mulheres de militares que a conheceram, como “discreta” e que esporadicamente “convidava” as outras esposas para essas atividades de cunho assistencial. Já Helena, ao construir um grupo voluntário, mas com preciosas regras de boa convivência e com um grande número de atividades a serem realizadas, era vista por algumas esposas como uma mulher que “mandava”, tal qual seu marido general. Sua abordagem e postura com o grupo (de tomar decisões, mas de aconselhar e chamar a união entre as esposas) a definiam como uma esposa de comandante aos moldes do modelo ideal de família militar.

O grupo para Helena, portanto, tinha como marca o projeto assistencialista, com atividades que serviam como medidas paliativas para as urgências da população carente local: o fornecimento de alimentos e roupas, enxovais para mulheres grávidas, serviços de higiene pessoal (corte de cabelo, cuidado com os dentes), enfim, o mencionado projeto civilizatório, que, aliás, se tem notícia desde antes dos tempos de Rondon (Lima, 1995). Todo o trabalho para realizar estas medidas exigia *doação* (pessoal para a realização das tarefas e material para aumentar os donativos) das mulheres e era recompensado pelo sentimento positivo que “fazer o bem” gerava, acrescido das redes

de ajuda mútua que as esposas criavam entre elas com o processo de doação ao grupo. As doações materiais do grupo vinham também de pessoas e organizações voltadas com o mundo militar e, portanto, a repercussão do grupo em termos de divulgação do trabalho, apresentava um caráter mais regional e interno ao Exército. As *Jovens Guerreiras* tinham como logotipo o mapa da região do Alto Rio Negro com uma onça e um coração, simbolizando o caráter de doação, o espírito guerreiro das mulheres que se doavam para o trabalho, combinadas com características de selva da área. Obviamente, todo esse movimento é escorado pela percepção interna de que a ação se manifesta em forma de dádiva, pela versão imemorial de que o Estado é o principal sentido na vida social, pólo de contenção de uma guerra muito pior do que aquela que um exército pode viver, que seria a versão hobbesiana da guerra de todos contra todos. A onça domesticada, assim como observou Leirner (2013), seria o símbolo mais cristalino dessa pequena mitologia estatal.



Figura 32 - Logotipo das *Jovens Guerreiras* sob a coordenação de Helena.

Aline, a sucessora do grupo, só teve um encontro com Helena, na passagem de comando entre seus maridos. Segundo Aline, elas não se conheciam antes e pouco tempo tiveram para falar sobre a “passagem” do grupo. Ao assumir as *Jovens Guerreiras*, ela utilizou a sua distância territorial (como sabemos, ela não morava em

São Gabriel da Cachoeira com o marido general) como principal recurso para reformular algumas práticas do projeto. A “limitação” por não estar acompanhando o marido e sua personalidade mais “extravagante” (ela não se considerava uma esposa de militar usual, e outras mulheres relatavam que ela falava palavrões sem pudor, fumava, bebia; condutas que Helena não fazia ou, se fazia, era sempre de um modo contido e, publicamente, nunca era em excesso), tornaram o grupo mais focado no trabalho com a população local do que no processo de criar relações entre as esposas de militares das vilas. A seu modo, ela utilizou a rede de contatos que tinha em Brasília, com o trabalho como servidora pública, para ampliar as instituições e pessoas dispostas a fazer doações ao grupo. Aline se dizia contra o assistencialismo e priorizava que o grupo organizasse “cursos profissionalizantes” aos indígenas (o aprendizado de serviços como marcenaria, cabelereiro, manicure, informática, administração), com o foco de “transformar vidas” e não somente de fornecer uma ajuda temporária. Ela manteve o nome do grupo, mas mudou seu logotipo, “sofisticando” o emblema, que agora consistia em “duas jovens guerreiras de mãos dadas formando o coração, mulheres unidas guerreando para minimizar o sofrimento da população local, numa região onde as areias são brancas” (em alusão à parte da praia da cidade em que as areias eram claras).



Figura 33 - Novo logotipo das *Jovens Guerreiras*¹⁰³, sob a coordenação de Aline.

¹⁰³ Imagem retirada da página do grupo nas redes sociais: <https://pt-br.facebook.com/jovensguerreiras>. Acesso em 25 de novembro de 2012.

Nessa gestão, o grupo ampliou suas atividades e obteve diversos patrocínios de fora do Exército que consolidaram a realização dos cursos de formação pretendidos no projeto, mas também fornecendo uma quantidade maior de material e equipamentos para o hospital (colchões e berços), para as crianças (material escolar e brinquedos), etc. Aline, portanto, ofereceu uma outra dimensão e publicidade ao grupo, modificando a base que Helena construía.

No entanto, ao termos uma terceira sucessora do grupo, novamente as práticas do projeto se alteraram. Segundo Aline, a nova esposa de general na região era muito amiga de Helena (os maridos serviram juntos em outra localidade, em que o marido de Helena era o superior) e uma das primeiras medidas que foram tomadas pela nova esposa de general foi voltar ao logotipo “original” das *Jovens Guerreiras*. E com isso, retomar as atividades de assistencialismo e o caráter de integração entre as esposas de militares, não se preocupando em manter os apoios externos que Aline conseguira em Brasília. Tais ações não foram bem recebidas por Aline que, mesmo já não tendo mais seu marido comandando aquela área, tentou continuar o projeto com seu enfoque de “transformar vidas” através de uma esposa de coronel, cujo marido comandava um batalhão em outro município (mas que era subordinado ao comando da Brigada de SGC). Aline, então, enviou donativos que ainda tinha em mãos para essa esposa de coronel, através de uma embarcação regional (não envolveu nenhuma unidade militar para o transporte). No entanto, a nova esposa de general soube do ocorrido e solicitou que o material fosse enviado a ela, e deixou, segundo relato de Aline, a seguinte mensagem para a esposa de coronel: “se você acha que isso [a unidade militar do coronel] é independente, manda seu marido sentar na cadeira do meu marido”. O material foi entregue à esposa do general e Aline, lamentando a situação, resolveu não mais interferir nas atuações do grupo.

Nesses casos apresentados, temos uma disputa do salto alto envolvendo mulheres de militares de mesmo círculo hierárquico. Mesmo que Aline não se considere a “ideal” esposa de militar, ela também utiliza de sua posição de comando para modificar a proposta das *Jovens Guerreiras* e, depois de sua saída da presidência do grupo, ela ainda tenta manter seu empreendimento procurando uma esposa de coronel que fora subordinado de seu marido durante a passagem dele por SGC. No entanto, na

troca de poderes e comandos, a esposa do coronel tem que se manter sob o controle do atual comando em SGC, para evitar possíveis danos colaterais na hierarquia dos homens militares. Ao mesmo passo que, a amizade de duas esposas de generais mantém a continuidade do grupo, e mesmo que elas não estejam juntas no mesmo espaço, há a renovação das características da *Família Militar*, visto que elas podem ser consideradas como da mesma parentela, por já terem compartilhado anteriormente um convívio em outra localidade.

Das outras associações de esposas de militares

Há outra reunião de esposas de militares que se juntam para organizar eventos para a comunidade militar das vilas em SGC. Conforme já mencionado no Capítulo II, estas mulheres se associam para ajudar os maridos na gestão do clube militar dos sargentos. Assim, junto com a nomeação dos militares homens para a diretoria do clube, há a ala feminina (as esposas) que entra como complemento na nomeação. Inclusive na placa de marcação da diretoria, constam os maridos militares e seus respectivos cargos, e na parte de baixo, com a indicação “feminino” inscrita, são listadas suas esposas como compondo a mesma associação. Na manutenção e cotidiano do clube, elas não precisam estar presentes, mas quando os eventos festivos são acionados, há uma divisão de tarefas para os homens e mulheres. Essas esposas de sargentos e subtenentes ficam encarregadas de decorar o clube e, em algumas atividades, de ajudar no preparo da comida para a celebração de eventos como dia das mães, dia dos pais, Páscoa.



Figura 34 - Esposa de sargento trabalhando no evento da Páscoa oferecido pelo clube dos sargentos. Autora: Cristina Silva.



Figura 35 - Arrumação para o evento de Dia das Mães no clube dos sargentos. Acima: esposas de sargentos trabalhando na decoração. Abaixo: maridos militares trabalhando no preparo da carne. Autora: Cristina Silva.

* * *

Neste capítulo vimos como as esposas de militares organizam o seu cotidiano através da atuação do grupo das *Jovens Guerreiras*. Nesse contexto, é importante ressaltar que as esposas de militares não são só acompanhantes de seus maridos e suas principais motivações de bem-estar no serviço militar. Mas que isso, elas também vivenciam uma sociabilidade específica nesse meio, amparando-se umas às outras e reproduzindo um estilo de vida semelhante ao do quartel, mas ao seu próprio modo. Isto é, as relações entre as esposas decorrem das posições hierárquicas dos maridos militares, mas são geradoras também de outras formas de convívio. Apesar dos papéis de gênero indicarem a clássica divisão tradicional do trabalho sexual, os espaços público e privado são constantemente redefinidos no cotidiano e a esposa, em particular, entra como uma outra linha de força para lidar com os obstáculos e gerenciar as relações da casa e do quartel.

Os exemplos expostos neste capítulo ilustram um processo que parece percorrer toda a experiência militar em SGC, o fato de que a ideia de *Família Militar* implica em lógicas que se interpenetram constantemente, produzindo deslizamentos e afastamentos em relação ao ideal, que precisam ser constantemente corrigidos. Ou, ao menos, tenta-se corrigir. Aqui, em especial, foi possível ver como a ordem hierárquica dos maridos encontra eco no que acontece na ação de suas esposas, mas não totalmente, porque a dinâmica das *Jovens Guerreiras* é impactada pela hierarquia formal, mas a ultrapassa e a desestabiliza em vários momentos. Vimos que esses descompassos podem até produzir efeitos nas relações entre os homens (maridos), sendo esses atingidos pelas dinâmicas das esposas, com ou sem salto alto. Esses descompassos tendem a ser corrigidos pela imposição final da lógica hierárquica formal, num retorno ao modelo (como no caso da última esposa de general a comandar as *Jovens Guerreiras*, onde a patente do marido basta para liquidar uma disputa nascente).

Ao mesmo tempo, essas correções não são perfeitas e não deixam de fazer permanecer nas relações algo de diferente em relação aos modelos e à própria noção de hierarquia dos maridos. Isso acontece justamente pela noção de família ser tão relevante para o universo militar, tendo que cotidianamente lidar com as complexidades que qualquer sistema de parentesco implica, com suas tensões e incoerências. Essa tentativa

constante de corrigir o rumo incerto das relações familiares acontece também em outros níveis, como no papel que o general executa ao tentar manter as vilas “em ordem”, conforme mostrado no Capítulo II.

CONCLUSÕES

A presente tese percorreu, etnograficamente, as múltiplas dimensões e contextos em que a *familiarização* é acionada e vivida nas vilas e pelotões militares da fronteira do noroeste amazônico brasileiro. Procuramos elucidar o caráter dinâmico da(s) família(s), bem como o esforço cotidiano, mostrado através dos mecanismos de vigilância e correção constantes que acontecem nesses espaços, da tentativa (nem sempre bem-sucedida (ou quase sempre malsucedida) de criar um ideal de família militar. Nesses processos, de fazer e de desfazer famílias, o Exército opera como um ordenador de parentesco, no qual “toma” as pessoas das suas famílias de origem e centraliza as relações familiares dentro das vilas, esferas delimitadas pelos militares e que são constituídas por um fluxo e circulação intensa de pessoas e lugares.

O uso de uma concepção nativa de *família* é central para se entender a instituição militar. Porém, *família*, para os militares, não se esgota apenas em uma noção de família “natural” (pai, mãe, filhos/as), mas é uma concepção muito mais extensa que envolve outras formas de relações, como o compartilhamento do espaço e é até mesmo exteriorizada no contato entre antropólogos e militares ou entre universitários e militares, por exemplo.

Assim, aponto as questões discutidas neste trabalho e que permeiam todas as ideias acima levantadas. Levou-se em conta que a pesquisa aborda um contexto específico, no qual foi possível observar atentamente como as relações entre militares e seus familiares se adensam, rompem e refazem nos limites circunscritos das vilas militares em uma região afastada de grandes centros urbanos. Estudos em outros ambientes e instituições militares podem revelar configurações e performances

diferentes; porém, com essa experiência etnográfica mostrou-se a complexidade e dinâmicas nas práticas familiares, para além de um modelo ideal (teórico e nativo).

Com a pesquisa etnográfica podemos pensar de maneira diferente da sociologia militar, cuja base apoia-se em modelos sociológicos e em uma comparação entre sociedades civil e militar, tradicional e moderno, com uma premissa biologizante sobre a família. De acordo com o que foi discutido no Capítulo I, grande parte dos estudos sobre a família dos militares na sociologia tomou a organização militar e a família como duas “instituições vorazes”, e as análises lidavam com os impasses e a competição de uma sobre a outra, apontando os desgastes que o ofício militar poderia gerar nas e entre as relações familiares, sempre entendidas na sua manifestação nuclear (pais e filhos). A ausência cíclica do membro militar da família (atuando em operações combatentes e sob uma situação de risco), o estresse constante e outros problemas de saúde (depressão, alcoolismo), o trabalho “gratuito” que as esposas desempenhavam para o Exército (atividades e associações criadas para ajuda mútua na comunidade militar), eram questões agravantes na relação família e Exército no contexto euro-americano e alvos de numerosas pesquisas que buscavam problematizar essa discussão em termos sociológicos, principalmente após o período da Segunda Guerra Mundial.

O cenário pós-Guerra Fria configuraria algumas mudanças a essa conjectura, com as famílias dos militares mais envolvidas na “sociedade civil” (justificada por uma profissionalização dos exércitos, menor mobilidade geográfica de seus efetivos e com a mulher atuando em maior proporção no mercado de trabalho). Assim, neste segundo contexto, haveria menos mudanças geográficas para as famílias e elas buscariam moradias fora do controle militar, o que refletiria em condições mais favoráveis de emprego para o cônjuge não militar e o estabelecimento de relações de amizade e vizinhança com pessoas de fora do “mundo do quartel”. Apesar de o estresse ainda ser uma característica recorrente nas famílias que têm seus cônjuges militares atuando em operações militares internacionais de segurança e manutenção da paz, esse diferente contexto resultava, segundo os estudos da sociologia militar, em uma valorização maior da unidade familiar frente ao caráter controlador da caserna. No entanto, o foco continuava sendo na elaboração e aplicação de esquemas teóricos que explicassem essas diferenças e transformações nos exércitos euro-americanos e na naturalização de uma unidade da família.

Por outro lado, a perspectiva antropológica, que foi central para a presente tese, enfatizou a experiência de militares e familiares, o que nos mostrou que existiam outros

arranjos e possíveis estruturas familiares que ordenam as práticas e dão sentido ao modo de viver/ser dessas pessoas. Na descrição das relações que acontecem nas vilas militares de fronteira no Brasil, pudemos perceber que a construção nativa de *família* se expande, não correspondendo somente à sua forma nuclear ou a determinados modelos, mas também sendo construída em várias dimensões de familiarização e desfamiliarização nas práticas dessas pessoas ou, considerando a perspectiva de Carsten (2004), em processos de conexão e desconexão entre relações e pessoas, constituindo novos parentescos e desconectando outros (mesmo que temporariamente).

Para ilustrar essa complexidade e dinâmicas exploradas ao longo da tese, apresento três estratos de usos e discursos das diferentes formas de construção da *família* no Exército brasileiro em São Gabriel da Cachoeira. A primeira situação ocorreu na cerimônia de passagem de comando da diretoria do clube dos sargentos (GRESSARNE) no ano de 2011. Antes de ser anunciada a nova direção, o general proferiu as seguintes palavras em menção à diretoria que estava saindo:

Seu esforço propiciou a que, neste espaço social, nossas famílias possam desfrutar momentos da mais pura alegria, descontração e união fraternal. Sabemos que temos diversas necessidades que se manifestam em diferentes níveis. Necessitamos de alimento, de abrigo, de segurança, etc. Da mesma forma, precisamos nos relacionar com os outros, interagindo de forma sadia com o meio em que vivemos. Sem isso, a nossa vida pode se tornar enfadonha, sem graça. Sabemos, também, que a verdadeira família é aquela que está unida pelo espírito e não somente pelo sangue. Em outras palavras, as ligações de amizade, muitas vezes, poderão ser mais fortes que as de sangue, de família. Por tudo isso, em nome dos integrantes da Família Militar da guarnição de São Gabriel da Cachoeira, reconheço o valor de cada um dos nossos diretores e agradeço pelo excepcional serviço prestado, com abnegação, entusiasmo, altruísmo e espírito de coletividade.

E quando o novo grupo assumiu, o novo presidente (sargento) manifestou: “tive a oportunidade de acompanhar a família do sargento Antonini e agora eu vou criar a minha própria família na direção do clube”. A referência à “família do sargento Antonini” contemplava os membros que compunham a sua diretoria (composta de

militares e suas esposas, como indicado no Capítulo II) e da qual ele havia sido presidente.

O segundo discurso ocorreu durante uma reunião entre militares na Brigada, também em 2011, em que seis integrantes das *Jovens Guerreiras* participaram representando o grupo (incluindo a esposa do general, que é a presidente do grupo), para receber uma doação em dinheiro proveniente da instituição militar. Na ocasião, o general falou:

As *Jovens Guerreiras* tem feito um trabalho fantástico. Já fizeram várias campanhas de apoio social, já fora até de São Gabriel [da Cachoeira] (...) Então esse dinheirinho, essas coisas que elas conseguem nos bingos, nas rifas que elas fazem, e mais a contribuição pessoal de cada uma, é um pouquinho dinheiro, mas que elas conseguem fazer grandes coisas. Então esse apoio que a Companhia de Comando, que a Brigada, por intermédio da iniciativa do major vai passar para elas, será muito bem aproveitada. E é isso mesmo, é essa a noção que nós temos que ter, noção de família, que aqui as *Jovens Guerreiras* são nossa, elas não são terceirizadas, elas são nossas. E tudo que nós pudermos fazer para melhorar a situação da *Família Militar* e para ajudar a comunidade onde, na qual nós estamos inseridos, é importante. (Ênfases minhas).

O terceiro exemplo aconteceu em 2012, quando a Brigada (com um novo general no comando) estava recebendo uma comitiva de participantes do projeto Formadores de Opinião. Este projeto era desenvolvido pelo Exército brasileiro com o objetivo de proporcionar aos universitários e docentes de universidades públicas e privadas nacionais (e normalmente pertencentes ao curso de jornalismo), a oportunidade de conhecer as atividades do Exército na Amazônia. Nessa viagem, a comitiva percorre unidades do Exército na região, incluindo as localidades de difícil acesso, e visita as instalações militares, como pelotões de fronteira, e assiste palestras dos militares comandantes da área. Sobre essa ocasião, narro um jantar de confraternização produzido pela Brigada para a despedida da comitiva na região.

No jantar encontravam-se mesas com militares da guarnição que estavam envolvidos com as atividades para a comitiva, mesas dos alunos e professores das universidades, e uma mesa composta por quatro esposas de militares que representavam

as *Jovens Guerreiras*. E eu, embora pesquisadora, mas colaboradora ativa do grupo (conforme analisado na Introdução desta tese) estava sentada na mesa das esposas de militares. Em certa altura do jantar, iniciaram-se os discursos em homenagem ao evento. Primeiro, uma aluna, representante dos estudantes universitários, fala emocionada: “faz dias que iniciamos esta viagem e estou distante da minha casa, mas hoje ao falar com minha mãe pelo telefone, eu disse que apesar da saudade, eu estava muito bem aqui porque posso confiar no Exército brasileiro e vocês [Exército] nos acolheram.”

Depois, o comandante general complementa a fala da aluna: “hoje vocês [alunos] puderam conhecer o árduo trabalho da nossa família aqui nesse lugar tão distante. E sintam-se já parte dessa família”. Após os discursos, o jantar é servido, há alguma interação entre militares e universitários, mas as esposas de militares passam a maior parte do tempo conversando entre elas. E no dia seguinte a comitiva voa para outro destino do projeto.

Estes três cenários implicam em *falar* sobre (e/ou *pensar* como) família o tempo todo, nos mais diversos níveis e englobamentos: fala-se do Exército enquanto coletividade e solidariedade pela metáfora familiar, envolvem-se relações de camaradagem e cortesia entre militares e estudantes civis, há um grupo de mulheres dos militares presentes com seus maridos e atuando em atividades com as quais o Exército também gosta de ser lembrado na região (a parte assistencial e humanitária) e eu, pesquisadora / “jovem guerreira” observando as cenas, mas também podendo ser confundida como uma “pessoa de dentro / uma esposa militar” dependendo dos olhos de quem me visse, como por exemplo, se me observassem naquela mesa com as *Jovens Guerreiras* no jantar e não soubessem que eu era uma pesquisadora.

Na relação entre militares e estudantes civis, vemos a ideia de um “estreitamento de laços” entre a instituição militar e a universidade, tomada nativamente em uma forma genérica, conforme Leirner analisou (1997), e que seria um ponto em comum que estabeleceria uma aproximação entre alunos civis e militares. Porém, estreitar laços, tem uma ênfase muito particular e, do ponto de vista dos militares, significa mostrar e esclarecer a “realidade do Exército”. Assim, os movimentos para essa aproximação são definidos, regulados e dispostos, a maior parte das vezes, de acordo com uma narrativa militar: são os militares que investem em projetos e congressos para “abrir” as portas das suas instituições para universitários e pesquisadores civis. Nesse sentido, poder participar da *Família Militar* nesse contexto, é poder ver e frequentar as instituições militares por um breve momento, mas um período que foi garantido e antecipado pelos

militares, em que eles depositam alguma confiança nos elos com a universidade, mas uma confiança de algum modo tutelada.

O que ocorre é que, muitas das vezes, essa primeira abertura ou acesso é feita de forma modulada e maquiada. No caso de estudantes universitários visitando áreas de relativa sensibilidade e isolamento geográfico com relação ao resto do país, implica em mostrar que, mesmo com as agruras e sacrifício inerentes de uma missão na *selva*, os militares estruturam o seu cotidiano de forma regular: moradias simples, mas cuidadosamente administradas. Porém, esta arrumação das vilas corresponde, na verdade, a serviços de manutenção e limpeza das áreas que são solicitados apenas dias antes da comitiva chegar. Ou quando os estudantes visitam um pelotão de fronteira (unidade menor que fica em territórios mais afastados ainda, delimitando as áreas fronteiriças do país) com uma aeronave do Exército e são recepcionados por militares ao lado de suas esposas, que estampam um sorriso no rosto e braços postos para cumprimentos e reverências; quando, na verdade, as esposas podem estar relutantes em ver a facilidade com que comitivas voam e sobrevoam a área com aeronaves das Forças Armadas, enquanto elas (esposas) podem ter dificuldades para se movimentarem na região (alto custo do combustível e falta de disponibilidade de embarcações ou aeronaves para tal movimentação). Ou outras complicações como o pelotão estar há mais de dois meses sem o reabastecimento de comida (o abastecimento normalmente é realizado a cada trinta dias numa missão conjunta entre Exército e Aeronáutica, mas há épocas em que não há aeronaves disponíveis e a entrega de suprimentos é adiada aos pelotões).

Essa manipulação de uma realidade imaginada que o Exército apresenta às pessoas de fora do mundo do quartel nos evidencia que, apesar das ações sociais dos familiares ocorrerem em esferas delimitadas pela instituição, há uma série de imperfeições, fraturas e linhas de fuga alternativas operando para além de um modelo ideal de família militar. Os exemplos mostram os diferentes níveis de análise retratados nesta tese, nos indicando que a *Família Militar* é vivida nas distintas experiências de família: na ação social promovida pelas *Jovens Guerreiras* nas comunidades indígenas, nos eventos no clube dos sargentos, nas atividades incessantes de comércio e troca de bens nas vilas e pelotões militares, na obrigatória “benção” do general como se ele fosse um pai de família, nas crianças circulando inadvertidamente pelas vilas, nas disputas entre mulheres afetando a ordem das relações entre os maridos militares e em várias outras situações narradas ao longo do trabalho.

Esses processos nos permitem ver algo da dinâmica incessante de afastamentos e “vazamentos” que temos na experiência militar. Constantemente a vida afasta as experiências daquela ideia fraternal e amigável da *Família Militar* em seus vários níveis (a instituição como um todo, os companheiros de *Armas*, as famílias se relacionando nas vilas, as famílias nucleares). Esses afastamentos são incidências das relações sobre a dinâmica efetiva das famílias, que habitam um mundo muito menos ordenado e muito mais sujeito a desvios em relação ao padrão, a alterações momentâneas da ordem, a desajustes estruturais e fraturas frequentes. Esses desajustes podem ser visualizados na ação constante do general de tentar remendar e corrigir os vazamentos a todo o instante, de tentar inserir a lógica mais dura da hierarquia oficial a todo o momento, exigir o respeito às regras que deveriam ser seguidas, mas não são, etc. Esse papel de reordenador do fluxo confuso das relações cotidianas na vila é um “trabalho de Sísifo”, fadado ao fracasso, mas que necessita, entretanto, ser constantemente realizado.

Nesse cenário, o papel específico das mulheres dos militares é ambíguo: ao mesmo tempo em que se configuram como mantenedoras da “ordem” oficial atrelada à ação profissional dos maridos, o seu cotidiano evidencia fugas e a constituição de novas ordens que seguem outras lógicas e até mesmo a influência destas lógicas na relação profissional hierárquica dos maridos militares. As *Jovens Guerreiras* permitiram um entendimento de toda essa complexidade: ao tentar reproduzir a ordem militar no “corpo feminino” do grupo, vemos uma aproximação tensa, marcada de desvios e de certa independência avessa ao que se espera no modelo ideal.

Por fim, o episódio dos fuzis relatado no início desta tese também articula algo fundamental a respeito do pertencimento/exclusão das formas de familiarização. Na manhã seguinte ao encontro dos fuzis, houve uma reunião das *Jovens Guerreiras*. Nessa reunião foram revelados o aparecimento das armas e o segredo sobre a oração e o jejum de algumas esposas (como a forma que elas encontraram de colaborar com os maridos para que os fuzis fossem encontrados). Helena, esposa do general, comentou o quanto estava feliz com a notícia e que havia tido um pressentimento sobre esse desfecho favorável para o Exército. Antes de a reunião começar, eu estava de carona com a esposa de um oficial superior, e ela, também animada, opinava a mim que os traficantes foram “bobos, que o Exército fechou o cerco por todos os lados, pressionou de todos os lados e que eles [traficantes] não resistiram”. Ela também relatou o que o marido lhe contara: que o tenente-coronel, comandante do Batalhão (unidade da qual as armas

foram roubadas) havia entrado, aos berros, na Brigada (cujo comandante geral é o general).

A carreira do tenente-coronel estava em jogo com o sumiço dos fuzis e todo mundo (militares e familiares) falava sobre essa situação. A tensão também era sentida no cotidiano, quando, por exemplo, antes da resolução do problema, houve um evento em que se comemorou o aniversário do general na forma de uma festa surpresa, organizado pelo tenente-coronel. O militar proferiu um discurso altamente elogioso ao general, e o mesmo tratou de responder que não aceitava a comemoração como uma festa de seu aniversário, mas enquanto um evento da *Família Militar*. Ambos os discursos encontram-se no Anexo 3. Para aumentar essa falta de sintonia entre os dois, temos que o tenente-coronel era o marido de Larissa, aquela esposa que, conforme visto no Capítulo V, “confrontava” Helena, espalhando palavras de reprovação às atitudes da Helena frente ao grupo das *Jovens Guerreiras*. Assim, achar os fuzis, para além de restaurar a segurança nacional, também significava a tentativa de equilibrar internamente as relações entre as pessoas ali envolvidas, militares e esposas, mesmo que temporariamente, já que vimos com esta tese que harmonizar a *Família Militar* requer um intenso esforço cotidiano frente às complexidades vividas entre as famílias nas vilas militares.

Quando o tenente-coronel chegou “aos berros” no comando da Brigada, eu estava na sala em reunião com o general sobre a minha pesquisa. O comandante do Batalhão não só chegou gritando, mas ele também estava com os dois fuzis em suas mãos, apontando-os para cima, como quem se portava diante de uma grande e decisiva vitória (justificada pelo duplo problema que apresentei no parágrafo acima). Se um novo “fazer família” estava sendo articulado na resolução dessa questão, o mesmo processo revelava a exclusão de outras formas possíveis de familiarização. Assim, quando da chegada do tenente-coronel com as armas no comando, o general declara: “esse traidor [o soldado causador do sumiço dos fuzis] não traiu a mim, traiu ao Exército, ao país, à nação. Eu vou confiar o país na mão desse cara!?!”. Com isso, o general, que sempre fora um incentivador em recrutar soldados da região do noroeste amazônico para a sua guarnição, com a prerrogativa de oferecer uma renda às pessoas pobres, mas também, sobretudo, de ensiná-los bons modos e cidadania (do ponto de vista militar, de quem apreende cidadania como exercício de uma forma de brasilidade), agora estava inclinado a mudar de opinião. Isto é, ao se deparar com uma situação em que viu seu projeto falhar e na real possibilidade de seus soldados indígenas não serem

leais à instituição, um processo de desfamiliarização foi gerado nessa circunstância. Assim, essa ruptura, também mostra que há limites da familiarização nesse sistema.

Dessa forma, a pesquisa ressaltou que *família* engloba, articula e assume diversas concepções nas relações do Exército e nas práticas familiares.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, M. C. **A mudança na tradição: esposas, comportamento e forças armadas.** Tese (Doutorado em História e Cultura) – UNESP, Franca, 2008.
- _____. Aspectos da adesão feminina aos valores militares: o casamento e a família militar. **História**, São Paulo, v. 29, p. 116-134, 2010.
- ALLEN, H. **Schilling Manor: a survey of a military community of father absent families.** Doctoral dissertation – Catholic University of America, 1972.
- ALVES, E. C. Aspectos militares. In: _____. **São Gabriel da Cachoeira: sua saga, sua história**, Goiânia: Kelps, 2007. p.175-266.
- ANDRADE, K. V. **Projeto Calha Norte e suas transformações.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- ANDRELLO, G. **Cidade do Índio.** São Paulo: Editora UNESP/ ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.
- ARKIN, W.; DOBROFSKI, L. Military socialization and masculinity. **Journal of Social Issues**, v. 34, n. 1, p. 151-168, 1978.
- ATASSIO, A. P. **A Escola de Sargento das Armas: um estudo sociopolítico sobre a formação de praças do exército.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFSCar, São Carlos, 2012.
- BARROS, A. S. C. **The Brazilian military: professional socialization, political performance and State building** (Tese de Doutorado) – University of Chicago, Chicago, 1978.
- BATTISTELLI, F. As mulheres e o militar entre antigas dificuldades e novas potencialidades. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 88, p. 45-70, 1999.

BOËNE, B.; MARTIN, M. France: in the throes of epoch-making change. In: MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. (Eds.), **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 51-79.

BOOTH, B.; KESTNBAUM, M.; SEGAL, D. Are Post-Cold War Militaries Post-Modern?. **Armed Forces and Society**, v. 27, n.3, p. 319-342, 2001.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURG, C.; SEGAL, M. The Impact of Family-Supportive Policies and Practices on Organizational Commitment to the Army. **Armed Forces and Society**, v. 25, n.4, p. 633-652, 1999.

BRASIL. Lei n. 6.880 de 09 de dezembro de 1980. **Dispõe sobre o Estatuto dos Militares**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm > . Acesso em 20 de maio de 2015.

_____. Decreto n. 2040 de 21 de outubro de 1996. **Aprova o Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1996/d2040.htm > . Acesso em 20 de maio de 2015.

_____. Decreto n. 4.622 de 21 de março de 2003. **Dispõe sobre a Medalha de Serviço Amazônico e dá outras providências**. Anteriormente instituída pelo Decreto n. 93.209, de 03 de setembro de 1986. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4622.htm#art6 > . Acesso em 20 de maio de 2015.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria n. 277, de 30 de abril de 2008. Aprova as instruções gerais para a administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (IG 50-01) e dá outras providências. **Boletim do Exército**, n.19/2008, p. 14-31, 2008.

_____. Lei n. 12.705 de 08 de agosto de 2012. **Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm > . Acesso em 10 de outubro de 2014.

CAFORIO, G. (Ed.) **Handbook of the sociology of the military**. New York: Springer, 2006a.

_____. Some Historical Notes. In: _____. (Ed.) **Handbook of the sociology of the military**. New York: Springer, 2006b. p. 7-26.

_____. (Ed.) **Social Sciences and the Military**: an interdisciplinary overview. Routledge Military Studies. London and New York: Routledge, 2007.

_____.; NUCIARI, M. Social Research and the Military: a cross-national expert survey. In: CAFORIO, G. (Ed.), **Handbook of the sociology of the military**. New York: Springer, 2006. p. 27-58.

CARNEIRO, A. **O povo parente dos Buracos**: mexida de prosa e cozinha no cerrado nortemineiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução a uma história indígena. In: _____. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

CARREIRAS, H. **Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

_____. As Mulheres e a Guerra. In: *TEIXEIRA, N. S.; BARATA, T.* (Eds.), **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 174-238.

_____. **Gender and the Military**: Women in the Armed Forces of Western Democracies. Case Military Studies. London and New York: Routledge, 2006.

_____. O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas forças armadas. In: MATHIAS, S. (Org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas, São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.169-190.

CARREIRAS, H.; ALEXANDRE, A. Research relations in military settings: how does gender matter?. In: CARREIRAS, H. and CASTRO, C. (Eds.) **Qualitative Methods in Military Studies**. New York: Routledge, 2013. p. 97-115.

CARSTEN, J. (Org.). **Cultures of Relatedness**. London: Cambridge University Press, 2000.

CARSTEN, J. **After Kinship**. London: Cambridge University Press, 2004.

CARVALHO, S. **Casa-Caserna**: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1990.

CASTRO, C. A origem social dos militares. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 37, p.225-231, 1993.

_____. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **O Espírito Militar**: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1990] 2004.

_____. Em campo com os militares. In: CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Org.), **Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 13-30.

_____.; SOUZA, A. B. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 31-68.

CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Org.). **Antropologia dos Militares**: reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

CAVAGNARI, G. L. Introdução à defesa da Amazônia. **Carta Internacional**, São Paulo, Ano X, n. 107/108, p. 19-21, 2002.

CAVILHA, J. **Histórias de Quartel**: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

CHINELLI, F. **Mulheres de Militares**: família, sociabilidade e controle social. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

COELHO, E. C. A Instituição Militar No Brasil. **BIB**, São Paulo: Anpocs, n.19, p. 3-19, 1985.

COLLI DE SOUZA, A. **Um cotidiano Ritualizado**: a temporalidade militar em perspectiva etnográfica. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSCar, São Carlos, 2008.

- COMERFORD, J. C. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará - Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- CONNEL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- COSER, L. **Greedy Institutions**: patterns of undivided commitment. New York: The Free Press, 1974.
- COSTA, V. R. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. **Ciências Sociais Hoje**, Vértice/ANPOCS, p.260-291, 1985.
- D'ARAÚJO, M. C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.), **Nova história militar brasileira**, Rio de Janeiro, FGV, 2004. p. 439-459.
- ENLOE, C. Filling the Ranks: Militarizing Women as Mothers, Soldiers, Feminists, and Fashion Designers. In: _____. **Maneuvers**: the internacional politics of militarizing women's lives. USA: University of California Press, 2000. p. 235-287.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando de Fronteira Solimões. 8º Batalhão de Infantaria de Selva. **Plano de gestão do Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva**. Tabatinga, 2014.
- FARIS, J. H. The social psychology of military service and the influence of bureaucratic rationalism. In: MOSKOS, C.; WOOD, F. (Eds.), **The Military: more than just a job?**. Washington: Pergamon-Brasseyes, 1988. p. 57-75.
- FLECKENSTEIN, B. Germany: forerunner of a Postnational Military?. In: MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. (Eds.), **The Postmodern Military**: Armed Forces after the Cold War. New York: Oxford University Press, 2000. p. 80-100.
- FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. Família e Parentesco na Antropologia Brasileira Contemporânea. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. (Coord.). **Horizontes Sociais das Ciências Sociais**: Antropologia. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 123-154.

FREUD, A.; BURLINGHAM, D. **War and Children**. New York: International University Press, 1943.

FURNIEL, A. C. M. **Amazônia – A ocupação de um espaço**: internacionalização x soberania nacional. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

GIANNINI, R. Promover Gênero e consolidar a Paz: a experiência brasileira, **Artigo estratégico 9**, Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014.

HARRISON, D.; LALIBERTÉ, L. Gender, the Military, and Military Family Support. In: WEINSTEIN, L.; WHITE, C. (Eds.). **Wives and Warriors**: women and the military in the United States and Canada. London: Bergin and Garvey, 1997. p. 35 - 53.

HÉRITIER, F. Masculino/Feminino. In: Enciclopédia **Einaudi**, v. 20, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. p. 11-26.

HERZFELD, M. **Intimidade cultural**: poética social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70, 2008.

HILL, R. **Families Under Stress**: Adjustment to the crisis of war separation and reunion. New York: Harper & Bros, 1949.

_____. Foreword. In: MCCUBBIN, H.; DAHL, B.; HUNTER, E. (Eds.), **Families in the military system**. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1976. p. 11-16.

HUGH-JONES, S. The Gun and the Bow. Myths of White Men and Indians. **L'Homme**, v. 106, n.7, p.138-155, 1988.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA) – FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO (FOIRN). **Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário da cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)**, 2005.

JANOWITZ, M. **O soldado profissional**. Rio de Janeiro: GRD, [1960] 1967.

_____. From Institutional to Occupational: The Need for Conceptual Clarity. **Armed Forces and Society**, v. 4, n.1, p. 51-54, 1977.

JELIN, E. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 37-60, 2007.

JOVENS GUERREIRAS. **Nossas receitas**. São Gabriel da Cachoeira, 2011.

- KOFES, S. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher. **Cadernos Pagu**, v.1, p. 19-30, 1993.
- KOHEN, J. The military career is a Family affair. **Journal of Family Issues**, v.5, n.3, p. 401-418, 1984.
- LASMAR, C. Irmã de índio, mulher de branco: perspectivas femininas no alto rio Negro. **Mana**, v. 14, n.2, p. 429-454, 2008.
- LEACH, E. R. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi, Geraldo G. de Souza e Gilson C. C. de Souza. São Paulo: Editora EDUSP, 1996.
- LEIRNER, P. C. **Meia-Volta, Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.
- _____. O Exército e a Amazônia: uma análise de monografias da Eceme. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 143-158.
- _____. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares. **Mana**, v.15, n.1, p. 59-89, 2009. Online. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/03.pdf>>. Acesso em 20 de out. 2011.
- _____. O Estado como fazenda de domesticação. **RAU – Revista de Antropologia da UFSCar**, vol.4, n.2, p. 38-70, 2013. Online. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/05/vol4no2_03.PIERO_.pdf> . Acesso em 10 de dezembro de 2014.
- LIMA, A. C. S. **Um Grande Cerco de Paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOURENÇÃO, H. J. O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 119-142.
- LYON, W.; OLDAKER, L. The child, the school, and the military family. **American Journal of Orthopsychiatry**, n.37, p. 269-270, 1967.

- MACDONALD, S. Drawing the Lines – Gender, Peace and War: An Introduction. In: MACDONALD, S.; HOLDEN, P.; ARDENER, S. (Eds.), **Images of Women in Peace & War**, London: The Macmillan Press, 1987. p. 01-26.
- MACHADO, I. J. R. Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica**, v.14, n.1, p. 5-26, 2010.
- MARQUES, A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MARQUES, A. C. Política e Questão de Família. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 45, n. 2, p. 417-442, 2002.
- MARTINS FILHO, J. R. As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, C. (Org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 13-30.
- MATHIAS, S. K. As Mulheres chegam aos quartéis. **Resdal Eletrônica**. Argentina, 2005. Online. Disponível em: <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/artikalil.html>>. Acesso em 15 de mai. de 2006.
- _____. ;ADÃO, M. C. Mulheres e vida militar. **Cadernos ADENAUER**, XIV, n. 3, p. 145-164, 2013.
- MCCUBBIN, H.; DAHL, B.; HUNTER, E. (Eds.). **Families in the military system**. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1976a.
- MCCUBBIN, H.; DAHL, B.; HUNTER, E. Research on the Military Family: a review. In: _____.(Eds.). **Families in the military system**. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1976b, p. 291-319.
- MEIRA, M. Uma nova história do Rio Negro. In: Simpósio dos Povos Indígenas do Rio Negro: Terra e Cultura, I. **Anais do I Simpósio....** s.l.: Universidade do Amazonas/FOIRN, 1996, p.121-148.
- MÉLEGA, R. **Uma crônica da relação índios e militares na Cabeça do Cachorro (AM)**, 2002. Online. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/indiosemilitares/robertamelega.htm>>. Acesso em 06 de junho de 2011.

MICHEL, S. American Women and the Discourse of the Democratic Family in World War II. In: HIGONNET, M. (Ed.). **Behind the lines: gender and the two world wars**, USA: Yale University Press, 1987. p. 154-167.

MOELKER, R.; KLOET, I. Military Families and the Armed Forces: a two-sided affair?. In: CAFORIO, G. (Ed.), **Handbook of the sociology of the military**. New York: Springer, 2006. p. 201-224.

MONTALVO, F. Family separation in the Army: a study of the problems encountered and the caretaking resources used by career Army families undergoing military separation. In: MCCUBBIN, H.; DAHL, B.; HUNTER, E. (Eds.), **Families in the military system**. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1976. p. 147-173.

MOSKOS, C. Preface. In: MCCUBBIN, H.; DAHL, B.; HUNTER, E. (Eds.), **Families in the military system**. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1976. p 09-10.

_____. From Institution to Occupation: Trends in Military Organization. **Armed Forces and Society**, v. 4, n.1, p. 41-50, 1977.

_____. Toward a Postmodern Military: The United States as a Paradigm. In: MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. (Eds.). **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 14-31.

MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. (Eds.). **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000a.

MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. Armed Forces after the Cold War. In: _____. (Eds.). **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000b. p. 1-13.

NASCIMENTO, D. M. **Projeto Calha Norte**: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NIMUENDAJU, C. Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés. In: MOREIRA NETO, C. A. (Org.). **Curt Nimuendaju**. Textos indigenistas, São Paulo: Edições Loyola, [1927] 1982. p. 123-191.

- NUCIARI, M. Women in the Military: Sociological Arguments for Integration. In: CAFORIO, G. (Ed.), **Handbook of the sociology of the military**. New York: Springer, 2006. p. 279-298.
- NUCIARI, M.; SERTORIO, G. Military Families and Deployments abroad in Italy. In search of adequate answers for a new issue. In: CAFORIO, G. (Ed.), **Advances in Military Sociology: Essays in Honor of Charles C. Moskos**, United Kingdom: Emerald, 2009. p. 263-280.
- NUMMER, F. V. Espaço de dominação masculina. In: _____. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: EDUFF, 2005. p. 55-70.
- OLIVEIRA, A. G. **O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no alto rio Negro**. Belém: Museu Goeldi, 1995.
- OLIVEIRA, J. P. Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras. **Antropologia & Indigenismo**, Rio de Janeiro, n. 1, p.15-33, 1990.
- PISCITELLI, A. **Jóias de Família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- REBELO, T. R. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. In: MATIJASCIC, V. (Org.), **Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas**, São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 71-104.
- RIBEIRO, F. R. “Braço Forte – Mão Amiga”: a força de um slogan. **Verde-Oliva**, Brasília: CCOMSEx, ano XXXIX, n. 211, p.12-15, abr/maio/jun. 2011.
- RICARDO, C. A. Jogo Duro na Cabeça do Cachorro. In: _____. (Ed.) **Povos Indígenas no Brasil 1987-90**. São Paulo: CEDI, 1991a. p. 101-106.
- RICARDO, C. A. (Ed.) **Povos Indígenas no Brasil 1987-90**. São Paulo: CEDI, 1991b.
- RUDDICK, S. Pacifying the forces: drafting women in the interests of peace. **Signs: Journal of women in culture and society**, v.8, n. 3, 1983.
- SAHLINS, M. **What kinship is – and is not**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- SCHNEIDER, D. M. **American Kinship: A Cultural Account**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1980.

———. **A Critique of the Study of Kinship**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1984.

SCOTT, J. W. Rewriting History. In: HIGONNET, M. (Ed.). **Behind the lines: gender and the two world wars**, USA: Yale University Press, 1987. p. 19 – 30.

SEGAL, M. The Military And the Family As Greedy Institutions. **Armed Forces & Society**, vol. 13, n. 1, p. 9-38, 1986.

———. Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada, **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 88, p. 15-43, 1999.

SEGAL, Mady and SEGAL, David. Implications for Military Families of Changes in the Armed Forces of United States. In CAFORIO, Giuseppe (ed.), *Handbook of the sociology of the military*. New York: Springer, 2006, pp. 225 – 236.

SILVA, C. R. **Mulheres em Armas**: um estudo etnográfico do segmento feminino das Forças Armadas brasileiras. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

———. Explorando o “mundo do quartel”. In: CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Org.), **Antropologia dos Militares**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.107-127.

———. **A Casa e o Quartel**: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

———. Famílias de militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro, **Revista Estudos Feministas**, 21 (3), p. 861-882, 2013. *Online*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300006>>. Acesso em 30 de dezembro de 2013.

SOARES, B.; MUSUMECI, L. **Mulheres Policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOETERS, J.; MEULEN, J. (Eds.). **Cultural Diversity in the Armed Forces**: an international comparison. Case Military Studies. London and New York: Routledge, 2007.

SORENSEN, H. Denmark: from obligation to option. In: MOSKOS, C.; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. (Eds.), **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000. p.121-136.

SOUZA, M. S. **O batom como “arma”:** identidade e usos da imagem feminina na **Polícia Militar de São Paulo**. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, 2015. Online. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9756&Itemid=461>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

STANTON, M. D. The Military Family: its future in the all-volunteer context. In: GOLDMAN, N. et al. **The Social Psychology of Military Service**, California: Sage Publications, 1976.

STEVAUX, J. B. **Missão dos elementos de fronteira:** manutenção da integridade territorial ou vivificação da faixa de fronteira. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Rio de Janeiro, 1996.

STIEHM, J. (Ed.), **It’s our military, too!** : women and the U.S. military. Philadelphia: Temple University Press, 1996.

STRADELLI, E. O Rio Negro, o Rio Branco, o Uaupés (1888-1889). In: ISENBURG, T. (Org.). **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone Editora e Secretaria de Estado da Cultura, [1889] 1991. p. 203-308.

STRATHERN, M. **Reproducing the future:** Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies. New York: Routledge, 1992.

_____. **O Gênero da Dádiva**. Tradução de André Villalobos. Campinas: Unicamp, 2006.

TAKAHASHI, E. **Homens e Mulheres em campo:** um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2002.

TURNER, V. **Dramas, Campos e Metáforas**. Niterói: EdUFF, 2008.

TUTEN, J. M. The argument against female combatants. In: GOLDMAN, N. L. (Ed.), **Female soldiers:** combatants or noncombatants? Historical and contemporary perspectives. Westport: Greenwood Press, 1982.

VAN CREVELD, M. **Sexo privilegiado**: o fim do mito da fragilidade feminina. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

VERDERY, K. From Parent-State to Family Patriarchs: gender and nation in contemporary Eastern Europe. In: _____. *What Was Socialism, and What Comes Next?*. **New Jersey**: Princeton University Press, 1996. p. 61-82.

VILLELA, J. M. Família como Grupo? Política como Agrupamento? O sertão de Pernambuco no mundo sem solidez. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 52, n.1, p. 201-245, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

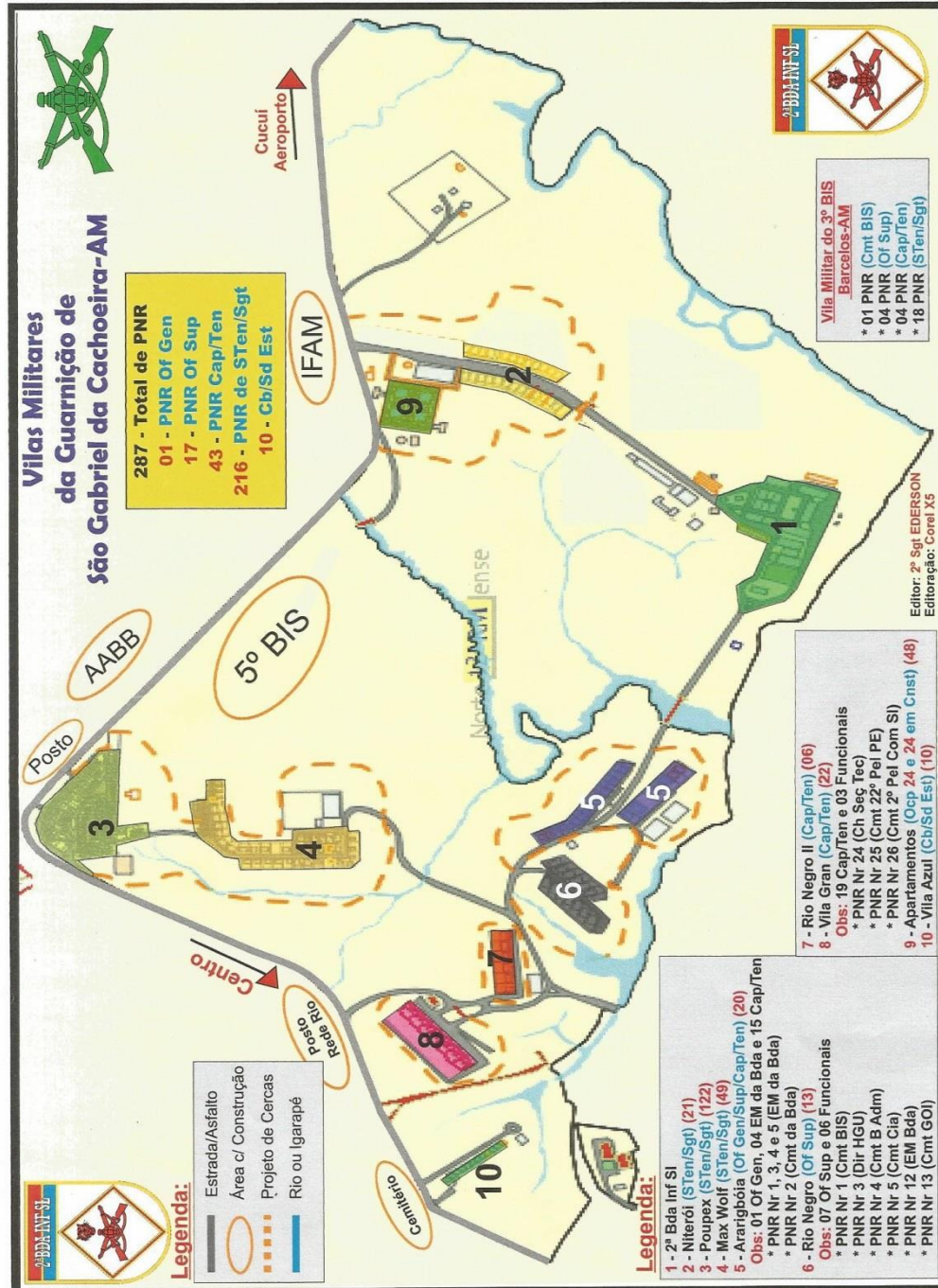
ZAVERUCHA, J.; TEIXEIRA, H. B. A literatura sobre relações-civis militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese. **BIB**, São Paulo: Anpocs, n. 55, p. 59-72, 2003.

WOOD, F. R. At the cutting edge of institutional and occupational trends: the U. S. Air Force officer corps. In: MOSKOS, C.; WOOD, F. (Eds.), **The Military: more than just a job?**. Washington: Pergamon-Brasseyes, 1988. p. 27-38.

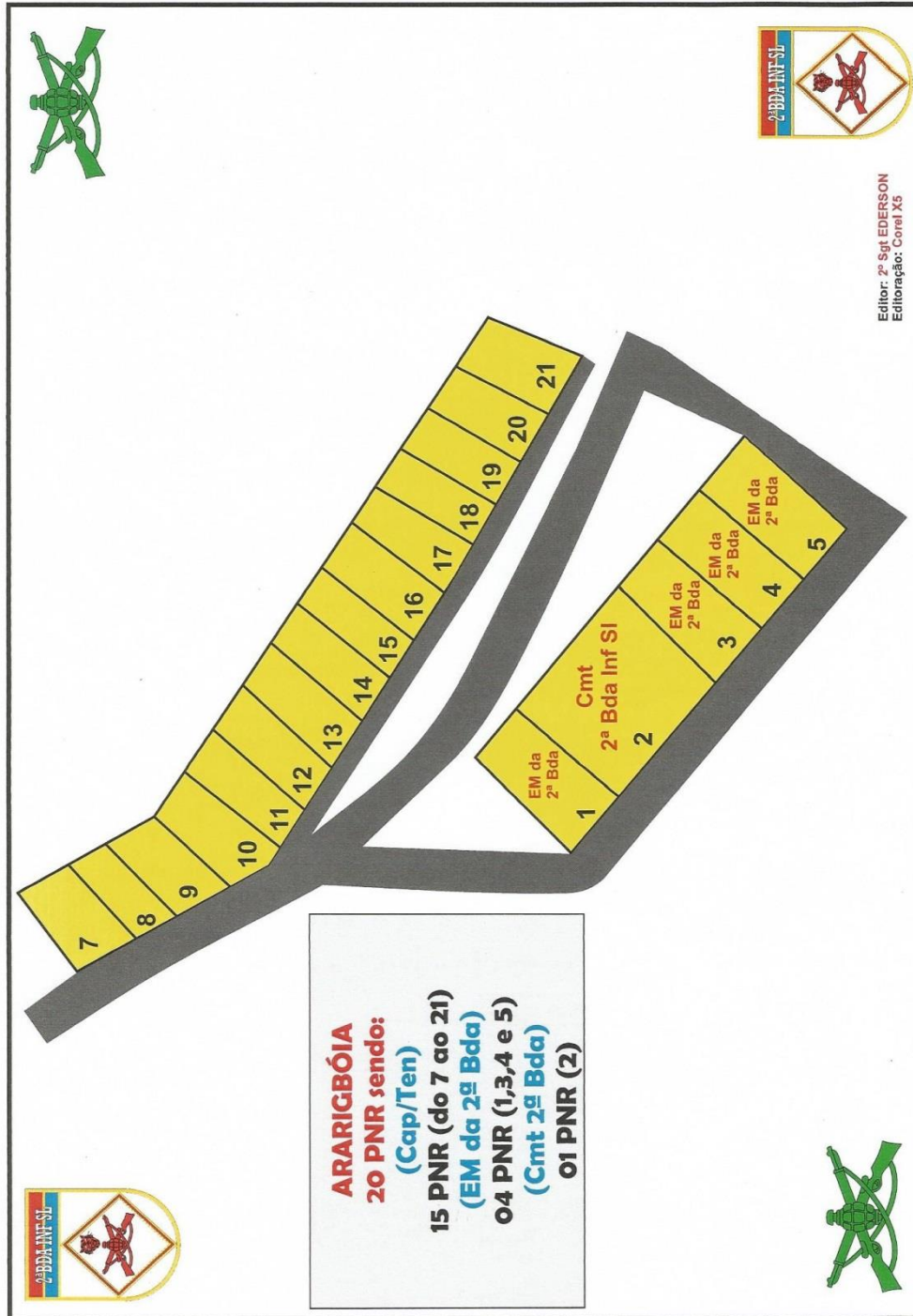
WRIGHT, R. Indian slavery in the northwest Amazon. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, v.7, n.2, p. 149-179, 1991.

_____. História indígena do Noroeste amazônico: hipóteses, questões e perspectivas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.), **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 253-266.

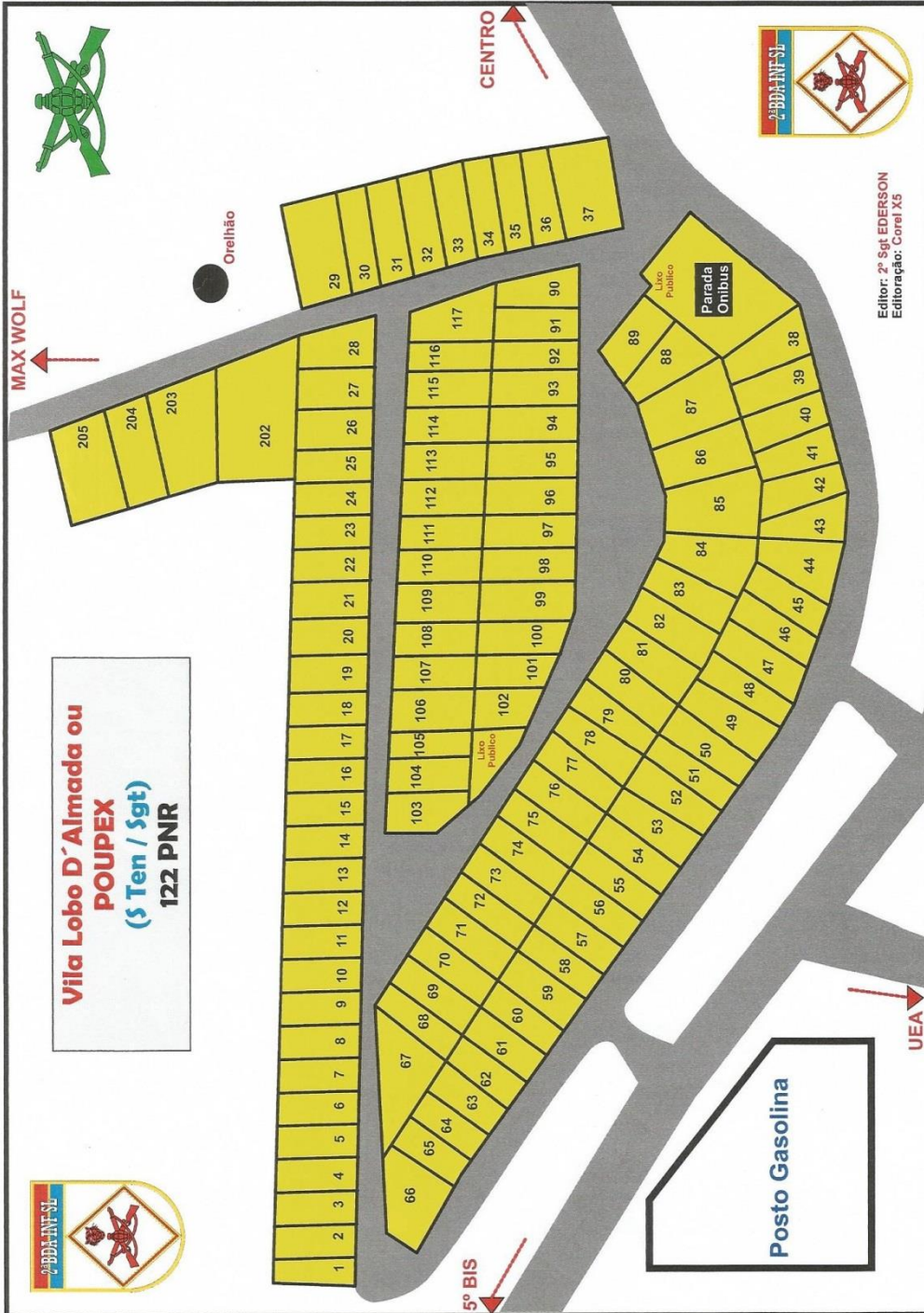
ANEXO 1



ANEXO 2



Editor: 2º Sgt EDERSON
 Editoração: Corel X5



ANEXO 3

Evento de aniversário do general em São Gabriel da Cachoeira em 2011.

Discursos do tenente-coronel e do general.

Tenente-coronel (comandante do Batalhão) – Nessa nossa vida a gente vai percorrendo, cada um vai criando o seu caminho. E o caminho que a gente escolhe, não sei se por uma questão de destino, por uma questão de Deus, ou essas coisas que a gente não consegue explicar, a gente vai encontrando pessoas. E as pessoas na vida, elas servem de exemplo, de motivação, valores, nos ensinam ou nos atrapalham, e eu posso dizer em nome da Família Militar, general, que aqui, acho que Deus, o universo conspirou para que a gente pudesse estar reunido nessa nossa Família Militar que é uma realidade, aqui em São Gabriel, tão distante de tudo, no começo do Brasil. E a gente teve general, essa (...) Deus nos deu essa benção de poder aqui conviver com o senhor. Alguns vão me dizer que eu to puxando o saco, não é isso, não é não; porque eu acredito que já não acrescenta nada, não adianta nada. Mas a verdade é essa general: aqui nós temos no senhor, falando como militar, um exemplo, um exemplo de líder, um exemplo de amigo, um exemplo de companheiro, que nos orienta, que nos ensina, e que mesmo a gente achando que já viu muita coisa, que a gente adquiriu muita experiência, a gente vendo no seu comportamento, no seu exemplo, a gente vê que a gente ainda tem muito para aprender general. E não é só no campo militar, eu falo pela sociedade local. Família Militar falo por último, que a família tá aqui, mas a sociedade de São Gabriel, isso eu quero que a Família Militar entenda, a nossa sociedade aqui de São Gabriel é uma sociedade que vive, posso até dizer, num cruel abandono não só pelo isolamento natural, mas talvez também pela falta de atenção com as pessoas que estão abaixo do planalto de capricórnio, no planalto central, não enxergam a realidade desse povo. Agora esse povo general, teve no senhor uma escora, uma luz que aqui chegando deu uma nova realidade à essa cidade, a gente vê as pessoas dentro desse isolamento com dificuldades extremas, inacreditáveis numa civilização moderna contemporânea, pessoas tendo que dormir em barranco de rio, com doenças, enfermidades, da era medieval, pessoas com crianças sofrendo na rua porque não tem acesso ao atendimento médico que é muito bem prestado pelo nosso

hospital. General, aqui a população é carente de tudo, mas o senhor aqui, isso eu posso falar de coração, e eu não preparei palavra nenhuma, eu tô falando com o meu coração, o que eu vi me impactou e tem me impactado profundamente porque uma coisa eu acredito: como brasileiro, nós amamos a nossa terra e amamos a nossa gente; não só como militar, mas como brasileiro, nós amamos esse povo, não vemos diferença nenhuma, nós os tratamos como iguais, e sempre foi assim, mas essa igualdade tava longe e o senhor aqui chegando, com as suas ações, com o seu desprendimento, com o seu estoicismo porque é difícil mudar algumas amarras, romper algumas amarras, quebrar alguns paradigmas que é cultural. É cultural beber até cair, é cultural ficar jogado no rio, é cultural ficar jogado na estrada, e o senhor aqui tem rompido com esse cultural, com esse cultural ruim e tem dado a esse povo um acalento, um apoio, que eu acredito que não havia existido nessa nossa região. Isso eu falo, general, falo por nós aqui, chegamos e vemos a diferença na própria cidade. A cidade hoje é mais limpa, a cidade hoje parece haver mais consciência, a cidade hoje busca o nosso general cidadão. Nosso general cidadão é um socorro e acredito até que as instituições públicas hoje buscam a nossa Brigada na figura do senhor pra tentar dar um sentido de vida mais digno, mais adequado, com melhores condições de igualdade para esse nosso povo. O senhor é essa luz, general, o senhor é essa luz que tem modificado o comportamento, modificado a cultura, porque não é cultural beber até cair, cultural é ser brasileiro, cultural é amar essa gente, amar essa terra. O senhor tem sido essa luz e não só a luz para nossa sociedade, você tem sido uma luz para nossa família. Eu estive aqui em agosto [ano anterior] e fiquei um pouco arrepiado quando cheguei, me hospedei aqui no Cimarne e tive oportunidade de percorrer a cidade e a iniciativa que o senhor teve, as decisões, que decidir é uma coisa extremamente complexa e difícil, tomar uma decisão; e as decisões normalmente não agradam a todos, mas o senhor tem decidido bem pela nossa família. Hoje a nossa família tem uma condição digna de poder se reunir e conviver em família numa area longínqua, distante e remota, com tanta dificuldade, conviver como se estivéssemos convivendo nos nossos grandes centros. General, o senhor fez tudo isso, o senhor fez porque o senhor ama a nossa Família Militar, o senhor ama o nosso povo, o senhor ama o que o senhor faz e isso a gente leva como exemplo, um exemplo de soldado, não só de general, mas um exemplo de soldado. Então general, que o senhor receba essa nossa reunião como uma forma de demonstrar nossa admiração que nós temos pelo senhor, por tudo que o senhor tem feito e por tudo que o senhor acredita, que nos tem conduzido nessa crença nos tornando militares acredito até melhores. Família Militar até melhor do que nós éramos quando aqui chegamos, com toda essa complexidade que é a nossa região. Então general, no seu

aniversário, nós queremos que Deus continue abençoando o senhor, que o senhor continue firme na caminhada que o senhor traçou, que o senhor tem traçado, acreditando que atrás do senhor, vamos nós todos juntos para a vitória final, como o senhor fala; que o final esteja bem longe, mas para a vitória que sigamos vencendo, porque o senhor é merecedor de toda a expressão de admiração e respeito não só por nós, mas principalmente pela nossa comunidade de São Gabriel.

General (comandante da Brigada) – O motivo dessa nossa reunião hoje é comemorar, não é meu aniversário não. Nós nos reunimos aqui hoje para comemorar os primeiros passos da Operação Ágata, tá bem, e eu recebi uma emboscada para pagar umas cervejas hoje, mas da mesma forma (...) o resto tudo é emboscada. Mas eu quero dizer o seguinte, naquilo que me toca eu fico muito feliz, essa coisa de unir. Unir é fácil, congregar esforços é fácil, quando nós temos pessoas abnegadas, pessoas que entendem a missão, pessoas que reconhecem o valor do povo, pessoas que pensam além da sua missão, que fazem do seu trabalho um sacerdócio, que se entrega, que se dá. Pessoas que eu gosto de dizer, que inibem na justa medida os seus interesses pessoais, o coordenador, o diretor, o chefe, o líder, o comandante, é aquele que deve ser inteligente e o inteligente é aquele que sabe unir esforços, que sabe unir entregas, sabe unir vocações. E a vocação de ser humano extrapola a vocação do militar, do profissional, do brasileiro, servir a pátria não são só as Forças Armadas que servem a pátria, a gente pode servir a pátria de muitas maneiras, em vários sentidos, a diferença é que o militar tem o espírito messiânico de salvador da pátria, que isso precisa ser revisto; então, no caso o líder, o comandante, como eu disse, ele tem que ser inteligente para juntar esses esforços e quando a gente chega num lugar como esse aqui e olhem, olhem ao redor, reflitam sobre o que nós vivemos, onde nós vivemos, analisem o povo, nosso povo que vive aqui, o povo que nasceu porque não teve escolha, mas um povo que decidiu ficar e decidiu morrer aqui por decisão própria. E nós viemos de fora e estamos aqui porque queremos, porque somos vocacionados para isso, então quando todos os integrantes de uma equipe tem um mesmo entendimento, o meu trabalho é muito simples, é só juntar essas forças que estão aqui e levar juntos no rumo da vitória final. Então é muito fácil trabalhar, é muito fácil tomar uma posição de comandante. Difícil comandar é quando as pessoas não tem vocação, quando as pessoas não tem o entendimento da importância do seu trabalho, quem chega aqui de costas sofre, quem chega aqui de frente e vive isso aqui, encontra aqui a realização profissional e pessoal como ser humano; então é muito fácil esse trabalho, mas nós não viemos aqui hoje e eu quero ficar bem claro, nós não viemos aqui para comemorar o meu

aniversário. Eu comemoro o meu aniversário no primeiro dia do ano. Porque eu disse ontem na reunião que eu não comemoro aniversário, a única festa que a minha família, desde pequenininho que eu era, já faz um bocado de tempo, a única festa que nós comemoramos é o Ano Novo, é de 31 de dezembro pra 1º de janeiro, essa festa para nós é o nosso nascimento, é o nosso aniversário. Nós viemos aqui comemorar a união, a união fraternal, a união em torno do mesmo objetivo, nós que não somos desta terra temos uma obrigação gigantesca, terrível, com o povo desta terra, de ajudá-los, de trazer a consciência, de trazer para eles a esperança e a noção da relatividade, de comparar o que existe aqui com o que existe do lado de lá. A visão absoluta, a visão daquilo que só conhece aquela coisa, ela é terrível, ela é negativa, ela para e estaciona. Nós trazemos para o povo dessa terra, a necessidade de um restante do Brasil conhecer esse recanto do Brasil. Onde nós estamos, minhas amigas e meus amigos, não é conhecido pelo Brasil, não é conhecido sequer pelo estado do Amazonas, o amazonense não conhece São Gabriel da Cachoeira, o amazonense não conhece essa terra tão maravilhosa que tem um povo extraordinário, um coração generoso, que ama tudo isso que nós temos aqui. E nós temos que desfrutar cada dia e cada minuto que nós passamos aqui e nós viemos tão rápido, um ano, dois anos, três anos, quatro anos, que seja, que nós temos que trazer para eles o amor do restante do Brasil. Agora quem vem servir aqui tem a obrigação e o dever de se apaixonar por essa terra e quando sair daqui divulgar essa terra e proteger esse povo, que a melhor maneira de proteger esse povo é divulgar o amor e a maneira de ser do povo dessa terra e é isso que nós fazemos. Então hoje, tenente-coronel, me permita discordar, nós não viemos aqui comemorar o meu aniversário, nós viemos aqui viver mais um momento em família e comemorar em família o amor que cada um tem pelo outro aqui, mas eu agradeço, agradeço suas palavras, sei que são verdadeiras e eu agradeço cada um de vocês que veio aqui iludidos com a possibilidade de me homenagear; eu fico feliz, meu coração está alegre, agradeço à minha mulher e agradeço a cada um de vocês que estão aqui, mas quando eu apaguei essa vela, no bolo maravilhoso de chocolate, que é o bolo que eu mais gosto, eu quis homenagear esse espírito de união, de amor e de família e que cada um apaixonado por essa terra quando retornar para suas terras de origem, para suas famílias, levem daqui esta obrigação, de mostrar para o restante do Brasil a importância da Amazônia para o futuro do Brasil e para o povo brasileiro, porque mesmo que o povo do Brasil não conheça a Amazônia, mesmo que o povo do Brasil não queira, o futuro do Brasil está aqui, o futuro do Brasil passa por aqui. Então eu agradeço às suas palavras, eu agradeço a presença de todos e saibam que nós seremos amigos para sempre e que vocês terão a minha gratidão eterna, porque eu

estou aqui porque quero, estou aqui porque confio em vocês, estou aqui porque sou seu amigo e vocês nunca mais, nunca mais, vão se livrar de mim! Muito obrigado e por esses momentos agradáveis que nós continuemos unidos, no mesmo objetivo, selva!